

pensata

REVISTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP
V9.N1 | JULHO 2020



PENSATA | Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UNIFESP. v.9, n. 1, ano 10. 2020. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL

Carolina Alencar, Jéssica Fernandes, Juliana Carvalho e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Carolina Alencar, Dayane Fernandes, Eduardo Fernandes, Felipe Figueiredo, Gabriel Oliveira, Gisele Vilalta, Ingrid Possari Cia, Jéssica Fernandes, Juliana Carvalho, Marianna de Andrade, Thaís Lima, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

Foto da capa: Ananda Luz Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuri Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

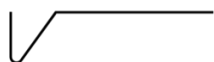
ENDEREÇO PENSATA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata>

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

Editorial	5
Dossiê	6
Díálogos etnográficos: sobre uma experiência didática Alexandre Barbosa	6
Emo, eu? Reflexões sobre acusação na prática, escrita e pensamentos etnográficos Eduardo Fernandes	11
Corpo, morte e território: etnografia com os Guarani e Kaiowa Caetano Tola	28
Olhares etnográficos para uma torcida organizada de futebol: Os gaviões da Fiel Marianna de Andrade	34
Uma etnografia em ambiente carcerário e sobre o crime organizado Wesley dos Santos	43
Frequentar a Etnografia: um passeio etnográfico pela formação em Ciências Sociais Felipe Figueiredo	50
Dos Autos da Cova Rasa: uma etnografia da ausência Ingrid Possari Cia	64
Artigos	72
O que os filmes dizem de si? Danilo Dias	72
Florestan Fernandes e o Dilema Educacional Brasileiro Marcos Marques de Oliveira	87
Produção Artística de um Bebê Bárbara Côrtes Loureiro	106
Por um estruturalismo dos afetos Tiago Franco de Paula	120
Reflexões sobre os Institutos Federais a partir dos eixos política pública, educação e trabalho Gilberto Romeiro	135
Mobilidade e identidade estudantil em contexto transnacional: uma análise dos relatos de ex-alunos do Programa de Intercâmbio PEC-G Michele Souza	145
Entre Parceiros: Antonio Cândido e o caipira na formação cultural do Brasil Gustavo Dal Farra Miguel Jorge	162

Por dentro da mobilização global dos motoristas de transporte particular por aplicativo Felipe Moda e Marco Gonsales	180
Gêneros e sexualidades divergentes: escola e dinâmicas de subalternização da diferença. Romualdo Sales e Charliton Machado	199
A interpretação da Filosofia Kantiana em Michel Foucault Isabela Vicente Monti e Letícia Chamma	215
Movimento Escola Sem Partido: uma indagação de seus “reais” intentos e efeitos Vitor Hugo Rinaldini Guidotti	229
Entre Utopias, aporias e governos Michelli de Souza Ribeiro	247
Ação Política e pensamento político de Golbery do Couto e Silva Andressa Patacho Cafarelli	272
O conceito de aristocracia operária em Lênin e Hobsbawm e os trabalhadores gráficos brasileiros nas décadas de 20 e 30 Lucas Andreto	289
Obras Visuais	306
Beiradeiros: viver à beira no extremo sul da Bahia Ananda Luz e Hebert Toledo	306

Editorial



Expandir o conhecimento das ciências humanas e sociais é uma tarefa assumida sistematicamente pelos periódicos científicos nacionais, mas não apenas. Esse compromisso que norteia a Pensata, Revista dos estudantes de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, na publicação de cada novo número nos trouxe à primeira edição do décimo ano da revista. Além do nosso compromisso com a produção e circulação do conhecimento científico de pesquisadores experientes, a Pensata sempre se apresentou como um espaço receptivo a jovens pesquisadores que desejam publicar seus primeiros trabalhos. Dessa forma, não renunciamos à tarefa de ser uma revista relevante para o debate científico na grande área das humanidades e tampouco nos isentamos do nosso papel ativo na promoção de uma academia mais democrática.

Acreditamos que o equilíbrio desses dois atributos – democrático e plural – torna-nos capaz de estabelecer diálogos transversais entre pesquisadores em diferentes etapas de suas carreiras. Para que esse diálogo seja feito nas melhores condições, a revista foi atualizada para o modelo de gerenciamento *Open Journal Systems* (OJS) aderindo ao sistema internacional de periódicos. Além disso, apresentamos a nova identidade visual da Pensata, desenvolvida por Maria Filipo e membros do Corpo Editorial. Esse projeto é resultado do nosso desejo de revigorar os propósitos da Pensata após dez anos de existência. Dessa forma, esperamos que a nova identidade também cumpra o papel de privilegiar o conteúdo dos trabalhos publicados e contribuir para a expansão desta revista.

No que tange ao número atual, contamos com textos - artigos, resenhas e obras visuais – que exploram as diversas temáticas que atravessam as ciências humanas. Gênero, pensamento político e social brasileiro, relação entre Estado e sociedade, relações de trabalho e educação são alguns exemplos do que será discutido ao longo deste número. Essa pluralidade de temas – que percorre os grandes clássicos das ciências sociais -, é trabalhada a partir de perspectivas igualmente diversas no interior da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia, mas também em fricção com outras áreas das ciências humanas como a Filosofia, a Literatura, a História, e as Artes visuais. Finalmente, esperamos que essa nova edição possa motivar questionamentos e reflexões aos leitores.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Chefia Editorial

Carolina Alencar

Jéssica Fernandes

Juliana Carvalho

Wilver Portella

Diálogos etnográficos: sobre uma experiência didática



Alexandre Barbosa Pereira¹

Apesar da forte identificação com a antropologia, a etnografia não pode ser definida como um método próprio ou exclusivo dessa disciplina, como tem defendido, aliás, Tim Ingold (2015), ao afirmar que nem a antropologia pode ser confundida com a etnografia, nem esta última deveria ser entendida como uma etapa prévia para a construção do conhecimento antropológico. Cabe também lembrar, como demonstra Magnani (2012), que no início do século XX, a chamada Escola de Chicago já realizava pesquisas de caráter mais sociológico, contemplando a etnografia como uma das formas de aproximação e entendimento das questões urbanas. Contudo, com esse exemplo, apesar de nos deslocarmos um pouco para fora da antropologia, ainda se está no campo das Ciências Sociais e, de certa maneira, os etnógrafos de Chicago, como os denomina Hannerz (2015), foram grandes influenciadores da constituição de uma proposta de antropologia urbana.

No entanto, o que tem se destacado nos últimos tempos é a difusão da etnografia ou do fazer etnográfico por muitos campos do conhecimento e mesmo para outras áreas não acadêmicas, como as de pesquisa de mercado ou da implementação de políticas públicas. Nesses contextos, a etnografia é reduzida a uma técnica de pesquisa qualitativa, muitas vezes empobrecida e cheia de complicações éticas e epistemológicas. Considerando que há a defesa, inclusive, de a etnografia não poder ser definida nem como um método (PEIRANO, 2014), o que pensar em tão de sua redução a uma técnica? Nesse processo de difusão da etnografia como um método de pesquisa qualitativo, apesar dessa

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp. Contato: abpereira@unifesp.br.

impossibilidade de associação automática entre antropologia e etnografia, muitos debates têm surgido sobre certos usos não antropológicos da etnografia como método de pesquisa qualitativo ou, o que é considerado ainda mais infame para muitos, como técnica de pesquisa qualitativa.

Algumas áreas, como a Saúde, a Comunicação e a Educação, têm recorrido à etnografia como forma de abordar os fenômenos sociais. Especificamente no campo da Educação, o enfoque etnográfico pode render pesquisas muito profícuas, como demonstra o já clássico livro de Paul Willis (1991): *Aprendendo a ser trabalhador*. As etnografias no contexto institucional das escolas, por exemplo, podem revelar aspectos da vida cotidiana que tenderiam a ser ocultados ou negligenciados numa abordagem mais macrossocial. Como discutem Charlot e Reis (2014), o desvelar de grandes questões e de desigualdades incontornáveis são importantes para a compreensão dos fenômenos sociais, mas, afirmam os autores, se, por um lado, vislumbra-se uma grande lucidez crítica a respeito da reprodução das desigualdades sociais nos contextos educacionais, haveria, por outro lado, um grande impasse no trabalho cotidiano do educador. Afinal, se tudo é reprodução de desigualdades, haveria algo mais a ser feito?

Em impasses como esse é que a etnografia pode despontar para criar nuances e apontar as complexidades da realidade cotidiana, revelando que há outros processos ocorrendo ao mesmo tempo em que as grandes desigualdades se processam, ainda que em microprocessos que se desenrolam no dia a dia. A etnografia, portanto, de maneira similar ao que afirma Alain Coulon (2017) em discussão sobre a etnometodologia, contribui para abrir a caixa-preta desses macroprocessos, apontando para os papéis que as instituições desempenham, mas também para as respostas que os próprios atores dão, em conformidade ou resistência, às imposições institucionais. Nesse sentido, para ficar ainda na referência ao campo da educação, tenho insistido que é preciso ampliar os diálogos. As Ciências Sociais têm de se aproximar mais da realidade cotidiana de instituições como a escola. No entanto, é importante que pesquisadores de outras áreas, por sua vez, também se interessem seriamente pela etnografia, adotando não apenas como uma técnica de pesquisa, mas como uma orientação epistemológica, que traz implicações profundas para o modo de se pensar o conhecimento (PEREIRA, 2017).

Essas e muitas outras questões pautaram o curso: *Etnografias e teoria etnográfica*, que ministrei como Unidade Curricular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da

Universidade Federal de São Paulo. O objetivo principal era discutir a etnografia como uma modalidade de pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais, mas também como um caminho teórico para a reflexão e organização de saberes. O intuito foi o de debater as controvérsias em torno do fazer etnográfico, a partir de diferentes contextos de pesquisa e linhas teóricas. Nesse sentido, transitamos por uma série de questões importantes para se refletir sobre a etnografia como uma forma de produção de conhecimento.

Dessa maneira, a proposta do curso foi a de discutir a etnografia e suas controvérsias, levantando as disputas de definições, entre técnica, método ou mesmo como teoria. Abordou-se, assim, a etnografia em sua relação com a antropologia, mas indo além, na medida em que, por um lado, tentou-se escapar de sua representação como uma etapa da pesquisa antropológica, e, por outro lado, também houve o cuidado de não a reduzir a uma mera técnica de coleta de dados. Transitamos, assim, por muitas perspectivas, das mais conceituais às aplicadas, e por diversificados contextos, da visão mais tradicional e clássica às perspectivas modernas, pós-modernas e pós-sociais. Houve discussões sobre o próprio fazer etnográfico e as especificidades da pesquisa qualitativa, mas também foram objeto de reflexão as etnografias de sociedades não ocidentais, urbanas, políticas, multissituadas, do Estado e do capitalismo, entre outras. O que se tentou foi problematizar como a teoria articula-se com a pesquisa empírica em cada um desses casos, influenciando-se e modificando-se mutuamente.

O curso dividiu-se em duas partes. Em um primeiro momento, buscou-se apresentar e discutir algumas possibilidades de se compreender o fazer etnográfico, das mais clássicas às mais críticas, abordando suas controvérsias e indagando, inclusive, se é possível pensar em uma teoria etnográfica. Na segunda parte, os trabalhos aconteceram a partir da leitura, apresentação e debate de etnografias ou de textos que tomassem uma ou mais pesquisas etnográficas como centro de sua reflexão. Desse modo, questões como a ética de pesquisadores em campo, relações de poder, bem como a interação entre os aspectos macro e micro, entre objetividade e subjetividade ou entre o quantitativo e o qualitativo pautaram, em grande medida, as discussões.

O desfecho do curso consistiu, como tradicionalmente tende a acontecer, na entrega dos trabalhos finais: ensaios etnográficos sobre a própria experiência de pesquisa e, principalmente, resenhas sobre trabalhos etnográficos que dialogassem com a própria pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Ciências Sociais do PPGCS da Unifesp. O

que apresentamos aqui, portanto, é uma parte desse ponto, que certamente não é o final, mas sim a partida para as reflexões pessoais que cada pesquisadora e pesquisador tem feito e que será agora compartilhada por intermédio da *Pensata*, a quem agradecemos pelo espaço concedido. Com isso, um dos recados que queremos transmitir é o de que o trabalho etnográfico começa com a leitura e o estudo de pesquisas etnográficas.

O que apresentamos a seguir, portanto, é um conjunto de resenhas sobre trabalhos etnográficos realizadas no âmbito dessa UC, com os seguintes temas de investigação: a subjetividade e todos os dilemas de uma pesquisadora que realizou uma etnografia sobre o PCC, em resenha de Wesley Santos; um conjunto de ensaios e etnografias sobre a torcida organizada de futebol Gaviões da Fiel, em resenha de Marianna Andrade; a forma como os Guarani e Kaiowá atribuem sentidos ao corpo, à morte e ao território em um contexto de violência promovida pelo agronegócio, em resenha de Caetano Tola; o trabalho etnográfico com material documental do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro referente ao processo de identificação de corpos vitimados pela violência, em resenha de Ingrid Possari Cia.

Além disso, há dois ensaios reflexivos que tratam de determinados aspectos da experiência etnográfica. Em um deles, aborda-se a importância de se colocar em jogo a subjetividade do pesquisador. A partir de uma investigação etnográfica sobre a cena *emocore* paulistana, Eduardo Fernandes aciona a sua própria biografia como elemento para refletir sua posição em campo e na academia. Felipe Figueiredo, por sua vez, com base em sua trajetória acadêmica e inspirado nas reflexões de Tim Ingold sobre a relação entre antropologia e etnografia, provoca-nos a pensar a importância do conhecimento etnográfico para a própria formação de cientistas sociais e antropólogos. Assim, Figueiredo leva-nos a buscar uma formação que separe menos ensino e pesquisa, ou teoria e prática, permitindo, assim, a construção de uma educação, digamos, mais etnográfica.

O que apresentamos aqui, portanto, é um pequeno exercício que aponta para as muitas possibilidades de se pensar a pesquisa e reflexão etnográfica nos mais diferentes contextos. Certamente, ninguém sairá da leitura desse conjunto de textos com uma definição do que é etnografia, mas sim com muitas questões sobre as dificuldades e potencialidades de se aventurar pela etnografia, como prática e teoria. Se assim for, nossos objetivos foram alcançados.

Referências

CHARLOT, Bernard; REIS, Rosemeire. As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In: KRAWCZYK, Nora (Org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2014.

COULON, Alain. *Etnometodologia e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

HANNERZ, Ulf. “Etnógrafos de Chicago”. In: *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Alegre: Artes Médicas, 1991.

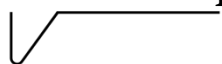
MAGNANI, José Guilherme. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação”. *Horizontes Antropológicos*, 2017, vol.23, n.49, pp.149-176.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto

Emo, eu? Reflexões sobre acusação na prática, escrita e pensamentos etnográficos.



Eduardo Fernandes¹

Resumo

É cotidiano à prática do cientista comunicar o seu trabalho, publicando artigos e livros, apresentando em congressos e eventos, dialogando em sala de aula ou ambientes informais. Atualmente, quando falamos em etnografia, questionamentos sobre o teor das relações que envolvem o/a pesquisador/a, seus interlocutores e leitores são muito recorrentes. Sendo assim, cabe ao pesquisador estar atento a essas demandas e elaborar respostas. Neste pequeno ensaio, busco refletir complexamente momentos em que rotulações sobre o autor são acionadas para deduzir relações com suas pesquisas, a partir da minha atual pesquisa etnográfica com emos em na região metropolitana de São Paulo.

Palavras-chave: escrita etnográfica; acusação; autor; momentos etnográficos.

Abstract

It is customary in the scientist's practice to communicate his work, publishing articles and books, exhibiting at congresses and events, talk in the classroom or others environments. Nowadays, when we talk about ethnography, the content of relationships that involve researchers, their interlocutors and readers are very recurring in the questions addressed to the authors. Therefore, it is up to the researcher to be aware of these demands and be prepared to answer this kind of questions. On this essay, seeks to complexly reflect some moments that labelling about the author are driven to deduce relationships with your research, thinking my current ethnographic research with emos in São Paulo.

Keywords: ethnography writing; accusation; author; ethnographic moments.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo e membro do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB). Email: eduardofernandessoc@gmail.com

1. Emo, eu? Reflexões sobre acusação na prática e escrita etnográfica.

1.1 Pensando o texto etnográfico

Durante minha trajetória como pesquisador em transformação, assim como qualquer outro que se dedique à carreira acadêmica, tive que apresentar minhas ideias frente à professores e aos meus pares. Seminários, apresentação de monografia de graduação, processo seletivo de ingresso na pós-graduação, comunicações orais em congressos e encontros. Seja para ser avaliado, seja para partilhar resultados, essas comunicações sempre são oportunidades de aprimoramento, pois além de treinarmos a forma como expomos e dialogamos nossas pesquisas com o mundo, também somos provocados e questionados, podendo responder à dúvidas ou ainda vislumbrar perspectivas que antes poderiam não ter nos ocorrido, pois nuances interpretativas são aspectos inerentes aos momentos que envolvem a escrita etnográfica.

Clifford Geertz (1989), em seu livro “A interpretação das Culturas” questiona até que ponto a escrita etnográfica não é um exercício de interpretação, aliás, de interpretação da interpretação dos nativos sobre as suas culturas. Para Geertz:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (Geertz 1989: 24).

Como uma ciência interpretativa, a antropologia, segundo Geertz, teria o objetivo de apreender sistemas de significado ou estruturas significantes de forma tão densa que seria possível tornar inteligível os atos dos sujeitos dado um determinado contexto/cultura. Por atos, Geertz diz instituições, comportamentos, rituais, moda, enfim, tudo o que se faz e que é possível ser interpretado, analisado e descrito. Dessa forma, aquilo que os sujeitos dizem sobre si (não necessariamente pela fala), sobre a sua cultura, é como um texto que deve ser interpretado pelo etnógrafo, que por sua vez, elabora a sua própria interpretação sobre a interpretação que lhe foi dada. Trata-se de um exercício de tornar-se sensível à interpretação das miudezas e dos detalhes a partir do contato prolongado, promover uma análise e descrever de forma densa (Geertz 1989). O exercício etnográfico passa a ser um exercício semiótico de interpretação, passamos a assumir de forma irreversível a influência

do autor como pessoa que realiza interpretações, análises e descrições que são sempre enviesadas. Esse exercício, por sua vez, é sempre parcial, mesmo que se trate de uma descrição extremamente densa, pois é sempre de segunda ou terceira mão, reformulações que podem ser submetidas à crítica autoral. Considerando essas colocações, passaremos ao debate contemporâneo na disciplina, onde questões como “de quem se fala” e “quem fala de quem se fala” adquirem certo protagonismo.

O próprio Geertz (2001) avalia o que ele chama de crise da etnografia como “reflexões incômodas sobre o envolvimento da pesquisa antropológica com os regimes coloniais, durante o auge do imperialismo ocidental, e com suas sombras de agora” (Geertz 2001: 91). Segundo o autor, houve no último século acusações por parte dos intelectuais do Terceiro Mundo sobre a cumplicidade dos intelectuais investigadores, “os que sabem”, com aqueles que implantaram os projetos de dominação colonial. Além disso, com pensadores como Derrida, Sartre e Foucault, houve também a crítica sobre o poder envolvido no discurso, principalmente sobre a representação do “outro” e da legitimidade que os etnógrafos, etnólogos, antropólogos e outros intelectuais teriam de “falar em nome deles”. Segundo o autor, um bom posicionamento para pensar a nova situação da etnografia seria invocar posicionamentos mais críticos em relação ao texto etnográfico, criando um estado da produção do texto em que o autor deve se responsabilizar ainda mais.

O que Geertz (2001) classifica de crise da antropologia, Caldeira (1988), em seu texto “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”, define como um processo de autocrítica pelo qual a antropologia passa. Em seu trabalho, a autora busca abordar alguns aspectos das mudanças do trabalho antropológico, sugerindo uma nova perspectiva crítica de reflexão sobre o papel do autor no texto etnográfico (Caldeira, 1988: 133). Segundo a autora, a crítica pós-colonial não implica somente no desvelamento das relações de poder presentes no texto antropológico, mas também se relaciona aos estilos de escritas e de críticas pós-modernas em antropologia (Caldeira 1988: 136). Caldeira também aborda a crítica americana pós-moderna a partir dos chamados “meta-etnógrafos” (Rabinow 1986, apud. Caldeira 1988: 135), que seriam aqueles etnógrafos que tomam como seu “outro” os textos etnográficos.

Caldeira defende que na antropologia a produção do conhecimento científico nunca esteve desatrelada da experiência do autor. O conhecimento antropológico é sempre baseado na experiência pessoal, pois o antropólogo é sempre ele mesmo produtor de dados,

instrumento privilegiado de pesquisa. Segundo a autora, trabalhos como os de James Clifford, Marcus e Cushman, historiadores da disciplina, mostram a importância da fórmula “eu estive lá, vi e, portanto, posso falar sobre o outro” na trajetória da disciplina, construindo o que podemos chamar de autoridade etnográfica (Caldeira 1988: 134), peça fundamental da legitimidade construída pela disciplina vista em muitos trabalhos clássicos. Dialogando com o leitor, a partir de seu texto, o antropólogo do campo legitima a si mesmo pela confiabilidade que ele transmite, ele diz “você está lá, por que eu estive lá” (Clifford 1983: 118, apud. Caldeira 1988: 136).

De forma mais sintética, a autoridade etnográfica não só se legitima entre os pares, mas também se reifica na relação com o leitor e pela confiabilidade que ela transmite.

Segundo Marcus e Cushman (Marcus e Cushman 1982 apud. Caldeira 1988: 137), o chamado realismo etnográfico, um estilo literário holístico que busca representar mundos ou modos de viver totalizantes, é um estilo que historicamente retirou o etnógrafo do texto, por exemplo, não usando a voz em primeira pessoa no texto, na tentativa de garantir certa neutralidade, movimento paradoxal com a autoridade etnográfica explicada no parágrafo anterior. Se a autoridade etnográfica é fundada pela experiência pessoal de “ter estado lá”, a busca da neutralidade que oculta o autor como sujeito trabalha no sentido oposto. Em outras palavras, para esses autores, houve um jogo de esconder e expor marcado ora pela tentativa de afirmação da autoridade, ora pela afirmação de neutralidade.

De forma sintética e partindo para o balanço necessário para este trabalho, há um certo movimento característico de muitas etnografias clássicas, criticado por autores pós-coloniais e pós-modernos, que, além de ser de serem de certa forma autoritário, tende a “empobrecer” o texto no que diz respeito à elucidar formas de relações interpessoais. Em outras palavras, trata-se de movimentos de aproximação e de afastamento entre a cultura investigadora e aquela que é investigada, ou ainda, entre o etnógrafo e o nativo, criando limites muito bem delimitados com o objetivo de construir a autoridade etnográfica e a neutralidade. Dessa forma, o nativo é sempre um sujeito geral, sem grandes contradições, sem sentimento e até mesmo sem vida no texto.

Marilyn Strathern (2017) propõe que a etnografia deve evitar explicações totalizantes e que o seu escritor tem a obrigação epistemológica de refletir constantemente sobre as potencialidades e os limites de suas ferramentas analíticas, incluindo aqui o seu papel na

escrita. Segundo a autora, no exercício etnográfico (1) escrevemos sobre complexidades e (2) com relação a momentos etnográficos.

A respeito das complexidades, Strathern define que todo o “sistema social”² é composto por partes, sejam elas consideradas instituições, indivíduos ou qualquer outra definição. Quando justapomos diferentes ordens de dados, na coleta ou análise de informações, e explicitamos o método etnográfico, perceberemos que essas partes têm trajetórias que são próprias (Strathern 2017: 347). Em outras palavras, quando falamos de etnografias, devemos ter em mente que estamos falando de pesquisa com seres que são relativamente dependentes e relativamente independentes e que interagem de formas complexas não lineares. Sendo assim, não há como prever o todo ou os múltiplos resultados que a relação das partes desenvolverá ao longo da pesquisa antes que ela aconteça, considerando as influências de cada parte, mas também da parte que pesquisa, ou seja, o próprio pesquisador.

A escrita etnográfica, segundo Strathern não é de modo algum uma derivação ou um resíduo do trabalho de campo, em verdade, se constitui como um segundo campo, mantendo relações complexas com o primeiro, mas sem nunca se abrangerem ou se eliminarem em totalidade. O etnógrafo atua em locais alternantes, que oferecem perspectivas um sobre o outro. O momento etnográfico é um momento de imersão, total e parcial, como atividade totalizante que não é a única em que ele está envolvido (Strathern 2017: 345-346). O etnógrafo deve sempre ter em mente as orientações teóricas que o levaram a campo, o motivo de estar fazendo o trabalho, mas ao mesmo tempo sempre estar atento e aberto ao fluxo de eventos e às ideias que vão se apresentando, dessa forma, a pesquisa não se perde como um holismo absoluto em que tudo importa e onde se deve coletar e transcrever o máximo de dados possível, e ao mesmo tempo não ser uma pesquisa rígida que não esteja atenta à complexidade da vida. Quando “voltamos do campo” devemos inverter essas orientações, ou seja, considerar a escrita (o segundo campo) em relação ao (primeiro) campo, mas estando aberta às novas ideias e novos acontecimentos, mostrando também aquilo que perdeu-se ou que foi negligenciado (Strathern 2017: 346-349).

² A autora faz algumas considerações sobre as terminologias “sistema” e “dados”, dizendo que não se aterá muito a esse debate. Uso esses termos para respeitar o que o texto diz.

O direcionamento que se tem é o de que devemos mostrar quais são os momentos em que a nossa atenção é petrificada na relação complexa entre os dois campos. Além disso, reconhecer que não sabemos de tudo de antemão e que isso enriquece o trabalho, pois mostra que estamos construindo saberes que consideram a complexidade e a surpresa.

1.2 Quem fala sobre quem?

No cotidiano da pós-graduação somos provocados a comunicar nossas pesquisas. Em muitas dessas oportunidades, se nos mantermos atentos, poderemos nos deparar com perspectivas diversas, sejam saberes mais acadêmicos quanto experiências em sentido amplo. Ao comunicar minha atual pesquisa em uma disciplina do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que tinha como objetivo promover espaços de discussão sobre os projetos de pesquisa dos ingressantes do mesmo, me deparei com um momento que se tornou pivô para um remodelamento da minha perspectiva como autor. Após a minha apresentação, que passou por questões teórico metodológicas, mas também sobre informações adquiridas a partir do “pré-campo”, uma colega de turma se mostrou empolgada com a minha pesquisa.

Essa colega, que tem aproximadamente a mesma idade que eu (atuais vinte e oito anos), ao comentar sobre meu projeto se ateu à sua própria experiência no rolê³ emcore/alternativo, mais especificamente no rolê do Bocage⁴. Em seu comentário/depoimento contou ter sido frequentadora assídua do point, que costumava sair para beber com os frequentadores do rolê e sobre como o encontro atraía muita gente, a ponto de encher a rua. Falou também sobre a estética visual que as pessoas ostentavam e o prestígio vinculado a ele, lembrando que quem tinha uma aparência mais carregada, isto é, quem vestia as melhores roupas, um tênis específico, tatuagens, piercings e outros, era tido como “famoso”. Naquele momento, fiquei empolgado e surpreso a ponto de sentir necessidade de conversar com essa colega mais algumas vezes sobre o assunto, pois estava tendo contato com potenciais informações para a minha pesquisa. Quem diria que num

³ Rolê é uma atividade de lazer que indica trânsito pela cidade.

⁴ O rolê acontecia próximo ao bar de mesmo nome e se espalhava pela Alameda Itu, pelas imediações de outros aparelhos, como o clube Plastic Dreams, onde acontecia a festa Orgástica e o Sativas (entre Avenida Rebouças e Rua Bela Cintra). Próximos à estação do Metrô da Consolação (não existia a estação Paulista na época).

espaço que, a princípio, estaríamos discutindo “a forma” do projeto de ter contato com alguma potencial interlocutora?

Alguns meses depois, participei da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), importante evento que reuniu diversos pesquisadores de antropologias do sul mundial, no projeto de debatermos, partilharmos e produzirmos conhecimento, onde apresentei um trabalho intitulado “Cena emo: práticas de juventude e táticas de resistência em São Paulo”. No meu trabalho analiso como os emos elaboraram táticas de resistência frente às estratégias de normalização no cotidiano da cidade. Passando desde a padronização comportamental imposta pelos roqueiros da Galeria do Rock até os conflitos com moradores do mesmo rolê do Bocage e com a polícia no exercício do direito de ocupação do espaço público, compondo, assim, o Grupo de Trabalho “Culturas juvenis de rua no século XXI: transgressão, criatividade e resistência”.

No segundo dia de comunicações, após a apresentação do meu trabalho e os de outros colegas, as pessoas que compareceram, tanto ouvintes quanto expositores, tiveram a oportunidade de tecer comentários mútuos. Os questionamentos dirigidos a mim passaram pela maneira como conduzi as entrevistas, como tive acesso aos perfis de alguns dos meus interlocutores na extinta rede social Orkut, como venho trabalhando o conceito de cena alternativa, como o termo alternativo pode se relacionar à teoria da rotulação e sobre como a minha própria experiência teria relação com a pesquisa, seja pela minha presença em campo, seja por experiências anteriores com meus interlocutores no rolê⁵. Uma colega, também aproximadamente da mesma idade que eu, ao fazer seu comentário sobre o meu trabalho, relatou identificar-se com ele, pois ela própria tinha sido emo e frequentado os rolês que aconteciam na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Contou um pouco sobre onde e como aconteciam os rolês. O texto que apresentei, que buscava explorar as questões de acusação, rotulação e penalização de jovens emos, dialogava com as suas próprias experiências, pois também tinha sofrido represálias, tanto na rua quanto em casa, por ter sido emo.

Ambos os momentos de onde foram realizados comentários e depoimentos, numa primeira concepção, poderiam se assemelhar como oportunidades de exposição ou de

⁵ As falas sobre as experiências dos etnógrafos em seus campos apareceram em outras colocações também, como nos comentários do professor Alexandre Pereira sobre as implicações de ser um pesquisador mais velho que estuda juventudes e de colegas mulheres que problematizaram a presença feminina no campo das juventudes e suas implicações, muito caracterizado pela investigação de práticas de homens/garotos no espaço público.

debate teórico, mas, com o decorrer dos acontecimentos, tornaram-se momentos de diálogo com interlocutores, ou ainda, momentos etnográficos (Strathern, 2017). Ademais, esses momentos me proporcionaram a oportunidade de refletir como a minha pesquisa me liga às pessoas de diversas maneiras, dentro e fora da academia. Essas relações não se limitam apenas às questões teórico-metodológicas, mas se expandem as nossas próprias experiências num sentido amplo. Ou ainda, como questões teórico-metodológicas não são apartadas totalmente da vida, que inclui também a academia. Toda uma nova geração de graduados e pós-graduandos que foram emos ou viveram o emo (seja como participantes ou “espectadores”) está ocupando os bancos da academia e acredito que momentos como estes ainda se repetirão por várias vezes na minha trajetória acadêmica. Este mesmo tipo de reflexão pode ser feito para outras pesquisas a depender da forma como o autor lida com as questões identificação e visibilidade.

A partir destes diálogos entre os momentos etnográficos e em vários espaços, passei a me questionar sobre como construir um lugar para mim em meus textos. Que lugar seria esse, como poderia enriquecer meu trabalho e, ao mesmo, tempo responder às questões importantes no campo da escrita etnográfica?

1.3 Emo e não-emo, algumas respostas.

Era meu primeiro dia de aula no Ensino Médio em 2005. Fazia pouco mais de uma semana que estava morando na casa da minha avó paterna e me sentia como um estrangeiro no bairro e nas duas escolas novas, de ensino regular e do ensino profissionalizante. Durante o intervalo de aulas no Ensino Médio me sentia totalmente deslocado, com um sentimento de não pertencimento e medo de não conseguir fazer amizades. Provavelmente, naquela manhã, eu deveria estar calçando um par de *All Stars*, usando camiseta preta lisa, jeans rasgados, cabelo tingido de vermelho e arrepiado com glicerina. Costumava dizer que me identificava como gótico ou *dark*⁶ e ouvia músicas de bandas como *Lacuna Coil*, *Evanescence*, *Depeche Mode* e *Nightwish*. Surpreendentemente, duas garotas se aproximaram de mim dizendo com entusiasmo que tinham adorado a minha maneira de vestir e que, a partir

⁶ Gótico ou dark é um movimento cultural jovem urbano que surgiu em São Paulo a partir da segunda metade da década de 1980, como uma faceta mais sombria do rock.

daquele momento, seríamos da mesma turma. Eram primas e se assemelhavam comigo na forma de vestir no que se referia ao uso de alguns acessórios como cintos com pinos, pulseiras com espetos, piercings e a roupa preta, mas, diferentemente de mim, elas se identificavam como emos e usavam cabelos com franja tapando um dos olhos, mechas coloridas e presilhas, camisetas, que apesar de escuras, tinham estampas “fofas”, maquiagem intensa e se comportavam de um jeito mais empolgado e infantilizado. Foi pelo contato com essas amigas que fui aprendendo o que eram os/as emos e seu jeito de viver. Não demorou muito para eu conhecer outros emos e roqueiros de todo o tipo com quem fiz amizade e formava uma turminha. A maioria de nós estava descobrindo formas diversas de estar no mundo, quanto ao estilo e gosto musical, sexualidade e outros comportamentos.

Andando com essa nova turma na escola, ostentando um certo visual que poderia se assemelhar com o emo, notei que fui rotulado, aos poucos, e tratado como um. Era comum no cotidiano de um emo ser caçoado e até mesmo apanhar. Andando com os meus amigos pelos corredores eu ouvia frases como “todo emo é poser”⁷, “todo emo é gay”, “se você anda com os emos, você também é um”. Para evitar ser caçoado, costumava negar enfaticamente ser um emo, usando principalmente a justificativa de que o som que eu ouvia era outro e que meu visual era diferente. Frequentei aquela escola por menos de 6 meses, pois consegui um estágio na indústria.

Durante os próximos anos, o estilo emocore estouraria na grande mídia, arrastando milhares de fãs aos shows, festivais e encontros de rua. Sua música e suas imagens eram compartilhadas nas rádios, na televisão, nas revistas. Em uma velocidade digna da internet, o emocore emergiu do underground e passou a ter visibilidade pública, tornando-se um rótulo comum na boca dos adolescentes.

Segundo Erwing Goffman (2008), os diferentes grupos criam modelos de categorias que servem para rotular os indivíduos, levando em conta certos atributos primeiros. Ou seja, existe uma imagem externa ao indivíduo que possibilita a leitura e a dedução de uma identidade social virtual, inferências dedutivas e generalizantes, que podem corresponder com a realidade ou não. Aquilo que se pode comprovar como de fato atributos do indivíduo chama-se identidade social real. As diferenças entre identidade social virtual e identidade social real interessam ao autor como maneiras de compreender como as relações entre

⁷ Do inglês. Poser é um sujeito que apenas posa/simula ser alguma coisa. Que usa de um visual para esconder a sua “verdadeira identidade”.

expectativa e realidade podem gerar o problema do estigma. O que temos é que a inferência negativa de uma identidade social virtual sobre uma identidade social real, o estigma, têm por consequência acomodar pessoas ao estado de “desqualificação”, da deficiência ou de certo desprestígio. Por outro lado, quando a inferência de uma identidade social virtual sobre uma identidade social real é positiva, temos o símbolo do prestígio. Estigma, por sua vez, se divide em três espécies: deformidades físicas, culpas de caráter, e por fim, atributos de raça/etnia, nação e religião. A partir dessas colocações, poderia dizer que por muitas vezes fui rotulado como emo para que fosse aceitável ser caçado e que não adiantava eu negar o rótulo, pois o estigma e seus efeitos dependem sempre de acusações, de como as pessoas te denominam e, no caso do emo, o estigma tinha uma qualidade contagiante, pois bastava ser amigo de um e/ou parecer com e você seria tratado como um. “Diga com quem tu andas, que direi quem tu és”, era uma frase que eu ouvia frequentemente dos estigmatizadores.

Anos mais tarde, já na graduação em Ciências Sociais, etnografei junto com colegas o cotidiano de artistas rotulados como “hippies” em Uberlândia, Minas Gerais. Sujeitos que, após o trabalho de pesquisa, demonstraram ter visões de mundo e relações que se constituíam, através de seus trabalhos artísticos, muito diferentes da juventude anticapitalista, antibelicista e psicodélica dos Estados Unidos das décadas de 1960-70. Desde a graduação, tenho me interessado pelo estudo de práticas artísticas, cidade e rotulação e essas também são trajetórias possíveis de serem feitas na compreensão da minha relação com a minha pesquisa atual com os emos na Região Metropolitana de São Paulo.

Conforme fui tendo mais contato com as teorias do desvio e de estudo da cidade, comecei a ter algumas ideias, momentos de conexão entre experiência e leitura, sobre alguns episódios da minha adolescência. Pensava em como seria interessante investigar de forma mais criteriosa as práticas emos em São Paulo na primeira década dos anos 2000 como minha monografia de graduação. Aprofundando a investigação, me deparei com a dissertação de mestrado de Raphael Bispo (2009), “Jovens Werthers”, onde o autor explora, a partir de uma perspectiva etnográfica e voltada a antropologia das emoções, o contato que teve com uma turma de emos da cidade do Rio de Janeiro que se encontravam no Parque da Quinta da Boa Vista, se relacionavam muito pela internet e eram famosos na escola. O grupo se autointitulava Realeza e era em sua maioria de emos adolescentes, meninos e meninas. Exceto por Hematoma, ele era um “não-emo”, um sujeito que não se

identificava como emo, mas que se associava com o resto da turma pela amizade, pela frequência nos rolês, pela sexualidade desviante, mas principalmente pela postura ultrarromântica. Assim como Hematoma, eu era um não-emo que poderia ser identificado com eles por muitas questões, com exceção de certas diferenças no visual (que poderiam não ser drásticas a ponto de serem consideradas por outros) e, principalmente, a autoidentificação.

Escrevi a minha monografia de graduação dialogando com os emos, mas ainda utilizando uma linguagem em terceira pessoa e um tanto distanciada. Pensava, pela força da disciplina, inculcada desde os tempos do Ensino Fundamental, que o tipo de escrita que nos distancia de nossos “objetos de estudo” teria mais legitimidade científica. Mesmo reproduzindo trechos de falas de alguns emos que entrevistei, não construí um lugar crítico sobre a minha posição como autor. Aqui, temos novamente o movimento de distanciamento e aproximação típico dos escritos clássicos em etnografias, assim como relatado por Caldeira. Na minha concepção, influenciado pela doxa da neutralidade ainda muito presente nos mais diversos espaços de comunicação da ciência, pensava que um texto bem avaliado deveria ser aquele que me colocava como um sujeito sem corpo, uma entidade intelectual imparcial que se relacionava apenas com “fatos e evidências”. Ou, de certa forma, não queria sofrer acusações de que eu, como sujeito que estava construindo ciência, estaria me misturando com meu “objeto” de pesquisa.

Conforme fui sendo questionado em vários momentos, em espaços acadêmicos, em leituras e também por mim mesmo, sobre minha presença no texto e as relações que mantenho com os meus interlocutores, percebi como esta apresentação de mim no espaço público demanda uma profunda reflexão. Desse exercício surgem alguns questionamentos: como me posicionar no texto elaborando um lugar para mim em minha pesquisa e, ao mesmo tempo, diminuir as chances de ser estigmatizado? Como apresentar uma identidade social real, como um autor em transformação que pensa complexa e criticamente limites éticos, teóricos e metodológicos? Pensando esses questionamentos, comecei a elaborar algumas respostas considerando o exame de possibilidades de estigmatização perante apresentações de lugares de escrita.

Por muitas vezes, as identidades sociais virtuais que se inferem sobre pesquisadores e suas relações com seus interlocutores ou temas de pesquisa podem gerar processos de

estigmatização do tipo que se aproxima a culpa de caráter em duas modulações extremas: uma que defende o afastamento e a outra que defende o envolvimento acima de tudo.

Se numa primeira perspectiva, que de certa forma eu considerava como um dos meus pontos de partida, pesquisadores não deveriam se envolver nem pertencer ao grupo de pesquisados, pois poderiam ser acusados de macularem o distanciamento necessário ao ideal da neutralidade, em outras perspectivas, pelo contrário, sinais que podem ser lidos como indicativos de não pertencimentos são totalmente reprováveis. No segundo caso, que é o inverso do primeiro, o estigma se caracteriza a partir da inferência de que um pesquisador, ao ser lido como não pertencente a um determinado grupo, não seria apto a realizar um estudo válido. Em casos extremos, esse segundo quadro é bom para pensar algumas perspectivas pós-modernas que valorizem, acima de qualquer coisa, a legitimidade do discurso experiencial frente a deslegitimação do estudo por um indivíduo “externo”. Afirmações como “só se pode falar se você parece ser” ou “quem não parece ser não pode falar sobre” são alguns exemplos da perspectiva em que a aparência de pertencimento é algo obrigatório e que também traz problemas.

Vale dizer que as leituras dos primeiros sinais e as deduções decorrentes dela nada mais são que leituras superficiais, que podem ser feitas a partir de atributos físicos, de comentários de terceiros ou até mesmo a partir de leituras rasas da obra de um determinado autor. Também podemos pensar que os sinais emitidos podem ou não serem manipulados pelo autor em questão, sua intenção de apresentá-los sua desatenção em especificá-los e suas escolhas de referenciais que prezem ou não pelo envolvimento. Substituindo o estigma pelo símbolo de prestígio temos os mesmos quadros de forma invertida, isto é, são valorizadas as identidades sociais que correspondam às perspectivas esperadas em cada campo, afastamento ou identificação com a pesquisa. Em alguns momentos fui confrontando em pensar se me construindo um lugar de extrema identificação com os emos poderia significar alguma facilidade absoluta na pesquisa, pois poderia significar um fictício acesso facilitado em todos os momentos e a todas as informações. Essas são afirmações superficiais que não correspondem à realidade dos acontecimentos e às contradições que nos surpreendem em campo, tanto no que se refere à presunção de identidades, quanto às relações que estabelecemos com nossos interlocutores.

Complexificando um pouco mais, podemos pensar também como os cruzamentos entre rotulações e comportamento efetivamente reivindicado produzem duas espécies de

híbridos. Em “Outsiders”, Howard Becker (2008) discorre sobre o desvio como uma categoria que é uma consequência da acusação e da rotulação, ou seja, o desvio é uma qualidade atribuída a certos atos e está sempre ligada ao conceito de comportamento aceito ou de normalidade vigente num grupo. Dessa forma, só é desviante aquele que foi detectado e rotulado. Contudo, existem entre os desviantes aqueles que são falsamente acusados e aqueles que são os desviantes ocultos, dois tipos de híbridos resultados dos cruzamentos entre rotulação e comportamento comprovável. No primeiro caso, aquele que é acusado, na verdade não corresponde ao comportamento que lhe é atribuído, como na condição de uma pessoa que era acusada de ser emo, sem realmente ser. No segundo caso, alguém que verdadeiramente se comporta de forma desviante, mas nunca foi rotulado, como na condição de um emo que conseguia, mesmo que em certos momentos, ocultar a sua “verdadeira identidade”.

Trabalhando com esses híbridos, podemos apontar o agravamento do problema que são as inferências sobre o envolvimento do autor e sua classificação a partir de leituras superficiais. Poderíamos ter um etnógrafo que é lido e classificado como “nativo”, mas que pouco se envolveu com a pesquisa. Poderíamos ter um pesquisador que presa pela neutralidade e o afastamento, mas que na realidade é extremamente envolvido e teve de ocultar este envolvimento para ser tido como “respeitável” na ortodoxia acadêmica. Poderíamos ter outro pesquisador que se envolveu muito em sua pesquisa, que viveu junto durante anos, mas que, por carregar certos sinais, poderia ser lido, por alguns, como “totalmente de fora” e acusado como alguém que nunca saberia o que sabe, que teria forjado ou roubado ideias dos seus interlocutores, um colonizador do saber. Enfim, o que estamos pensando é como o caso da leitura, inferência e classificação do etnógrafo como próximo ou distante dos seus interlocutores e/ou causa que estuda, a partir de certos sinais primeiros, pode resultar em injustiças ou erros interpretativos graves e como esses posicionamentos se relacionam com o modelo do ideal da neutralidade, que busca o afastamento como um fator de preservação da pesquisa “sem influências do autor”, ou ele às avessas, onde se persegue a experiência estrita como único lugar de fala legítimo.

Em todos os casos, concretos e abstratos, estou discutindo sobre possíveis leituras que podem ser feitas sobre as relações entre pesquisadores e suas pesquisas, de acordo com certos sinais, que podem indicar envolvimento ou afastamento, e como essas impressões se relacionam com disputas no campo da etnografia. Evitando extremismos, sugiro o exercício

tático de desvelamento do envolvimento em suas pesquisas, em que os autores tenham consciência das possíveis leituras, interpretações e implicações de sua obra, e que, como estou tentando fazer, possam articula-las para construir reflexões que falem do próprio exercício de pesquisar, escrever, expor e dialogar. Enfim, reflexões sobre pensamento e prática de um cientista social em transformação.

Junto ao comportamento que não corresponde a virilidade heteronormativa, carrego no meu corpo alguns sinais diacríticos que me remetem aos momentos em que estive com os emos: alargadores, tatuagem visível no antebraço, estilo de vestir que remete ao rock: camisetas escuras estampadas, jeans, tênis de skate ou botas. Tendo passado mais de dez anos dos primeiros contatos, provocado pela memória de meus interlocutores através de seus depoimentos, revisito minhas experiências junto aos emos. Carrego comigo os momentos divertidos de cabular aula no ginásio da escola ouvindo as músicas de rock que tínhamos em nossos aparelhos de MP3, mas também as violências que passamos juntos, de sermos chamados de “*posers*” e “*veados*” nos corredores da escola e de fugir de “*punks*” na Rua Augusta.

Raphael Bispo encerra sua dissertação ironizando a posição de Hematoma em enfatizar ser um não-emo, apesar de partilhar muitas experiências e características com eles. “Hematoma, emo? Imagina...” (BISPO, op. cit.: 246). Se, como diz o autor, o emo é um movimento que “não ousa dizer o seu nome”⁸ (ibidem: 21), me questiono até que ponto a necessidade de ter que negar ter sido um, na época da escola, pode ter influenciado quem sou hoje e o tipo de ciência que produzo? Caso não tivesse sofrido as violências mencionadas, teria eu um dia adotado a denominação emo? Se tudo não tivesse acontecido como foi, teria eu me interessado pelos estudos de estigmatização, desvio e juventudes? As respostas para essas perguntas podem ser muitas e passíveis de críticas. As possibilidades articuladas neste texto não têm a intenção de formular uma única resposta bem-acabada, pois, talvez, eu mesmo esteja caminhando entre o ser e o não ser emo desde os tempos da escola.

Afinal, ter sido emo ou não, não significa que o que escrevo seja algo como um desabafo, autocentrado, que só diz sobre mim e sobre os meus. Assim como, ser identificado ou não como um emo, também não acrescenta por si só um símbolo de

⁸ Citando Jim Derogatis em matéria publicada no portal Guitar World em 1999.

prestígio ou um estigma na minha posição como pesquisador. Entretanto, nem por isso devo simplesmente desconsiderar o que vivi com eles, caindo assim em outra armadilha. É interessante conceber que estes arranjos são bons para repensar complexamente a apresentação de si, nos mais diversos momentos, e como ela é sempre atravessada por relações que estabelecemos com “outros” durante nossas vidas, inclusive enquanto momentos de leituras, de escrita e de diálogo de nossas pesquisas em sentidos amplos. O empreendimento etnográfico a que tenho me proposto é construído a partir de reflexões sobre as tensões e transformações específicas provocadas pelo próprio exercício da escrita etnográfica.

Como ressaltado por Gilberto Velho, refletindo Da Matta e Simmel, aqueles que se dedicam a desenvolver estudos com os que estão próximos devem estar atentos as diferenças e similaridades, pois podemos até falar a mesma língua, partilhar o mesmo vocabulário, viver na mesma cidade e ter experiências similares, mas temos interpretações diferentes sobre o mundo, e que familiaridades e exotismos fazem parte da dinâmica da construção do conhecimento e do desconhecimento. “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido” (VELHO, 2008: 127). Ou seja, entre o meu universo e o universo dos meus interlocutores há uma série de continuidades e descontinuidades a serem exploradas. O fato de possuímos em comunhão certos aspectos nas trajetórias de vida não facilitam de forma absoluta o estudo, pelo contrário, implica em precauções e responsabilidades.

Com o decorrer da pesquisa, fui percebendo como a investigação criteriosa que abordasse várias visões, suas confluências e contradições, foi transformando a minha visão sobre os emos: momentos que pensava haver muita importância se tornaram não tão relevantes e momentos que eu achava insignificantes passaram a ser importantes. Pessoas com as quais não tinha tido contato passaram a me revelar intimidades e pessoas que eu pensava conhecer bem revelaram outras camadas de si. Enfim, os contatos com outras perspectivas produziram profundas transformações em mim e produziram um novo tipo de perspectiva que é múltipla. Dito isso, o contato anterior com alguns de meus interlocutores também não me coloca em uma posição de apenas vantagens, pelo contrário, em alguns momentos esse contato é um problema, por exemplo, quando tento marcar entrevistas e buscar informações que, ao ver da pessoa, poderia comprometê-la com

conhecidos em comum. Por vezes, tenho dificuldade de explicitar meu posicionamento como pesquisador e fazer com que alguns de meus interlocutores entendam que se trata de uma tarefa séria de produção de conhecimento. Enfim, acontecimentos que complexificam a pesquisa e a enriquecem pois demonstram vitalidade (minha e de meus interlocutores).

Considerações finais

Partindo para um fechamento provisório, primeiramente esse texto buscou relacionar episódios em espaços acadêmicos como momentos etnográficos, demonstrando como gabinete e campo não estão afastados quando estamos abertos aos acontecimentos da vida. Mais adiante, refleti sobre os primeiros contatos e como vivi com alguns emos na época do Ensino Médio, nossas proximidades e distanciamentos e como essas experiências atravessam a pesquisa etnográfica que desenvolvo. O que se quer defender, portanto, é que as pessoas com quem encontramos podem enriquecer nossas pesquisas, de forma a refletirmos não apenas informações relacionadas diretamente às nossas investigações e práticas em sentido estrito, mas oportunidades de refletir a própria teoria etnográfica e o lugar que o autor constrói para si no texto.

Assim, se um dos lemas de certa antropologia, como a defendida por Geertz, é o da descrição densa, esse pequeno estudo buscou ser um exercício de articular este mote, descrevendo densamente algumas escolhas e o meu envolvimento com as pessoas que encontro durante a pesquisa nos mais diversos níveis. Este tipo de exercício próprio da etnografia, assim como defende Strathern, abriu possibilidades para que eu pudesse sofrer transformações e, como autor, produzir reflexões complexas e férteis que sejam sinceras e respeitosas com aqueles com quem estabeleço contato, sejam interlocutores ou leitores.

Referências

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISPO, Raphael. *Jovens Werthers: Antropologia dos Amores e Sensibilidades no mundo Emo*. Rio de

Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional/ PPGAS, 2009.

CALDEIRA, Teresa. 1988. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos* - v. 21, p. 133-157. São Paulo: CEBRAP, 1988.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

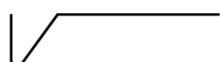
_____. Nova luz sobre a antropologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo: Ubu, 2017.

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Corpo, morte e território: etnografia com os Guarani e Kaiowa



Resenha: MORAIS, Bruno Martins. *Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiojá e guarani nas adjacências da morte*. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

Caetano Tola¹

Uma foto em preto e branco mostra uma cerca de arame farpado rompida separando o fotógrafo de um jovem. De cocar, rosto pintado e arco e flecha na mão este jovem olha para trás e como que interrompendo sua caminhada encara o leitor. Ao seu lado uma criança realiza o mesmo movimento, vira o pescoço e olha para uma outra direção. Eles caminham para um cenário de descampado, o mato baixo é ocupado apenas por essas duas pessoas e centenas de cupinzeiros.

Essa é a imagem que abre o livro "Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade Guarani e Kaiowá nas adjacências da morte" escrito por Bruno Martins Moraes como conclusão de seu mestrado no PPGAS-USP, premiado como melhor dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela ANPOCS em 2016 e publicado pela Editora Elefante em 2017. A esta imagem se seguirão imediatamente mais quatro: três pessoas cruzam uma cerca em direção a um descampado, estão agachadas passando por entre os fios de arame de costas para quem lê; no descampado três pessoas encaram o leitor, uma ao fundo de pé, outra já no primeiro plano apoiada em um cupinzeiro ao lado de uma outra, também em primeiro plano, deitada de bruços no mato baixo; numa cerca, tanto do lado de "dentro"

¹ Mestrando no PPGCS/EFLCH - UNIFESP. E-mail: caetano.tola@unifesp.br

quanto no de "fora" um grupo de cinco pessoas se apoiam observando atentamente algo fora de campo; em primeiro plano um homem empunha um arco e flecha apontando para algo fora de campo, uma dezena de pessoas aparecem desfocadas ao fundo; numa estrada de terra, um grupo de cinco pessoas segue sobre motos em direção ao fotógrafo. Em primeiro plano um homem de boné e rosto pintado encara o leitor. Por fim, um plano fechado no rosto de um homem com cocar de penas e arco nas costas que, sobre uma moto, encara o fotógrafo. Um pano cobre boa parte do rosto do retratado deixando apenas os olhos à mostra.

Não há qualquer tipo de legendas para essas imagens encadeadas em sequência que em folhas pretas precedem o próprio título do livro. Elas dão o tom do que será elaborado, uma reflexão sobre os sentidos que Guarani e Kaiowá atribuem a corpo, morte e território diante do cerco imposto pelo agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul. Nesse anúncio do que está por vir, nessa pequena narrativa imagética, Moraes também mostra o caminho com que construiu seu trabalho, atravessa a cerca junto com seus interlocutores e desafia a si mesmo a compreender como os acampamentos e as retomadas conformam uma rede de relações a organizar a cosmologia Guarani e Kaiowá numa situação de extermínio.

O trabalho é construído a partir de dois eixos, nos 2 primeiros capítulos fala especificamente da terra tratando do histórico da colonização e estrutura agrária do Mato Grosso do Sul bem como das estratégias de subversão dos indígenas ao espaço imposto pelo estado nacional. Nesse eixo aparece com destaque o termo *jopara* (mistura) relacionado ao cerco dando conta de uma dinâmica onde as "boas" distâncias não podem mais ser praticadas desorganizando os sentidos da vida social dos indígenas. O segundo eixo, que aparece nos dois capítulos finais, trata dos sentidos do território, de como o atravessamento de relações entre terra e corpo constrói a noção de pessoa. Se destacam nesse momento as descrições nativas de *angué*, uma parte constituinte do corpo Guarani e Kaiowá que após a morte irá organizar uma série de relações da vida da comunidade.

Apoiado nesses eixos, Moraes se depara com a questão de se as categorias nativas encontradas no campo seriam elaborações "próprias" de um ideário Guarani e Kaiowá ou efeitos da dinâmica do cerco. Para essa questão o autor oferece algumas imagens como a do caleidoscópio ou a do pêndulo para demonstrar que a concepção de territorialidade construída pelos indígenas transita por esses dois polos, assim existindo de forma

complementar. As cercas estão sendo cruzadas, atravessadas, ressignificadas constantemente e é a descrever e compreender esse movimento que o trabalho se dedica.

Senhor Arnaldo aponta no próprio corpo as escoriações sofridas pelo seu filho ao morrer após ter sido arremessado, ou ter caído, não se sabe, de uma caminhonete. O corpo é o local de se descrever a morte, é por ele também que o território Guarani e Kaiowá vai se encher de sentido. Articulando dados do CIMI o trabalho nos mostra que o Mato Grosso do Sul concentra, na média de 2003 a 2013, 55% dos assassinatos de indígenas no Brasil. Além disso a taxa de suicídio de indígenas no estado é 13 vezes maior do que a média nacional e 7 vezes maior do que o dado de referência da ONU para uma epidemia. Nesse contexto, Moraes coloca que "não há morte de indígena que não esteja em disputa, nem uma motivação suficientemente clara" (MORAIS, 2017:61).

Ao fazer o histórico da estrutura fundiária sulmatogrossense da ocupação pelo mate, passando pela colonização da "marcha para o oeste" aos grandes latifúndios de cana da atualidade, Moraes mostra o processo de disciplinarização do corpo Guarani e Kaiowá para o trabalho, em paralelo ao seu confinamento nos espaços delimitados pelas reservas. Tendo a vida restringida a esse pequeno espaço das reservas a categoria nativa *jopara*, a mistura, reflete sobre os efeitos do confinamento que produz uma desorganização cosmológica. Nada fica no lugar certo, roças, cemitérios e casas não respeitam a distância ideal: vivos e mortos se misturam, parentes e não aparentes vivem juntos. A dispersão é interrompida impedindo a própria reprodução da vida social. Essa desorganização espacial é também a desorganização do corpo, no caso o seu "esvaziamento". Moraes descreve a cena de uma mãe que ao enterrar seu filho afirmou que o caixão estava vazio. Nesse mesmo sentido, uma professora afirma a vida na reserva repleta de corpos vazios, inacabados e que a escola formal não cumpriria o papel de preenchê-los pois se dedica só a impor um conteúdo e não a orientar o movimento. O corpo vazio não caminha, ele perambula. Os jovens com os corpos esvaziados, desorientados, praticam atos violentos em gangues assustando a vida dentro da reserva. Essa imagem do corpo vazio perambulando é oposta à do corpo saudável que caminha orientado. Nesse sentido, os acampamentos de retomada aparecem como processo de reterritorialização de resistência. Para além de uma dinâmica administrativa, de uma reivindicação fundiária frente ao estado, tais acampamentos se fundamentam na reprodução de um modo de vida específico pautado na circulação de pessoas, objetos, afetos, parentes, pessoas, vivos e mortos. Se nas reservas a *jopara* se impõe os acampamentos

vêm reorganizar o espaço e orientar o movimento; se as reservas são os muros de contenção erguidos pelo projeto nacional a bloquear o espalhamento de Guaranis e Kaiowás pelas terras do Mato Grosso do Sul, os acampamentos são o atravessamento desse muro a reivindicar uma nova forma de assentamento pautada em um processo coletivo de autodeterminação. Como coloca Moraes:

A vista dessas ocupações precárias, às vezes nos fundos de pasto, nos cantos de plantações, às vezes entre a cerca e a estrada na faixa de segurança das rodovias, são uma lembrança constante à sociedade, ao Estado, aos proprietários de terra, das contradições inerentes a processo de colonização que estabeleceu a estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul (MORAIS, 2017:136)

A estes que rompem o muro e passam a se instalar nas bordas, nos fundos, nos cantos a morte acontece por tiro, por atropelamento, por envenenamento a partir do despejo de agrotóxicos, enfim, uma série de eventos violentos gerados por um modelo de gestão de conflito construído a partir da profissionalização e terceirização da violência por meio de empresas de "segurança privada" e assentado num imaginário de que "lugar de índio é na Reserva". Moraes acompanha de perto um desses acampamento, o Apyka'i, que desde 2002 vem transitando entre a beira da estrada e os cantos de uma fazenda com o propósito de retomar a área para os indígenas.

Em seu trabalho de campo, o autor observa como Damiana, cacique do acampamento, transita da esfera política do Estado na pauta de reivindicação do território para o emaranhado que compõem a rede de relações dentro e fora do acampamento. São relações de parentesco, de sanguinidade que se elaboram na dinâmica do processo de retomada numa experiência de memória de alianças não disciplinadas pelo cerco. O próprio autor, que além de antropólogo é advogado de defesa dos Guarani e Kaiowa, se vê como peça nessa teia de relações ao se dar conta que está servindo como meio de circulação de afetos ao transportar sementes enviadas por uma senhora da Reserva de Dourados (a quem Damiana se refere como "tia") para o acampamento Apyka'i. Operando como pontos de circulação de objetos e afetos os acampamentos reiteram redes de solidariedade e parentesco. Moraes observa como a partir disso se constitui um sistema de trocas em que tudo que se recebe demanda uma volta: a semente será retribuída com um convite para uma celebração de colheita. Dessa maneira, o acampamento é o desafogo para o esparramamento represado na reserva.

Diante do impasse dentro da etnologia se tais processos de reterritorialização são efeitos da política indigenista nacional ou se são realizações "próprias" de um ideário Guarani e Kaiowá, Moraes aponta para a imagem do pêndulo em que a concepção de territorialidade vai de uma ponta a outra. Assim, o autor traz uma ideia de movimento muito cara aos Guarani e Kaiowá afirma ser este o próprio modo como os indígenas concebem o território, passando de uma chave para outra "sem muito constrangimento". Há de se destacar que, nos momentos de dilemas teóricos dentro da pesquisa, Moraes sempre busca o discurso dos Guarani e Kaiowá como referência, evitando forçar encaixes em teorias ou mesmo alguma formulação nova. O etnógrafo busca incessantemente as categorias nativas e como essas estão operando na ação dos indígenas.

Acima de tudo, os acampamentos são a inversão da política da tutela. Eles reiteram relações indissociáveis da terra e que só podem ser vividas ali numa conexão direta entre solo e sangue. Damiana relata um sonho em que, abraçada ao próprio pai, se dá conta que ele é terra. Esse sonho é determinante para a cacique montar o acampamento de retomada e para Moraes elaborar uma outra etapa do seu trabalho quando o corpo aparece como protagonista.

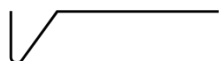
Composto por três partes - a alma, o "corpo substantivo" e *angué*, um espectro - Moraes apresentará o corpo como um ponto de articulação na cosmologia Guarani que tem sua gênese não numa substância mas numa relação. A alma é de natureza divina e após a morte deixará Terra, o "corpo substantivo" permanece e apodrecerá e *angué* é uma parte que permanece mas deve ser conduzida à sua morada à oeste, sentido oposto ao caminho da alma. Ao abordar a escatologia Guarani e Kaiowá, o trabalho mostra como o morto exige uma atenção constante dos vivos e especialmente o *angué*, que necessita tomar o seu caminho. Em vida, o corpo finca seu lugar na terra fazendo com que corpo e terra mesclem-se reciprocamente, a morte não interrompe essa ligação: o *angué* mantém sua casa, seus itens e os visita com certa regularidade para conferir se tudo está organizado. Assim, uma série de ritos fúnebres devem dar rumo ao *angué* para que ele reconheça sua condição e não venha a dar cabo a *jopara* junto com os vivos. Quando desorientados seguem como corpos vazios - como os jovens na Reserva - assim cabe aos vivos auxiliarem na passagem de "morto" a "antepassado". O *angué* estabelece uma relação de dominância com seus objetos e com sua casa, voltando sempre esta para ver como está e por isso o cuidado dos vivos para com a casa do falecido é necessário para evitar desavenças. Dessa maneira, os cemitérios devem

guardar uma distância adequada das casas, nem muito perto nem muito longe pois é preciso visitar as sepulturas constantemente para ajudar o *angué* a achar o seu caminho. Se a retomada organiza o espaço a partir do corpo em um terreno, a sepultura é uma casa a ser referência nas relações com o espaço e com o cosmos. Moraes propõe a análise do corpo a partir da oposição entre o que é perecível e o que é imperecível, assim, a alma se estabelece no polo do imperecível e o "corpo substantivo" no polo do perecível. O *angué*, por sua vez, opera no polo da perecibilidade porém como imperecível. É aquilo que é eterno ou se renova infinitamente; é corpo mas imperecível aparecendo assim como centro das relações divinas e humanas.

A partir dessa figura do *angué*, Moraes nota como o genocídio, o cerco e o desterro "desorganizam" a vida nas adjacências da morte: *anguery* não conseguem encontrar seus caminhos e povoam o mundo dos vivos desordenadamente, parentes procuram os corpos dos seus para poderem realizar enterros, um pedaço de fêmur é estendido por um jovem que questiona o antropólogo como será possível cuidar do osso de seu irmão se tiver que sair de sua terra. Em última instância a vida nessas circunstâncias gera dúvidas sobre quem (e o quê) está morto ou vivo. O *angué* desorientado sente raiva, uma fúria que levará os *anguery* a fazerem justiça contra os assassinados: "Vão mostrar para o homem branco que ele vai morrer também" (MORAIS, 2017:334).

Os acampamentos de retomada definem, então, uma ação política Guarani e Kaiowá que atravessa o corpo e dele deriva os seus sentidos para reorganizar o mundo. Do corpo à casa, do corpo à sepultura, do corpo à terra, o corpo é um ponto de referência na orientação da vida e da morte. Assim Moraes aborda, por fim, a questão fundamental nessa reorganização do espaço pelo corpo: a capacidade de distinguir quem é vivo e quem é morto. Num cenário de extermínio, de desterro, de mortos sem corpo isso aparece como a possibilidade de que a própria vida no mundo siga existindo. "Enquanto houver deuses e homens, haverá *angué*; e quando não houver mais *angué* não haverá nada" (MORAIS, 2017:265).

Olhares etnográficos para uma torcida organizada de futebol: Os Gaviões da Fiel



Resenha: HOLLANDA, Bernardo B.; NEGREIROS, Plínio L. (Org.). *Os Gaviões da Fiel Ensaios e Etnografias de uma torcida organizada de futebol*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2015.

Marianna Castellano Barcelos de Andrade¹

Publicado no ano de 2015 com organização dos historiadores Bernardo Buarque de Hollanda e Plínio Labriola Negreiros, o livro “*Os Gaviões da Fiel - Ensaios e Etnografias de uma torcida organizada de futebol*” traz um compilado de textos etnográficos e ensaios escrito por diversos pesquisadores estudiosos do futebol, sobre a primeira e maior agremiação torcedora do Estado de São Paulo, o Grêmio Gaviões da Fiel. O objetivo desta resenha, mais do que uma apresentação detalhada do livro, é discutir como a etnografia é mobilizada em alguns dos textos de sua segunda parte, nomeadamente mais etnográfica. Uma vez que a etnografia é marcada por uma série de controvérsias no campo da antropologia, em que muitos autores a veem apenas como um método ou um meio para chegar a um resultado, e outros que acreditam que a etnografia não é apenas o meio para algo, e sim o próprio fim. Levando em conta que esta discussão também não pode ser tão reducionista, afinal, existem muitos modos de fazer etnografia, e nesta coletânea pensada pelo ponto de vista de dois historiadores, vemos a etnografia entendida principalmente como uma forma de contar uma história, ou de entender uma situação.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da EFLCH-Unifesp. Contato: marianna.cbandrade@gmail.com

Logo na introdução do livro, Hollanda conta um pouco o motivo pelo qual a coletânea havia sido escrita. A decisão se deu logo após uma constatação: a existência de um número expressivo de estudos acadêmicos dedicados à essa torcida organizada em questão. Segundo o autor, os artigos focados no grêmio Gaviões da Fiel acumulam-se desde pelo menos o final dos anos 1970, alguns anos após a fundação da torcida que se deu no ano de 1969.

A primeira parte do livro foi intitulada de “Ensaaios” e conta com sete textos de diversos autores que originalmente já haviam sido publicados em revistas, livros ou dissertações e que foram replicadas na coletânea com devidas autorizações. Estes ensaios abordam de maneira geral a história de fundação dos Gaviões da Fiel, como também fatos históricos que fizeram parte do Corinthians como um todo, como é o caso do texto do antropólogo José Paulo Florenzano que conta a relação dos Gaviões da Fiel com a Democracia Corinthiana, ou até mesmo o texto de um dos organizadores da coletânea, Plínio Negreiros, que fala sobre a torcida corinthiana de modo geral em um momento histórico que ficou conhecido como ocupação do Maracanã em 1976, para a final de um campeonato brasileiro. Além disso, após o mapeamento por parte dos organizadores das produções existentes sobre a temática, alguns especialistas foram convidados a produzir capítulos inéditos para a coletânea. Desse modo, existem textos mais históricos dos anos 1970 e 1980, na mesma proporção que há capítulos mais contemporâneos sobre a situação da torcida na atualidade. Situado na Parte II do livro, os “Relatos Etnográficos” contam com a participação de diversos estudiosos na temática e apresentam etnografias tanto em caravanas e jogos, ou na quadra sede dos Gaviões da Fiel, quanto na presença da agremiação no carnaval paulistano, resultando então em quatro tipos de relatos etnográficos que serão detalhados mais adiante nesta resenha. Para finalizar, a terceira parte do livro é intitulada de “Cronologia” e contém dois capítulos finais referentes a uma construção textual mais cronológica que buscou fornecer o máximo de informações objetivas acerca de fatos históricos da torcida corinthiana, de personalidades e eventos ligados à história e memória dos Gaviões.

Como dito anteriormente, esta resenha buscará se apoiar sobretudo na parte dos relatos etnográficos da coletânea, com o objetivo de analisar as diversas possibilidades do fazer etnográfico em diferentes lugares, sob um único objeto de estudo.

O primeiro relato etnográfico é intitulado de “Os gaviões da fiel e a águia do capitalismo” e constitui a transcrição da parte etnográfica da dissertação de mestrado de Benedito Tadeu César, defendida em junho de 1981 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Benedito era professor no departamento de ciências sociais na Universidade Federal do Espírito Santo quando veio para São Paulo fazer etnografia sobre os Gaviões da Fiel, de modo muito descritivo o autor conta suas dificuldades na entrada do campo, não só pela complexidade que existe neste momento, mas também pela condição de estar em uma cidade desconhecida por ele. A ideia do autor era de acompanhar jogos finais do Campeonato Brasileiro diretamente das arquibancadas, do lado dos Gaviões.

Futebolisticamente falando, esse era um momento muito oportuno, pois o Corinthians estava próximo de ser campeão depois de muitos anos sem título. Entretanto, para assistir aos jogos nas arquibancadas destinadas às torcidas organizadas do Corinthians, especificamente aos Gaviões, Benedito precisou se filiar à agremiação e conseguir imediatamente uma camiseta dos gaviões para que pudesse ir ao jogo, tudo isso somado ao fato de ser uma pessoa completamente estranha, de fora da cidade e que, na verdade, nem torcida para o Corinthians. As primeiras linhas do relato etnográfico de Benedito contam justamente essas negociações iniciais que ocorreram na quadra-sede dos Gaviões da Fiel, no dia do primeiro jogo que Benedito pretendia assistir. Em todos os momentos de sua escrita, vemos que o autor se preocupava em ser um *deles*. Para Benedito, só seria possível a observação participante caso ele fosse filiado à torcida. Era preciso ser um “gavião” para ser aceito e visto como um. E foi desse modo, apenas após se associar à torcida, que conseguiu iniciar conversas na quadra antes da ida ao estádio. Entretanto, o autor relata que as dificuldades obviamente permaneceram, pois durante as conversas os gaviões percebiam que Benedito não compartilhava das memórias torcedoras que eles compartilhavam. Afinal, o autor notou, então, que não era necessário ser somente um “gavião”, vestir a camiseta e ter uma carteirinha, a identidade torcedora se constituía principalmente pelas memórias partilhadas em conjunto ao longo dos anos.

Além disso, Benedito relata que em suas primeiras conversas foi preciso esconder o gravador para que os “gaviões” falassem as coisas com mais naturalidade, pois a figura do antropólogo realizando uma etnografia, para muitos não era entendida exatamente dessa forma. Benedito conta que a imagem de uma pessoa estranha com um gravador na mão no

meio da sede da torcida soava como algo jornalístico, o que fazia com que as pessoas se comportassem de forma não espontânea e, ao mesmo tempo, empolgadas com a ideia de “estar virando notícia”. Apesar dos relatos serem ricos em detalhes, como a primeira ida dele ao estádio junto com diversos membros da torcida, a chegada ao estádio, os cantos, a rivalidade e xingamentos em direção à torcida adversária, estas questões todas foram poucos exploradas num sentido mais antropológico, pensando que tais questões usualmente são muito exploradas em estudos acadêmicos que combinam antropologia, futebol e torcidas. Possivelmente isso seja decorrente do fato de que este relato etnográfico é a transcrição da parte empírica de sua dissertação, e a parte teórica não tenha sido incluída aos relatos. Sente-se, portanto, certa ausência de um maior diálogo entre “teoria” e “empíria”.

No total, os relatos etnográficos contaram com algumas visitas a sede dos Gaviões, incluindo em uma delas a famosa reunião para novos sócios da agremiação, que constitui basicamente na apresentação dos valores da torcida, e esclarecimento de possíveis dúvidas para os novos torcedores, tal parte também foi pouco explorada textualmente pelo Benedito. Além disso, a pesquisa de campo foi feita em 4 jogos no estádio do Morumbi com os “gaviões”. Devido à época do ano em que a pesquisa de campo foi feita, em algumas de suas idas à sede dos Gaviões da Fiel, Benedito também presenciou a preparação para o carnaval e a relação eufórica da combinação samba-futebol entre os associados. Entretanto, mesmo sendo uma temática complexa e que suscita diversas discussões, não foi algo que teve muita ênfase em seus registros, diferente do segundo relato etnográfico que falaremos a seguir.

Intitulado de “Uma torcida que samba: o Grêmio Recreativo Gaviões da Fiel” é o segundo relato etnográfico da coletânea, escrito por Arthur Bueno, resultado de uma pesquisa de campo feita por alguns meses com os Gaviões da Fiel. O texto original foi apresentado no II Seminário de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, organizado pelo Núcleo de Antropologia Urbana (NAU).

A proposta deste relato etnográfico consistiu em comparar dois universos sociais: o samba e o futebol; atentando para o que os distingue e aproxima. Levando em consideração principalmente a ideia complexa de uma torcida organizada de futebol que adentra um universo completamente novo, tornando-se também uma escola de samba, ou, como muitos componentes da agremiação costumam dizer, uma torcida que samba.

Os procedimentos metodológicos deste relato se diferem do primeiro. Pois neste, inicialmente foi feita uma pesquisa de campo na internet, com consultas aos sites de agremiações carnavalescas e de torcidas organizadas. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo com observação direta e entrevistas no Grêmio Gaviões da Fiel. Além das pesquisas de campo na internet e na quadra dos Gaviões, foi realizado um levantamento bibliográfico como o objetivo de reconstruir a história do futebol e do carnaval na cidade de São Paulo. Arthur inicia seu relato discutindo essa bibliografia.

O autor lança mão de autores que estudam a temática do futebol sob uma ótica urbana, como Luiz Henrique Toledo, para contar o surgimento do futebol e as formas de sua sociabilidade na cidade de São Paulo. Paralelo a isso, também remonta a história do samba e do carnaval na cidade, pois, para ele, carnaval e futebol são capazes de explicar duas formas distintas de organização do lazer acompanhada do processo de urbanização.

Logo após introduzir teórica e historicamente estes pontos, Arthur parte para os relatos etnográficos de suas experiências entre os Gaviões. A começar pelo ambiente da quadra da instituição, localizada no bairro do Bom Retiro, descrito como um espaço que é apropriado e ressignificado de várias maneiras, servindo de base para diversos tipos de sociabilidade, desde feijoadas com samba, até comemorações de títulos de campeonatos. O autor explora também diversos processos de identificação entre os integrantes da torcida, abordando como eles se reconhecem como uma “família”. Os relatos etnográficos são intercalados ora por descrições de determinadas situações feitas pelo próprio autor, ora por mensagens dos próprios gaviões copiadas do site da torcida, onde foi feita a etnografia virtual.

O autor explora alguns elementos fundamentais da sociabilidade interna da agremiação torcedora e carnavalesca, bem como a rivalidade entre torcidas que só podem existir no âmbito do futebol, e não do carnaval. Como o exemplo da relação que existe entre as escolas de samba Mancha Verde e Gaviões da Fiel, que só se constitui no período do carnaval, e que é inconcebível em outros momentos do ano. Observa também a questão da virilidade e da masculinidade que é muito exaltada nos Gaviões enquanto torcida organizada, mas que na ala do carnaval, esse aspecto desapareceria, com a maior presença feminina e de homossexuais. Para fazer análise destes pontos levantados, o autor lança mão principalmente do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Conclui então que a relação destes dois universos sociais tão diferentes dentro de uma mesma instituição permite

diversos cruzamentos de lógicas simbólicas, que gera contradições e diferentes opiniões nada consensuais no universo da torcida.

O terceiro relato etnográfico é intitulado de “Relato de campo: uma visita a sede dos Gaviões no bairro do Bom Retiro” e faz parte do acervo do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, uma área do Museu do Futebol que consolida todas as informações já pesquisadas pelo museu. Este texto em questão e a pesquisa que lhe deu origem foram produzidos por uma equipe de pesquisadores que obteve inclusive apoio financeiro da FINEP e do CNPq para tal.

Este relato se apresenta de forma mais breve que os outros, pois a observação participante foi feita apenas em 4 dias. De forma bastante descritiva, os pesquisadores descrevem como é a quadra sede dos Gaviões da Fiel, apontando a localização de cada coisa dentro daquele espaço, como a sala dos patrimônios e troféus, sala das bandeiras, etc. Durante o primeiro dia de campo, os pesquisadores conheceram e conversaram também com algumas pessoas que exerciam funções dentro da torcida, dentre eles: Donizete, presidente dos Gaviões da Fiel; o vice-presidente da torcida, conhecido como B.O; e Pulguinha, também participante da direção da torcida e da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas (CONATORG). A conversa entre estes membros e os pesquisadores foi principalmente ligada a temas em relação a hierarquia interna da torcida e o funcionamento das chapas administrativas, assembleias, etc.

A outra visita a quadra dos Gaviões ocorreu em um sábado, dia de reunião de apresentação de novos sócios. Os pesquisadores descrevem a reunião em si como um rito de passagem ou de iniciação para quem chega na agremiação. Ali são apresentadas principalmente a história e memória dos Gaviões, principal fator que deve ser conhecido por quem está chegando. Atentos a todas as dúvidas e perguntas que iam surgindo em cada parte da reunião, os pesquisadores apresentam detalhes da dinâmica e dos acontecimentos da reunião em seus relatos.

A última visita feita à sede dos Gaviões por essa equipe de pesquisa foi em um domingo, em dia de clássico entre Corinthians e Santos pela 24ª rodada do Campeonato Brasileiro. A ideia inicial era de que os torcedores se encontrassem na quadra, e seguissem juntos até o Estádio do Pacaembu, onde aconteceria a partida. Os pesquisadores narram todos os rituais que sucedem a ida ao estádio, a chegada, os cantos, gritos e bandeiras, e assistiram à partida com os dirigentes da torcida.

O quarto e último relato etnográfico que consta na coletânea é intitulado de “Viajando com os Gaviões: narrativas de uma caravana do Movimento Rua São Jorge”, escrito por Vitor Canale e é na verdade um curto relato sobre uma etnografia feita em uma caravana com o Movimento da Rua São Jorge. Antes de descrever em detalhes a experiência etnográfica em questão, o autor retrocedeu historicamente contando um pouco sobre o surgimento do Grêmio Gaviões da Fiel, narrando alguns “rachas” ou dissidências que sua história acumula, pois, para ele, olhar os Gaviões como um quadro associativo homogêneo não nos deixaria analisar as contradições, inflexões e dramas existentes em sua história. O autor conta, então, da briga interna entre os Gaviões que resultou na criação da segunda maior torcida organizada do Corinthians, a Camisa 12, chegando até a criação do Movimento da Rua São Jorge, que foi seu objeto etnográfico.

O Movimento Rua São Jorge surge em 2007 e se mantém até o ano de 2012 (ano em que foi feita a etnografia), sua criação é justificada por um descontentamento de setores da torcida, incluindo várias lideranças. Os torcedores que faziam parte desse movimento viam o aumento da influência do carnaval com um processo de ampliação da mercadorização da torcida e da sua divisão em diversos interesses. Conforme essa perspectiva, isso poderia culminar em um enfraquecimento da arquibancada por causa de demandas secundárias e da incapacidade de promover críticas ao Corinthians se necessário, já que se estabeleceria uma relação de clientelismo com o clube. Aqui o autor não explica de maneira mais detalhada no que consistiria a relação de clientelismo entre a torcida, o carnaval e o próprio clube. Entretanto, ressalta que o interesse do Movimento da Rua São Jorge não era de formar outra torcida organizada, segundo o autor o “exílio” do movimento tinha por objetivo protestar e transformar os Gaviões da Fiel, para voltar em uma nova conjuntura, na qual o futebol fosse novamente o principal centro das atenções e a torcida pudesse ser novamente guiada pela ideologia fundadora dos Gaviões, “Lealdade, Humildade e Procedimento”.

E foi nesse contexto que o autor fez sua etnografia com o movimento, em uma caravana para o Rio de Janeiro a fim de assistir a uma partida entre Flamengo e Corinthians, válida pelo Campeonato Brasileiro. A inserção foi proporcionada por seu informante que era uma das lideranças do movimento. Em seu relato, Vitor conta sobre a concentração na sede do movimento, que se localizava em um outro lugar longe da sede dos Gaviões da Fiel. Ele relata a saída dos ônibus e como se dava a distribuição de pessoas em cada ônibus

através das regiões de São Paulo. Por exemplo, as divisões entre os ônibus da zona norte e ônibus da zona leste, ou entre aqueles que levava as pessoas mais ou menos briguentas, entre outras razões para segmentar a torcida; o autor relata ainda as tensões em cada parada na estrada e o comportamento sempre criminalizante da polícia com as torcidas organizadas, até a chegada à cidade do Rio de Janeiro, apontando as rivalidades e as brigas já pré-estabelecidas com a torcida adversária etc. Nesse capítulo, há um tema também explorado nos demais relatos etnográficos, que é o da virilidade e masculinidade na sociabilidade destes torcedores, que, de certa forma, marca a sociabilidade que é característica desta torcida organizada. Logo após esse relato ter sido feito, o Movimento da Rua São Jorge se desmanchou por questões não exploradas pelo autor, e se juntou novamente aos Gaviões da Fiel.

E é com este relato etnográfico que esta seção do livro é finalizada, dando início a última e mais curta seção do livro que é intitulada “Cronologia”, esta seção conta com apenas dois capítulos, o primeiro remonta à história de fundação dos Gaviões, ano a ano desde sua fundação, passando pelos acontecimentos históricos mais marcantes da torcida. Já o último capítulo traça uma linha do tempo, indo um pouco mais além, a partir de 1910, ano de fundação do Sport Club Corinthians Paulista, separando os acontecimentos mais importantes do clube, década por década, chegando até a década de 2010, momento em que a coletânea foi escrita.

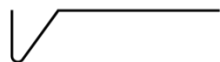
Como dito no início, essa resenha buscou justamente discutir a dimensão etnográfica desta coletânea sobre os Gaviões da Fiel. Os historiadores que organizaram o livro conseguem combinar memória e cotidiano nessas três partes do livro, fazendo com que o leitor adentre o universo complexo de uma torcida organizada de futebol.

No que diz respeito à parte dos relatos etnográficos que foi o foco desta resenha, podemos concluir que existem inúmeras formas de fazer etnografia e estar em campo. Alguns relatos etnográficos da coletânea nos mostram as controvérsias que a etnografia pode nos trazer, principalmente nos relatos mais longos em que os pesquisadores estiveram mais tempo em campo nos mostraram a possibilidade do pesquisador ser afetado em campo, o que permite que ele viva as experiências com seus interlocutores e não apenas escreva sobre eles. Isso aparece principalmente nos relatos em que os pesquisadores vivenciaram experiências como: caravanas, ida a jogos importantes junto com a torcida etc.

Em contrapartida, os relatos mais curtos, limitados pelo tempo obtido para fazer a pesquisa de campo, aparecem muito mais como um método de coleta de dados do que como um relato etnográfico mais completo. A etnografia nunca pode ser vista apenas como um método de coleta de informações ou uma forma de apenas descrever situações, porém, se feita em poucos dias, pode ser reduzida apenas a isto e é esta sensação que os relatos mais curtos desta coletânea nos deixaram.

Por fim, sabendo da infinidade da etnografia como uma experiência que nunca acaba de fato e que está sempre por fazer, a coletânea abre um campo de possibilidades a partir dos relatos já coletados para novas pesquisas na temática de torcidas organizadas, especialmente os Gaviões da Fiel.

Uma etnografia em ambiente carcerário e sobre o crime organizado



Resenha: BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC* (ebook). 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014 [2010].

Wesley Lima dos Santos¹

A autora da obra “Junto e Misturado – Uma etnografia do PCC”, Karina Biondi, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado (2009) e doutorado (2014) em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos. Fez pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (2016) e na Universidade Federal de São Carlos (2017). Atualmente, é professora adjunta na Universidade Estadual do Maranhão. Além da obra objeto dessa resenha, é autora de livros como *Proibido roubar na quebrada* e *Território, hierarquia e lei no PCC* (Melhor Livro do Ano de Ciências Sociais 2019, da LASA - Latin American Studies Association).

“Junto e Misturado” é uma obra antropológica, produzida com o intuito de ser acessível para pessoas de qualquer formação. Trata-se da primeira etnografia sobre o *Primeiro Comando da Capital* (PCC). O ambiente carcerário é o cenário desse estudo repleto de experiências, conflitos e controvérsias. O registro acaba por verter na antropologia política, ao analisar a experiência política da relação entre o PCC e o sistema carcerário paulista. Logo no início, a autora chama atenção para a dificuldade em traçar um texto final dentro da cronologia temporal e conceitual.

¹ Wesley Lima dos Santos, Mestrando no PPGCS/EFLCH – UNIFESP, wlsantos@unifesp.br.

A introdução por ser também um pequeno guia de fatos comuns da experiência de campo, incluindo o caderno de campo e como as experiências vividas são selecionadas, escritas, já as tratando em algum grau de relevância frente aos objetivos. Os primeiros relatos relacionam-se ao ambiente externo dos Centros de Detenção Provisória (CDP). A rotina das visitas é detalhada para explicar as práticas comuns nos chamados dias de visita. Nesse momento já se nota uma certa tensão e disciplina para organizar as filas de ingresso na unidade carcerária. As controvérsias do termo *disciplina*² já começam a surgir mesmo entre as visitas, como nota-se na passagem em que Biondi descreve o relato de uma mulher condenando as que não respeitam à disciplina, dizendo que, na verdade, as mulheres seriam espelho dos homens que visitam. Ou seja, se um fosse “sem futuro” o outro também seria

Alguns códigos nativos podem ser detectados na descrição das relações entre as esposas. Por exemplo, o nível de *caminhada*³ de cada esposa se dá na ordem de grandeza em que ela se dedica ao esposo e esse é um código particular que acaba por demonstrar as posições das companheiras frente aos detentos. A questão de gênero aparece em uma visão micro da obra, especialmente ao falar do respeito dos presos com visitas de colegas e na ideia de posse implícita nesse respeito.

Adentrando na *disciplina do comando* é possível pensar os dilemas enfrentados para desenvolver uma pesquisa com essa envergadura. O problema ético presente em outros estudos etnográficos foi pensado nesse de modo a considerar a relação aproximada com o crime e os desdobramentos judiciais desse vínculo.

Vargas (2006) em referência mobilizada pela autora trata que “recusar o consenso moral não significa fazer apologia [ao crime], mas alimentar a controvérsia em busca de alternativas consequentes que levem em conta a afirmação eticamente sustentada da pluralidade imanente dos modos de existência”. Posto isso, para realizar esse estudo foi preciso ter autorização de um *irmão*⁴, ainda que não fosse autorização geral ou de algum possível líder hierárquico, essa autorização geraria consequências ao *irmão* em caso de qualquer problema.

² Os códigos/gírias utilizadas pelos agentes são elencados no dicionário da obra. Disciplina ou disciplina do comando são as condutas recomendadas aos participantes do PCC.

³ Caminhada: (1) Histórico (“Qual a sua caminhada?”). (2) Série de procedimentos a serem cumpridos (“Me ensinou a caminhada”).

⁴ Irmão: Membro “batizado” no PCC.

Karina Biondi trata o *aval*⁵ do comando para a pesquisa como revelador, justamente por romper com o senso comum envolto no conceito de “organização criminosa” como altamente hierarquizada. Do ponto de vista político, todos os *irmãos* falam em nome do comando e essa percepção fez com que os pontos de partida no campo fossem se delineando.

O livro nos faz pensar que quando se fala em PCC e em seus agentes, a facção pode estar “presente inclusive onde está ausente”, conforme destacado em alguns pontos do registro. Isso é identificável em referências feitas às visitas e a pessoas direta ou indiretamente ligadas às práticas do *comando*.

Nas ressalvas metodológicas dirigidas à Latour é possível notar a intenção de capturar a percepção do nativo, pois o não enquadramento conceitual, ou seja, o afastamento de conceitos polissêmicos como cultura e sociedade não se mostrou eficaz para entender o ponto de vista dos indivíduos imbricados nessas realidades.

O PCC surge como uma força de resistência às condições carcerárias a que estavam submetidos os detentos. A megarrebelião de 2001, que aconteceu simultaneamente em diferentes presídios do estado de São Paulo, é a primeira grande manifestação do PCC com autoria assumida e desde então vários eventos descritos demonstram a influência política da facção, culminando nos eventos de 2006, quando houve uma série de ataques programados às forças de segurança e mesmo a algumas instituições estatais. Versões de integrantes consultados apontam o surgimento em meados de 1993. Presos antigos tratam o período pós advento do *partido*⁶ como uma melhora importante na disciplina prisional que passou a se ter tanto na relação entre presos, quando no *sistema*⁷ de modo geral. Ainda nessa chave, por muito tempo o alto escalão da segurança pública do estado de São Paulo tratou a possível existência da facção como ficção.

Os ataques de 2006 despertaram o interesse da academia em entender esses fenômenos. Esse período, conforme demonstrado no capítulo “O PCC”, acaba por

⁵ Aval: Autorização.

⁶ Partido: O mesmo que PCC.

⁷ Sistema: Entendimento polissêmico, sendo: (1) Presos. (2) Sistema penitenciário (instituições privadas de liberdade e seus funcionários). (3) Sistema capitalista. (4) Poder Público

impulsionar pesquisadores das universidades a se debruçar através de diversas perspectivas, com o intuito de capturar o funcionamento e as estruturas da facção.

Como forma de diagnóstico de unidades de grandeza, na época da produção estudo de Karina Biondi a população carcerária no Rio de Janeiro, amplamente presente nos noticiários era quase 6 vezes menor em relação à população carcerária do estado de São Paulo⁸. Além disso, em alguns casos, como nos CDPs as funções não cumpridas de modo devido. Nos Centros de Detenção Provisória, conforme apontado, não são raros os casos de detentos passando períodos equivalentes ao que cumpririam de pena, sem ao mesmo serem julgados.

No aspecto de territorialidade, a organização criminosa passou a “tomar” para si diversas cadeias dentro e fora do estado, em alguns casos aderindo aos confrontos. Do ponto de vista prático, não há diálogo entre integrantes de facções rivais, logo encaminhar um detento de uma facção para um presídio dominado por outra é considerado como uma sentença de morte.

Há uma certa ordem adotada nas chamadas “prisões do comando”. Os detentos recém-chegados passam por triagem composta por perguntas com a intenção entender seu *proceder*⁹ e o tipo de *caminhada*. Não existem dados parametrizados que informem o número de membros *batizados*¹⁰ do PCC, a autora através de critérios de observação apontou para um cálculo da ordem de um batizado a cada 100 detentos. Por essa razão, os critérios para o batismo costumam ser tão rígidos entre os membros, pois assim como no caso *aval*, um integrante *batizado* passa a ter parte de suas ações vinculadas à responsabilidade de seu *padrinho*¹¹ no crime.

Esse é um ponto importante, por colocar em evidência o momento de transição dos ideais de “paz, justiça e liberdade”, para a inclusão do fundamento da “igualdade” no *comando*. Nessa transição se pode pensar em diversas outras controvérsias acerca da estrutura de tomada de decisão do PCC. Trata-se de um ponto de transição importante por colocar em evidência a percepção da autora frente ao

⁸ De acordo com as informações constantes no livro, a população carcerária de SP em dezembro de 2007 era de 153.056 detentos, enquanto a população carcerária do RJ era de 26.523 detentos.

⁹ Proceder: Comportamento esperado de um prisioneiro, por meio do qual ele é avaliado pelos outros presos.

¹⁰ Batizado: indivíduo que passou de “primo” para “irmão”.

¹¹ Padrinho: “Irmão” que propôs o “batismo” de outro “irmão” e que carrega a responsabilidade por trazer este novo membro ao PCC.

grupo estudado. Serve como forma de desmistificar o estereótipo criado no senso comum do grupo altamente hierarquizado e com posições de comando bem estabelecidas. Partindo dessa leitura para avaliar a emergência do *Primeiro Comando da Capital*, em conjunto com uma reflexão que comporte o sistema prisional brasileiro.

A inserção do ideal de igualdade passa a tornar ainda mais complexa a relação de *voz*¹² e *disciplina*. Em algumas passagens esse confronto entre igualdade, humildade e a necessidade da palavra de autoridade é demonstrado de forma evidente. Retomando o relato do ponto de vista dos detentos, demonstrou-se uma impressão de pacificação do ambiente carcerário descrito nos anos 90. A superação do problema do crack e a não tolerância aos chamados *malandrões*¹³ são conquistas citadas por *irmãos* e *primos*¹⁴ durante essas conversas.

Assim também esse controle é exercido através das posições de ordem dentro e fora do ambiente carcerário. Os *faxinas*¹⁵, *pilotos*¹⁶ e as *torres*¹⁷, são alguns dos papéis estruturantes do comando, tanto para manter o controle, quanto para receber os chamados *salves* vindos do *mundão*. Todos esses códigos e categorias eram de conhecimentos dos presos, no entanto a pesquisa aparentemente não explorou a leitura dos funcionários acerca dessas funções.

O respeito interno entre membros acaba por crescer de acordo com a capacidade de um *irmão* lidar com os problemas no crime. O lema de igualdade acaba por gerar ainda mais controvérsias se olharmos com uma lupa linhas históricas descritas pelo livro. Na resolução de conflitos entre membros essa capacidade de negociação e argumentação é colocada em prova e diferente do crava o estereótipo, entre os entrevistados é unânime a ideia de que o respeito se dá por quem tem mais capacidade de negociação, ou seja, de não tomar uma postura violenta desde o início.

¹² Voz: Posição política que existia em cada cela (voz do barraco), em cada pavilhão e em cada cadeia.

¹³ Malandrão: Preso típico da época que antecedeu a existência do PCC, caracterizada pela exploração financeira e sexual de outros presos.

¹⁴ Primo: Presos que residem no “convívio” de cadeias comandadas pelo PCC, mas que não são seus membros “batizados”.

¹⁵ Faxina: (1) Cela onde moram presos responsáveis por funções políticas e administrativas no interior de um pavilhão. (2) Nome dado aos moradores da cela “faxina”.

¹⁶ Piloto: Posição política exercida por presos, responsável pelo bloco.

¹⁷ Torre: Posição política existente no PCC, responsável pelos “salves” que orientam as ações dos presos.

Com a mobilização de referências da literatura política, nota-se que a obra considera a inexistência de obrigações e de estrutura hierárquica como um ponto fundamental da coesão do PCC. Latour (2005) e Viveiros de Castro (2002) são citados na obra em aceno para uma abordagem menos dicotômica em relação às abordagens voltadas para a “sociologia do social” (preterida) e aproximando-se da “sociologia das associações” (adotada).

A supressão das posições de autoridade foi apreendida no decorrer do estudo, tanto pela alteração do lema, quanto para as práticas do dia-a-dia do cárcere. Na linha disciplinar do comando, historicamente homossexuais não são aceitos e ainda que isso tenha mudado com o advento do lema de igualdade, o regime parece ser apenas de tolerância, mas sem a participação na tomada de decisões.

Ao longo do terceiro capítulo passa a se criticar o enquadramento de categorias como “organização criminosa” e “crime organizado”. Inclusive reitera-se as fortalezas do método etnográfico para considerar em patamar equitativo os saberes acadêmicos e aqueles apreendidos do nativo. Se afastando, portanto, de leituras jurídicas ortodoxas. Essa crítica demonstra o poder de coesão do PCC ao pensar a horizontalidade do “estar misturado”, ou seja, correr *lado a lado*¹⁸.

Por todas essas complexidades, a organização perdura em ideais, adeptos e cresce territorialmente desde sua formação. Talvez essa possa ter sido uma dificuldade denotada nas camadas mais profundas da pesquisa, seguir os agentes (em especial as visitas e os funcionários) em práticas não necessariamente vinculadas com o comando ou com o sistema penitenciário.

Um ponto que pode gerar impressões dissonantes no leitor é se de fato a perspectiva pacificadora do *comando* sobrepõe a violência ainda empregada em suas práticas. Seja contra o Estado, seja contra quem não faz parte do comando dentro da ideia de “quem não corre com o Comando corre contra, é oposição”, seja contra facções rivais.

Em suma, a pesquisa é repleta de fortalezas na metodologia e na forma acessível como foi transcrita. A autora colabora para a discussão da violência e direitos humanos nas prisões brasileiras e amplia essa reflexão ao pensar a origem e a estrutura

¹⁸ Lado a lado: Qualidade da relação entre duas ou mais pessoas, na qual existe uma cooperação desprovida de hierarquia.

do *Primeiro Comando da Capital*. Contribui também para a leitura de organização criminosa e a aderência desse conceito ao modelo estrutural visto nessa facção. Como escopo demonstra cuidado nos detalhes, tornando a obra atrativa ao incluir um dicionário detalhado e o *croqui* de um dos espaços estudados.

Referências

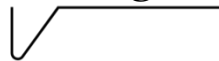
LATOUR, Bruno. *Reagregando o social – Uma introdução à teoria do Ator-Rede*, Salvador: Edufba, 2012 [2005]; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

VARGAS, Eduardo Viana. 2006. *Uso de drogas: a alteração como evento*. Revista de

Antropologia USP, v. 49, nº 2, São Paulo. p. 581-623.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *O Nativo Relativo*. Mana, vol. 8, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ. p. 113-148.

Frequentar a Etnografia: um passeio etnográfico pela formação em Ciências Sociais



Felipe Figueiredo¹

Resumo

Neste artigo elaboro algumas reflexões acerca de minha trajetória enquanto estudante de ciências sociais na Universidade Federal de São Paulo e na importância que a pesquisa etnográfica teve nela. Trata-se, portanto, de uma etnografia de uma trajetória acadêmica em ciências sociais. O objetivo central do artigo é apresentar uma crítica à separação de ensino e pesquisa, refletindo qual o lugar do ensino na pesquisa e da pesquisa no ensino. Por fim, elaboro algumas ideias acerca do ensino e pesquisa durante a pandemia do Covid-19.

Palavras-chave: Ensino – Pesquisa – Etnografia – Ciências Sociais

Abstract

In this article, I reflect my academic trajectory as a social sciences' undergraduate degree student at the Federal University of São Paulo, and the importance of the ethnographic field work on it. Therefore, it is a academic trajectory ethnography in social sciences. The main objective of this article is to present a critic point of view to the dichotomy between teaching and researching, reflecting teaching's place in researching and researching's place in teaching. At the end, I desenvolve some ideas about teaching and researching during the Covid-19 pandemia.

Keywords: Teaching– Researching – Ethnography – Social Sciences.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo e membro do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB). E-mail: felipe.figueiredo@unifesp.br

*Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.*

*

*Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse, não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascente, entranha a alma.*
João Cabral de Melo Neto

Introdução

Este artigo foi escrito como parte da avaliação para a disciplina de Etnografias e Teorias Etnográficas do PPGCS, ministrada pelo Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira, na UNIFESP, Campus Guarulhos, no segundo semestre de 2019. Além das discussões realizadas em sala de aula, este artigo tem como norte teórico metodológico a etnografia realizada ao longo de uma pesquisa de iniciação científica, entre 2017 e 2018, ressaltando uma especificidade deste trabalho de campo: o fato de ser a primeira etnografia realizada pelo autor durante a graduação. Essa peculiaridade do trabalho de campo escolhido como referência para o presente estudo é fundamental para o principal objetivo do presente texto, que é discutir de maneira crítica a relevância que a etnografia tem na formação de novos pesquisadores, assim como as aulas que o estudante de ciências sociais cursa ao longo de sua formação. Estão esboçadas abaixo algumas potencialidades dessa abordagem teórico-metodológica enquanto forma pedagógica de pesquisa e de aprendizagem na própria disciplina.

Abordamos, portanto, ao longo do artigo, como essa etnografia em específico teve papel na formação do pesquisador em questão e pôde ser uma porta de entrada ao

mundo da pesquisa, sendo a escrita etnográfica uma ferramenta possível de realização criativa do trabalho científico. Quais especificidades a realização de uma etnografia coloca para os pesquisadores em formação, e como esta pode ser apropriada de forma criativa, mas também pedagógica ao próprio pesquisador em sua formação enquanto etnógrafo? Em suma, ao compartilhar essa primeira experiência etnográfica, procuro sistematizar e compartilhar em forma de texto algumas questões que foram fundamentais para minha formação como pesquisador, que creio serem pertinentes àquelas e àqueles que estejam começando no mundo da etnografia e da pesquisa científica em ciências sociais de maneira mais ampla.

A ideia, portanto, é que o artigo se desenhe como um passeio pela experiência etnográfica, não um manual de como realizá-la. Mais que isso, o texto pode ser lido também como uma pequena etnografia da trajetória de um jovem pesquisador, visando também algumas reflexões que foram levantadas nas discussões ao longo da disciplina acerca do ensino de Ciências Sociais no Brasil. Assim, não caímos na armadilha de realizar um “balanço geral” ou sistematizado do ensino de Antropologia e Ciências Sociais que, como comenta Lévi-Strauss, estaria fadado a ser colocado de forma arbitrária, deformado e perdido em relatos históricos muito particulares para cada país ou mesmo para cada universidade (Lévi-Strauss, 2012). A exposição a seguir parte, portanto, da exposição de uma situação real e localizada (do ensino de ciências sociais na Universidade Federal de São Paulo)².

1. Minha primeira etnografia

A etnografia em questão aconteceu em Macaúbas, município no Sul da Bahia, em 2018, nos meses de Janeiro e Julho, meses de férias universitárias, o que me possibilitou ir a campo sem que eu perdesse as aulas na graduação. Além disso, contou com um “pré-campo” em 2017, que consistiu em uma visita ao município para entrar em contato com

² Acerca dos usos dos termos “Antropologia” e “Ciências Sociais” ao longo do texto, portanto, não há uma separação rigorosa entre as duas, tendo em vista que o ensino da antropologia, como é o caso na Unifesp (e em muitas universidades brasileiras) é realizado dentro do departamento de Ciências Sociais. Optamos por usar ambos no texto apenas para acentuar o caráter teórico-metodológico adotado de maneira mais comum por uma abordagem antropológica dentro das Ciências Sociais, pela predileção do uso do trabalho de campo etnográfico. Acerca da inserção da Antropologia nas Ciências Sociais, consultar “LÉVI-STRAUSS, 2012”.

alguns dos interlocutores, e que foi fundamental para a escrita do projeto de pesquisa que posteriormente foi aprovado e financiado pela FAPESP (2017/10131-6). Esse ponto também é fundamental, pois com os recursos de pesquisa eu consegui não só me manter, mas também realizar as viagens de campo. De antemão, há dois obstáculos no Brasil hoje para a realização do trabalho etnográfico durante a graduação (sem levar em consideração ainda a pandemia do coronavírus): falta de tempo e de recurso.

O assunto principal da pesquisa era uma poesia oral, criada por volta de 1930 durante a construção de um açude na cidade pelo então Instituto Federal de Obras Contra a Seca (Figueiredo, 2018). Essa poesia em forma de ABC nos conta, na voz dos operários, as condições de exploração de sua força de trabalho ao longo da construção da barragem. Foi buscando essa memória que me encontrei com Bio, Beata, Preta, Estevão e França, meus interlocutores de pesquisa. Cabe dizer ainda que este último é meu avô e, portanto, não se tratava de um lugar totalmente estranho, o que facilitou sua realização e entrar em contato com outras pessoas fundamentais para o conhecimento de tal poesia e histórias relativas a ela. Além disso, as condições materiais de realização da pesquisa como hospedagem, alimentação e locomoção foram muito facilitadas devido a essa familiaridade. A poesia veio até mim por relatos de familiares, e que considero como sendo um verdadeiro achado antropológico devido a seu caráter poético que além de contribuir para o patrimônio das poesias orais do sertão nordestino também é um dado histórico fundamental como memória de muitas obras contra a seca construídas na região do semiárido brasileiro.

Além disso, um acontecimento que me levou a pesquisar a relação entre políticas de gestão da natureza e memória foi a participação no Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da Unifesp (VISURB), grupo coordenado pela professora Andréa Barbosa, ativo desde 2007³. Na mesma época em que conheci a poesia do ABC do Açude, nós do VISURB realizávamos uma pesquisa acerca dos rios de São Paulo, abordando a relação entre Natureza e Cultura na antropologia. Portanto, foram essas pequenas coincidências em minha história de vida que me levaram a realizar tal etnografia, o que nos leva ao tema da subjetividade e objetividade do conhecimento na pesquisa antropológica e nas ciências sociais que abordaremos mais adiante.

³ <https://visurb-unifesp.wixsite.com/visurb-unifesp>

Pois bem, depois de conseguir os contatos com alguns familiares, escrever o projeto, fazer aulas, ter a bolsa aprovada, dialogar com minha orientadora e participar do grupo de pesquisas, vou a campo. Macaúbas é um município localizado no sul da Bahia. Em Janeiro de 2018, viajei até a capital baiana de avião com recursos próprios, onde fiquei na casa de uma prima que estuda na UFBA. De lá, comprei uma passagem de ônibus para Macaúbas com a reserva técnica da FAPESP. A viagem duraria cerca de dez horas. Por coincidência, ouvi na fila do ônibus um homem falando acerca do açude de Macaúbas e que a prefeitura havia decretado estado de calamidade devido à seca. Talvez por mais coincidência ainda, este mesmo homem sentou na poltrona ao lado da minha e conversamos ao longo de algumas horas sobre o assunto. Na época eu imaginei ser ali o ponto de partida da minha pesquisa etnográfica.

Em Macaúbas, me hospedei na casa de meus avós, na zona rural do município. Lá dividia meus afazeres entre arrumar o quarto onde eu estava, conversar diariamente com meus avós, a fim de obter informações e histórias acerca do açude e do ABC do açude, ir atrás de pessoas que poderiam ter outras histórias acerca da poesia e no final do dia tentava sistematizar as anotações de campo e escrever algumas páginas do relatório de pesquisa. Quando ia para a cidade, ficava hospedado na casa de uma tia, mas a rotina era praticamente igual. Registrava tudo com a ajuda de um gravador (também adquirido com dinheiro da reserva técnica) e com uma câmera, o que me ajudou também a transformar a pesquisa em meu TCC posteriormente.

Em Janeiro, fiquei em campo por aproximadamente 20 dias. Ao voltar para Carapicuíba, SP, onde moro, ao longo de quase um semestre fiquei elaborando e sistematizando tudo o que havia aprendido em campo, ora buscando mais referências, ora tirando dúvidas com minha orientadora. Além disso me desdobrava também nas aulas da graduação, quando por vezes vinham *insights* sobre a pesquisa. Tentei direcionar as escolhas das disciplinas que cursaria de acordo com meu tema de pesquisa, o que me ajudou também na escrita dos relatórios científicos e também dos trabalhos finais ou provas dessas disciplinas.

Voltei em Julho, dessa vez fui e voltei de São Paulo de ônibus (uma viagem de cerca de sessenta e oito horas, contando ida e volta). Nesse último campo fui até a casa de meus interlocutores para sanar algumas dúvidas que tinham me ocorrido durante a escrita do relatório para então finalizá-lo.

2. Etnografia, Antropologia e Ciências Sociais

Em algum momento o estudante de ciências sociais ou antropologia se depara com a questão do método, da metodologia. Como é o caso de muitos dos programas oferecidos nessas áreas, há disciplinas específicas para tratar de questões de metodologia e, geralmente, a etnografia aparece enquanto tal. Se por um lado, Geertz, diz que podemos definir a antropologia “pelo que ela faz” e, “o que os praticantes fazem é etnografia” (1989, p.15), por outro lado, há a discussão levantada por Ingold, que defende que Antropologia não é etnografia (2017). Sem entrar no mérito dessa discussão, chamo aqui a atenção para algo que este último autor diz em relação a forma como é constituída uma “epistemologia que constrói o aluno como o mero receptor de conhecimento antropológico produzido em outros lugares - e não como um participante de sua contínua elaboração criativa” e que essa mesma epistemologia, que divide ensino e pesquisa, é a mesma que “constrói o nativo como um informante” (2017, p.346).

Geralmente, aqui no Brasil, os estudantes de ciências sociais têm que (ou são estimulados a) fazer um trabalho de conclusão de curso (TCC). Ao longo de sua jornada, no entanto, a sensação geral é que há uma divisão entre as disciplinas metodológicas e aquelas disciplinas acerca das bases teóricas e epistemológicas delas. Na prática, no fazer etnográfico, essa separação não acontece. É no momento da pesquisa que o estudante coloca em prática a articulação entre teoria e metodologia. Mas por que há essa separação na formatação do curso? A impressão que fica é que a ênfase das ciências sociais e da antropologia é numa história dessas disciplinas e pouco no fazer, em sua elaboração científica e criativa. Ora, se seguirmos o argumento de Ingold de que a antropologia (e as ciências sociais de modo geral) constitui um *processo* de atenção e de educação da percepção acerca dos acontecimentos da vida no mundo, talvez seja necessária uma reflexão sobre sua forma de educação, sobre a formação dos antropólogos e antropólogas e dos cientistas sociais.

Em conversas com alguns colegas de curso, a impressão é que muitos estudantes de ciências sociais (sobretudo aqueles que se interessam menos pela antropologia do que pela sociologia ou ciência política) pouco conhecem do trabalho

dos antropólogos hoje – que podem variar desde uma pesquisa etnográfica com uma população indígena na Amazônia até uma igreja evangélica em São Paulo (Shiratori, 2019; Moraes Teixeira, 2012) – em parte devido ao caráter “historiográfico” das disciplinas obrigatórias em antropologia e em ciências sociais como um todo. Qual estudante de graduação nunca ficou embaraçado ao ser questionado com a pergunta (por vezes como forma de crítica) “o que faz um cientista social”?

De certa forma, prossegue Ingold, essa maneira de ensino da antropologia (nesse caso, mais que em sociologia ou ciência política), perde voz sobre debates sobre questões políticas e reflexões mais amplas acerca do mundo. Creio que este fato esteja mudando cada vez mais, dado o fato da catástrofe climática entrar na ordem do dia dos temas abordados pela antropologia, sobretudo devido a forma como os povos não ocidentais lidam com essa questão e são atingidos por ela. Mas, como um todo, o ofício de antropólogo é pouco publicizado para além das questões socioambientais.

A questão aqui não é negar a importância acerca da história das disciplinas e da contribuição dos autores para ela, mas questionar a maneira como acontece a formação dos cientistas sociais e antropólogos e antropólogas em sua contemporaneidade, para assim, enquanto estudantes poder contribuir de forma criativa para o “patrimônio” das disciplinas. É importante conhecer os autores, os clássicos e o que fizeram, igualmente importante aprender os métodos e teorias que constituem nossa disciplina, porém é também fundamental que todo esse conhecimento seja construído junto com os estudantes, que os momentos de “deslumbramento” de que fala Strathern ocorra como um aprendizado acerca dos conhecimentos antropológicos, para além de um voltar-se a si mesmo e as sucessões de revisões das maneiras de trabalhar da antropologia.

Ora, a etnografia pode nos ajudar a pensar formas de ocasionar esse deslumbramento. Mais que um método, a etnografia como uma “teoria de descrição”, como diz Nader (2011), pode nos levar a outros lugares de reflexão e investigação. A importância de se conhecer a maneira como as pessoas fizeram essa teoria antes de nós, a meu ver, é despertar para formas criativas de lidar com as diferentes situações no que chamamos de campo. Se cada experiência é única, é o campo quem nos dita como devemos guiar nossa pesquisa. Isso é inclusive uma das coisas geralmente ensinadas hoje nos cursos acerca de metodologia de etnografia.

Ironicamente, quando vamos a campo, aprendemos a desconfiar do método e a tomar cuidado com suas amarras. Ao mesmo tempo, dizer que não se precisa de método, sobretudo no atual contexto político, seria um tiro no pé. Aos poucos criamos formas de se estar no campo, alguns criam rotinas de pesquisa, temos que lidar com certos constrangimentos causados por possíveis objetos comuns em entrevistas, como gravadores e materiais audiovisuais. Muitas dessas coisas podemos aprender com os autores. Uma das grandes lições que Evans Pritchard aprendeu com Malinowski, por exemplo, foi “não seja um maldito idiota” (2005, p.243).

Poderíamos, por exemplo, falar como Feyrabend (2007) ao relatar como o método científico pode limitar as atividades dos próprios cientistas. Isso não descarta necessariamente a importância da Universidade no ensino, mas coloca uma questão crítica a sua forma de acontecer. Inclusive, se como defendo aqui, a etnografia pode ser uma forma de “pedagogia” para os estudantes de antropologia e ciências sociais, é preciso que a Universidade e o poder público contribuam para que isso aconteça, sobretudo com financiamento de pesquisa.

É muito comum muitos estudantes entrarem na universidade sem sequer saber o que é uma iniciação científica. Isso porque além do vestibular, existe uma outra barreira social que é o conhecimento acerca da vida acadêmica e da burocracia universitária. Políticas de fomento à pesquisa, como bolsas de iniciação científica são fundamentais sobretudo para a permanência dos estudantes na universidade. Sem verba para se manter na universidade (ainda que seja pública), muitos estudantes têm que trabalhar, estudar e ainda fazer o TCC, isso quando não ocorre a evasão.

Esse era meu caso quando ingressei na universidade. Foi a partir de uma conversa no ônibus com um professor que conheci o VISURB, grupo que faço parte até hoje, onde pude ter conhecimento de como aconteciam as pesquisas acadêmicas e, o mais importante, tive minha primeira bolsa de extensão universitária realizando alguns projetos do grupo, o que possibilitou me manter no curso e me dedicar às atividades que ali aconteciam. Mais que isso, também me possibilitou conhecer pessoas

e fazer trocas com elas, por vezes trocas de amizade, cuidado e afeto, tão importantes para a vida acadêmica⁴.

Daí para a bolsa de iniciação científica foi um passo (largo)⁵, e foi a partir da realização dessa pesquisa de IC que percebi um aumento muito grande no aproveitamento de todas as disciplinas em que eu cursava. Isso porque comecei a perceber de que forma poderia mobilizar tudo o que estava sendo transmitido em sala de aula de uma forma criativa e “concreta”. Como comenta Goldman, “a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (2006, p.167). Que podemos aprender com essas experiências? Bem, minha experiência como estudante da Universidade Federal de São Paulo, vindo de escola pública e realizando uma pesquisa de Iniciação Científica foi: se seu interesse está na pesquisa, encontre um grupo de pesquisa, um projeto de extensão ou mesmo um professor com projetos que mais se aproximem do que você se interessa.

3. Educação da atenção

Se, como dissemos, a educação em antropologia deve ser voltada para o treinamento da atenção e da percepção sobre o mundo, nada mais produtivo para isso do que realizar uma etnografia. A etnografia como teoria de descrição, como exercício de investigação e de como voltar a atenção para o mundo, transformando essa experiência pessoal em texto, em vídeo, em fotografias e até mesmo em desenhos. Na nossa disciplina, geralmente nossa ferramenta principal é o texto. O exercício da etnografia pode contribuir imensamente com essa produção textual também, dado contextos em que muitos estudantes começam a exercitar a escrita após entrar na

⁴ Em Novembro de 2017, os estudantes do PPGAS/USP realizaram uma mesa no evento “Sexta do Mês” com o tema “Cuidados de si e condições de trabalho na academia”, para debater, além de outras questões, as complicações psicológicas que uma lógica individualista de produtivismo acadêmico pode acarretar. O vídeo da mesa pode ser acessado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WWt1wpaYlsU> >

⁵ É importante ressaltar também que na lógica de produtividade acadêmica, fazer iniciação científica é quase que obrigatório para ter uma boa colocação nos processos seletivos de pós-graduação. Fazer uma pesquisa durante a graduação foi fundamental para a construção de minha trajetória acadêmica e ingresso no mestrado, ainda que haja pessoas que ingressem na pós-graduação sem ter feito IC antes.

universidade. E a escrita acadêmica, a escrita voltada para a pesquisa etnográfica é uma escrita muito particular.

Como comenta Strathern, “a escrita etnográfica cria um segundo campo” (2014, P.346) e, a relação entre o campo em si e o campo criado pela escrita é complexa pois, nenhum está em conformidade com o outro. Como tomar uma experiência tão particular e tão intensa, ou seja, uma experiência *na* vida e fazer caber em um texto? Como nossos autores e autoras fizeram tais coisas? Para além dos textos, fazendo etnografia podemos lançar luz sobre essas questões, ou seja, estando do lado de dentro da casa da construção do saber antropológico, e não olhando apenas pela janela. Será que talvez assim, os estudantes e a sociedade como um todo possam reconhecer o papel do trabalho dos antropólogos e antropólogas e a importância da produção de conhecimento antropológico ao lado de outras carreiras?

E o que podemos aprender com nossas pesquisas etnográficas? Algumas coisas são muito importantes, como, por exemplo, reler o que você já escreveu, o que nos leva a uma postura crítica daquilo que fizemos antes. Destaco também a importância da escolha do orientador ou orientadora e, na hora do TCC a importância de ter um parecerista para poder aprimorar o trabalho. Algo importantíssimo é dar o devido valor às descrições mais que às análises conceituais daquilo que experienciamos. O conhecimento etnográfico é produzido pela descrição, que não é menor que a análise, mas faz parte de seu processo (Ingold, 2017; Latour, 2012).

Ao chegar em campo, em Macaúbas, uma cidade familiar, comecei a pensar o quanto as relações intersubjetivas constituem nosso trabalho antropológico. Fazemos parte da experiência antropológica, sendo nossa ferramenta principal nossa percepção, enfim, nosso corpo presente em campo. Mas também foi importante perceber como a subjetividade em campo é importante para a pesquisa, além da pretensão de objetividade purista e cientificista. Não conseguiria realizar essa pesquisa se não fosse por minha história de vida. Ora, até mesmo Malinowski com sua pretensão de objetividade tinha um tanto importante de história de vida e subjetividade na realização de sua observação participante. Foi o fato de ser polonês e estudar na Inglaterra que o levou a estender seu trabalho de campo e a desenvolver um método científico que muitos consideram como marco inicial da etnografia. Como diz Nader (2011), hoje

muitos ainda argumentam acerca da objetividade científica, mas isso geralmente não faz mais do que mascarar uma grande posição subjetiva do pesquisador ou pesquisadora.

O percurso que me levou a escrita deste artigo começa, portanto, mais que na prática de etnografia, na própria sala de aula. O momento em que escrevo, é aquele que fala Strathern, acerca do “segundo campo” da etnografia, que se estende no tempo. Muitos professores e professoras já fazem esse convite à etnografia como forma de aprendizado, assim como muitos grupos de pesquisa contribuem para tal formação. O que descrevo aqui é uma visão geral do curso de ciências sociais a partir da experiência particular de alguém que até recentemente era estudante de graduação. Por que nossa trajetória de vida e acadêmica aparece (quando aparece) por vezes tão apartada de nossas pesquisas? A importância disso reside no fato de se olhar de maneira crítica a forma como acontece nossa formação. Quando disse acima que pensei que o ponto de partida de minha etnografia foi aquele ônibus, numa conversa informal, foi porque não enxerguei mais longe, que na verdade ela havia começado ali, na sala de aula, em minha formação como pesquisador, enquanto estudante de ciências sociais. Ainda que num sentido mais prático o campo efetivamente só se inicie quando se está nele, ou em direção a ele, o argumento aqui reside no fato de que muitas vezes ensino e pesquisa são tidos como dois mundos distintos. O que perdemos com isso? Como argumenta Ingold, a antropologia demorou um século para que os chamados “nativos” acessassem a universidade, mas o diálogo com os alunos ainda tem um papel marginal na produção do conhecimento (Ingold, 2017). Reside aí também a importância tão atual de estar presente na sala de aula, em estabelecer trocas de conhecimento e de estar presente em corpo.

Se somos levados a ter uma postura de pesquisadores, mesmo dentre aqueles que miram na carreira docente, a educação em ciências sociais e antropologia deve se formatar a essas questões. A antropologia começa na sala de aula e não é apenas uma etapa a ser cumprida para posteriormente fora dela, no campo. Lemos muito acerca da etnografia como um processo, mas pouco falamos do papel da sala de aula, não nos vemos fazendo antropologia dentro dos muros da universidade. Para isso, uma educação pela pedra, pelo pé da calçada, pelo chão da fábrica, pelo terreiro, pelo sertão, pela aldeia, e também pela

metrópole, pelos espaços da elite, nos laboratórios, nos ambientes digitais, mas também nas salas de aula. Para aprender da etnografia, frequentá-la.

4. Como frequentá-la em tempos de pandemia?

Há uma questão de temporalidade sobre a pandemia que afeta a produção acadêmica de maneira particular. Continuamos produzindo. A palavra “webinar” veio à tona com a pandemia e ganhou uma vida social, substituindo os antigos “seminários” e temos uma proliferação de cursos online. Aproveito o momento para tratar apenas rapidamente da questão, pois muito do que escrevi acima tem de ser repensado nesse momento e provavelmente terá que ser revisto novamente em breve. No entanto, me parece oportuno ou mesmo incontornável tratar dessa questão já que tenho a oportunidade de revisitar esse texto que escrevi pouco antes do vírus chegar ao Brasil, antes de sua publicação. Três meses depois somos o segundo país com mais números de morte por covid-19, situação que se agrava à medida que se agrava a crise política.

Além de todo o contexto dos ataques neoliberais à educação como um todo, e às universidades públicas em particular⁶, temos agora também uma pandemia que traz à tona novas e velhas questões para as práticas de ensino e a pesquisa. No caso dos estudantes de ciências sociais e aqueles interessados em antropologia, muitas vezes a questão se coloca na impossibilidade de realizar os trabalhos de campo, e mais amplamente da subtração da experiência universitária, tão importante para essas duas práticas. Uma colega, recém ingressante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, comentou em uma reunião do VISURB a falta que faz a experiência de vivenciar e construir corporal e coletivamente os espaços da universidade e como isso faz diferença para se articular politicamente nas questões da burocracia universitária, mas também como isso faz diferença nas trocas em aulas online.

Claro que há muitas possibilidades de se fazer ciências sociais em isolamento social. Na verdade, se trata de uma questão de responsabilidade para com nossos interlocutores, colegas de sala de aula e grupos de pesquisa, professores e funcionários

⁶ Sobre o assunto, um trecho do Manifesto pelos rumos da universidade pública brasileira, redigido pelo Colegiado do curso História – Memória e Imagem, da Universidade Federal do Paraná: <https://n1edicoes.org/090>. Acesso em 27/06/2020

das universidades. Mas faremos isso por uma questão de responsabilidade e pensando coletivamente uma saída pela ética do cuidado (conosco e com os outros entes humanos e outros-que-humanos a nossa volta) ou estaremos apenas seguindo a velha conhecida lógica liberal do produtivismo acadêmico? Com movimentos de aceleração e desaceleração, muitas questões colocadas nas linhas acima podem parecer obsoletas, mas a questão sempre atual é acerca da forma como fazemos conhecimento e a experiência universitária.

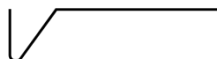
Referências

- EVANS-PRITCHARD, Edward. “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo.” In: Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 243-255.
- FEYRABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- FIGUEIREDO, Felipe «ABC do Açude: Percepção, Imaginário e Memória no sertão», Ponto Urbe [Online], 23 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado o 27 junho 2020. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/5732>;
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOLDMAN, Márcio. “Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica”. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, Lisboa, maio 2006.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, SP: Edusc, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Lugar da Antropologia nas Ciências Sociais e problemas levantados por seu ensino”. In.: *Antropologia Estrutural I*, São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- INGOLD, Tim. “Antropologia não é etnografia”. In: _____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 122-146
- MALINOWSKI, Bronislaw. “Tema, método e objetivo de pesquisa”. In.: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. [Coleção “Os pensadores”], São Paulo: Editora Abril, 1998.
- MORAES TEIXEIRA, Jacqueline. *Corpo e Sexualidade: Os Direitos Reprodutivos na Igreja Universal do Reino de Deus*. *Revista Mandrágora*, v. 18, p. 53-80, 2012.
- NADER, Laura. “Ethnography as theory”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 1 (1): 211–219, 2011.
- SHIRATORI, Karen. *O olhar envenenado: a perspectiva das plantas e o xamanismo vegetal jamamadi (médio*

Purus, AM). Mana, Rio de Janeiro , v. 25,n.
1,p. 159-188

STRATHERN, Marilyn. O Efeito
Etnográfico. São Paulo: Cosac Naify,
2014.

Dos Autos da Cova Rasa: uma etnografia da ausência



Resenha: MESQUITA FERREIRA, Leticia Carvalho de. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

Ingrid Possari Cia¹

A obra *Dos Autos da Cova Rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*, originalmente elaborada como dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 2007, conduz o(a) leitor(a) às trajetórias burocráticas do processo de identificação de corpos *não-identificados*. Entre fichas e registros do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a autora Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira apresenta o processo forense de identificar corpos a partir de uma lógica classificatória que se baseia em diferenças e desigualdades imputadas aos corpos ao operacionalizar a categoria do *não-identificado*.

O prefácio escrito por Adriana Vianna, orientadora de mestrado e doutorado de Ferreira, salienta a impressão de tratar-se no decorrer do livro de uma etnografia da ausência. Ausência essa que retrata a invisibilidade de pessoas que morreram em anonimato, corpos registrados numa existência imprecisa, solitária e destituída de laços sociais reconhecidos, vulgarmente chamados de indigentes. A construção argumentativa feita por Ferreira acerca dos *não-identificados* é de que não se trata de *qualquer* corpo sem identidade, mas de *alguns* corpos, vítimas ou suspeitas de mortes violentas e, por isso, destinadas ao IML-RJ, encontrados na “via pública”, na “linha férrea”, em hospitais ou lixeiras. A marca

¹ Mestranda no PPGCS/EFLCH – UNIFESP. E-mail: ingrid.possari@gmail.com

da desimportância não estaria restrita aos papéis, gavetas e fichários do arquivo analisados pela autora, “mas estende-se aos corpos a que cada documento arquivado se refere” (p. 154).

Apesar do que se sugere pelo termo *não-identificado*, a investigação de Ferreira evidencia que não existem corpos essencialmente desprovidos de identidade, já que a classificação dos *não-identificados* resulta na atribuição de múltiplos nomes genéricos. “Um homem desconhecido”, “uma mulher”, “um feto” são termos que exprimem a ausência de nome próprio. Ao sujeitar os corpos *não-identificados* a termos genéricos no ato de nomeação, “lhes dá existência e realidade como tais” (p. 7). Não pelos próprios termos genéricos em si, mas pelas circunstâncias e agentes investidos de autoridade que atribuem nomes genéricos aos corpos.

O primeiro capítulo do livro, *Identificando os não-identificados*, se dedica a situar a classificação dos *não-identificados* entre as práticas de identificação e dá início à questão sobre como, além do contexto brasileiro, os documentos são capazes de institucionalizar técnicas de controle que correspondem a um exercício específico de poder do Estado-nacional sobre seus cidadãos. Mariza Peirano (2006) demonstra que a dinâmica dos documentos como signos, a conexão entre o objeto individual e a “memória da pessoa de quem ele é signo” (p. 47), identifica seu portador para uma certa finalidade. A carteira de identidade, por exemplo, é composta por um conjunto de elementos como nome, filiação, foto e assinatura que “individualizam uma pessoa por meio de um número” (Ibidem). Enquanto por um lado o documento condiz com um conjunto “legal e jurídico” (Ibidem) que é compartilhado por uma coletividade, por outro ele cria o indivíduo ao descrevê-lo, o torna único e singular, e deve corresponder a apenas um indivíduo. Ferreira (2009) nos mostra como a classificação e nomeação de pessoas, lugares e propriedades são parte fundamental do processo de formação do Estado-nacional moderno e de seus sujeitos, no qual os sistemas de identificação tornam os indivíduos legíveis e controláveis pela administração pública. Tal processo estaria relacionado a uma dinâmica de produção de sujeitos não somente pelas técnicas de identificação enquanto únicas, mas também como parte de uma totalidade que os torna “passíveis de contagem”.

Dentre as práticas de identificação – documentos, sistemas de sobrenome e mapeamento de territórios – a datiloscopia é singular porque permite compreender “a articulação entre efeitos individualizantes e regulamentadores de mecanismos de controle

governamentalizados” (p. 33). Firmadas como um saber e uma técnica policiais, como salienta Sérgio Carrara (1984), inicialmente as práticas da identificação estiveram atreladas a finalidades criminológicas na busca de um “sinal natural” que determinasse a individualidade do criminoso. É com a descoberta da originalidade das impressões digitais pelo método Vucetich (datiloscopia) que se permite não só a superação dos métodos vistos como limitados na busca pela identificação de criminosos reincidentes, mas também um vasto registro de datilogramas individuais capaz de identificar todos os membros, conferindo uma realidade legível e passível de controle do “caos” na sociedade.

Nesse sentido, a figura do *homem desconhecido* representaria uma ameaça social por não se inscrever na realidade, e demanda um olhar escrutinador para “buscá-lo, conhecê-lo e controlá-lo” (p. 39), sendo ele representado e situado por terceiros. Logo, a morte do *homem desconhecido* é marcada pela carência de laços sociais manifestos e pela ausência dos rituais fúnebres, em que não há pessoas próximas para reverenciá-lo, velá-lo, enterrá-lo, evidenciando sua situação de desamparo e abandono. Em razão disso, quando morto, a trajetória percorrida pelo *homem desconhecido* exige que repartições investidas de autoridade e saberes técnicos administrativos particulares assumam oficialmente a função de “retirá-lo da “via pública”, encerrá-lo numa instituição, examiná-lo, enterrá-lo e registrar seu óbito” (p. 42). Revela-se, portanto, como o corpo que deve rapidamente “sair de cena” (p. 43), deslocado às pressas da vista da vida social a fim de prezar pela autoimagem da moderna civilização.

A partir dessas reflexões e dos documentos pesquisados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, Ferreira nos apresenta como se constitui o processo formal e padronizado das identificações, em que as fichas analisadas expressam uma lógica comum e identificam certos cadáveres, “dando vida” a esses corpos como *não-identificados*. Michel Foucault (1987), na genealogia do método clínico, nos mostra como Bichat viabilizou um olhar objetivo sobre os cadáveres abertos a serem dissecados, que identifica patologias através da manipulação de seus corpos. O reordenamento do saber médico encontrou na morte as verdades sobre a vida e a doença. “Vivificar” cadáveres no IML, identificá-los como *não-identificados*, garantiria não só o controle sobre *homens desconhecidos*, mas confere legibilidade a esse saber específico: se não se eliminam os perigos de suas existências desconhecidas, pelo menos elas estariam guardadas e registradas em arquivo.

No segundo capítulo, *Os vários nomes do anonimato*, a autora apresenta a lógica classificatória que emerge da organização burocrática relativa aos corpos *não-identificados*. Ao introduzir a *ficha* de “Um homem”, qualificada como reveladora, Ferreira nos conduz a um passo-a-passo da trajetória a que são submetidos os *não-identificados*. Tal caminho se inicia pela guia de remoção, no caso de “Um homem”, retirado do Rio Pavuna e encaminhado ao Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, a qual registra o local, a data e o horário de remoção do corpo.

Entre solicitações de registro de óbito, o auto de exame cadavérico, a individual datiloscópica até a solicitação do diretor do IML-RJ pela classificação de “Um homem” como indigente, a autora verificou que a guia de remoção teve mais importância quando comparada a outros documentos produzidos, funcionando como matriz de sua identificação. Isso se deve ao fato de que os registros contidos na guia, apareceram “repetidamente transcritos e citados em todos os outros documentos de sua ficha” (p. 57). Ainda que o auto de exame cadavérico e a individual datiloscópica devessem registrar os dados obtidos através dos procedimentos realizados no cadáver, no próprio IML, as informações presentes no documento de remoção, assinado geralmente por um comissário de polícia ou por um porteiro de hospital, foram reproduzidas em ambos.

Sob a luz da ficha de “Um homem”, Ferreira traça as dez características gerais da identificação dos corpos na organização burocrática. Resumidamente, são elas:

- (1) A nomeação genérica dos cadáveres, podendo ser encontrado mais de um nome genérico em cada ficha;
- (2) Combinações de documentos presentes nas fichas que não buscam exatamente a individualização dos cadáveres. Eles são parcialmente singularizados para que sua localização seja possível no arquivo do IML-RJ;
- (3) Constantes repetições dos mesmos dados sobre cada corpo e cada morte, nos diversos documentos de cada ficha. Os dados são transcritos de um documento a outro, sendo o conteúdo da guia de remoção o documento mais transcrito;
- (4) A presença frequente de dados soltos em alguns documentos arquivados. As informações avulsas encontradas nas fichas inviabilizavam questionamentos quanto à classificação destes corpos *não-identificados*;
- (5) As fichas mostraram um empenho econômico de esforços da parte dos funcionários. Ao compará-las, Ferreira notou que alguns processos de identificação

poderiam resultar no reconhecimento de alguns corpos, mas “muitas trajetórias eram arbitrariamente interrompidas” (p. 61);

(6) Junto à economia de esforços, encontra-se a inadequação e o descuido em relação aos documentos. Documentos rasgados, incompletos, rabiscados e folhas improvisadas foram encontrados com certa frequência;

(7) Contudo, a produção de documentos “servia à exibição de um suposto controle e cuidado totais de corpos e territórios pelos agentes envolvidos” (p. 63). A remoção de corpos de vias públicas, além de marcar o início de suas trajetórias como *não-identificados*, também registrava e exibia pelos documentos produzidos uma minuciosa “atuação de profissionais diante de corpos e territórios variados” (p. 63) através de seus nomes, carimbos e assinaturas;

(8) Colocar as fichas em conjunto revelaram que o ato de remoção tinha um valor em si mesmo, na medida que o encaminhamento e registro de alguns cadáveres exercia, sobretudo, a função de retirá-los de onde foram encontrados;

(9) As fichas têm importâncias desiguais. Assim como alguns documentos notadamente tinham uma importância maior do que outros, as funções e os registros de alguns agentes também articularam posições diferenciadas;

(10) O último aspecto a ser destacado refere-se ao lugar atribuído ao termo “indigente” que, entre 1942 e 1960, não era um nome genérico dentre os diversos atribuídos a esses corpos. O termo foi verificado apenas nas margens dos documentos, tomados como nota ou carimbo com a palavra “indigente”, mas nunca nos campos onde deveria constar o nome dos corpos.

Diante da complexidade da lógica classificatória, as regularidades encontradas no conjunto de *fichas* certificam a existência de um modo de fazer específico, de registrar, de classificar. Uma forma particular de lidar com um conjunto de corpos. Em contrapartida, visando entender o que unia as combinações dos prontuários individuais, Ferreira notou incoerências que se justapunham às regularidades. Nas palavras da autora, a amostra teria se apresentado “como um conjunto documental sepultado em uma vala comum de papéis, a exemplo dos corpos a que se referia” (p. 88).

O terceiro e último capítulo, *O saber de uns, a morte de outros*, desdobra-se a partir da reunião das fichas em cinco grupos distintos, denominados pela autora como Corpos Liminares, Corpos Recusados, Corpos Conhecidos, Corpos Identificados e Corpos

Indigentes, como uma maneira de refletir sobre as especificidades da concepção da morte que envolvia as classificações dos *não-identificados*.

Nas fichas dos Corpos Liminares, sob títulos como “Feto”, “Um Feto”, “Um Feto ou recém-nascido”, a concepção de morte perante esses corpos é distinta porque implica em afirmar que a morte antecederia ao nascimento. Estes corpos têm suas idades determinadas por contagem de meses como “vida intrauterina”, “de gestação” ou “natimorto” e, uma vez no IML-RJ, foram situados através de suas fichas “em um patamar mínimo de pessoalidade e mesmo de vida, razão pela qual os profissionais envolvidos em sua classificação sequer afirmaram que tivessem morrido” (p. 95)

Os Corpos Recusados referem-se ao grupo que mais evidencia que os corpos destinados aos Institutos Médico-Legais eram de apenas *alguns* cadáveres. As fichas dos Corpos Recusados mostram que são cadáveres que não sofreram morte violenta ou suspeita, por isso deveriam ser encaminhados ao Serviço de Verificação de Óbitos da Faculdade Nacional de Medicina e não permanecer no IML. Mas é importante destacar que os destinos e registros dos Corpos Recusados se definem conforme os documentos e exames são produzidos. Diferentemente dos demais grupos, este não terminaria na vala comum do Cemitério São Francisco Xavier.

Quanto aos Corpos Conhecidos, são os corpos sobre os quais se sabe algo, mas são registrados com amplo desconhecimento, razão pela qual são classificados como *não-identificados*. As fichas que se encontram nesse grupo têm informações soltas registradas, tal como “brasileiro”, “doméstica”, “solteira”, bem como dados que emergem de um “saber das ruas”. Mas as informações do que se sabe sobre esses corpos acabam sendo sobrepostas pelo que se desconhece deles, de modo que saber alguma coisa de um corpo não implicaria na procura por mais informações que possibilitasse seu reconhecimento.

Semelhante ao grupo anterior, os Corpos Identificados são caracterizados pela sobreposição do que se desconhece sobre alguns cadáveres e consequente diluição dos dados que já se conhecem sobre eles. O que, de fato, distingue os dois grupos encontra-se no registro dos Corpos Identificados “que retiraria qualquer corpo da categoria de *não-identificado*: o nome próprio” (p. 123). O nome próprio não se torna conhecido pelo “saber das ruas” nesse caso, e sim pelos procedimentos do exame datiloscópico ou reconhecimento por terceiros, realizados no IML. Apesar daquilo que o registro do nome próprio possa suscitar, como no encerramento do processo, desde a remoção do local o

cadáver, ele já estaria enquadrado na categoria *não-identificado*. Nem mesmo o reconhecimento e registro posterior do nome próprio do corpo seria capaz de suspender tal processo.

Por fim, às fichas dos Corpos Indigentes não são atribuídos nomes que não sejam os genéricos. O que o grupo dos Corpos Indigentes têm em comum com os outros anteriormente citados é sua classificação como *não-identificado*. Um dos exemplos percorridos pela autora trata de uma ficha específica de Corpo Indigente, a qual informava a morte de um homem na Linha Auxiliar da Estrada de Ferro e o posterior registro nos documentos como “Um desconhecido”. Dentre eles, o auto de exame cadavérico em cujo canto superior da folha de rosto lia-se “entrou em estatística”, em letras maiúsculas. A ficha marca como certos exercícios de autoridade e poder se constituem através do registro e armazenamento de dados sobre os indivíduos. São exercícios correspondentes às práticas dos processos de formação de Estado e, simultaneamente, de construção de populações e sujeitos. O registro da morte de “Um desconhecido” classificou-o “não só como um corpo *não-identificado*, mas como um corpo *não-identificado* singular, parte de uma população que o englobava” (p. 138), portanto, situando-o na população da República Federativa do Brasil.

Essa etnografia da ausência, tal como descreve Adriana Vianna, compreendeu um esforço analítico de Ferreira sobre o material de arquivo do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, no qual o desafio da pesquisa não consistiu apenas em compreender o processo da produção de documentos, mas como essa “papelada” constitui parte da *identificação* dos corpos dos *não-identificados*. E por se tratar de parte constitutiva do processo que a autora analisa, “é encarado tanto como instrumento, quanto como objeto de pesquisa” (p. 18).

À luz dessas reflexões, finalmente, Ferreira abre suas considerações finais com a pergunta: a quem serve a vala comum? A característica latente que se apresenta da classificação geral dos *não-identificados* trata de indivíduos que não eram conhecidos ou conhecíveis, com chances remotas de serem procurados por alguém. Isso fica mais claro quando Ferreira esmiúça que todos os *não-identificados* eram Corpos Indigentes, marcados fatalmente pelo “desvalor, a desimportância e todo um conjunto de ausências e carências compreendido pelo senso comum em torno da figura do indigente” (p. 146). A análise das fichas permitiu visualizar certos elementos que situam essas pessoas em um lugar social de marginalidade, evidenciado, por exemplo, pela ausência de velórios a esses corpos. “Enfim, o *não-identificado* não era só um *cadáver a ser aberto*, mas também era um corpo constitutivo da

nossa população (...). Era um de nossos anônimos designados por nomes diversos, sujeitado a procedimentos variados e finalmente enterrado ao lado de seus iguais” (p. 154).

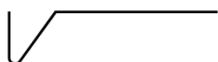
Referências

CARRARA, Sérgio. A “Ciência e Doutrina da Identificação no Brasil” ou do Controle do Eu no Templo da Técnica. *Boletim do Museu Nacional*, n. 50:1-26, 1984.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

PEIRANO, Mariza. "This horrible time of papers". Documents and national values (em inglês e português). *Série Antropologia* 312. Brasília, UnB, 2002.

O que os filmes dizem de si? O que a análise dos campos revela sobre “Green Book” e “Infiltrado na Klan”



Danilo Dias¹

Resumo

Este artigo tenta explicar o porquê que os filmes *Infiltrado na Klan* (2018) e *Green Book* (2018) geraram recepções tão distintas no público e na crítica, mesmo considerando suas similaridades temáticas e narrativas. Para isso, trabalhei com os conceitos de campo cultural e campo comercial do sociólogo Pierre Bourdieu, estabelecendo uma análise relacional dos elementos do campo que evidenciam as teias de interesse por trás das produções. Indo mais afundo na questão da crítica, pretende demonstrar a partir da leitura de José Carlos Durand como o perfil dos críticos tem mudado a partir do advento da internet e como isso influencia nas relações do campo. Com o mesmo princípio, também será discutido como certas escolhas narrativas e estéticas evidenciam o campo em que as produções estão posicionadas considerando as noções de otimismo e pessimismo nas artes analisados por Carolina Pulici.

Palavras chaves: Campo; Sociologia; Gosto; Cinema.

Abstract

This article tries to explain why the films *Infiltrados em Klan* (2018) and *Green Book* (2018) generate such different audiences and critics, even considering their similarities and narratives. For this, work with the concepts of cultural and commercial field by the sociologist Pierre Bourdieu, establishing a relational analysis of the elements of the field that are highlighted as themes of interest behind the productions. Going deeper into the question of criticism, intend to demonstrate from the reading of José Carlos Durand, how the profile of critics has changed since the advent of the internet and how this influences the relations of the field. With the same principle, it will also be discussed as certain narrative and aesthetic choices or field in which the productions are positioned, considering as notions of optimism and pessimism in the arts analyzed by Carolina Pulici.

Keywords: Field; Sociology; Taste; Movies.

¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Email: danilo.cei60@gmail.com.

Introdução

Infiltrado na Klan (2018) de Spike Lee, e *Green Book* (2018) de Peter Farrelly, despontaram enquanto as grandes produções cinematográficas do ano de 2018. Tendo participado das principais premiações e festivais da indústria do cinema deste último ano, ambas as produções tratam de temáticas raciais construídas através de roteiros históricos e biográficos dando profundo destaque para seus protagonistas negros. Não obstante, apesar das semelhanças, chamou atenção a reação do diretor Spike Lee, responsável por *Infiltrado na Klan*, que simplesmente virou as costas pro palco no momento em que *Green Book* foi laureado com o Oscar de Melhor Filme demonstrando uma clara atitude de protesto e repúdio perante ao que acabava de ocorrer. A atitude de Lee evidenciava que, no fim, os filmes possuíam muito mais antagonismo do que demonstrado, e foi dessa percepção que surgiu a proposta deste artigo. Afinal, o que seria possível extrair dos filmes que justificassem a grande distinção de público e crítica pelo qual eles se direcionaram. Em outras palavras, o que *Green Book* e *Infiltrado na Klan* eram capazes de dizer sobre si?

Diferente de um trabalho realizado por um crítico cinematográfico, ou de um exercício cumulativo, característico dos historiadores da arte, esse artigo não visa estabelecer uma valoração qualitativa dos materiais analisados e nem construir distinções de períodos e épocas historicamente definidas. A proposta em trabalhar com duas produções cinematográficas busca explorar os aspectos exteriores às obras, mas que, ao mesmo tempo, as justifiquem enquanto relevantes dentro de uma perspectiva sociológica do gosto. Em outras palavras, cito o sociólogo José Carlos Durand que ajuda a distinguir este tipo de empreendimento das particularidades de uma crítica tradicional

[...]o trabalho dos estetas, sejam ensaístas ou historiadores, pode proliferar e constituir um saber útil à história crítica da cultura, sem que isso necessariamente implique conhecimento da base social das práticas estéticas” (DURAND, 1989, p. 97).

Logo, ao tratar de filmes como “*Green Book*” e *Infiltrado na Klan* pretendo ir além da esfera da crítica, me propondo a visualizar o quão os filmes são capazes de revelar de si através de uma análise relacional de suas características técnicas, estéticas e narrativas correspondentes aos campos sociais pelos quais são produzidas as distinções de gosto. Citando mais uma vez Durand:

É aí que entra a sociologia da cultura. Sensível às junções de interesse em meio às quais acontecem a produção; a circulação e o desfrute da obra cultural, ela é capaz de reportar essa teia de interesses às lutas mais amplas em que se constrói o processo de dominação. Neste movimento, desloca-se o tradicional foco de atenção, que é a obra, para o autor, e passa deste ao meio social da arte, acompanhando as transformações sofridas por este em função do que se passa no conjunto da sociedade (DURAND, 1989, p. 17).

Essa referência ajuda a exemplificar que o foco deste trabalho não está centrado nos filmes, mas em, através deles, evidenciar as teias de interesse no âmbito da produção, circulação e recepção, visando mostrar todas as estruturas sociais que envolvem as produções aqui abordadas. Desse modo, ainda cabe sintetizar pelas palavras de Durand, a ideia que este artigo tende a seguir, segundo o autor: “[...] que aqui os artistas apareçam menos desinteressados, os marchands menos vilões, os críticos menos sábios e os mecenas menos generosos” (DURAND, 1989, p.18). Ou trazendo pra nossa esfera, os filmes tendem a parecer menos comoventes e os diretores menos geniais.

Dada esta breve introdução temática acerca do problema, para a realização dessa investigação que visa delimitar os antagonismos de campos presentes em *Green Book* e *Infiltrado na Klan*, será tomado como base da discussão a reflexão desenvolvida por Pierre Bourdieu em “A produção da crença” e sua teoria sobre os campos culturais onde segundo o autor:

O princípio da eficácia de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo, lugar de energia social acumulada, reproduzido com ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela [...] O valor da obra de arte como tal - fundamento do valor de qualquer obra particular - e a crença que lhe serve de fundamento se engendram nas incessantes e inumeráveis lutas travadas com a finalidade de fundamentar o valor desta ou daquela obra particular (BOURDIEU, 2006, p. 25).

Compreender as disputas colocadas por Bourdieu é perceber conseqüentemente todos os elementos que distinguem os dois filmes, tendo em vista que cada um representa um campo de disputa cultural antagônico com outro. Sendo possível, portanto, enquadrar melhor qual campo cada filme corresponde e a quais interesses eles buscam atender. Para isso, a percepção da crítica sobre as produções será de suma importância, uma vez que no atual cenário é possível perceber o conteúdo da crítica tendo em vista o veículo pelo qual ela está sendo veiculada e, conseqüentemente, qual campo ela está associada.

Também será discutido como o gosto tradicional facilita uma leitura mais aprofundada sobre os campos culturais. Por trás do otimismo e pessimismo artístico, é possível perceber uma disputa entre dominantes e dominados. Para entender melhor essa questão este artigo também terá como base o trabalho da pesquisadora Carolina Pulici, que contribui ao perceber de que forma o sucesso e o fracasso de bilheteria de um filme associa-se aos padrões estéticos e artísticos de uma classe específica podendo ser entendido também enquanto gosto tradicional. Ao tratar especificamente do cinema brasileiro, Pulici destaca que as temáticas tidas pelas elites enquanto padrão, tal como denúncia social ou a exposição das mazelas da sociedade, possuem uma grande resistência da parcela dominante da classe dominante, ao modo que possui uma maior aceitação dos setores mais intelectualizados considerados setores dominados dentro dessa classe.

Cabe ressaltar que o conceito de gosto presente ao longo dessa reflexão é entendido enquanto um marcador de distinção social que ajuda a delimitar os campos, não sendo portanto analisado enquanto um mera preferência estética individual. Sobre essa questão, Bourdieu afirma que:

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais [...] e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução [...] e, secundariamente, a origem social. O peso relativo da educação familiar e da educação propriamente escolar [...] varia segundo o grau de reconhecimento e ensino dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema escolar; além disso, a influência da origem social, no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes, atinge seu auge em matéria de 'cultura livre' ou de cultura de vanguarda. A hierarquia socialmente reconhecida das artes - e, no interior de cada uma delas -, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da "classe" (BOURDIEU, 2007, p. 9).

São esses marcadores de gosto que irão portanto pautar a análise dos campos a partir dos filmes. Por fim, com base nestes pilares teóricos, trarei na conclusão sobre o que é possível aferir a respeito dos interesses por trás de *Green book*, destinado ao campo mais comercial, e os interesses por trás de *Infiltrado na Klan*, tendo mais semelhanças com o campo cultural. Assim, será possível demonstrar de que forma os padrões estéticos de uma classe são construídos e moldados através de várias instâncias de consagração indo muito

além, portanto, de uma mera questão de gosto qualitativo de um filme em detrimento ao outro.

1. A recepção de *Green Book* e *Infiltrado na Klan* e a disputa dos campos culturais

A teoria dos campos de Bourdieu consiste em perceber a existência de um microssomo dentro do macrosomo social que possui suas próprias lógicas internas que se legitimam perante suas práticas. Em outras palavras, os campos funcionam como sociedades restritas que possuem relativa autonomia dentro do seu espaço simbólico. Todavia, por ainda estarem inseridos no universo dos fenômenos sociais, os campos reproduzem certas desigualdades de capital econômico, simbólico e cultural, fazendo com que suas relações internas fiquem bastante acirradas e, como consequência, produzindo uma disputa entre dominantes e dominados. O conceito de campo é relevante aqui enquanto instrumento de análise relacional das diferentes práticas dentro da esfera cultural, uma vez que possibilita compreender as tensões e conflitos dentro do universo da indústria cinematográfica, essa que envolve também os meios das premiações, festivais, crítica e público.

Tendo em vista este conceito e a percepção de como os filmes foram recebidos pela crítica e pelo público que será mostrado mais adiante, será possível estabelecer a relação das produções com seus respectivos campos de disputa. Na visão de Bourdieu, estes campos estariam divididos por uma certa polarização entre um polo mais comercial e outro “não comercial”. Enquanto um se associa mais facilmente com setores mais tradicionais, das elites consagradas pelo dinheiro, mas sem o prestígio do capital cultural, o outro tende a ter um espírito mais vanguardista, representando os setores mais eruditos e intelectualizados, ou a fatia dominada da classe dominante. Segundo o autor:

A oposição entre o comercial e o ‘não comercial’ encontra-se por toda parte: ela é o princípio gerador da maior parte dos julgamentos que, em matéria de teatro, cinema, pintura e literatura, pretendem estabelecer a fronteira entre o que é arte e o que não o é, ou seja, praticamente entre a arte burguesa e arte intelectual, entre a arte tradicional e a arte vanguarda, entre a rive droite e a rive gauche (BOURDIEU, 2006, p. 30).

Explorar, portanto, os aspectos comerciais e “não comerciais” dos filmes é explorar sociologicamente as divisões entre campos que cada filme representa. Trata-se de ter em vista que certas escolhas comerciais ou estéticas possuem finalidades claras e que são recebidas de maneiras distintas de acordo com o campo que as consagram. Assim, através da trajetória de *Green Book* e *Infiltrado na Klan* irei evidenciar as teias de interesse e os campos que envolvem as respectivas produções e também aprofundar esse conflito posto por Bourdieu entre o comercial e o “não comercial” ou entre tradição e vanguarda.

Iniciando com o aclamado *Green Book*, vencedor de inúmeros prêmios incluindo o Oscar de Melhor Filme. A produção contou com um orçamento total de 23 milhões de dólares financiados majoritariamente pela DreamWorks, uma das produtoras pertencentes aos estúdios da NBC Universal, o segundo maior estúdio de Hollywood de acordo com a revista Forbes. Em consequência disso, o filme teve mais facilidade de ser distribuído e assistido por um público bastante expressivo, gerando uma receita de quase 320 milhões de dólares totais ao redor do mundo.

Não obstante, *Infiltrado na Klan* foi produzido pela Blumhouse Productions, uma produtora independente de filmes de baixo orçamento que realizou um investimento de cerca de 15 milhões de dólares que resultou em cerca de 80 milhões de dólares de receita em bilheteria ao redor do mundo, ou seja, exatamente 4 vezes menos bilheteria do que *Green Book* angariou no mesmo período. Por outro lado, se o filme de Lee não foi um sucesso de público, tal como *Green Book*, tornou-se praticamente uma unanimidade em relação a crítica internacional, chegando a ser aplaudido durante 6 minutos após sua exibição no festival internacional de cinema de Cannes, no qual foi laureado com o grande prêmio do Júri, esse que nem sequer mencionou *Green Book*.

O primeiro ponto que gostaria de explorar é a grande diferença de investimento entre os dois filmes. Por conta do seu amplo investimento financiado por uma grande produtora que precisa dar respostas em forma de lucro de maneira vertiginosa para seus acionistas, *Green Book* teve, desde o início da sua produção, uma grande pressão em ser um sucesso comercial para suprir a aposta feita através de suas aplicações. Dessa forma, os riscos no roteiro e direção tendem a ser cada vez mais reduzidos visando promover uma rápida circulação de capital econômico sem a ambição direta de ser convertido em capital cultural. No outro polo, as produtoras independentes, em decorrência do baixo orçamento que dispõem, se pautam pelo princípio da denegação da economia, valorizando mais o

capital cultural em detrimento do econômico. O reconhecimento e a autoridade passam a ser as grandes ambições para este tipo de produção. Dentro dessa lógica, o único tipo de capital útil neste meio artístico e intelectual é reconhecido por Bourdieu pelo prestígio, visando um “[...] capital de consagração que implica em um poder de consagrar” (BOURDIEU, 2006, p. 20), o que, por sua vez, possibilita a autonomia de diretores controversos comercialmente, conhecidos por seus posicionamentos políticos, como Spike Lee, por produzirem filmes críticos e inovadores como *Infiltrado na Klan*. Fazendo um paralelo com o mercado editorial trabalhado por Bourdieu, na obra “A produção da Crença” (2006, p. 63), o cinema comercial se apresenta enquanto um campo que se pauta, antes de tudo, pela bilheteria, ao passo que o cinema independente visa especialmente os benefícios simbólicos.

Retomando a questão da denegação da economia, é possível dizer que talvez seja a característica que melhor represente o campo artístico e intelectual no qual o filme de Lee se enquadra. Pensar a arte enquanto instância superior, da esfera do sagrado, faz com que artistas, críticos e marchands² se alinhem ao mesmo enunciado de negação ao mercado proferindo geralmente o mesmo conteúdo discursivo. A ideia de que o dinheiro corrompe o meio artístico é um dos maiores limites dentro deste campo, pois “São comuns afirmações de que o mercado contribui para o entorpecimento da criatividade e para o afrouxamento de um certo padrão ético das relações entre artistas, jornalistas, historiadores e peritos [...]” (DURAND, 1989, p. 227). Assim, o mercado artístico somente é bem-sucedido ao transgredir as lógicas comerciais da circulação e produção dos bens culturais. Essa é a única forma dos dominados conseguirem certa “imposição” no mercado:

[...] através de estratégias de subversão que não poderão prodigalizar, a prazo, os ganhos denegados a não ser com a condição de derrubarem a hierarquia do campo sem contrariem os princípios que lhe servem de fundamento” (BOURDIEU, 2006, p. 32).

Essas questões auxiliam na caracterização da proposta formulada por *Infiltrado na Klan* aproximando-a como não-comercial, uma vez que é elaborada uma narrativa com questões que visam infringir, incomodar e estabelecer novos paradigmas artísticos e cinematográficos.

² Pessoa que negocia ou comercializa obras de arte.

Dentro dessa premissa e indo mais além, a questão das premiações também chama atenção para delimitar com clareza a oposição dos campos aqui trabalhados. Isso acontece porque raramente os filmes aclamados em Cannes ganham o mesmo destaque na cerimônia do Oscar. Enquanto um valoriza produções mais independentes, o outro tende a consagrar grandes empreendimentos da indústria cinematográfica, salvo raras exceções³. Com esta questão, criou-se certa lenda que no Festival de Cannes são valorizados os “filmes de arte”, enquanto no Oscar a preferência é pelos “filmes de entretenimento”. Tendo em vista o quão limitada é esta percepção, a relação entre os campos colocadas por Bourdieu parece mais apropriada para conceber estas distinções, posto que é nesse espaço de disputa, entre dominantes e dominados, que as instâncias de consagração vão conferir legitimidade e força para as produções em seus respectivos meios.

Nesse sentido, cada menção, premiação, ou destaque em revista, são relevantes para atribuir legitimidade de um produto de acordo com o seu campo, atribuindo “posições de poder nas instâncias de consagração” (BOURDIEU, 2006, p. 30). Traçando um paralelo com o campo literário, o mesmo fenômeno ocorre com a oposição entre as obras best-seller e obras literárias. Bourdieu destaca que os *best-sellers* tendem ser menos laureados com premiações pelos júris literários (Ibidem), da mesma forma que os filmes produzidos para o Oscar dificilmente são homologados pelos jurados de Cannes, por justamente pertencerem a campos distintos.

Percebida essas distinções entre os campos e a quais interesses estão por trás das produções analisadas, na próxima sessão serão discutidos os impactos que *Infiltrado na Klan* e *Green Book* tiveram na crítica e o que o conteúdo dessas publicações revelam sobre as percepções estéticas correspondentes a cada campo de disputa.

2. A relação da crítica com o campo e sua importância para construção do gosto

Em “Arte, privilégio e distinção” o sociólogo José Carlos Durand destaca a mudança do perfil dos críticos de arte ao longo dos anos. Com o progressivo desenvolvimento do mercado e a falta de oferta dos tradicionais críticos intelectuais de grande projeção e

³ Como a recente premiação do filme Sul Coreano “Parasita”.

repercussão nacional, os grandes periódicos do país passaram atribuir o papel da crítica a funcionários de suas próprias redações. Esse fenômeno possibilitou a renovação do quadro dos críticos, porém isto não foi acompanhado de um respaldo cultural dos seus antecessores, a exemplo de grandes nomes da intelectualidade brasileira tal como Mário de Andrade, Mário Pedrosa e Sérgio Millet. Com isso, o ofício de crítico de jornal, com o tempo, foi se direcionando para um semiprofissionalismo, cujas opiniões por vezes eram destinadas a *freelancer*, o que, por sua vez, obrigava muitas pessoas do ramo a ter outras ocupações para complementar suas rendas. Em consequência disso, com o tempo, os críticos de jornais passaram a ter que se defender constantemente das acusações de despreparo cultural feita por historiadores da arte e professores universitários.

Este breve relato evidenciado por Durand, chama atenção para uma nova reestruturação dentro deste mercado de críticos de arte, sobretudo, dos críticos de cinema. Com o advento da internet e o surgimento de infinitos blogs, sites, e canais digitais dentro do meio artístico e cultural, muitos críticos vêm surgindo a partir das mídias independentes e não mais restritos aos grandes jornais de mídia impressa. Desta forma, a categoria foi se ampliando, dando espaços para diferentes críticos dos mais diversos meios sociais, ao ponto que renomados críticos nacionais passaram a apontar para um fenômeno de “banalização da crítica cinematográfica” ao entenderem que a falta de repertório técnico e cultural desses novos profissionais desprestigiam o trabalho de acadêmicos e outros especialistas na área. Trata-se do mesmo teor de crítica que os jornalistas de redação haviam passado. Como forma de se defender e tranquilizar os insatisfeitos de suas publicações, estes críticos alegavam um valor quase irrisório ao impacto de suas críticas perante o público (DURAND, 1989, p. 243). Eles se entendiam enquanto “[...] mero escritor que toma a obra plástica como pré-texto para um exercício literário, não teria o dom de levar riqueza ou miséria a ninguém, por meio de suas divagações e juízos estéticos” (DURAND, 1989, p. 243), passo que os novos críticos afirmam: “Um crítico não precisa necessariamente ter uma formação acadêmica. Ele pode ser autodidata, ou um apaixonado por cinema” (SALLES e FERREIRA, 2016).

Apontar para esse cenário dos novos críticos é necessário para evidenciar que, ao mesmo tempo que a crítica independente advinda da internet amplia a diversidade e a renovação da categoria, também delimita os campos que os críticos representam e, consequentemente, a forma como os filmes são recepcionados por eles. Para evidenciar

melhor essa questão, é importante retomar alguns recortes de críticas referentes a *Green Book* e *Infiltrado na Klan* produzidos por grandes órgãos de imprensa e de portais independentes, a exemplo da publicação do crítico e cineasta Inácio Araújo da Folha de São Paulo que ao tratar de *Green Book* destacou os seguintes aspectos:

Vejamos: há um negro e um branco racista convivendo, durante a viagem de um pianista consciente da luta pela igualdade ao sul que faz do racismo uma bandeira. [...] Farrelly tira todo o peso que a convenção costuma atribuir a esse tipo de situação. Não faz da história uma plataforma da luta antirracista (ARAÚJO, 2019).

Quando Araújo destaca o fato de *Green Book* não se propor a ser uma plataforma antirracista ele ajuda a sintetizar todo esse aspecto comercial do filme. O que é relevante aqui, no entanto, é o seu contraponto. Ao tratar de *Infiltrado na Klan* na sua crítica ele destaca o seguinte trecho:

Lee conduz a intriga nem sempre muito amorosa sem enfeites. No mais, todo o filme despreza enfeites, penduricalhos digitais ou não, colorismos sofisticados: opta pela abordagem direta de seus personagens. Eles se encarregam dos disfarces (ARAÚJO, 2019).

Aqui as características “realistas” da produção são encaradas enquanto um diferencial ao dispensar os “enfeites” ou os colorismos sofisticados que consagraram o sucesso de bilheteria de *Green Book*.

Contrapondo a crítica de Araújo, trago agora uma visão sobre os dois filmes realizada pelo acadêmico Acum Silvério de Oliveira ao portal Geledés. Sobre *Green Book*, Silvério destaca:

Green Book é uma espécie de Conduzindo Miss Daisy de Natal, com toques de denúncia crítica do racismo. Contudo, ao tratar o tema denunciado com tons leves, para toda família, tanto crítica quanto fábula perdem sua força, não se sustentando enquanto tal. O resultado final é bastante frágil e visivelmente forçado, em que se reconhece a cada passo a mão pesada da direção, que se esforça por apresentar soluções artificiais e previsíveis de roteiro (SILVÉRIO, 2019).

Como é possível notar, Silvério não poupa as palavras para evidenciar as fragilidades de *Green Book* justamente pelo seu tom leve, dado que, na sua visão, esse tipo de abordagem apenas corrobora para uma montagem artificial acerca do problema racial na sociedade, reforçando certos clichês e estereótipos. Silvério ainda é mais enfático ao comparar com o

filme de Lee. Em sua publicação comentando sobre o desfecho da premiação do Oscar, ele aponta que:

Em termos cinematográficos, podemos dizer que a premiação seguiu um caminho inversamente proporcional no que se refere a qualidade estética: do mais fraco (*Green Book*) ao mais forte (*Infiltrado na Klan*); do mais ao menos comercial (do road movie de amizade adocicada para um filme profundamente crítico ao racismo e a seu modelo hegemônico de representação cinematográfica); do mais branco ao mais negro (SILVÉRIO, 2019).

Silvério, ao opor as duas produções, realça o lado comercial, hegemônico e consequentemente fraco em *Green Book*, ao passo que seus respectivos contrários seriam justamente as qualidades de *Infiltrado na Klan*.

Comparando as duas visões analisadas sobre os filmes, fica claro que a crítica de Silvério contém um viés explicitamente antirracista e não se isenta em assumir uma postura mais enfática sobre *Green Book*. Ao passo que, na crítica de Araújo, sua visão fica subentendida ao destacar diferentes pontos dos filmes. Sobre o teor dessas críticas, entra em jogo novamente a relação entre os campos. Enquanto a crítica de Araújo está vinculada a um grande órgão de imprensa, como a Folha de São Paulo, os riscos em relação ao teor da sua crítica terão muito mais impacto do que a de Silvério que está vinculada a um portal de artigos independentes gerenciado por movimentos sociais, o Geledés. Nessa relação, Silvério tende a ter muito mais autonomia em suas publicações do que Araújo ao construir uma crítica que será lida por diversos tipos de leitores. Ambos, portanto, pautam suas críticas correspondentes ao campo no qual elas serão recebidas. Esta relação entre os campos da crítica também foi refletida Bourdieu ao se debruçar nas publicações dos principais jornais da França sobre as peças representadas pelo teatro de vanguarda e o teatro burguês. Bourdieu postula:

Colocados diante de um objeto tão claramente organizado segundo a oposição canônica, os críticos- por sua vez, distribuídos no espaço da imprensa, segundo a estrutura que se encontra na origem do objeto classificado e do sistema de classificação que eles aplicam- reproduzem, no espaço dos julgamentos pelos quais eles o classificam e se classificam, o espaço no qual eles próprios são classificados (BOURDIEU, 2006, p. 43).

Em outras palavras, o teor e conteúdo dos comentários dos críticos tendem a variar de acordo com o órgão de imprensa pelo qual a sua opinião está sendo vinculada, afinal

“[...] um crítico só pode exercer influência sobre seus leitores na medida em que estes lhe atribuem tal poder porque estão estruturalmente afinados com ele em sua visão de mundo social” (BOURDIEU, 2006, p. 57). A colocação do autor ajuda a perceber os caminhos seguidos por Araújo e Silvério tendo em vista os seus respectivos campos de atuação.

Outro aspecto relevante dos filmes que ajuda a demonstrar essa disputa entre campo dominante e campo dominado, diz respeito às discussões referentes a sociologia do gosto que ajuda a opor as concepções estéticas de ambos os filmes. Tendo em vista que *Green Book* é uma produção mais comercial em relação a *Infiltrado na Klan* e que as duas produções ocupam lugares distintos dentro das relações dos campos, o empreendimento de um sempre terá como pressuposto a negação do outro. Essa relação de oposição ajuda a entender o porquê de *Green Book* ter sido um sucesso de bilheteria e visto pela crítica enquanto um filme leve, bonito, comovente e redentor, ao passo que *Infiltrado na Klan*, ao se propor ser transgressor, é tido enquanto crítico e trágico, fazendo com que esse tipo de filme crie mais resistência, ficando restrito às camadas sociais de relativa erudição.

Como exemplo dessa relação entre gosto e campo, tomo como referência o trabalho da pesquisadora Carolina Pulici que estudou com profundidade os gostos e preferências estéticas da elite endinheirada paulistana, ou a parcela da elite desprovida de capital cultural incorporado. Em seu artigo, a autora cita o crítico Leonardo Cruz que condensou 266 mensagens do público, sobretudo de classe média alta, para expressar uma opinião geral sobre o fenômeno da baixa audiência do cinema nacional em relação aos filmes estrangeiros. O resultado da apuração de Cruz pode ser visto no seguinte trecho:

Os críticos se esquecem de que, tirando eles próprios, as pessoas vão ao cinema para seu entretenimento e não para ver denúncia social, ou como somos feios, sujos e malvados no Brasil. Para ver o mundo das favelas, pobreza, injustiças sociais, basta abrir a janela do apartamento ou olhar pelas ruas do país ou assistir aos telejornais, e não ir ao cinema (apud, PULICI, 2001, p. 130).

Essa visão ainda é corroborada por um grande banqueiro e filantropo brasileiro que destaca a seguinte opinião: “[...] se eu vou assistir para me distrair (filmes), ou para vivenciar um drama e sair de lá angustiado, eu prefiro ver uma coisa mais leve, mais... Porque no fim das contas o cinema é um prazer, não um estudo científico que estou fazendo” (apud, PULICI, 2001, p. 132). Ambas as citações denotam a preferência das elites endinheiradas pelo otimismo estético no gosto fílmico e uma forte rejeição pelo pessimismo artístico. Isso

é explicado por Pulici porque esse tipo de elite representa antes de tudo a tradição e que, por sua vez, estabelece uma relação dialética de oposição a toda produção alçada enquanto vanguarda. Nas palavras da socióloga: “Dada estrutura frequentemente em quiasma do capital possuído, a “fração dominante da classe dominante” se situa na recusa sistemática das pretensões vanguardistas, opondo-se ao gosto dos intelectuais artistas” (apud, PULICI, 2001, p. 139). Mais uma vez, trata-se das disputas entre dominantes e dominados na concepção dos campos de Bourdieu.

Dessa forma, é possível aferir que boa parte do sucesso comercial obtido por *Green Book* provém justamente das suas escolhas estéticas que visam retratar o racismo não enquanto denúncia social, mas como plano de fundo para uma história comovente com o característico final feliz dos filmes do gênero, correspondendo, assim, a um padrão de gosto hegemônico, esse que, por sua vez, tende a resultar na obtenção de capital econômico de forma muito mais rápida. Já *Infiltrado na Klan*, aclamado pela crítica especializada e boa parte da classe artística, visa em sua narrativa subverter esse padrão estético dominante ao construir uma narrativa politizada que não visa o sucesso comercial, mas a obtenção do capital simbólico cultural a partir da lógica da denegação da economia.

Considerações finais

O que a análise dos campos demonstrou é que as diferentes recepções obtidas por *Green Book* e *Infiltrado na Klan* não podem ser explicadas meramente por suas qualidades técnicas, estéticas ou narrativas, mas sim através de toda uma teia de interesses que vai muito além dos filmes em si e evidenciam uma disputa entre dominantes e dominados. A maior evidência disso se deu através da comparação de todos os aspectos que envolviam as produções, como disponibilidade de recursos, bilheteria e premiações, que permitiram estabelecer uma relação com os seus respectivos campos por meio das reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu sobre a teoria dos campos culturais.

Perceber a crítica também envolvida nesse embate, através do paralelo feito com o recorte realizado por Durand, sobre diferentes momentos da crítica artística, ajudou também a esclarecer como o teor de cada publicação varia de acordo com o campo e o meio por onde são veiculadas, uma vez que *Green Book* foi destacado muitas vezes pelo seu tom leve e *Infiltrado na Klan* pelo seu viés político de denúncia social. Com esses elementos,

foi possível estabelecer uma distinção de gosto tendo como referência o artigo da socióloga Carolina Pulici que ajuda a perceber e justificar as relações estabelecidas entre a preferência pelo otimismo artístico das elites econômicas e pelo pessimismo pelas camadas mais intelectualizadas.

Portanto, é possível concluir que *Green Book* e *Infiltrado na Klan*, além de filmes, representam discursos que possuem interesses próprios e evidentes. Enquanto o primeiro se enquadra no campo comercial, tem enquanto obrigação uma obtenção de capital econômico, o que, por sua vez, pauta e define sua construção estética e narrativa como correspondente ao gosto hegemônico. Já o segundo, pautado na lógica de denegação da economia, visa representar em seu discurso a transgressão à norma tendo como finalidade o reconhecimento simbólico e a obtenção de capital cultural. Assim, respondendo à pergunta provocativa do título, sobre o que os filmes dizem de si, cabe perguntar o que as pessoas dizem sobre eles e quais as conexões exteriores entre público, crítica e os campos com aquilo que está sendo representado na tela.

Referências

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos”. In *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____: “A Distinção: Crítica Social do Julgamento”. Porto Alegre: Zouk, 2007.

DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1989

PULICI, Carolina. “O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São

Paulo”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 91, 2001.

Sites Consultados:

ALMEIDA, Carlos Helí de. *Cannes: Filme de Spike Lee sobre a Ku Klux Klan é aplaudido de pé*. O Globo. Disponível em: globo.com/cultura/filmes/cannes-filme-de-spike-lee-sobre-ku-klux-klan-aplaudido-de-pe-22682395

BOX, Office: <BlacKkKlansman (2018). *Box Office Mojo*. Disponível em: [.boxofficemojo.com/movies/?id=blackklansman.htm](https://boxofficemojo.com/movies/?id=blackklansman.htm)>.

FOLHA. Crítica: 'Green Book' trata da solidão com humor sutil e surpreende pela paixão. *Folha de S.Paulo*. Disponível em:

.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/green-book-trata-da-solidao-com-humor-sutil-e-surpreende-pela-paixao.shtml>.

_____: Novo filme de Spike Lee grita com imagens em trama sobre Ku Klux Klan. Folha de S.Paulo. Disponível em: .folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/novo-filme-de-spike-lee-grita-com-imagens-em-trama-sobre-ku-klux-klan.shtml>

GOMES, Souza. "Oscar 2019 | Spike Lee Se Revolta e Vira De Costas No Discurso De Green Book." *Omelete*, Omelete, 25 Feb. 2019, <www.omelete.com.br/oscar/oscar-2019-spike-lee-se-revolta-e-vira-de-costas-no-discurso-de-green-book.>

UOL. "Green Book: O Guia" supera "Roma" e ganha o Oscar de melhor filme. 25/02/2019 - UOL Entretenimento. Disponível em: .uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/25/green-book-o-guia-supera-roma-e-ganha-o-oscar-de-melhor-filme.htm>.

_____: 6 maiores estúdios de Hollywood. Forbes Brasil. Disponível em:

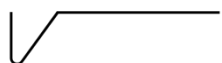
<uol.com.br/listas/2015/05/6-maiores-estudios-de-hollywood/#foto2>.

SALLES and FERREIRA, Marcelo Antonio. Analistas alertam para banaliza. Jornal da PUC. Disponível em: <jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5029&sid=22>

SILVÉRIO, Acauam: Green Book: o livro até que pode ser verde, mas o filme é bem branco: 04/04/2019. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/green-book-o-livro-ate-que-pode-ser-verde-mas-o-filme-e-bem-branco/>

SIEGEL, Tatiana. Making of 'Green Book': A Farrelly Brother Drops the Grossout Jokes for a Dramatic Road Trip in the 1960s Deep South. The Hollywood Reporter. Disponível em: .hollywoodreporter.com/features/inside-making-viggo-mortensen-mahershala-alis-green-book-1158277>.

Florestan Fernandes e o dilema educacional brasileiro



Marcos Marques de Oliveira¹

Resumo

Há na sociologia de Florestan Fernandes (1920-1995), em seu projeto para o Brasil, uma preocupação premente com a questão educacional, um dos vetores de modernização das relações sociais, considerado por ele como o principal mecanismo de difusão de uma consciência científica da sociedade e, por isso, um importante instrumento de mudança social. Esta é a hipótese que atravessa este artigo, que identifica as reflexões sobre o dilema educacional brasileiro na obra de Florestan, com ênfase na investigação de sua participação num dos debates mais relevantes da História da Educação brasileira, quando foi aberta a oportunidade de se organizar o sistema nacional de ensino através dos preparativos para a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), entre os anos de 1948 e 1961.

Palavras chaves: Florestan Fernandes; Sociologia; Educação Brasileira; Revolução Burguesa.

Abstract

In Florestan Fernandes's sociology (1920-1995), in his project for Brazil, there is a pressing concern with the educational issue, one of the vectors of modernization of social relations, considered by him as the main mechanism of diffusion of a scientific awareness of therefore an important instrument of social change. This is the hypothesis that crosses this text, which identifies the reflections on the Brazilian educational dilemma in Florestan's work, with emphasis on the investigation of his participation in one of the most relevant debates in the History of Brazilian Education, when the opportunity was opened to organize the national education system through preparations for our first Guidelines and Bases Act (LDB) between 1948 and 1961.

Keywords: Florestan Fernandes; Sociology; Brazilian Education; Bourgeois Revolution.

¹Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: <marcos_marques@id.uff.br>

Introdução

Há na sociologia de Florestan Fernandes (1920-1995), em seu projeto para o Brasil, uma preocupação evidente com a questão educacional, um dos vetores de modernização das relações sociais, considerado por ele como o maior instrumento de difusão de uma consciência científica da sociedade e um importante mecanismo de mudança social – que tem como base, entre outros fatores, a relação entre educadores e educandos. Esta é a hipótese que perseguiremos neste texto, identificando as reflexões sobre o dilema educacional brasileiro na obra de Florestan, investigando especialmente sua participação num dos debates mais relevantes da História da Educação brasileira, quando foi aberta a oportunidade de se organizar o sistema nacional de ensino através da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), entre os anos de 1948 e 1961.

Neste terreno de combate, Florestan vai defender, através de comícios, palestras e artigos, a democratização do ensino e combater o uso da educação como mecanismo de privilégio social. O ponto fundamental para a efetiva adequação da educação às necessidades sociais de transformação social progressiva em uma determinada sociedade, irá defender o sociólogo, dependerá “da intensidade, do volume e da direção das esperanças coletivas” (FERNANDES, 1971, p.198) que o conjunto da população depositará, justamente, na educação sistemática. Articulado a este processo, estará o papel do professor como agente promotor de mudança social. No seu caso particular, vale ressaltar, como já defendido em outro texto, este papel se mostrará maduro quando, fora da universidade, advogará para si a missão de esboçar uma concepção educacional “revolucionária” capaz de, potencialmente, colaborar na transformação da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2010).

Para o que interessa aqui, acreditamos que acompanhando esta sua transição de *militante da ciência* para o *professor da política*, analisando as lutas travadas por ele no campo do ensino para ocupar os vazios deixados pela interrompida “revolução burguesa” (FERNANDES, 1975), poderemos encontrar insumos para compreender e, se for o caso, combater o “universo mental” conservador-reacionário que hoje parece estar satisfeito com os limites de uma “cidadania restrita” e de uma “democracia como estilo”. Padrão cultural que, caso permaneça hegemônico, tenderá a contribuir para perpetuar as desigualdades sociais, as condições indignas de vida e a ignorância pública. Efeitos diretos da falta de

oportunidades educacionais e do incremento da apropriação privada do conhecimento produzido socialmente.

1. O dilema educacional brasileiro

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves, quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros e das camadas dominantes. O fardo era pesado demais, para ser conduzido, com responsabilidade e espírito público construtivo, num sistema republicano que se transformou, rapidamente, numa transação com o velho regime, do qual se tornou mero sucedâneo político (FERNANDES, 1971, p. 192).

Com essas palavras², o sociólogo Florestan Fernandes apresentava, no final dos anos 1950, sua apreciação sobre o “dilema educacional brasileiro”, pelo qual observava o desajuste qualitativo e quantitativo de nosso sistema de ensino frente às necessidades da nação e de suas regiões. A estabilidade e a evolução do regime democrático estariam exigindo a extensão das influências socializadoras da escola às camadas populares, assim como a transformação rápida do estilo de trabalho didático tradicional, que não era propício à formação de personalidades democráticas. Na medida em que o sistema educacional restringia a procura dos candidatos à escolarização e se tornava inerte em relações às mudanças solicitadas, incluía-se entre os fatores adversos ao desenvolvimento social. “Por conseguinte, em vez de acelerar a difusão e o fortalecimento dos ideais de vida, consagrados legalmente, ele interfere no processo como fator de demora cultural” (FERNANDES, 1971, p. 197).

O tal “dilema” funciona como um círculo vicioso no qual as condições de subdesenvolvimento geram problemas cuja gravidade aumenta em função das dificuldades materiais ou humanas em resolvê-los. A intervenção conjuntural deliberada, ainda que topicamente bem-sucedida, acaba por contribuir pouco para alterar a situação estrutural. O esforço, por isso, precisa ser repetido diversas vezes para que não se perca a pequena vantagem conquistada.

² Que fazem parte de “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada”, texto escrito para o Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros, organizado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, no ano de 1958 (FERNANDES, 1971).

Pensamos que este esboço remata a caracterização do que chamamos de “dilema educacional brasileiro”. A relação entre meios e fins, no que concerne às perspectivas de controle dos problemas educacionais mais prementes, não prenuncia nenhuma espécie de êxito seguro e rápido. Tal circunstância indica, de ângulo inteiramente positivo, que a transformação do sistema educacional de um povo em fator de desenvolvimento depende, de modo direto, da intensidade, do volume e da direção das esperanças coletivas, depositadas na educação sistemática (FERNANDES, 1971, p. 198).

A esperança coletiva na universalização qualitativa da educação escolar sistemática, portanto, deveria persistir para a transformação da ordem. Isso porque, segundo Florestan, “não há dúvida de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida” (FERNANDES, 1966, p. 71). Mantendo a esperança nas possibilidades das mudanças sociais planejadas, Florestan advoga pela associação entre educadores e cientistas sociais para a elaboração de projetos que contribuam para a descoberta de meios adequados, econômicos e rápidos para uma intervenção racional na estrutura e no funcionamento do ensino brasileiro.

Ainda que envolva ônus financeiros severos para um país pobre e destituído, inclusive, de uma rede escolar para atender as emergências, a respectiva associação abre perspectivas encorajadoras, “por permitir articular a solução dos problemas educacionais ao conhecimento e ao controle efetivo dos fatores responsáveis pelo estado de pauperismo, de subdesenvolvimento e de desequilíbrio institucional da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1971, p. 193).

No entanto, alguns aspectos precisam ser considerados. O primeiro é o cuidado em combater a noção de que o cientista social tem condições de “resolver”, por si, os “problemas educacionais”. Para Florestan, semelhante perspectiva não tem fundamento já que “os problemas educacionais brasileiros só poderão ser resolvidos através da mudança social organizada” (FERNANDES, 1971, p. 193), dependendo ainda da forma como o cientista social for incluído no processo e das potencialidades de mudança do meio social ambiente. O segundo, em decorrência do anterior, é que para o sucesso da associação entre cientistas e educadores, a comunicação social aparece como um terceiro vértice do triângulo:

A imprensa, a divulgação da leitura e outros meios modernizados de comunicação têm tornado o conhecimento de senso comum mais acessível à contribuição dos educadores e, mesmo, dos cientistas sociais. Vice-versa, estes vêm demonstrando maior interesse pelas manifestações

dos leigos, chegando a estimular movimentos que os convertem em grupos de pressão na área de reconstrução educacional (FERNANDES, 1966, p. 104).

Isto porque, afirma o sociólogo, qualquer conhecimento positivo produzido sobre a situação educacional brasileira será impotente, por si mesmo, para alterar a qualidade e a eficácia da reação societária aos problemas educacionais. “Essa circunstância só se alterará, presumivelmente, na medida em que se puder combinar, produtivamente, esse conhecimento com a atividade regular dos educadores militantes e com o conhecimento do senso comum escolarizado” (FERNANDES, 1966, p. 110). Ao fim, além dos conhecimentos sobre a situação e os alvos a serem alcançados, os especialistas devem dispor de boas condições de trabalho para que possam regular, institucionalmente, sua participação na elaboração, na aplicação e no controle dos planos de intervenção esboçados. Daí, afirmará Florestan, a importância da existência de organizações como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que regiam os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) em alguns estados da federação:

Ele [o CBPE] introduz o planejamento, como processo social, na esfera da educação sistemática no Brasil e confere ao sociólogo, dentro dele, papéis sociais que lhe permitem colaborar, regularmente, nas fases de elaboração e de aplicação de planos de controle educacional em que se imponha a utilização de conhecimentos sociológicos (FERNANDES, 1971, p. 194).

Percebe-se, assim, como Florestan estava vinculado ao movimento de fomentação e consolidação das pesquisas educacionais no Brasil, que tem entre seus maiores representantes Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, respectivamente, diretores do CBPE e do CRPE de São Paulo, organizações criadas com a pretensão de fazer com que as atividades educacionais alcançassem “condições científicas” através da colaboração das ciências sociais.

Pesquisa no Brasil lembra sempre coisas feitas um pouco no ar. Um prédio de cerca de 200 metros de longo e 20 de largo para pesquisas parece um absurdo. E pesquisas de educação? Ainda mais. É que não pensam que o setor de documentação, o de programas, o de psicologia, o de testes e medidas, o de administração, o de livros e material do ensino são imensos departamentos, que o meu Centro, apesar de grande, acabará por não comportar. Medicina é, sem dúvida, um imenso campo de pesquisas. Pois bem: o de educação não é, mas devia ser bem maior (TEIXEIRA apud FERREIRA, 2001, p. 11).

2. A nossa primeira LDB

Vale lembrar que essas reflexões são feitas num momento marcante na história educacional do país, quando se abre oportunidade de organizar o sistema de ensino nos debates para a configuração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo Florestan, o lado construtivo deste clima propício à *mudança cultural provocada*³ foi o fato dele ter sido imaginado, pelos educadores brasileiros, como um expediente para modificar a orientação de manutenção e extensão das oportunidades educacionais como mecanismo de privilégio às camadas mais bem-sucedidas na competição econômica, social e política.

Surgiu, desta forma, como a primeira grande chance que tivemos de submeter uma grande área de nossa estrutura escolar a uma disciplina nova, “mais coerente com as necessidades educacionais fomentadas pela formação e desenvolvimento da sociedade de classes, do regime democrático e da civilização tecnológica-industrial no Brasil” (FERNANDES, 1966, p. 130). A seu ver, “jamais se vira semelhante movimento de opinião em torno dos problemas educacionais brasileiros” (FERNANDES, 1966, p. 355) desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que tinha como objetivo nortear a criação de um sistema de educação de caráter orgânico e integrado, capaz de submeter as tendências de diferenciação e descentralização a um conjunto comuns de fins e princípios diretores básicos.

A principal contribuição do Manifesto foi ter influenciado a Constituição de 1934, especialmente os artigos 05 e 150, que estabelecia como competência da União traçar as diretrizes educacionais, assim como a fixação de um plano nacional que compreendesse todos os níveis de ensino, com a responsabilidade de coordenar e fiscalizar sua execução. Após o período ditatorial do Estado Novo, no qual este debate ganha outro rumo⁴, a

³ Florestan ressalta que “a diferença entre a mudança cultural espontânea e a mudança cultural provocada (quanto ao papel do elemento racional, encarado nos limites da civilização tecnológica e industrial), é antes de grau, que de natureza. [...] Distinguem-se uma da outra somente com referência aos recursos técnicos e intelectuais, postos à disposição do homem no campo do comportamento inteligente e do controle deliberado de ‘forças’ conhecidas no meio ambiente” (FERNANDES, 1971, p. 190).

⁴ De acordo com Xavier (1990, p. 82), “as reformas educacionais empreendidas nas décadas de 30 e 40 visavam, a um só tempo, a responder às exigências político-ideológicas do momento e às pressões sociais traduzidas e reforçadas pelo

Constituição de 1946 manteve essa determinação, dispondo que competia à União legislar sobre ela. No ano seguinte, a pedido de Clemente Mariani, então ministro da Educação, uma comissão foi constituída para preparar um esboço do projeto de lei, que foi encaminhado ao Congresso Nacional em outubro de 1948.

Os trezes anos decorridos entre 1948 e 1961 são uma etapa particularmente ideologizada do conflito público-privado na área educacional. O período iniciou-se com o já citado projeto de lei de Clemente Mariani, que conjugava, segundo Xavier (1990, p. 120), os arroubos típicos da “retórica progressista nacional”, além de um diagnóstico surpreendentemente correto do resultado das reformas anteriores, com a denúncia do tradicional dualismo da educação brasileira, que havia sido aprofundado pelo regime autoritário e cuja correção deveria ser efetuada pelo governo democrático.

Entretanto, o projeto não passou de um conjunto de propostas moderadas para a solução de diversos problemas da educação brasileira, tais como: o conflito centralização versus descentralização (através da busca de harmonia entre as funções dos estados e da União, pela unidade nos objetivos e variedade nos métodos); e, para a articulação dos vários ramos de ensino (através de uma nova reforma do ensino médio com a superação de barreiras entre o estudo acadêmico e o técnico). Além disso, apesar de indicar o dever do Estado na garantia de educação para todos, partindo do pressuposto da “escola equalizadora”, o projeto original admitia incentivos para o ensino privado e induzia a uma concepção supletiva da ação estatal, reforçando o seu caráter moralizador e fiscalizador. De novidade, somente a referência às novas elites, a flexibilidade que se abria a outros grupos sociais de acesso ao ensino superior, através da equivalência entre os ramos técnicos e o secundário.

Desta forma, as pretensões democráticas do projeto Mariani assumem as dimensões reais compatíveis com a realidade econômica e política subjacente, mantendo a formação dual e discriminatória.

Não se eliminava, assim, a barreira educacional entre as classes sociais, mas ampliava-se a oferta de oportunidades educacionais para uma classe média em rápida expansão, foco central das pressões sociais e das políticas “democratizadoras”, na sociedade brasileira em transição (XAVIER, 1990, p. 126).

novo ideário”. No caso específico do Estado Novo, o ideário escola-novista entra em recesso, ganhando força as propostas de centralização autoritária de Gustavo Capanema (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

O motivo para rejeição e arquivamento do projeto Mariani não foi, como registram alguns estudos⁵, o seu caráter “democrático” e “progressista”, mas sim, uma questão de ordem política, relativa a interpretações específicas sobre a questão da centralização-descentralização. Em seu parecer à Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional, o deputado Gustavo Capanema, ministro da Educação durante o Estado Novo, destaca a inconstitucionalidade do projeto pela sua extremada concepção de descentralização. Na opinião de Capanema, que reconhece o esmero científico e técnico e a elevação de propósitos culturais contido no documento, o projeto pecava pela atribuição aos estabelecimentos de um desmedido arbítrio para organização de seus conteúdos de ensino e pela ampla competência que dava aos estados e municípios na organização dos diversos ramos de ensino. Entretanto, segundo Xavier (1990), as interpretações conflitantes se orientavam pela ambiguidade, quiçá estratégica, das determinações legais.

O projeto foi arquivado e ficou sem andamento até julho de 1951, quando a Comissão de Educação e Cultura da Câmara solicita ao Senado o seu desarquivamento. A resposta de extravio fez com que a mesa da Câmara determinasse sua reconstituição, o que aconteceu a partir da criação de várias subcomissões, da anexação de um projeto da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da consulta a vários educadores. Em 1955, 14 processos já tinham se somado ao projeto, incluindo um primeiro substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, cujo texto estava próximo do projeto original. Em 1956, após o parecer favorável de mais uma comissão, o projeto voltou a ser debatido no Legislativo.

O primeiro discurso de grande impacto foi o do padre Fonseca e Silva, no dia 5 de novembro, cujo mérito foi “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto” (BUFFA, 1979, p. 21). Em sua fala, o deputado adverte o então ministro da Educação contra a presença de Anísio Teixeira e Almeida Jr., respectivamente, na direção do então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e na presidência do I Congresso Estadual de Educação, em São Paulo. Alega para tanto, que tais professores não

⁵ Conferir, por exemplo, Romanelli (1999, p. 174).

passam de “agnósticos” e “comunistas”, que ocupavam altos postos para liderar uma campanha contra a “formação religiosa” do povo brasileiro⁶.

No dia 10, Fonseca e Silva envia um memorial ao ministério, reforçando as críticas e alertando para as restrições sofridas pelo patrimônio moral e espiritual da Igreja, denunciando que estaria sendo desenvolvido um movimento contra o ensino particular brasileiro. Em fins de novembro, o deputado Luís Vianna responde às acusações, dando a conhecer à Câmara dois documentos: um do ministro Clóvis Salgado e outro do próprio Anísio Teixeira, todos refutando as idéias contidas no discurso de Fonseca e Silva, principalmente no que se referia aos vínculos com a ideologia marxista⁷. Posteriormente, a polêmica sai do Congresso, atravessa círculos intelectuais e chega à opinião pública, envolvendo disputas através da imprensa e manifestações de diversos tipos.

Só em 1957, em parte sob a pressão dos educadores e o clamor da opinião pública esclarecida e em parte sob a exigência de circunstâncias imperiosas, o assunto passou a tramitar com maior rapidez pela Comissão de Educação e Cultura. No entanto, as forças que se opunham ao feitiço laicista-liberal do projeto primitivo, responsáveis pela estagnação do processo, conseguiram imprimir novos rumos à discussão e à votação da matéria (FERNANDES, 1966, p. 425).

Em meio à disputa, segue a tramitação do projeto. Em 29 de maio de 1958, a Comissão de Educação e Cultura aprova um novo substitutivo, que em segunda discussão, em novembro do mesmo ano, recebe três emendas, o que o faz retornar à Comissão. Em dezembro de 1958, Carlos Lacerda, “amigo da livre iniciativa” (FERREIRA e OLIVEIRA, 1997, p. 34), apresenta mais um substitutivo, não colocado em debate. Em janeiro de 1959, o deputado apresenta um terceiro substitutivo, dando uma reviravolta na direção das discussões, fazendo com que a questão educacional assumisse definitivamente um novo caráter ideológico, com a polêmica “descentralização versus centralização” sendo substituída definitivamente pelo conflito “escola pública versus escola privada” (ROMANELLI, 1999). De acordo com Florestan, o “substitutivo Lacerda” era estratégico:

⁶ Designados como “agitadores comunistas” também serão os universitários que lutavam por sua representação nos órgãos de administração e direção das universidades brasileiras, como lembra Florestan no artigo “A representação dos alunos”, publicado pela revista *Anhembi*, em setembro de 1962 (FERNANDES, 1966).

⁷ Segundo Nunes (2001, p. 9), apesar de simpatia por algumas idéias comunistas, “Anísio nunca abandonou a concepção de educação como uma prática atravessada pela ciência e, ao mesmo tempo, pela arte que relativiza o peso da ciência na educação. É pelo seu amor a ambas que, mesmo tendo escrito um programa partidário no momento em que sua obra estava ameaçada, se afasta dos partidos. Ele recusava a noção de ordem, lealdade, hierarquia e o desprezo pela discussão teórica, comuns nas hostes partidárias de então”. Na base de sua formação, estavam o próprio catolicismo e o pragmatismo de John Dewey.

“levou tão longe o favoritismo à escola privada, que deveria servir, forçosamente, como peça de composição” (FERNANDES, 1966, p. 425).

3. O embate entre o público e o privado

Vale ressaltar que o documento apresentado pelo deputado estava calcado nas conclusões do 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino, realizado há mais de dez anos, com a exacerbação de alguns pontos já presentes no projeto Mariani, principalmente no que se referia ao caráter complementar da ação estatal e ao ensejo da cooperação entre a iniciativa privada e o governo. Previa que a admissão gratuita de alunos nas escolas particulares ou a redução da contribuição seria compensada por bolsas e outras vantagens do governo. O “substitutivo Lacerda”, como ficou conhecido, no seu Título IV, deixava explícito o caráter supletivo do ensino público pela vedação do favorecimento ao monopólio estatal e pela igualdade de condições entre as escolas oficiais e particulares, no que tocava, inclusive, à distribuição de verbas (através de bolsas, financiamentos para construção ou reforma de prédios, além da compra de equipamentos).

Sob o impacto desse substitutivo, a sociedade se mobiliza e recrudesce-se o embate das “ideologias em conflito”, no qual Buffa (1979) identifica dois grandes grupos em confronto: um a favor do ensino privado; outro a favor da escola pública. No primeiro, a autora encontra como principal articuladora a Igreja Católica, que levantou a bandeira da liberdade de ensino como liberdade de escolha do tipo de escola pela família, objetivando, entre outras coisas, a subvenção pública e a não ingerência do Estado. Subordinada a ela, estariam as escolas particulares leigas, que sem uma doutrina própria, apoiavam-se na da Igreja para defender interesses “principalmente financeiros”. Ressalta-se, porém, que a participação das escolas leigas, apesar da menor visibilidade, continha um significado político importante por representar a gênese de uma identidade empresarial – a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – que, no futuro, se fortalecerá em torno dos chamados “interesses financeiros” (COSTA, 2004).

Antecipando este argumento, Florestan já apontava, em pleno debate, que os “motivos estritamente pecuniários” era o fulcro de toda mobilização privatista:

As escolas particulares leigas, abrindo mão do princípio de que “a escola particular para ser livre precisa ser economicamente independente”, deram

relevo à maior participação do Estado no financiamento de empresas de ensino lucrativas, por motivos estritamente econômicos. Está claro que a situação educacional brasileira exige que o Estado intervenha segundo novo estilo no crescimento educacional. Se isso acontecer e o sistema público de ensino absorver a capacidade de intervenção do Estado, o caminho para a progressiva diminuição da clientela das escolas particulares estará aberto. Vê-se que não temem, propriamente, a concorrência com as escolas públicas na situação atual. Temem, isto sim, as medidas que poderiam transformar em adversas as vantagens existentes no momento, graças à própria omissão do Estado em suas tarefas educacionais. As escolas particulares católicas, como e enquanto empresas econômicas, são movidas pelos mesmos motivos. Graças a razões espirituais, acrescem a esses motivos a defesa da posição dominante que a Igreja Católica sempre ocupou na formação intelectual e moral do homem na ordem tradicional. Essa posição foi mais ou menos ameaçada pela expansão do sistema público de ensino, o que estimulou os sacerdotes católicos a lutarem aberta e denodadamente por novos meios de revitalização do sistema escolar submetido ao controle direto da Igreja Católica (FERNANDES, 1966, p. 132).

No outro flanco, os defensores escola pública assim se dividiam: os *liberais-idealistas*, que viam a educação com o objetivo supremo de afirmação da individualidade, em termos universais e eternos; os *liberais-pragmáticos*, que utilizando argumentos de ordem prática, preconizavam a maior eficiência da escola pública e o seu maior atendimento às necessidades imediatas do país; e os de *tendência socialista*, que viam no ensino público um instrumento eficaz na superação do “subdesenvolvimento” político, econômico, social e cultural (BUFFA, 1979). Desse grupo, a manifestação de maior impacto foi, sem dúvida, a “Campanha em Defesa da Escola Pública”, do qual participaram líderes sindicais, antigos educadores do movimento escolanovista, estudantes e intelectuais universitários – entre eles, Florestan Fernandes⁸, “a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período”, afirma Saviani (1996, p. 79), baseando-se nas palavras de outro partícipe do movimento, Roque Spencer Maciel de Barros:

Não podemos deixar de registrar o trabalho pertinaz do professor Florestan Fernandes, levando para todos os cantos do nosso estado – e mesmo para outras unidades da Federação – uma palavra de esclarecimento sobre os defeitos e perigos do projeto que a Câmara dos Deputados aprovou em janeiro último, numa autêntica “peregrinação cívica e pedagógica” que é um fato inédito nos anais de nossa história da educação. Dezenas e dezenas de conferências fez o professor Florestan Fernandes, tornando-se credor da admiração e simpatia de todos os que

⁸ De acordo com Romão (2003, p. 40), além de participar da Campanha “com todas as suas forças”, Florestan mobilizou para ela alguns de seus assistentes na USP, tais como Fernando Henrique Cardoso, Marialice Foracchi, Octavio Ianni e Luiz Pereira.

lutam pela causa da educação nacional (BARROS apud SAVIANI, 1996, p. 79).

Desse grupo saiu um novo substitutivo que foi levado à Câmara pelo deputado Celso Brant, ainda em 1959 (ROMANELLI, 1999, p. 176). Em linhas gerais, os defensores da escola pública indicavam as seguintes medidas para o ajustamento “da educação aos requisitos econômicos, políticos, sociais e culturais da ordem social vinculada ao regime democrático, à economia mecanizada e à civilização tecnológica-industrial”:

Em primeiro lugar, impõe-se estender o ensino primário a todos os indivíduos em idade escolar (ou acima desta, quanto não o possuam) e assegurar a todas as regiões do País, independentemente de sua estrutura demográfica e de suas riquezas econômicas, meios para incentivar esse desiderato. [...] Em segundo lugar, impõe-se diferenciar internamente o sistema educacional brasileiro, de modo a dar maior amplitude às funções educacionais dos diferentes tipos de escolas, ajustando-as convenientemente às necessidades educacionais das diversas comunidades humanas brasileiras. [...] Da escola primária à escola técnica e à escola superior, democratização do ensino, aqui, significa, literalmente, revolução educacional: leva-nos primordialmente para a mudança de mentalidade e de hábitos pedagógicos, redefinindo o uso social da educação através de novas concepções educacionais e da correspondência efetiva para com as exigências educacionais de nossa época. [...] Em terceiro lugar, por fim, impõe-se abolir a seleção educacional com fundamento em privilégios (de riqueza, de posição social, de poder, de raça ou de religião) (FERNANDES, 1966, p. 128-129).

A seguir, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara nomeia uma subcomissão para examinar os dois substitutivos (o de Lacerda e o da Campanha), as emendas apresentadas pelos deputados e elaborar um último anteprojeto; aprovado em janeiro de 1960. Nos meses posteriores, continuam as discussões na imprensa. Alguns membros da Campanha, entre eles Florestan, chegam a formar uma comissão para ir a Congresso e pressionar contra o documento aprovado. No relatório sobre a respectiva visita, para a efetiva rejeição do texto aprovado, a comissão alerta para a necessidade de mudança de estratégia, já que – frente aos recursos financeiros e a influência do setor privado – só uma maior mobilização popular poderia obter êxito para romper o “isolamento” do legislador brasileiro, o que para tanto seria fundamental a preparação de novos documentos, de caráter mais técnico, e a propagação de novos núcleos em defesa da escola pública e da educação popular.

A nossa campanha tem se concentrado no debate das deficiências orgânicas e profundas da lei, insistindo principalmente nas lacunas

pedagógicas e estruturais do projeto de lei. Essa orientação está certa, situando-nos no plano do debate construtivo dos problemas. Mas, é preciso complementar esse esforço de esclarecimento, alargando mais as bases e os influxos populares do movimento de defesa da escola pública. Se os estudantes, os professores, os trabalhadores, os intelectuais e os chefes de família em geral não exprimirem de modo mais organizado e viril suas reivindicações contra o projeto de lei, dificilmente os senadores participarão do diálogo com ânimo de nos atender. Em outras palavras, sem imitar as forças que se opõem à revisão do projeto de lei e reproduzir seus métodos de luta, devemos incrementar o poder de persuasão da nossa campanha e aumentar a importância das manifestações puramente leigas contra aquele calamitoso esbulho da educação popular (FERNANDES, 1966, p. 520).

No entanto, os resultados do processo acabam por convencer Florestan de que “os chamados ‘controles indiretos’ só produzem efeitos positivos onde os mecanismos da democracia funcionam com um mínimo de eficácia” (FERNANDES, 1966, p. 508-509).

Cometeu-se um crime contra o ensino, atendendo-se às pretensões das correntes privatistas e às pressões reacionárias de círculos católicos obscurantistas. A verdade insofismável é que o Congresso parece ser cativo dessas forças, não tendo, por isso, meios de consolidar a democracia na esfera do ensino. Acomoda-se, quando devia revoltar-se; omite-se ou tergiversa, quando devia decidir e impor soberanamente as soluções mais convenientes à democratização do ensino e à diferenciação qualitativa do sistema educacional brasileiro (FERNANDES, 1966, p. 514).

A única ressalva feita sobre as forças parlamentares da época foi em relação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que, através de seus líderes no Congresso (o deputado Almino Afonso e o senador Camilo Nogueira Gama), se mostrou interessado “na solução dos problemas da educação popular e de democratização do ensino” (FERNANDES, 1966, p.513). Finalmente, em junho de 1961, o último projeto, favorável à iniciativa privada, é aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado, que o legitima, no dia 3 de agosto, por 33 votos a 11. Em 20 de dezembro daquele ano, sancionado pelo presidente João Goulart, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional converte-se, finalmente, na Lei n. 4.024 (ROMANELLI, 1999, p. 179). Sobre o “gesto de soberano desprezo” do presidente diante da democracia e da educação popular, Florestan diz-se não surpreso, apesar da carreira política de João Goulart estar apoiada nas mesmas forças que defendiam a escola pública:

No poder, o Sr. João Goulart redefiniu completamente sua linha de ação política. Membro e representante de camadas sociais privilegiadas e conservadoras, não tem nenhum interesse em pôr em prática uma

autêntica filosofia de atuação política democrática, que o obrigue a valorizar o ensino público e a estender sua influência na dinâmica do regime representativo (FERNANDES, 1966, p. 522).

No mesmo texto, faz uma menção a Oliveira Brito, o então ministro da Educação:

Os que deviam nos resguardar de riscos dessa natureza comprometem-se na empreitada e tornam-se paladinos de uma triste causa, disfarçada atrás de fórmulas altas, como a enunciada pelo senhor ministro da Educação, [...]: “O ensino é um só. Público ou privado, ele se define pela qualidade que oferece”. Essa data ficará na história da educação no Brasil como o dia da “transação final”, um dia nefasto, em que os homens incumbidos de velar pela coisa pública decidiram pôr a República em leilão, ferindo-a diretamente no próprio cerne vital da vida democrática – o ensino público (FERNANDES, 1966, p. 525).

Com sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, a opinião pública, nas palavras de Cardoso (1987, p. 24), passa a conhecer um novo Florestan, complementar ao “trabalhador intelectual” que inaugurou um modo novo de fazer sociologia no Brasil:

Antes de falar no seu trabalho intelectual, gostaria de ressaltar um outro aspecto que sempre coexistiu com o aspecto de Florestan universitário: uma espécie de ira sagrada contra a injustiça. Doía nele, como dói até hoje, a desigualdade, doía nele, como dói até hoje, a discriminação contra os negros, doía nele como dói até hoje, a apropriação privada de bens coletivos, como, por exemplo, a educação. E houve um momento em que nós todos esquecemos um pouco nossos aventais e nos lançamos a uma peregrinação por São Paulo para fazer uma campanha – a Campanha em Defesa da Escola Pública. Este outro Florestan também foi um Florestan seminal, também foi um Florestan que marcou, porque mostrou que o acadêmico pode e deve, em certas circunstâncias, lançar-se a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país. [...] Foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou àquilo que então ainda era raro: o encontro da universidade com os trabalhadores. Andamos por sindicatos sem fim, pregando. Andamos por escolas, andamos pelo interior, pregando, discutindo modificações concretas em uma lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil (CARDOSO, 1987, p. 25).

4. Do dilema educacional ao dilema social

Como se pode perceber pelas citações acima, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre os problemas educacionais, visando ao exercício legítimo da

pressão política, o “publicista” Florestan defendeu, através de uma série de artigos⁹, a democratização do ensino como mecanismo de abolição das barreiras que restringem o uso da educação para a manutenção dos privilégios sociais. Florestan faz isso atravessando diversas dimensões da realidade, sintetizando aspectos micro e macrosociológicos, permitindo um entendimento do “campo educacional” como uma síntese entre a sociedade, o sistema escolar e o plano pedagógico.

Tanto o discurso como a atuação permanente levam-no a se estender sobre outras conseqüências da democracia. Deste modo, ao lado de reforçar o papel da educação como liberadora da ignorância e também da insegurança, da servidão moral e da miséria, Florestan Fernandes não deixa, simultaneamente, de arrolar as críticas ao caráter antidemocrático e sociopático da estrutura do sistema educacional brasileiro, quando examina o divórcio entre o ensino e as condições sociais de existência. [...] Fechando o quadro de referência mais compreensivo para a análise do processo de educação – com especial ênfase na educação escolarizada – Florestan Fernandes ressalta o papel do elemento político no raciocínio, nas opções e nas influências dos educadores, consideradas as condições da vida social na moderna sociedade de massas. Tese das mais abrangentes anteriormente mencionadas, formando um só corpo: o Estado democrático, o direito à educação, o impacto negativo do meio social, a ciência e a tecnologia científica, o uso social da inteligência, a libertação do homem da servidão e da miséria (NAGLE, 1987, p. 191).

A vitória privatista no episódio da LDB, na análise de Florestan, ocorreu pela conjugação de duas variáveis conjunturais: pela forte associação da Igreja Católica com o setor empresarial do ensino, com a primeira lutando para recuperar o monopólio da educação e o segundo tentando evitar a competição com o sistema público em crescimento; e pela qualidade do representante dos interesses das escolas particulares, o deputado Lacerda, uma “mente poderosa” com alta “capacidade da ação parlamentar” (FERNANDES, 1991, p. 39). Mas essas variáveis de conjuntura apenas indicavam a complexidade do *dilema social brasileiro*, que consiste na resistência sociopática das elites brasileiras a qualquer proposição de mudança social mais profunda, sintoma de uma ação político-cultural incompatível com a retórica liberal e às inovações demandadas pela própria ordem econômica.

O dilema social brasileiro caracteriza-se como um apego sociopático ao passado, que poderá ter conseqüências funestas. Ostenta-se uma adesão aparente ao progresso. Professa-se, porém, uma política de

⁹ Os artigos foram publicados principalmente no jornal O Estado de S. Paulo, um dos principais divulgadores da campanha, material reunido em *Educação e sociedade no Brasil* (FERNANDES, 1966).

conservantismo cultural sistemático. Os assuntos de importância vital para a coletividade são encarados e resolvidos à luz de critérios que possuíam eficácia no antigo regime, ou seja, há três quartos de século. Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão. Qualquer que seja a posição que se tome, individualmente, diante de semelhante eventualidade, parece óbvio que se tornou crucial apontar aonde nos conduz, no momento, o ódio contra o radicalismo e a conseqüente paralisação de esforços nos âmbitos da reeducação dos homens, da renovação das instituições e da reconstrução da ordem social (FERNANDES, 1976, p. 212).

Novas considerações sobre outras dimensões do *dilema social brasileiro* estarão presentes também nas reflexões de Florestan sobre as questões étnico-raciais no Brasil, um conjunto de estudos sobre a “integração do negro” na nossa sociedade de classes (FERNANDES, 1965), que perfarão, articuladamente às suas preocupações com a nossa questão educacional, a base empírica de suas futuras investigações sobre os rumos da “revolução burguesa” num país capitalista “periférico” e “selvagem” (FERNANDES, 1975). Segundo Florestan, não é que por “aqui” a revolução deste tipo não tenha acontecido, ou, mesmo, que não possa acontecer. É que, ao fim e ao cabo, ela assume uma diversa consequência político-estrutural:

Mantidas as condições de dependência e de reduzido esforço para criar-se um padrão alternativo de desenvolvimento auto-sustentado, o capitalismo por aqui continuará a florescer como no passado remoto ou recente, socializando seus custos sociais e privilegiando os interesses privados (internos e externos) (FERNANDES, 1977, p. 178-179).

De acordo com Florestan, no *nosso* regime de classes, ficam bastante dificultadas as transições viáveis mesmo de “revoluções dentro da ordem”, inclusive no campo educacional, tal como a ensaiada nos debates preparativos e definidores da nossa primeira LDB, entre os anos de 1948 e 1961. O próprio sociólogo será testemunha, em outros momentos da nossa história¹⁰, de que o *dilema educacional brasileiro* permanece funcionando como um círculo vicioso que acaba por sabotar os mínimos avanços instituídos por qualquer intervenção conjuntural deliberada, ainda que topicamente bem-sucedida.

¹⁰ Por exemplo, durante a reforma universitária efetivada, em 1968, pela Ditadura Militar (FERNANDES, 1979) e nos debates definidores de nossa última LDB, promulgada em 1996 (ADRIÃO; OLIVEIRA, 2001 e LEHER, 2012).

Exige-se, nesses momentos, um esforço redobrado e repetido (dos interessados, é claro) para que não se coloque em cheque as conquistas das pequenas vantagens obtidas na ampliação das oportunidades educacionais das parcelas mais desassistidas da população nacional. Se isso não for feito, perde-se o pouco conquistado e abre-se terreno para a manutenção de uma perversa situação estrutural. Acabamos, assim, por registrar, nestes casos, meras aparências de mudança e inovação, que podem ser descritas como produtos *estáticos* da mobilidade social, urbana, industrial e educacional, que beiram, afirma Florestan, à imitação rarefeita dos *modelos* históricos originais.

Como não vão além disso, engendrando uma consciência e ações de classe negadoras da dependência, do subdesenvolvimento, dos privilégios, da opressão institucionalizada, do desemprego em massa e da miséria generalizada, elas se convertem em meios estruturais de perpetuação do capitalismo selvagem e de preservação do *status quo* (FERNANDES, 1977, p. 181).

Considerações finais

Esperamos ter demonstrado que na obra de Florestan Fernandes, articulado ao seu projeto sociológico de contribuição para o entendimento das questões nacionais, tem destaque à preocupação de compreensão da nossa questão educacional, que seria – nesta hipótese – um importante vetor de modernização das relações sociais. A Educação sistemática, segundo o sociólogo, deve ser considerada como um dos mais importantes instrumentos de difusão de uma consciência científica na sociedade. E, por consequência, um importante mecanismo político de mudança social planejada, tendo como base, entre outros fatores, uma efetiva relação dialógica entre educandos e educadores.

O foco central de nossa análise foi a gênese do conceito de “dilema educacional brasileiro”, construído por Florestan durante sua participação nos debates que resultaram na nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1961 – um dos mais relevantes capítulos da História da Educação brasileira, quando foi aberta a oportunidade de se organizar o sistema nacional de ensino. Nesta intensa discussão e disputa sobre os rumos educacionais do país, como lembra um dos seus principais interlocutores, o Brasil teve a oportunidade de conhecer “um novo Florestan”: não mais apenas o pioneiro de uma nova forma de fazer sociologia por aqui, mas o publicista que demonstrou a relevância de

que, em determinadas circunstâncias, o intelectual deve se lançar “a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país” (CARDOSO, 1987, p. 25).

Em tempos de conflitos e disputas agudas no campo educacional, os *partidários* da educação pública como instrumento civilizatório podem tirar dessa experiência florestânica uma relevante lição: a importância da defesa da premissa anisiana de que, numa sociedade que se quer democrática, a oferta de uma Educação de qualidade não pode ser fonte de privilégio de nenhum contingente populacional específico (TEIXEIRA, 1957).

Referências

- ADRIÃO, Theresa & OLIVEIRA, Romualdo P. de (orgs.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BUFFA, Esther. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.
- COSTA, Cátia Couto da. (2004). Os empresários da educação e o sindicalismo patronal. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, nº 26, p. 170-171, mai./ago. 2004.
- FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: Série Memória Viva da Educação Brasileira*. Brasília: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 1991.
- _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *A sociologia no Brasil: contribuição par o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- _____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965. 2v. (Ciências Sociais Dominus, 3).
- FERREIRA, Márcia dos Santos. *O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956/1961)*. 2001. 194f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Marco Antônio Costa; OLIVEIRA, Newton de. *Os Guardiões de Minerva*. Rio de Janeiro: SINEPE/MRJ, 1997.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2020.

NAGLE, Jorge. Um pensamento para a reconstrução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n° 16, p. 5-17, jan./abr. 2001.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. 2003. 246f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAVIANI, Dermeval. Florestan e a educação. Estudos Avançados, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 10, n° 26, p. 71-87, jan./abr. 1996.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena. Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Edusp, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1969)*. Campinas: Papirus, 1990.

Produção artística de um bebê. Breve reflexão acerca do entendimento do feto como pessoa



Bárbara Côrtes Loureiro¹

Resumo

Este é um breve ensaio interessado em discutir as implicações da atribuição de lugar social ao feto humano. Nas próximas páginas, debruçando-me sobre um modelo de abordagem da gestação e do feto, investigarei algumas leituras ocidentais de etapas do processo reprodutivo e suas decorrências, atravessadas por possíveis discussões acerca das noções de corpo, coisa e pessoa nesse contexto. Para tanto, tomarei especialmente o exemplo da prática da “Pintura do Ventre Materno”, tal como é trabalhada por Mata & Shimo no campo da Saúde, como objeto inicial para propor reflexões.

Palavras chaves: corpo; coisa; pessoa; sexo.

Abstract

This is a brief essay focused on discussing the implications of the attribution of social place to the human fetus. In the following pages, addressing to an approach model of the pregnancy and fetus, I will investigate some Western readings regarding the stages of the reproductive process and its consequences crossed by possible discussions about the notions of body, thing, and person in this context. Therefore, I will specifically take the example of the practice "Maternal Womb Painting" as developed in a scientific article by Mata & Shimo, in the health area, as an initial object to propose reflections.

Keywords: body; thing; person; sex.

Resumen

Esto es un ensayo breve interesado en discutir las implicaciones de la atribución del lugar social al feto humano. En las páginas siguientes, mirando un modelo de enfoque del embarazo y del feto, investigaré algunas lecturas occidentales de las etapas del proceso reproductivo y sus consecuencias, cruzadas por posibles discusiones sobre las nociones de cuerpo, cosa y persona en este contexto. Para este propósito, tomaré especialmente el ejemplo de la práctica de la "Pintura del Vientre Materno", tal como fue trabajada por Mata & Shimo en un artículo científico, en el campo de la salud, como un objeto inicial para proponer reflexiones.

Palabras clave: cuerpo; cosa; persona; sexo.

¹ Bárbara Côrtes Loureiro é mestranda de Ciências Sociais pela UNIFESP. Email: l.barbaracortes@gmail.com.

Introdução

Como é produzido um bebê? Não é possível traçar respostas sem antes passar por uma investigação do próprio conceito: o que é – e o que não é – “bebê”? Há uma aproximação presumida entre as noções de “feto” e “bebê”, que participa da composição ontológica da reprodução humana, no contexto ocidental cristão.

Essa aproximação produz efeitos políticos acerca da autonomia reprodutiva da mulher, bem como das leituras e decorrentes funcionalizações do sexo e do gênero nesse contexto. Quero discutir esses efeitos – e os mecanismos que os sustentam – a partir da exemplificação de como é tratado o feto pela linguagem de um discurso médico, uma prática artística e uma proposição cultural moralizada, concentrados em uma mesma publicação recente.

O artigo científico “A representação social da arte da pintura do ventre materno para gestantes”, de Júnia Mata e Antonieta Shimo, faz-se oportuno objeto para discutir leituras sociais do feto. Sua abordagem, partindo da perspectiva do campo da Saúde, trata da prática de ilustrar, sobre a pele do ventre gestante, uma imagem do feto gestado. Tal exemplo é aqui tomado como particularmente interessante, dada a centralidade nele enunciada do caráter de arte atribuído à prática. Nele, manifesta-se o acionamento da linguagem artística como instrumento de conferição, reforço e manutenção dos lugares sociais ora entendidos como inerentes ao corpo fetal. Descreve-se a prática em questão:

“a Arte da Pintura do Ventre Materno é um fenômeno artístico utilizado para expressar esteticamente e de forma objetiva o bebê imaginário e os elementos que constituem a gestação, podendo **promover experiências** maternas subjetivas **que fomentem ‘conhecer’** sobre o feto e o seu estado intraútero, estar/interagir com ele, a disposição **para evitar a separação** ou perda e para protegê-lo.” (MATA & SHIMO, 2017, p. 252, grifos meus).

O processo é realizado por meio da feitura de desenhos, com tinta, sobre a pele do ventre gestante, ilustrando figurativamente um bebê que “ocupa” o interior desse ventre, sendo ilustrados também eventualmente elementos fisiológicos como a placenta e o cordão umbilical. Essa prática e as proposições a ela atreladas no objeto serão a seguir esmiuçadas a fim de identificar e revelar, na atividade ritual, propósitos e processos de construção de sentidos. Para tanto, procuro aqui esboçar, a partir de contrastes discutidos pela antropologia entre as categorias coisa, corpo e pessoa, e suas aplicações, uma reflexão que

articule especialmente: a) compreensões e atribuições possíveis de funções, direitos e lugares sociais aos corpos em questão; e b) a atuação da prática “Pintura do Ventre Materno” na reprodução de um entendimento das ideias “feto”, “bebê”, “gestante” e “mãe” localizado no interior do contexto ocidental cristão. O ponto focal está no entendimento do feto em formação como pessoa nesse contexto, e nas implicações de tal entendimento sobre o lugar atribuído às possibilidades para uma autonomia reprodutiva da mulher.

1. “Pessoa” como status conferido

A discussão trabalhada por Marcel Mauss ([1950] 2018) sobre a noção de pessoa faz-se ponto de partida da abordagem presente. Reconhece-se aqui a pessoa enquanto implicada nos significantes sociais que a identificam e distinguem perante seu contexto coletivo, isto é, “nomes, bens, cargos, antepassados, (...) posições (..), direitos pessoais, coisas e ao mesmo tempo espírito individual delas.” (p. 377). Ainda que Mauss coloque a pessoa como um conceito de definição aberta - “Quem pode mesmo dizer que essa “categoria”, que todos aqui acreditamos estabelecida, será sempre reconhecida como tal?” (ibid., p. 397) -, os variados passos de sua análise parecem levar a crer que pessoa é, em todo caso, um status.

Colocações de Marilyn Strathern levam esse status a questões além: a pessoa pode desvincular-se do sujeito, isto é, o contexto e a relação podem estabelecer ao corpo caráter de coisa, ou ao objeto caráter de pessoa, por exemplo - não se tratando aqui de fenômenos de reificação ou fetichismo, mas de deslocamentos do lugar relacional e operacional. Nesse sentido, o feto como pessoa pode ser lido oportunamente a partir da percepção de que há uma variedade ampla de associações e dissociações possíveis entre humano e não-humano, conforme a diversidade de contextos significadores.

Traçando breves comparativos com os exemplos com que trabalhou nas Ilhas Trobriands e junto aos povos melanésios, Strathern (1995) caminha passos extraordinários para a Antropologia ao desnaturalizar o entendimento euro-americano de continuidade presumida entre relação sexual, gestação e maternidade e, assim, entre a participação “biológica” na reprodução humana e a acepção de papéis como “pai” e “mãe”. Para tanto, flagra a tradição euro-americana acerca dessas associações, transmitida via educação social para as crianças:

“No contexto do círculo familiar considera-se a relação sexual entre os pais como o fundamento do amor conjugal no qual se baseia o amor familiar. O sexo é, assim, o “bolo da naturalidade” do relacionamento do par conjugal do qual o filho é encarado como um resultado igualmente **natural**. O intercuro sexual não se restringe ao casamento, mas não é esta a questão. A questão é que numa união conjugal ele cumpre uma importante função simbólica. Tanto responde à necessidade biológica como se acredita que estimule o amor entre os pais que e também o amor destes pelos filhos. Se o sexo representa a união de marido e mulher como casal, para a ideia de sua união, o relacionamento sexual significa a importância de relacionamentos em geral.” (p. 313, grifo meu)

A fim de adentrar e compreender a abordagem feita em Mata & Shimo (2017), e em reconhecimento de certo papel da arte enquanto linguagem propositiva e, aqui, instrumental, tomo brevemente também as proposições de Rancière (2005) acerca dos mecanismos de legitimação que conferem participação no que o autor vai denominar “partilha do sensível”. Faz-se frutífero o diálogo com sua explanação acerca das definições de “quem partilha”, bem como do entendimento platônico das artes como “maneiras de fazer”, para possíveis leituras sobre os efeitos da Pintura do Ventre Materno. Chegamos, então, ao modelo aqui objetificado.

2. Pressupostos ocultos

A perspectiva da gestante é posta como o central ponto de atenção da pesquisa de Mata & Shimo (2017). Ao abordarem-na, tomam como referencial a elaboração que Serge Moscovici (2015) denomina Teoria das Representações Sociais (TRS). Nessa elaboração, tem-se a identificação de sistemas de “valores, ideias e práticas, com duas funções: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, permitir que a comunicação seja possível entre outros membros da sociedade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os diversos aspectos do seu mundo, da sua história individual e social” (MOSCOVICI, 2015, apud MATA & SHIMO, 2017, pp. 252-253). A aplicação dessa proposta visa, segundo as autoras, possibilitar “uma rica compreensão do que esta técnica artística representa *para elas* [as gestantes]” (ibid., p. 254, grifo meu).

É interessante notar, então, que a abordagem em questão reconhece processos sociais de produção de sentidos, no interior da prática da Pintura do Ventre Materno

inclusive, bem como sobre os elementos “feto” e “bebê” que envolve. No entanto, o mesmo material trata como fatos dados, ao longo de todo o seu conteúdo, certas representações sociais - nos termos que ele próprio explana -, tomando-as como *natureza* (conjunto de pressupostos) a partir da qual se pode dar início a uma análise de acontecimentos, efeitos e interpretações.

Assim, se, por um lado, reconhece-se a presença de representações que “convencionalizam os acontecimentos, os objetos e os indivíduos, (...) lhes dão forma definitiva, os localizam em uma determinada categoria e os colocam como um modelo compartilhado por um grupo.” (2017, p. 253), por outro, leva-se a entender que essas representações se limitam apenas à perspectiva da gestante:

“Optamos pela TRS por acreditar que este é o melhor caminho para abordar as **informações, opiniões e crenças das gestantes** que vivenciaram a Arte da Pintura do Ventre Materno, possibilitando uma rica compreensão do que esta técnica artística **representa para elas.**” (ibid., pp. 253-254, grifos meus).

O ponto de partida dessas gestantes seria então um fato natural – a gestação -, que no espírito do texto toma tantos outros pressupostos, como a aproximação entre as noções de “feto” e de “bebê”; a relação de filiação-maternidade entre gestante e feto; a existência de um padrão emocional na experiência da gestação em si, envolvendo expectativas pré-determinadas; e o estabelecimento de relações específicas entre corpos presumidamente autônomos, como veremos.

3. Da coisa feto à pessoa bebê

Mata & Shimo afirmam que “entre a gestante e o feto é estabelecida uma relação próxima, na qual os protagonistas são invisíveis um ao outro e, apesar de a mulher poder sentir o bebê, não pode ter certezas objetivas de como ele é (suas características físicas).” (2017, p. 251). O trecho leva a crer que “o bebê” e o feto são homólogos, quando não sinônimos, isto é, que a *pessoa* “bebê” *habita* o corpo da gestante enquanto feto, com características físicas que são a) virtualizadas na projeção de, talvez, uma similitude (o bebê como uma continuidade das pessoas representadas por seus geradores biológicos), e b) de grande importância e interesse à sua hospedeira - mais que as condições, a aparência ou quaisquer traços de seus próprios órgãos internos, por exemplo, ou dos efeitos de um

alimento sobre esses órgãos. Há no feto um bebê, isto é, um ser humano virtual - mas a partir de que momento e que premissas?

Daí pode partir uma função da Pintura do Ventre Materno, definida como uma arte nos termos das autoras: estabelecer e afirmar a validade, ora culturalmente posta, desse ser humano virtual, perante um mundo material que potencialmente o receberá como pertencente, caso a produção de sua imagem cumpra todos os processos programados. Indago-me também sobre a universalidade com que essa relação parece ser tantas vezes tratada.

MacGaffey (1977), em seus escritos sobre os nkisi congolezes, descreve a exemplo de elementos metafóricos “sementes de abóbora representando *bebês* no útero”² (p. 173). A ocasião em questão diz respeito à facilitação de processos de parto, no entanto não dá pistas suficientes para que se extraia desse exemplo algum indício de lugar social do feto em formação para o contexto do Congo, ou para compreender se há algum momento específico do processo gestacional, nesse contexto, para que o feto passe a ser considerado um “bebê no útero”. Talvez seja possível encontrar em múltiplas sociedades alguma forma de reconhecimento social do feto em formação. No entanto, cabe considerar que o entendimento do feto como *bebê*, pela perspectiva ocidental cristã contemporânea, compõe-se de constructos próprios acerca do gênero, do sexo, do corpo, da coisa e da pessoa, e, especialmente, tem implicações diretas sobre sistemas de controle - ou de organização social, para termos mais abertos - da reprodução humana e do corpo do sexo feminino, o que inclui fenômenos como a estatização de poderes de decisão sobre a gestação, o aborto, o parto e outros processos corporais reprodutivos.

Há, nesse sentido, uma relação social com “o bebê”, que atravessa a pessoa mãe, bem como o sujeito, o ser agente, gestante. Ainda em MacGaffey, as relações sociais estão implicadas na dimensão cosmológica e ontológica das sociedades. Assim, no contexto do Congo, a própria concepção do nkisi³ é relacional, e o nkisi, por sua vez, significado em seu contexto, compõe um lugar social que é verdadeiro e efetivo na/a partir da sociedade que o conceitua. No contexto euro-americano cristão, o feto parece constituir lugar social assimilado, por tradição cultural, como dado.

² No original: “squash seeds, representing infants in the womb”.

³ Indico ao leitor a leitura completa de MacGaffey, 1977, para adensamento da comparação aqui proposta, a melhor detalhar em futura oportunidade.

Ao esmiuçar esse flagrante - do caráter contextual-relacional dos conceitos e das descrições -, passando por aspectos ligados ao gênero e ao sexo entre os melanésios, Strathern desvenda indicadores da não-universalidade de um vínculo entre o corpo do sexo feminino e a pessoa mãe:

So what does motherhood imply? The short answer is that it is not just about bearing children but about nurture, and both men and women do that [are nurturers]. Indeed, we can say that both mothers and fathers may act as a kind of mother. [...]. Men see themselves as male mothers incubating boy initiates. (STRATHERN, 2013)⁴.

Essa noção de mãe que pode ser tanto do sexo feminino quanto do masculino desvincula, em certa medida, a maternidade da gestação e da gestante, uma vez que independe da determinação sexual de quem exerce a maternidade. Nesse sentido, talvez o sujeito gestante possa, mas não necessariamente “carregue um **filho**”, uma vez que o que implica maternidade pode ser posterior. Tais suposições, que aqui proponho, não têm a pretensão de sugerir quaisquer pré-interpretações sobre a conceituação melanésia de “filho”, mas antes convidar à hipótese da possibilidade de deslocamento, em uma variedade de configurações sociais, entre a *pessoa* “filho” - dada sobre um corpo recém-nascido ou coisa infantil a receber cuidados numa composição relacional pessoa-pessoa - e o corpo feto. Nessa possibilidade, o feto pode então ser ou não lido como um “bebê” ou um “filho” que está no útero, mas antes uma coisa outra, que é, e que enquanto tal só existe como tal - assim como uma semente não é “um broto dentro do fruto”.

Pessoa pressuposta no cenário ocidental cristão, “o bebê” parece ser uma coisa/entidade passível de virtualização, de corpo transponível e força vital atribuída. Nesse caso, o feto pode efetivamente *ser* um bebê desde que identificado ritualmente como tal, a despeito de sua não-materialidade no mundo público e da absoluta dependência de seu corpo em relação ao corpo gerador - materno -, cabendo indagar até que ponto e como a compreensão ocidental cristã os distingue como “dois”, se é que não vê, na verdade, o

⁴ Em livre tradução, minha: “Então o que implica maternidade? A resposta curta é que não se trata apenas de gerar filhos mas de sua criação, e homens e mulheres fazem isso [são cuidadores]. De fato, podemos dizer que tanto mães quanto pais podem agir como um tipo de mãe. [...]. Os homens se veem como mães masculinas abrigando* os meninos em iniciação”. *no original, “incubating” parece ter o sentido - em inglês - do que chamamos de “chocar” no caso de “chocar ovos”, fazendo referência ao modo das aves de aquecer ovos até que seus filhotes efetivamente nasçam. Penso que “abrigar” seja uma aproximação possível, ainda que não plenamente satisfatória a essa difícil tradução.

corpo materno como extensão do “corpo bebê” - e não o contrário -, de seu estado de não-individualidade ou não-subjetividade.

O bebê é uma pessoa na medida em que significa um status ao qual se atribui direitos, lugar na moralidade, funções, sentidos simbólicos e afetivos. O feto tomado por bebê passa, então, a ser alvo de reconhecimento no imaginário ocidental cristão como pessoa. Em complemento, a pessoa mãe tal qual atribuída à gestante, nesse contexto, parece substituir, no momento do anúncio de gestação, a pessoa mulher então atribuída ao sujeito do sexo feminino - a despeito de sua subjetividade.

Nesse sentido, quero provocar para a possibilidade interpretativa de que estejamos diante de um rito de passagem, que potencialmente mata a *parte* da pessoa (status) mulher que lhe conferia ou permitia certa individualidade. O rito estabelece, em substituição à mulher individual morta, o nascimento de uma mulher-com-bebê, isto é, da *pessoa* mãe naquele corpo, agora destinado a operar a existência de sua pessoa a partir do bebê, do vínculo com o bebê. As dificuldades de determinação sobre as condições para atribuição da pessoa bebê ao feto podem fazer desse rito antecipado ou postergado, nos debates, por exemplo, acerca do aborto ou da inseminação em clínica, em meio ao campo de disputa política a respeito da autonomia reprodutiva do corpo que engravida.

Parte dessas dificuldades parece decorrer do hábito algo moderno de buscar explicações e determinações biológicas para a justificação de fenômenos sociais. Esse hábito parece operar a atribuição de um caráter de “natureza” (do que é dado, quem ou além-humano, não questionável, não produzido) a tais fenômenos e suas explicações, culminando em ideias de inevitabilidade, destino e normalidade. Como explana Strathern, há um identificado “desejo comum a muitos sistemas morais de conferir legitimidade aos arranjos sociais ao provar sua inevitabilidade (“caráter natural”)”. (2017, p. 72).

Tendo em vista que “comportamentos culturais que não são reconhecidos podem se infiltrar despercebidamente em textos científicos por meio de palavras avaliativas” (MARTIN, 2006, pp. 96-97), faz-se pertinente então reconhecer possíveis efeitos dessa infiltração e, disso, dar cabo de localizar e esmiuçar, no pensamento euro-americano, elementos ontológicos de implicação política.

A compreensão do feto como “a” pessoa bebê pode estar estabelecendo diálogos basilares com uma compreensão do corpo do sexo feminino como coisa em-potencial-gestadora, possível fundamentação da peculiaridade de descrições, no campo da Saúde,

sobre fenômenos que envolvem o sistema reprodutor desse sexo, se comparadas a descrições de fenômenos de outros sistemas do corpo humano.

O denso trabalho de Emily Martin (2006) aborda possíveis compreensões de processos reprodutivos como esquemas de produção, ora “contaminados” pela lógica industrial, alienando a mulher em relação a sua produção ao mesmo tempo em que conferindo à produção um responsável masculino. Em sua articulação, apresenta possibilidades para uma linguagem médica menos demarcada – ou não demarcada – por distinções hierarquizantes entre os sexos, mesmo que seguindo a metáfora de produção. Ela questiona ainda a especificidade da presença de referências degradantes na descrição de processos envolvendo o sistema reprodutor feminino quando comparada à descrição de casos masculinos ou mesmo à de processos fisiológicos de outros sistemas:

“A superfície do estômago precisa se proteger para não ser digerida pelo ácido clorídrico produzido na digestão. Nos diversos livros citados (...), a ênfase está na *secreção* de muco, na *barreira* que as células mucosas representam contra o ácido estomacal e – usando uma expressão que entrega tudo – na *renovação*- periódica do revestimento do estômago. Não há nenhuma referência a degeneração, enfraquecimento, deterioração ou reparo, [como há na descrição da menstruação,] ou até mesmo a termos mais neutros, como derramamento, soltura ou substituição” (2006, p. 99).

Partindo do exercício comparativo entre descrições de sistemas do corpo humano, dado o entendimento de processos fisiológicos tais quais a digestão como partícipes de um corpo agente e autônomo - e não referidos como acontecimento “sobre” corpos externos, como o alimento -, poderia-se dizer que há diferença no entendimento da presença do gameta masculino como, em primeiro lugar, sentido de agência externa (o provedor do sêmen como “fazedor” do feto), e, acrescido a isso, como protagonista do processo⁵. O lugar social dos sexos estabelece como jargão de senso comum a sugestão de que o homem provedor do sêmen no processo reprodutivo “faz” um *filho* (feto) “na” mulher, quando o mesmo não ocorre para sugerir, por exemplo, que a amamentadora “faz” a digestão “no” bebê, ainda que sendo a provedora direta do material a ser digerido. Reconhece-se, no segundo caso, a complexidade e multiplicidade de processos envolvidos e, o que aqui especialmente nos interessa, a autonomia do bebê em todos esses processos, realizados pelo

⁵ Para maiores elaborações da atribuição social de centralidade ou autoridade a figuras masculinas em relação à reprodução, ver Strathern (1995). Ver Martin (2006) para identificação de funcionalizações genericadas – e conferições de protagonismo a papéis masculinizados - nos processos reprodutivos como processos de produção fabril.

seu corpo ainda que com material externo, cuja origem humana não tem participação continuada.

Ao se descrever ritos a respeito do “bebê no útero”, ignora-se ou omite-se a possibilidade da gestação como um processo, em primeiro lugar, produtivo ativo antes *da* gestante que *na* gestante, e, em segundo, advindo do trabalho de seu corpo sobre si mesmo - e não sobre um agente independente que ali habita. A normalização e universalização da ideia de gestar como “carregar um bebê” descarta a possibilidade de distinções, no descentramento da análise de variados contextos sociais, entre fases de formação do feto, e entre feto e bebê gerado, ou do entendimento do objeto intra-uterino como *parte* do corpo gestante, fixando o lugar desse corpo como recipiente e guardador, estabelecendo independência do feto de modo que haja relações sociais dadas diretamente com/sobre o bebê, em detrimento da gestante, mero habitáculo. Essa construção dá pistas sobre aspectos da configuração da binariedade sexual na modernidade ocidental.

A exemplo disso, o fenômeno da estatização de decisões sobre o aborto, por exemplo, trata no discurso burocrático (“organização social”) o feto como objeto do Estado, travando diálogo e estabelecendo proximidade com o discurso moral que configura o bebê como pessoa, passando pela anulação da gestante como sujeito ou da possibilidade de leitura da coisa-feto como componente partícipe do corpo gestante. Em outras palavras, o status de pessoa (“bebê”) conferido ao feto opera politicamente como mecanismo de separação semântica desse objeto (feto) em relação ao corpo gestante, de modo que só assim faz-se possível acoplá-lo à chave moderna da reificação:

coisa feto > pessoa > processo virtual de reificação > coisa propriedade.

Há que se esmiuçar e aprimorar as bases teóricas deste ponto da discussão, o que este breve ensaio inoportunamente não contempla. Para seguirmos com a sugestão de pontos de reflexão, voltemo-nos então ao caso da Pintura do Ventre Materno, sobre cujas premissas acerca da aproximação das definições “feto” e “bebê” debruça a pretensa exegese aqui iniciada.

4. “Gestação e arte”

Segundo Mata & Shimo, a “Arte da Pintura do Ventre Materno” se define como “uma atividade artística, que envolve a técnica da pintura aplicada no abdome da gestante, na qual são representados, objetivamente, o bebê imaginário e outros elementos ligados à gestação como o cordão umbilical, a placenta, o útero e a bolsa das águas.” (2017, p. 252). A descrição reconhece o bebê como “imaginário”, no entanto lista-o como um dos “elementos ligados à gestação” – o primeiro e, aparentemente, principal dentre todos –, conferindo ao feto o lugar dessa personagem “bebê”, que a prática descrita preza por promover, valorizar e personalizar. Aqui lembramos, então, uma breve passagem de Rancière acerca das práticas artísticas:

As práticas artísticas são “maneiras de fazer” que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade” (2005, p. 17).

Como prática artística, a atividade em questão, isto é, a Pintura do Ventre Materno, enuncia a própria função afirmativa como valor, com base em uma argumentação pautada pela produção científica do campo da Saúde, fundamentada, por sua vez, em uma certa moralidade. Nessa argumentação é possível identificar alguns pressupostos, como o sugerido pela “relação *entre* a mãe e o feto”, isto é, a condição de unidade autônoma dada ao feto a ponto de conferir a “ele” a competência de estabelecer uma *relação com* a gestante.

Outro pressuposto expresso é o interesse fervoroso da sujeita gestante em acessar informações visuais do feto. A ausência de acesso da mãe à imagem estética do “bebê” em formação, segundo Mata & Shimo, estabelece um cenário no qual “o vazio causado (...) é *insuportável*, e a mãe o preenche criando uma personagem, o bebê imaginário (CRAMER, 1993; RAPHAEL-LEFF, 2009; CAMARNEIRO, 2011),” (MATA & SHIMO, 2017, p. 251, grifo meu). É então que a Pintura do Ventre Materno reproduz e produz sentidos do ser, e revela-se arte enquanto maneira de fazer [esses mesmos sentidos].

A ideia de uma independência do feto em relação ao corpo gestante caminha junto com a ideia desse corpo como recipiente a ser “preenchido”, um recipiente funcional que não pode suportar o “vazio”, dado que perde seu propósito. Essa construção faz-se aparente em relação a variados processos do interior do corpo do sexo feminino. Aponta Emily Martin, por exemplo, que “para compreender o tratamento médico dado ao parto,

precisamos reconhecer que, no desenvolvimento do pensamento e da medicina ocidental, o corpo passou a ser visto como máquina.” (2006, p. 105).

A metáfora da máquina, já um tanto quanto revisitada em descrições de processos corporais e suas leituras sociais, dá margem a interpretações curiosas nesse caso: apesar de podermos alegar que há uma produção “da máquina”, a ideia aqui parece se aproximar da percepção da máquina como mediadora a ser operada por um sujeito externo, que exerce, então a *sua* produção *na* máquina. Martin traz indícios disso ao apontar para um entendimento médico de que o útero, “e não a mulher”, faça o trabalho de parto (ibid., p. 111). Estabelece-se, assim, para além da independência do feto, a possibilidade de desconexão do útero em relação à ação da mulher e à sua agência enquanto sujeito operante da gestação - o que a levaria à possibilidade legítima de agência sobre sua interrupção, inclusive.

5. Produzindo um bebê por indução

O que ocorre se assumirmos que o “bebê imaginado” *cria* – e não “responde a” – expectativas na gestante sobre uma suposta relação presumida, a partir de um intenso processo de educação social ao longo da vida? Nesse caso, ao contrário de pôr em questão a factualidade dos impactos emocionais da gestação constatados e registrados pelas referências trabalhadas por Mata & Shimo, propõe-se uma investigação aprofundada a respeito de suas origens e motivações em um contexto cultural particular. Assim, abre-se a possibilidade de que toda a relação emocional da gestante com o feto, então lida como relação “*entre* mãe e bebê”, seja fruto de uma construção fabular que a educa para compreender o corpo fetal como a) um ser alheio, hospedado em seu interior – e não uma parte desse interior, nem, ao contrário, um corpo estranho que ela poderia absorver ou eliminar; b) um ser humano, com desejos, direitos e poderes; c) um objeto de devoção, cuja divindade provém da funcionalização da pessoa mãe e sua atribuição à sujeita gestante, a partir e a serviço do bebê.

No processo de idealização de um “bebê imaginário” sugerido por Mata & Shimo, talvez possamos entender que o feto opera por “intensificação da eficácia”, nos termos de Severi (2013), de uma imagem ou ideia virtual, isto é, como potencial corpo-de-sujeito que o converte em pessoa. Esse feto-quimera é uma imagem que é uma parte não visível, porém

perceptível, tátil e, sobretudo, concebida, a ser projetivamente completada para se tornar (ter o status de) bebê - e por que, então, essa imagem não se completa como [extensão do] corpo da mãe?

A relação metonímica que faz de um membro fisiológico corpo, na leitura ocidental moderna da biologia, complexifica-se para fazer de um feto bebê - extraordinariamente atravessando a possível etapa que o faria “corpo gestante” antes ou ao invés de corpo independente e pessoa. Indagar por que o feto em formação não é, na leitura ocidental moderna, partícipe do corpo gestante como suas secreções ou seus cabelos, traz questões sobre o que cabe ao conceito corpo nesse contexto, mas, especialmente, sobre como as definições que perpassam o sistema reprodutor feminino estão implicadas nos mecanismos de controle reprodutivo pela sociedade.

Essas implicações levam processos comuns do corpo feminino gestante, como o aborto, conceituarem-se no contexto euro-americano contemporâneo como grandes polêmicas, tensões políticas e eventos trágicos, dramatizando a própria condição que socialmente se constrói como a feminilidade arquetípica atribuída ao sexo feminino, uma condição de eterno risco de fracasso diante da função maternal, ainda produzida e reproduzida pelas práticas artísticas a partir de pressupostos que articulam coisa, corpo e pessoa em mecanismos de controle da reprodução.

Conclusão

O lugar social atribuído ao feto por meio da aproximação em relação a um conceito “bebê” carregado de moralidade mostra-se consolidado no contexto ocidental cristão. Sua observação serve ao questionamento das construções conceituais e ontológicas sobre a reprodução humana, sobre sua conexão com estruturas sociais binárias de sexo e de gênero, e suas implicações sobre a realidade política e a produção científica no contexto em questão. As produções da antropologia que conferem visibilidade ao descentramento dos entendimentos acerca de ideias tais quais corpo, coisa e pessoa favorecem essas reflexões e a construção de um campo científico mais amplo.

As investigações etnográficas no campo da antropologia no contexto de sociedades consideradas não-modernas ou não-ocidentais - nomenclaturas em delicado processo de consolidação - vêm produzindo vias de desconstrução e desnaturalização de pressupostos

autocentrados na compreensão dos fazeres culturais e sociais, ao ponto do questionamento na dimensão ontológica dos próprios conceitos no fazer científico.

O acionamento de resultados desse exercício na articulação com outras áreas do saber no interior do contexto ocidental moderno e pós-moderno revela-se igualmente necessário, frutífero e político.

Referências

MACGAFFEY, Wyatt. Fetishism Revisited: Kongo “Nkisi” in Sociological Perspective. In: *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 47, n. 2, 1977, pp. 172-184.

MARTIN, Emily. *A Mulher no Corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

MATA, Júnia; SHIMO, Antonieta. A representação social da arte da pintura do ventre materno para gestantes. In: *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo, v.5, n.8, 2017, pp. 250-268.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Ed. Ubu, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo, Editora 34, 2005.

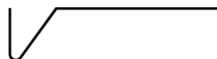
SEVERI, Carlo; LAGROU, Els. (Orgs.). *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração na arte indígena*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Learning to see in Melanesia. *HAU Masterclass Series*, v. 2, 2013.

_____. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: *Revista Estudos Feministas*, 1995, v. 3, n. 2, pp. 303-330.

_____. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. In: *O Efeito Etnográfico*. São Paulo, Ed. Ubu, 2017, pp. 23-80.

Por um estruturalismo dos afetos: A inserção dos afetos nas Ciências Sociais pela perspectiva Espinosa



Tiago Franco de Paula¹

Resumo

O presente trabalho é um ensaio crítico à posição ontológica das Ciências Sociais. Tendo como ponto de partida as dificuldades que os estudos na área têm encontrado em explicar os fenômenos atuais, busca apresentar uma chave teórica pouco utilizada pelos cientistas sociais: os afetos. Os afetos, comumente ignorados no campo pela acusação de serem questões subjetivistas, representam uma variável fundamental para se pensar a ação social. A inserção dessa variável é feita por meio da filosofia de Espinosa, base para a elaboração teórica de um Estruturalismo dos Afetos. Tal concepção traz uma crítica do sujeito autônomo e questiona a percepção da sociedade como um conjunto de normas valorativas e sociais. Segundo ela, as estruturas racionais e normativas necessitam de um circuito de afetos para determinar as instituições sociais. Sem nenhuma pretensão definitiva, o artigo é uma breve sistematização das premissas e conclusões iniciais de um Estruturalismo dos Afetos. Mais do que isso, busca ser uma crítica inicial aos estudos sociais que não fazem uso de chaves-teóricas de outros campos e se prendem às concepções dominantes das Ciências Sociais.

Palavras chaves: Afetos - Ciências Sociais – Espinosa - Estruturalismo

Abstract

The present paper is a critical essay to Social Science's ontological position. Taken as an assumption the difficulties of the field in understanding the political changes nowadays, the essay presents a theoretical approach based in a poorly used concept in Social Science: the affections. The affections are crucial to the truly understand social action. However, this concept is constantly ignored by social scientists for been seeing as a subjective variable. The philosophy of Spinoza is the key to the inception of this concept in the studies of society and political behavior. It is also the basis to the approach of the Structuralism of the Affects. This approach criticizes both the perception of humans as autonomous and the perception of society as a set of values and social norms. According to the Structuralism of the Affects, normative structures need a circuit of affects to create social norms and social institutions. The essay systematizes briefly the paramount assumptions and crucial conclusions of the Structuralism of the affects approach. Besides, it aims to be a brief critic of researches and studies in social sciences that do not seek for now theoretical keys in other fields.

Keywords: Affects – Social Sciences – Spinoza – Structuralism

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Membro da linha de pesquisa Política, Religião, Valores e sociedade. E-mail: tiagofraancopp@gmail.com.

Introdução

Num artigo que trata da atual crise da democracia e que sistematiza concepções iniciais sobre a teoria pós-democrática, Luciana Ballestrin alerta para a grande dificuldade da Ciência Política de incorporar em seus estudos questões que estão fora do âmbito da política e problemas políticos que estão fora das instituições. Mais que uma simples crítica ao modo como as pesquisas na área têm sido conduzidas, a autora apresenta, mesmo que de modo não intencional, um diagnóstico válido para todas as Ciências Sociais. Em seus estudos, muitos cientistas da área têm deixado de lado fatores que são fundamentais para compreender de forma completa a sociedade. Presos às tradições e às concepções clássicas sobre seu objeto de pesquisa, tais cientistas vivem sobre um eterno medo de perderem seu estatuto acadêmico e evitam se aproximar de diferentes áreas para manter a ilusão de uma ciência social pura.

Tal diagnóstico é fruto da posição atual das ciências da sociedade frente aos acontecimentos políticos dos últimos anos. Seja nas tentativas de previsão eleitoral ou nas explicações dadas sobre a ascensão de movimentos extremistas, os cientistas sociais e políticos têm cometido erros cada vez mais frequentes. Diante disso, torna-se mais clara a necessidade de trazer novas perspectivas teóricas e epistemológicas para os debates em ciências sociais. É em torno dessa necessidade que o presente artigo é escrito. Sem nenhuma pretensão definitiva, o trabalho busca apresentar as premissas básicas e conclusões iniciais sobre um estruturalismo dos afetos, perspectiva que enxerga a sociedade e os próprios indivíduos como diferentes circuitos de afetos. Como principal base teórica, tal perspectiva utiliza a ontologia de Espinosa, visto que ela consegue relacionar de forma clara e rigorosa os afetos individuais com as estruturas sociais que compõem a sociedade.

Mais do que uma sistematização extensiva das questões teóricas sobre os afetos ou uma revisão completa sobre a filosofia de Espinosa, o artigo é um ensaio crítico de uma Ciência Social dominante que não se aproxima da filosofia e da psicologia pela pretensão de ser um estudo social puro. Também assume o papel de uma crítica à concepção de indivíduo iluminista tradicional que ainda é base para muitos estudos dentro das ciências sociais distintas. Mais uma vez, cabe ressaltar que tal crítica não é feita para afirmar que um estruturalismo dos afetos deve se tornar um novo paradigma dominante; ela busca, na

verdade, mostrar como essa concepção de indivíduo puramente racional é limitada por não levar em consideração as questões afetivas ao tentar analisar a ação.

O presente texto é dividido em quatro partes. Na primeira, é apresentada uma discussão mais detalhada sobre o estruturalismo dos afetos e sobre como ele representa uma crítica à concepção liberal de indivíduo e às teorias tradicionais sobre a sociedade. Na segunda, é feita uma digressão sobre as proposições ontológicas de Espinosa e sobre como elas podem ser adotadas em uma teoria da ação social. Nesse momento, são apresentados conceitos fundamentais, como o de Conatus e o de afetos. A terceira, por sua vez, busca sistematizar de forma breve a ideia de que as estruturas sociais possuem circuitos de afetos e mostrar como as instituições vivem sob um regime de balança afetiva instável e que gera uma constante insegurança em relação à sua permanência. Por fim, a última parte discute de forma breve a relação entre os afetos e ação política. Seu objetivo é mostrar, pelas críticas de Safatle às concepções de Espinosa, que o desamparo é um afeto político.

1. Por um estruturalismo dos afetos

Os cientistas sociais parecem estar sempre em busca de uma diferenciação. Pela exaltação de sua intelectualidade, buscam marcar o conhecimento teórico que os diferencia do indivíduo não iniciado no meio acadêmico. Pela busca de dados empíricos para a construção de “teorias que tratam da realidade”, buscam se diferenciar dos filósofos e metafísicos acusados de não fazerem ciência. Nessas tentativas de diferenciação, percebe-se um desejo de ser reconhecido como um cientista. Desejo esse que atingiu o campo epistemológico e levou as Ciências Sociais a buscarem uma diferenciação em sua linguagem e em seu objeto. As correntes estruturalistas mostram de forma clara a tentativa de diferenciação do objeto, enquanto a questão da linguagem culmina em pesquisas estatísticas que demonstram matematicamente os fenômenos sociais.

O estruturalismo, ao definir as estruturas sociais como causadoras da ação e, por isso, apontar que deveriam ser o objeto central de estudo dos cientistas sociais, mostrou o desejo pelo distanciamento daquilo que se denominava como psicologismos. Perceptível desde as obras de Durkheim, que em seus trabalhos iniciais chegou a apontar uma separação total entre a sociologia e psicologia, esse desejo afastou o indivíduo das análises sociais. A matematização, inserida nas Ciências Sociais principalmente pelo uso da estatística, mostrou um desejo pela aproximação com as ditas Ciências Duras (*Hard Science*). A Ciência Política

e, principalmente, a Economia estão cada vez mais próximas das quantidades e da linguagem das ciências exatas. Pela concretização desse desejo, deixam de lado questões e variáveis que não podem ser tratadas de forma quantitativa.

Tanto o estruturalismo quanto as pesquisas quantitativas dentro das Ciências Sociais trouxeram avanços e contribuições para o campo. Não se trata, aqui, de negar a validade dessas abordagens e nem de afirmar que é necessário abandoná-las por completo. O que se deve destacar é que a adoção dessas perspectivas deixa de lado fatores de profunda importância para se entender a sociedade. Fatores esses que passaram por um processo de recuperação. O indivíduo foi resgatado do abismo em que havia sido jogado pelas perspectivas estruturalistas. Contudo, ainda é necessário discutir sua posição ontológica. Tal resgate do indivíduo foi feito com a ajuda dos conceitos de instituição e legitimidade, que giram em torno da concepção de um indivíduo racional e autônomo, típico da epistemologia liberal. Todavia, o resgate do indivíduo como o sujeito racional não é suficiente, visto que deixa de lado uma questão fundamental que também é excluída de grande parte das pesquisas quantitativas: os afetos.

Discutir os afetos representa mais do que uma tentativa acadêmica de construir novas perspectivas teóricas no campo. É, na realidade, um fruto da conjuntura da área. O momento atual apresenta uma série de desafios para as Ciências Sociais como um todo. Desafios esses que as perspectivas dominantes têm dificuldade para enfrentar. Em meio às proclamações sobre a crise da democracia, aos apontamentos sobre a ascensão da extrema direita e constatação de que ações de ódio que aparentam ser pouco razoáveis são cada vez mais comuns, a concepção de um indivíduo racional e autônomo tem se mostrado cada vez mais limitada em sua capacidade de compreensão da realidade. O mesmo vale para as pesquisas quantitativas que apresentam fórmulas matemáticas e utilizam softwares tecnológicos para explicar as tendências comportamentais. Diante disso, trazer os afetos para o campo representa uma ampliação das chaves teóricas em busca de um entendimento mais satisfatório dos fenômenos atuais.

Como todo processo de ampliação, não busca destruir o que já existe, mas sim fazer uso das bases que já foram construídas. E isso só pode ser feito de forma cautelosa e por meio de uma perspectiva epistemológica capaz de associar de forma consistente as questões clássicas das Ciências Sociais com a discussão afetiva. Tal ligação é feita com sucesso por meio da filosofia de Espinosa. Por mais que pareça estranho utilizar um autor muito anterior ao surgimento dos estudos sociais enquanto ciências, as teorias de Espinosa

apresentam uma ligação clara entre o caráter afetivo dos indivíduos e estruturas da sociedade. Por meio dela, é possível se aproximar das teorias institucionalistas que resgataram o indivíduo e, ao mesmo tempo, questionar a construção ontológica do sujeito liberal que funciona como uma de suas premissas. Isso é possível pela concepção espinosista de que as instituições sociais também são estruturas afetivas.

A perspectiva espinosista das instituições parte do pressuposto de que existem estruturas da sociedade que influenciam a ação do indivíduo. Contudo, apresenta uma nova explicação sobre o modo como essas estruturas são capazes de causar a ação. As teorias tradicionalistas das instituições tomam como pressuposto o indivíduo liberal, tido como racional e autônomo em suas decisões. Essa premissa leva à conclusão de que o indivíduo age conforme as instituições sociais porque entrou em “acordo” com elas. Tal acordo seria fruto da própria racionalidade do indivíduo, que o mostra que entrar em concordância com as instituições e pautar suas ações por meio delas é a melhor decisão². Dentro dessa lógica, há a ideia de que o indivíduo tem autonomia para julgar quais são as instituições mais benéficas para a sociedade. O julgamento positivo resultaria no acordo e daria legitimidade para a instituição. A legitimidade, aqui, se confunde com a qualidade: a instituição é legítima porque o indivíduo a considera boa.

Ao falar que as instituições sociais são também estruturas afetivas, Espinosa rompe com a ideia de que elas são resultado de um acordo exclusivamente racional. Também rompe com a definição de legitimidade derivada desse pensamento. Contudo, o autor não propõe uma nova hierarquização que separa racionalidade e afetividade. Segundo ele, a integração entre razão e afeto é a chave para se entender o funcionamento de tais instituições. O indivíduo é visto tanto como um ser afetivo quanto como o ser racional, de modo que suas ações são fruto de afetos e razões que as estruturas sociais criam simultaneamente. Trata-se, portanto, não de excluir a razão do pensamento social, mas de acrescentar os afetos e suas consequências para a ação humana nas análises da sociedade. Diante disso, Espinosa propõe que as instituições são de fato avaliadas racionalmente pelos indivíduos, mas tal avaliação é atravessada por afetos benéficos criados pelas estruturas sociais.

² Essa estrutura de pensamento é ilustrada pela lógica do contrato. De acordo com ela, o indivíduo teria abandonado seu estado de natureza por ter constatado racionalmente que isso traria segurança. Tal ato resultaria num acordo com o Estado em que o indivíduo abre mão de sua naturalidade e passa a agir de acordo com as regras da instituição estatal por julgar que isso geraria uma vida melhor (LORDON, 2013).

A fusão entre a avaliação racional e os afetos benéficos gerados pelas instituições levam aos julgamentos positivos por parte dos indivíduos. Julgamentos esses que são essenciais para a manutenção das estruturas sociais. A perspectiva de Espinosa rompe, portanto, com o sujeito liberal puramente racional e autônomo. Em seu lugar, propõe uma concepção de indivíduo que integra afetividade e racionalidade capaz de trazer para a discussão a influência dos afetos sem cair num subjetivismo que ignora as questões sociais. Ao restituir nas instituições sociais suas estruturas afetivas, a ontologia espinosista se apresenta como um mecanismo de aproximação entre a filosofia e as Ciências Sociais que propõe novas chaves teóricas para pensar a conjuntura atual. Assim, cumpre o papel de ampliação de conceitos pela sistematização de um estruturalismo dos afetos³. Por meio desse estruturalismo, pode-se pensar de forma mais abrangente os problemas atuais. Ele permite pensar a sociedade como um jogo de afetos circulantes que sustentam ou não as instituições. Cabe, agora, entender de forma mais clara como se pode pensar o indivíduo e a sociedade como entes que funcionam por meio dos afetos.

2. O indivíduo como um circuito de afetos

Entender a sociedade como um circuito de afetos exige ter claro como as afetividades são capazes de influenciar as ações do indivíduo. Ora, se tal concepção questiona a ideia de um indivíduo puramente racional, é essencial que ela proponha uma nova formatação de indivíduo capaz de substituir a existente no pensamento dominante. A noção do indivíduo afetivo é encontrada na própria filosofia de Espinosa. Contudo, para entendê-la é necessário, mesmo que de forma breve, passar por apontamentos éticos e ontológicos do autor⁴. O primeiro deles é o de monismo da substância. Espinosa define como substância “tudo que é em si e se concebe por si: isto é, aquilo cujo conceito não precisa de outro conceito para si formar” (ESPINOSA, 1985, p. 2). Para o autor, na

³ A ideia de um estruturalismo dos afetos não foi cunhada por Espinosa, mas sim por trabalhos posteriores que adotaram a ontologia espinosista para propor uma nova abordagem para os estudos sociais.

⁴ Tais apontamentos ontológicos estão inseridos principalmente na obra “Ética demonstrada à maneira dos geômetras”. Nela, Espinosa buscou sistematizar uma ontologia por meio das regras lógicas que dominam os campos matemáticos. Assim, partiu da concepção de que um termo pode ser explicado usando somente suas premissas. As afirmações presentes no livro, portanto, são resultados de derivações lógicas de afirmações iniciais, não tendo base empírica.

natureza existe apenas uma substância, que seria Deus⁵. Deus possui uma potência substancial que seria geradora de novos entes.

Esses novos entes fazem parte da definição que Espinosa apresenta de modos. É definido como modo tudo aquilo que é concebido com base em outro conceito. Dito de outra forma, modo é tudo aquilo que não existe em si, mas existe somente por meio de um outro, que, por sua vez, é substância. Como a única substância existente é Deus, tudo o que existe é seu modo e tem como motor de criação a potência de substância. O indivíduo, portanto, é um modo de Deus. Tudo que forma o indivíduo é fruto da mesma substância. Não há, para Espinosa, nenhuma relação hierárquica entre as partes componentes do indivíduo, visto que todas têm a mesma origem. Dessa forma, não é possível falar de uma dominação da mente sobre o corpo, nem de uma dominação da razão sobre os afetos. Uma concepção de indivíduo que coloca a razão como “comodante” de suas ações, portanto, não é válida, visto que subordina o corpo à mente.

Em contraposição às teorias que pregam uma supremacia da razão⁶, Espinosa propõe uma concepção que mantém corpo e mente estritamente associados no que tange a explicação sobre a ação do indivíduo. Tal teoria tem como base a ideia de *Conatus*. Segundo o autor, a potência substancial de Deus é transfigurada no indivíduo, dando origem a uma força que faz com que ele persevere⁷ em seu ser. O *Conatus* representa essa “perseverança em seu ser” e existe em todos os modos de Deus. Perseverar em seu ser, nesse ponto, representa a tendência que o indivíduo possui de manter sua existência e buscar realizar aquilo que deseja. De acordo com Chauí (1995), o *Conatus* é um impulso vital pelo qual todo ser tende a se afirmar como ser; ele é, de modo geral, uma pulsão de vida. Graças a essa pulsão, o indivíduo não se mantém estático. Ele está sempre agindo para preservar seu estado, caso esse seja positivo, ou alterá-lo, caso seja negativo. De qualquer forma, a ideia de *Conatus* afirma que o indivíduo está sempre em ação.

Essa constatação final é o que realmente importa para um estruturalismo dos afetos. Tal concepção teórica tem como principal premissa a ideia de que o indivíduo está sempre em movimento com o objetivo de perseverar em si; ou seja, de alcançar seus desejos. Segundo Lordon (2013), a inserção da lógica afetiva de Espinosa nas Ciências Sociais

⁵ “Por Deus entendo um ser absolutamente infinito, isto é, uma substância composta por infinitos atributos, cada um deles exprimindo uma essência eterna e infinita (ESPINOSA, 1985, p.2).

⁶ Aqui, a ideia de supremacia da razão é pensada nos termos de Descartes, que, ao colocar como condição da existência o pensamento racional (“Penso, logo existo”) coloca de lado toda importância do corpo no existir.

⁷ Cabe deixar claro que perseverar, em sua definição, significa permanecer; continuar; ser constante.

necessita somente dessa afirmação, expressa pelo conceito de Conatus. Por isso, é necessário mudá-lo de estatuto: nas proposições de Espinosa, a definição do conatus exerce o papel de uma derivação lógica dos apontamentos sobre Deus; no estruturalismo afetivo, assume o posto de postulado de uma teoria da ação social (LORDON, 2013, p. 56). É, portanto, o ponto de partida dessa corrente. Assim, assumir tal perspectiva não significa necessariamente assumir as definições de Espinosa sobre Deus, seus modos e o monismo da substância.

Tendo o conatus como postulado, torna-se necessário entender como esse conceito se relaciona com os afetos. Como dito, o conatus é uma pulsão para a ação. Contudo, ele não é uma pulsão que existe por si só. Segundo Espinosa, o conatus apresenta uma transitividade. Em outras palavras, o conatus sempre precisa de um complemento. Ora, se ele representa a pulsão do indivíduo para perseverar em si, é necessário que exista algo a ser mantido. Esse algo é o afeto sentido pelo indivíduo. Dessa forma, o afeto é a própria causa da ação. O indivíduo age na medida em que é afetado e de acordo com o afeto que o atingiu. Tal afirmação está de acordo com o conceito de afeto construída por Espinosa: “Por afeto entendo as afecções do corpo que aumentam ou diminuem, ajudam ou limitam, a potência de agir desse corpo, assim como as ideias dessa afecção” (1985, p. 38)⁸. Desse modo, os afetos estão, por definição, ligados à ação do indivíduo.

Todavia, assim como o conatus, o afeto não existe por si só. Ele depende de uma afecção, que é algo externo ao indivíduo. Para que um determinado afeto seja criado, é necessário que o indivíduo entre em contato com um acontecimento social, seja ele micro ou macro. De modo sistemático, temos a seguinte teoria da ação: uma afecção atinge o indivíduo e cria nele um afeto; esse afeto, devido à tendência do indivíduo de perseverar em si (conatus), o leva a agir. Segundo Espinosa, existem três afetos básicos: a felicidade, a tristeza e o desejo. Desses três, derivam uma série de afetos distintos. Os afetos felizes levam a ações que buscam preservá-los; os afetos tristes, a ações que buscam afastá-los; os desejos, por sua vez, podem levar a ações com objetivos diversos. Os afetos alegres e tristes são, de modo geral, apenas variações para mais ou para menos na potência de agir do indivíduo.

Para Espinosa, o afeto criado por uma afecção varia de acordo com o indivíduo. Da mesma forma varia a ação realizada. Para entender esse ponto, é necessário apresentar o conceito espinosista de ingenium. Esse conceito afirma que existe um “filtro” em cada

⁸ As “ideias de uma afecção” representa o sentido que o indivíduo dá a afecção.

indivíduo pela qual as afecções passam para gerar um afeto. Esse filtro é formado de acordo com as experiências do indivíduo. Na medida em que é afetado ao longo de sua vida, o indivíduo constrói um *ingenium* que define a maneira como ele irá lidar com as futuras afecções. Segundo Lordon, “o *ingenium* é, em certa medida, a constituição afetiva do indivíduo, ou seja, o conjunto de afetos que o forma” (2013, p. 112). Assim, uma mesma afecção gera afetos distintos em pessoas distintas porque elas possuem constituições afetivas distintas. Situações sociais semelhantes são capazes de criar constituições afetivas semelhantes; contudo, sempre existem individualidades que impedem construções afetivas completamente iguais entre dois indivíduos.

A construção afetiva não é definitiva. Como o indivíduo é constantemente afetado ao longo de sua vida, seu *ingenium* está em um constante processo de formação. Por ser uma construção dinâmica e complexa, o *ingenium* também não é um gerador de afetos únicos. Em outras palavras, a passagem de uma afecção pelo “filtro” não gera a formação de um afeto bem definido, mas sim de vários afetos distintos. A partir daí, inicia-se uma “disputa” entre esses afetos. Como exemplo, é possível pensar a existência de um jovem brasileiro que torce pela seleção de seu país e, ao mesmo tempo, é um grande fã do jogador Lionel Messi e deseja que ele alcance todos os títulos possíveis. Esse torcedor, frente a um jogo de Copa entre Brasil e Argentina em que a equipe brasileira é vitoriosa e a equipe argentina é eliminada da competição, sentirá dois afetos: um alegre, pela vitória do Brasil; e outro triste, gerado pela eliminação de seu ídolo. Esses dois afetos entrarão em uma disputa na qual o mais forte irá definir se o jovem estará feliz ou triste após o jogo.

Diante disso, é possível pensar que há uma balança afetiva em cada indivíduo. O peso dos afetos nessa balança varia de acordo com a construção afetiva de cada um. Uma mesma afecção, portanto, pode gerar ações muito diversas entre indivíduos diferentes. Da mesma forma, pode gerar ações distintas de um mesmo indivíduo em momentos diferentes de sua vida. Como afirma Safatle (2015), cada indivíduo é um circuito de afetos, portanto não é possível esperar ações semelhantes diante de uma mesma situação. Nesse ponto, fica claro como a concepção afetiva se distancia da concepção racionalista de indivíduo. No estruturalismo dos afetos, não há nenhuma pressuposição de que o indivíduo irá tomar determinada ação por ela ser a mais adequada ou a mais lógica. Tudo depende de como tal afecção o afetou. É necessário, agora, entender como isso se dá no contexto social.

3. A sociedade como um circuito de afetos

A sociedade, assim como o indivíduo, possui um circuito de afetos. Como já foi apontado, a perspectiva do estruturalismo dos afetos enxerga as instituições sociais como estruturas afetivas. Dentro da teoria da ação já proposta, as instituições tomam o papel das afecções externas que atingem os indivíduos. Dessa forma, elas geram afetos que perpassam as constatações racionais e influenciam as ações individuais. Esses afetos, por sua vez, interferem na manutenção ou não dessas instituições. A permanência de uma instituição, portanto, não está relacionada somente com sua legitimidade ou julgamento puramente racional por parte do indivíduo. Ela também é influenciada por uma balança afetiva que constitui a sociedade. Dessa forma, a manutenção das instituições sociais também depende de sua capacidade de gerar mais afetos positivos que afetos negativos nos indivíduos.

Assim, como afirma Safatle (2015), a sociedade não é composta somente por uma série de normas que moldam a ação de todo grupo, mas também por um circuito formado por afetos que atingem a todos. Existem, dessa forma, uma série de afetos comuns. Tal constatação parece entrar em contradição com um conceito espinosano de extrema importância: o de *ingenium*. Ora, se, de acordo com a definição de *ingenium* e suas derivações, cada indivíduo apresenta uma constituição afetiva distinta, como é possível haver uma série de afetos comuns que movimenta a ação de toda uma população que está sob a jurisdição de uma mesma instituição? A resposta para esse questionamento tem duas partes: a primeira relacionada as próprias instituições e a segunda relacionada aos indivíduos e suas relações afetivas.

No que tange às instituições, a resposta é intuitiva: por ter um caráter social, as estruturas são capazes de gerar uma afecção coletiva. Elas são dotadas de um poder de afeto coletivo e causam uma afecção idêntica. A segunda parte, por sua vez, é menos clara. Para entendê-la, é necessário trazer para a discussão as afecções geradas não pelas estruturas sociais, mas sim pelos próprios indivíduos. Afinal, a vida em sociedade não é composta somente pelas relações entre indivíduo e estrutura, mas também pelas relações dos indivíduos entre si. Essas interações fazem com que uma coletividade esteja constantemente em um regime de autoafecção. Esse regime, por sua vez, é capaz de criar um afeto comum que mobiliza a todos de forma idêntica.

Espinosa denomina de potência da multidão a capacidade de formação de afetos comuns que os regimes de autoafecção possuem. A potência da multidão é entendida, nas

palavras de Lordon, como uma “certa composição polarizada das potências individuais, tal que, superando pela própria composição todas as potências de que é constituída, ela seja um poder de afetar a todos” (2013, p. 153). Assim, ela representa a transformação de um afeto singular em um afeto coletivo e homogêneo. Esse processo de transformação ocorre graças ao fenômeno denominado por Espinosa de Emulação Simpática. De forma grosseira, o conceito de Emulação Simpática pode ser traduzido para a ideia de imitação. Segundo ele, o indivíduo que entra em contato com um outro que foi afetado por determinado afecção é capaz de perceber esse afeto. A partir dessa percepção, ele imagina esse afeto e, por consequência, passa a ser afetado por ele.

Dessa forma, por meio da Emulação Simpática é possível formar um afeto comum capaz de manter a existência de determinada instituição social. Tal fenômeno só é possível em meio à multidão, visto que só ela possui a potência necessária para criá-lo. Não se trata, contudo, da definição de multidão como uma massa efêmera de pessoas, mas sim da multidão como um conjunto de indivíduos que vivem sob a influência de determinada instituição. Aqui, é possível unir as duas partes da resposta dada ao questionamento inicial. As instituições representam uma afecção comum a todos, mas só geram um afeto verdadeiramente comum graças à potência de multidão. Esse afeto comum é o que determina a continuidade das estruturas sociais. Apesar disso, o afeto comum não é capaz de atingir homogeneidade numa sociedade. Sempre haverá indivíduos destoantes que questionam a permanência de certas instituições.

O que cabe discutir agora é a caráter desse afeto comum. Como já foi dito, a geração de afetos positivos é essencial para a permanência das instituições. Por dedução, é possível constatar que a geração de afetos negativos resultaria no questionamento e posterior queda de certos regimes institucionais. Ora, mas como se dá a passagem de um momento de afetividade positiva para um momento de afetividade negativa? A ideia da balança de afetividade é a chave para a construção de uma resposta. Por ter uma constituição afetiva complexa, o indivíduo é afetado de diferentes formas pela mesma afecção. Os vários afetos formados entram em uma disputa na qual o vitorioso é aquele que possui maior intensidade. Na discussão sobre as instituições, essa disputa é transportada para o âmbito social.

Como nenhum afeto comum consegue atingir um patamar de homogeneidade social, há sempre uma disputa entre afetos contrários causados por uma determinada instituição. A tendência normal nas sociedades é que os afetos positivos sejam vencedores nesses embates. Contudo, o caráter constante do enfrentamento entre os afetos distintos

faz com que nenhuma instituição esteja completamente segura de sua permanência. É necessário que elas mantenham sua capacidade de gerar afetos positivos, visto que a balança pode sempre pesar para as afetividades negativas. A partir do momento que os afetos negativos se tornam mais fortes, a instituição passa a ser questionada. Tal mudança na balança afetiva tem início na medida em que as instituições param de funcionar e atingem seu ponto máximo quando os defeitos institucionais extrapolam o limite do tolerável.

Contudo, apenas a mudança na balança afetiva não é suficiente para que uma instituição perca sua posição social. Tal mudança deve ser acompanhada de uma ação por parte da multidão afetada. Ação essa que é, acima de tudo, uma ação política. Para o estruturalismo dos afetos, a política nada mais é do que uma coalizão de corpos desejantes que agem para gerar transformação. De acordo com Lordon, “não há transformação das estruturas sem ação transformadora, isto é, sem ação política, e a ação política é um caso de afetos e desejos coletivos (2013, p. 13). Assim, a política tem uma importância fundamental em uma sociedade afetiva. O circuito de afetos constituinte das instituições sociais não é fixo e o que garante isso é a própria ação política por parte dos indivíduos. Diante disso, surge o questionamento de quais seriam os afetos capazes de mobilizar ações políticas contra as instituições sociais.

4. A ação política

Várias respostas podem ser dadas ao questionamento sobre quais são os afetos causadores da ação política transformadora. A lógica de Espinosa permite pensar a existência de diversos afetos negativos relacionados ao funcionamento das instituições sociais. Contudo, o autor aponta dois afetos que são primordialmente políticos: o medo e a esperança. Esses dois afetos são, acima de tudo, afetos institucionais, visto que a entrada nas instituições sociais mais básicas é resultado do medo de permanecer no estado natural e da esperança de encontrar um estado social mais estável sob a proteção institucional. Na transformação da estrutura pela ação política, o medo assume a posição de medo de permanência na instituição, enquanto a esperança representa o desejo de viver sob uma nova estrutura social.

À posição de Espinosa quanto aos afetos causadores da ação política cabe o contraponto apresentado por Safatle. Para o autor brasileiro, pensar o medo e a esperança como afetos políticos por excelência leva a uma concepção de mudança estrutural incapaz

de construir novas instituições sociais. Segundo ele, esses dois afetos não são capazes de gerar um novo horizonte de possibilidades para a ação política⁹. Pelo medo e pela esperança, os atores da transformação não são capazes de formular alternativas institucionais realmente distintas das possibilidades existentes dentro da sociedade. Assim, não haveria uma verdadeira transformação no circuito de afetos que constitui o social. Tal transformação somente é possível na medida em que o horizonte de possibilidades existente é completamente negado e instituições completamente novas são propostas. Na concepção de Safatle, somente um afeto é capaz de gerar essa criação: o desamparo.

A ideia de desamparo utilizado por Safatle vem dos estudos de Freud sobre questões da psicologia social. Para os dois, o desamparo é visto como o principal afeto gerador de mobilização coletiva. É pela afirmação do próprio desamparo que o indivíduo percebe que existem fatores na sociedade que precisam ser alterados. Cria-se, com isso, um desejo por mudança que resultaria na ação política. Essa ação, contudo, não teria o objetivo de buscar um amparo. Segundo Safatle, a busca por amparo seria um resultado não político da afirmação do desamparo. Em seu lugar, deve-se buscar uma transformação completa da sociedade. Diferentemente do medo e da esperança, o desamparo não está relacionado com um horizonte de possibilidades já existente na sociedade, por isso ele permite a busca por uma mudança radical nas instituições sociais.

O desamparo também se distingue do medo e da esperança por possuir uma definição menos essencialista. A posição de desamparado varia de acordo com a constituição afetiva dos indivíduos. Tal constatação fica clara quando se pensa em termos de classe social. Para as camadas mais pobres, estar desamparado pode significar não ter acesso à alimentação, à saúde e a outros direitos básicos. Para as camadas mais ricas, o desamparo pode ser sentido em meio a uma crise econômica que impede a realização de uma viagem internacional ou o consumo imediato de produtos tecnológicos recém lançados. Assim, o desamparo pode gerar ações diversas de grupos diversos. Safatle coloca, porém, que esse afeto individual se transforma em ação política na medida em que o indivíduo encontra um grupo que compartilha de tal afetividade. Com isso, o autor afirma a necessidade de formação de corpos políticos para que a transformação social seja possível.

⁹ A crítica de Safatle à definição de medo e de esperança como afetos políticos vem principalmente da concepção de que tais afetos não conseguem se desvincular de uma temporalidade. Isso os faz sempre agir em função de uma noção de futuro que já existe na sociedade. Romper com o horizonte de expectativas significa romper com essas concepções de futuro e criar novas possibilidades.

Breves considerações finais

O presente trabalho buscou sistematizar de forma concisa às concepções básicas para se pensar um estruturalismo dos afetos e discutir as formas como ele pode contribuir para a se entender as transformações sociais em nossa sociedade. Acima de tudo, seu objetivo foi apresentar uma nova chave interpretativa da sociedade e, por meio disso, ampliar o repertório conceitual daqueles que buscam entender a sociedade e os novos fenômenos sociais. Objetivo esse que foi buscado pela discussão sobre a inserção dos afetos nas Ciências Sociais, fato que permite uma ruptura com a concepção liberal de indivíduo e com as teorias institucionalistas tradicionais da sociedade. No momento atual, tal ruptura é de extrema importância, visto as perspectivas teóricas dominantes têm demonstrada cada vez mais dificuldades para explicar de maneira satisfatória as constantes crises e problemas sociais enfrentadas.

Cabe deixar claro, mais uma vez, que o presente trabalho não tem qualquer pretensão definitiva sobre o que é o estruturalismo dos afetos, assim como não possui a pretensão de abordar de forma exaustiva a filosofia de Espinosa. Essas duas perspectivas são concepções teóricas complexas e exigem um trabalho muito maior do que o que foi disposto para esse artigo para serem compreendidas de forma total. Também é essencial esclarecer que generalizações foram feitas com o objetivo retórico e didático. Mais uma vez, cabe ressaltar que elas não foram feitas com pretensão de serem afirmações definitivas. Aqui, as únicas pretensões tomadas foram a de deixar claro que estamos em um momento conjuntural que exige novas perspectivas teóricas e epistemológicas para ser compreendido de forma satisfatória e de que a aproximação das Ciências Sociais com outras áreas é uma estratégia eficiente em períodos como esse. Seja por uma ontologia dos afetos ou pela aproximação com outras concepções, é fundamental que o cientista social saia de sua “bolha” acadêmica e comece a dialogar com outras áreas sem o medo de perder o status de cientista ou ser taxado de metafísico.

Referências

BRAGA, Luiz Carlos Montans. "Trama afetiva da política: uma leitura da filosofia de Espinosa." (2015).

BALLESTRIN, Luciana. Rumo à teoria Pós-Democrática. 42º Anpocs. GT 8: Democracia e Desigualdade. 2017.

BONFIM, André Luis. "Pulsão de vida, pulsão de liberdade: o conceito de Conatus na Ética de Espinosa." *Revista Helius* 1.2 (2016).

CHAUÍ, Marilena. Espinosa: uma filosofia de liberdade. São Paulo. Editora Moderna. 1995.

DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In. Democracia em Risco? Ed. Companhia das Letras. 2018.

ESPINOSA, B. "Ética demonstrada à maneira dos geômetras. Trad.: Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antonio Simões." *Os pensadores, Espinosa* (1985).

_____. "Tratado político/Baruch Espinosa." *Tradução, introdução e notas Diogo Pires Aurélio*. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes. 2009.

JUNIOR, Carlos Augusto Peixoto. "Permanecendo no próprio ser: a potência de corpos e afetos em Espinosa." *Fractal: Revista de Psicologia* 21.2 (2009): 371-386.

LEME, André Paes. "Spinoza: o conatus e a liberdade humana." *Cadernos Espinosanos* 1.28 (2013): 109-128.

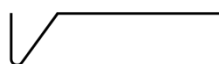
LORDON, Frédéric. A sociedade dos afetos: *por um estruturalismo das paixões*. Papirus Editora. 2013.

PEIXOTO JR, Carlos Augusto. "Permanecendo no próprio ser: a potência de corpos e afetos em Espinosa." *Fractal: Revista de Psicologia* 21.2 (2009): 371-386.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Ed. Cosac Naify. 2015

_____. O Dever e os seus impasses. Editora:WMF: Martins Fontes. 2013

Reflexões sobre os Institutos Federais a partir dos eixos política pública, educação e trabalho



Gilberto Romeiro de Souza Júnior¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar algumas considerações teóricas acerca dos Institutos Federais de Educação, tendo como referência três eixos norteadores: política pública, educação e trabalho. O ponto de partida para a análise é a Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e criou os Institutos Federais (IFs). Esses exercem um importante papel no campo da educação profissional brasileira, tendo em vista a variedade de opções para formação, envolvendo diferentes modalidades e níveis de ensino no mesmo espaço institucional. Para este estudo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, sobretudo artigos científicos e livros sobre a temática em questão, como também a pesquisa documental. Os Institutos Federais, enquanto inovação no campo das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, ampliou as oportunidades de acesso à escolarização e profissionalização aos estudantes e trabalhadores de diferentes áreas do país, pautando seu compromisso com a educação pública e inclusão social.

Palavras-chave: Educação; Institutos Federais; Política Pública; Trabalho.

Abstract

The main objective of this article is to present some theoretical considerations about the Federal Institutes of Education, having as reference three guiding axes: public policy, education and work. The starting point for the analysis is Law No. 11.892/2008 which established the Federal Network of Professional and Technological Education (RFEPT) and created the Federal Institutes (IFs). These play an important role in the field of Brazilian professional education, given the variety of options for training, involving different types and levels of education in the same institutional space. For this study bibliographical research was used as methodology, mainly scientific articles and books on the subject, as well as documentary research. The Federal Institutes, as an innovation in the field of professional and technological education public policies, have expanded the opportunities for students and workers from different areas of the country to access schooling and professional training, guiding their commitment to public education and social inclusion.

Keywords: Education; Federal Institutes; Public Policy; Labor.

¹ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail. gilbertorsjr@gmail.com.

Introdução

O presente artigo é parte das principais discussões desenvolvidas no decorrer das experiências de pesquisa no âmbito da Sociologia do Trabalho e da Educação, e visa apresentar breves considerações teóricas acerca dos Institutos Federais (IFs), tendo como referência três eixos norteadores: política pública, trabalho e educação. A conexão entre os três eixos permitirá uma análise mais ampliada acerca do papel e da importância dos IFs para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

Tendo em vista a retomada do crescimento econômico, bem como a recuperação daqueles setores mais produtivos nas primeiras décadas que compreenderam os anos 2000 no Brasil, teve-se, então, o desafio de tomar a EPT como fator estratégico para impulsionar o desenvolvimento social e econômico brasileiro e dimensioná-la a partir do reconhecimento de uma demanda que resultava da exclusão de oportunidades educacionais de milhares de pessoas, sobretudo, de classes e áreas mais desfavorecidas, oferecendo-lhes oportunidade de acesso à educação pública e de qualidade (AGUIAR, PACHECO, 2017).

Sendo assim, os IFs representaram, mais precisamente, a partir de 2008 - ano de criação desse novo modelo institucional no âmbito da RFEPT - a consolidação de uma das mais importantes políticas públicas no campo da escolarização e profissionalização, ampliando as possibilidades de construção de diferentes itinerários formativos para milhares de brasileiros, a partir de suas diferentes modalidades e níveis de ensino.

Nesse sentido, as principais considerações teóricas tratadas no decorrer do artigo partem, sobretudo, das principais contribuições de autores que abordam mais diretamente essa temática, sobretudo, no campo da Sociologia e da Educação. Toma-se como referência, também, a Lei nº 11.892/2008 que instituiu a RFEPT, e criou inicialmente 38 IFs. Destaca-se que a referida lei servirá como parâmetro para levantar os principais pontos de discussões sobre os eixos “educação” e “trabalho”.

O artigo está estruturado da seguinte forma - além da introdução e das considerações finais - o primeiro tópico intitulado “Análise dos Institutos Federais enquanto inovação no campo das políticas públicas de Educação Profissional” apresenta contribuições dos autores e informações pontuais dos principais documentos que tratam das singularidades dessa instituição no campo da política pública de EPT. O segundo tópico intitulado “Considerações acerca dos eixos “Educação” e “Trabalho” nos Institutos Federais a partir

da Lei nº 11892/2008” visa levantar alguns elementos presentes nesse regimento legal que permitem associá-los às perspectivas de formação e de trabalho.

1. Análise dos Institutos Federais enquanto inovação no campo das políticas públicas de educação profissional

Os Institutos Federais fazem parte de um rol de instituições que compõem a RFEPT no Brasil juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e o CEFET de Minas Gerais, das Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

Tendo sido instituídos a partir da Lei nº 11.892/2008 pelo então presidente Lula da Silva, os IFs constituem um projeto inovador no campo das políticas públicas educacionais, tendo em vista sua proposta pedagógica, sua estrutura multicampi (presente em todo território brasileiro), pluricurricular, sua existência em áreas estratégicas em sintonia com os arranjos produtivos locais, e com compromisso na formação do indivíduo. Fazendo ainda menção aos aspectos inovadores que perpassam a mencionada lei de criação dos IFs, Aguiar e Pacheco (2017, p.26) destacam que a mesma:

(...) permitiu sua inserção na pesquisa, o qualificou e deu nova dimensão ao trabalho de extensão, determinou que essas atividades deveriam estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, auxiliando na formação de professores e estendendo seus benefícios às comunidades, além de desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, tendo ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais.

Destaca-se que, além da própria EPT ser concebida como uma política pública no campo educacional, o próprio IF também é concebido a partir dessa perspectiva, partindo da premissa de que, além de ser uma instituição federal (não apenas pela presença em todas as regiões do país), possui uma estrutura política, pedagógica e institucional comprometida com a inclusão social e a difusão do conhecimento..

Fazendo menção às ações de políticas públicas, destaca-se que o sentido que o termo “público” assume nessa dimensão está além da sua vinculação estritamente ao orçamento e aos recursos governamentais e federais, conforme consta no documento “Concepções e diretrizes dos Institutos Federais” (BRASIL, 2010, p. 10):

Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo.

Ao longo de todo percurso histórico das políticas de Educação Profissional no Brasil, os IFs constituem a síntese de uma das propostas mais inovadoras da Rede Federal. Com uma proposta pedagógica que agrega desde a educação básica até a superior, essas instituições compartilham diferentes modalidades de ensino e de aprendizagem desde o curso técnico de nível médio até a pós-graduação *lato e stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado) com atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais locais, além de assegurar a Formação Inicial e Continuada (FIC) dos trabalhadores.

Esse novo modelo institucional, que agrega num mesmo espaço diversas propostas pedagógicas e modelos curriculares, possibilita ao público estudantil a construção de percursos formativos diversificados que não se restringem a mera preparação de indivíduos para o mercado de trabalho. É um modelo que se pauta, sobretudo, numa formação contextualizada que envolve as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura (PACHECO, 2011).

Tem-se, portanto, o desafio de ampliar a análise da política pública dos IFs, levando-se em consideração as diferentes multidimensionalidades que contribuem para a compreensão da centralidade dessa instituição no que tange a oferta e qualidade da EPT (em seus mais diferentes níveis e modalidades de ensino) e sua importância estratégica para impulsionar o desenvolvimento local e regional a partir das ações de pesquisa e extensão (em constante interação com a realidade social) desenvolvidas em parcerias com outras instituições/empresas dos mais diferentes ramos e setores da economia e do mundo do trabalho.

Para embasar a abordagem da política pública dos IFs e seus desafios à EPT na contemporaneidade, as contribuições teóricas de Pires (2019) são cruciais - mesmo que numa perspectiva mais ampliada - tendo em vista seus apontamentos referentes às discussões e esforços no que tange à avaliação de uma política pública específica, destacando-se a mensuração do alcance (ou não) dos seus resultados e impactos esperados tal como estão delineados nos objetos e documentos que instituem a política. Sendo assim, é possível traçar alguns questionamentos que ajudam a compreender essas questões: 1)

Quais são os novos desafios educacionais apresentados aos IFs para as políticas públicas de EPT? e 2) Quais dificuldades permeiam a realidade institucional e a vivência dos sujeitos nos IFs?

Autores como Azevedo; Shiroma e Coan (2012) apontam críticas e deficiências em relação à atuação, por exemplo, dos governos Lula e Dilma² na operacionalização das políticas públicas de EPT. Os questionamentos desses autores têm se dirigido para o fato de não haver durante os oito anos de mandato do governo Lula uma sólida política de Estado para a educação profissional, além do fato de terem contribuído para o aprofundamento do chamado “aligeiramento educacional” deixado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso FHC - (1995-2003)³, mediante reformas denominadas como políticas de governo centradas no sistema produtivo, o que contribuíram para sua profunda mercadorização.

Como exemplos dos recuos impasses durante os anos de governo Lula e Dilma destacam-se, dentre outros elementos: 1) que a institucionalização dos cursos FICs e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) podem ser citadas como exemplificações das políticas de aligeiramento educacional; 2) a não viabilização da construção do Plano Nacional de Educação (PNE) (2011-2020) que ainda continua no Congresso sem definição alguma, e o sistema educacional do país prossegue funcionando como se a ausência desse plano não ocasionasse nenhuma diferença em sua estrutura e funcionamento⁴ (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p.35).

Ainda são muitos os desafios que acompanham o percurso histórico e o desenvolvimento da política pública de EPT nos IFs desde os aspectos relativos à infraestrutura e formas de acesso até os aspectos mais gerais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão e a formação docente. Em relação a esses desafios, o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2015) elencaram oito, são eles:

² Os períodos que compreendem, mais precisamente, os governos de Lula e Dilma merecem destaque pelo fato de ter sido nesse momento em que ocorreu o processo de expansão dos IFs em todo território nacional, ampliando assim a quantidade de *campi* nas diferentes áreas e regiões do país.

³ Quanto ao papel do Estado, Manfredi (2016, p.248) destaca que “o governo FHC caracterizou-se por ser uma gestão em que o Estado foi diminuindo seu papel de executor de políticas sociais, delegando, em grande parte, as políticas de educação profissional para as agências do setor privado e/ou da sociedade civil”.

⁴ Mesmo com os impasses e permanências (em relação ao governo que o antecedeu) que marcaram, as políticas educacionais nos primeiros anos da gestão do governo Lula (2003-2007), ainda assim é válido destacar que foi possível o desenvolvimento de ações que deram novas reorientações às políticas públicas de educação profissional, dando-lhes outras redefinições e intencionalidades (MANFREDI, 2016).

- 1) Implantação do sistema nacional de avaliação da EPT;
- 2) Promover a oferta nacional de itinerários formativos;
- 3) Estimular a articulação entre instituições de EPT e setor produtivo;
- 4) Implantar a certificação profissional e o reconhecimento de saberes;
- 5) Expandir a educação profissional à distância;
- 6) Promover maior integração entre EPT e o Ensino Médio;
- 7) Promover formação inicial e continuada de docentes da EPT;
- 8) Fortalecer as ações de inclusão: acesso, permanência e êxito;

É válido mencionar que esses desafios – que ainda permeiam a realidade dos IFs – não esgotam a ampla dimensão do seu papel social e importância para história e expansão da EPT no território brasileiro. A fim de enfatizar outras questões acerca dessa temática, no tópico seguinte, serão apresentados aspectos da Lei nº 11892/2008, tendo como referências os eixos “educação” e “trabalho”.

2. Considerações acerca dos eixos “educação” e “trabalho” nos Institutos Federais a partir da Lei nº. 11.892/2008

A Lei nº 11892 de 29 de Dezembro de 2008 que resultou na institucionalização da RFEPT, bem como na criação de 38 IFs concretizou um conjunto de normas governamentais com vistas a atender às exigências postas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), possibilitando a um público diversificado a oferta de itinerários formativos no campo profissional. Cabe então nesta segunda parte do texto tecer algumas considerações teóricas, tomando como referência – além do marco regulatório – alguns autores que abordam diretamente essa temática.

A criação dos IFs é considerada um marco histórico na RFEPT bem como na própria história da educação do país, tendo em vista a configuração de um novo modelo educacional e de estrutura institucional que passou a funcionar em todas as regiões do país, oferecendo oportunidades de acesso no campo da escolarização e profissionalização aos mais diferentes públicos de estudantes e trabalhadores.

Tomando como ponto de partida a referida lei, em seu Art. 6º estão mencionados incisos que remetem às características e finalidades dos IFs, destacando-se três deles:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Fica claro que há uma estreita articulação entre o processo formativo e o constante diálogo com as demandas sociais e as potencialidades locais e regionais, a partir dos trabalhos envolvendo os pilares “ensino, pesquisa e extensão” desenvolvidos pelo corpo docente e discente. É uma marca dessa instituição manter sempre esse diálogo com a comunidade externa, fortalecendo e inovando suas soluções técnicas e tecnológicas, a partir das especificidades de cada localidade e região as quais o IF está inserido.

No que se refere aos objetivos que constam na Seção III, Art. 7º, a fim de servir de guia para o levantamento de algumas considerações sobre os eixos “trabalho e educação”, destaca-se o inciso V: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”. Tomando como referência o ideário de educação emancipatória que caracteriza, na contemporaneidade, os discursos acerca da educação profissional e tecnológica nos IFs, Zatti (2016, p.1463-1464) complementa essa discussão destacando que:

A emancipação é citada, na lei acima, em relação com a cidadania e, esta, ao desenvolvimento socioeconômico local e regional. Portanto, emancipação está definida como relacionada à transformação da realidade na qual essas instituições inserem-se, o que está de acordo com a concepção de educação emancipatória de Paulo Freire. Mas isso não significa que a educação emancipatória se reduz à transformação da realidade material.

Um conjunto de autores, a exemplo de Kuenzer, Pacheco, Saviani, Otranto, Ramos e Frigotto, vêm contribuindo para essa discussão envolvendo os IFs na perspectiva de apresentar como um dos diferenciais desse modelo educacional e institucional o princípio da “politecnia”. Esse tem uma relação com o ideário de formação emancipatória nos IFs ao defender a superação da dicotomia entre formação geral e formação técnica e profissional, sem que haja a prevalência de uma sobre a outra (SAVIANI, 1989)⁵.

⁵ Tal possibilidade ocorreu a partir da vigência do Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004 que trouxe a possibilidade de integração entre educação profissional e o Ensino médio, estabelecendo assim que a educação profissional técnica se daria nas formas: integrada, concomitante e subsequente.

Nessa perspectiva, a associação dos eixos “educação e trabalho” nas dinâmicas institucionais dos IFs remete sempre a questão da educação integrada, a qual está interligada diretamente às práticas e experiências docente e discente, envolvendo ambientes de aprendizados internos e externos à instituição. Como afirmam Figueiredo, Pereira e Oliveira (2015) os diálogos e práticas formativas que envolvem a comunidade e a instituição, entre ciência, trabalho e cultura contribuem diretamente para uma formação ampla e contextualizada dos seus estudantes, e procuram superar um ideário de formação que visa preparar unicamente os sujeitos para o ocupar postos de trabalho.

A partir do levantamento histórico da Educação Profissional no Brasil, Manfredi (2016) destaca conceitos-chaves como o de “trabalho”, “profissionalização”, e “escolarização” para compreensão das peculiaridades dessa modalidade de educação desde 1909 quando foram criadas inicialmente as Escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente Nilo Peçanha. Associando o pensamento da autora à realidade das instituições de ensino profissional, ainda vigora no imaginário social uma concepção limitada quanto ao seu papel educacional, restringindo a uma perspectiva de formação que visa unicamente a preparação de indivíduos para inserção no mercado de trabalho (MANFREDI, 2016).

No entanto, devido ao próprio processo de reestruturação da Rede Federal e a constituição de uma nova proposta pedagógica e institucional nos IFs, essas instituições passaram a trabalhar numa nova perspectiva englobando o viés “educação e trabalho” enquanto aspectos constituintes da formação humana em sua integralidade. Segundo Saviani (1989) e Manfredi (2016) o trabalho aparece nessa nova realidade enquanto princípio organizador da experiência humana e do processo educativo.

Conclusões Finais

Pesquisas e estudos envolvendo os Institutos Federais começaram, nos últimos anos, a ganhar destaque e importância em diferentes áreas e campos do conhecimento, destacando a Sociologia, a Educação e as Políticas Públicas. Essas áreas começaram a se debruçar em um conjunto de aspectos e elementos que envolvem o trabalho docente, a formação profissional, o ensino, a pesquisa e a extensão, as expectativas profissionais dos estudantes, possibilitando a realização de pesquisas teóricas e empíricas.

Como uma importante inovação no campo das políticas públicas educacionais, os IFs marcaram uma nova fase na história da educação profissional no país, a partir de sua institucionalização com a Lei nº 11892/2008, configurando-se num novo modelo

institucional multicampi e pluricurricular com oferta de itinerários formativos envolvendo os mais diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até as pós-graduações a públicos estudantis diversificados.

Desse modo, estando integrados ao campo das políticas públicas, os IFs, em sua missão de ofertar a EPT, prevê a presença estatal na efetivação dos princípios e das ferramentas para as políticas educacionais no campo da escolarização e profissionalização. A fim de obter resultados mais sistemáticos acerca da funcionalidade dos IFs, faz-se necessário um contínuo acompanhamento e avaliação por parte do Estado com objetivo de verificar os possíveis impactos, avanços e desafios que permeiam a realidade dessas instituições.

Diante dessa abordagem, segundo Feres (2015), a expansão da EPT, bem como dos *campi* dos IFs contribuíram para assumir a perspectiva de uma educação como direito e da consolidação de um projeto societário pautado no compromisso com a inclusão social. Ainda nessa dimensão, o trabalho é visto como princípio educativo, e a educação numa perspectiva integrada, possibilitando uma formação que envolva as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.

Referências

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle. *As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Natal; Editora IFRN, vol. 1, pp. 13-35, 2017.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. 2012. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? *R. Educ. Prof.*, Rio de Janeiro, v. 38, n° 2, Mai/Ago, pp. 27-40.

BRASIL. *Decreto 5.154, de 23 de Julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os

arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 01 Fev. 2020.

_____. *Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008a*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L11892.htm>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

_____. MEC/SETEC. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepções e diretrizes*. Brasília, 2010.

FERES, Marcelo Machado. *Políticas públicas para Educação Profissional e tecnológica (EPT) no Brasil*. São Paulo: MEC/SETEC, 2015. (Material de apresentação).

FIGUEIREDO, Tânia Maria Mares; PEREIRA, Wilma Maria; OLIVEIRA, Wesley Florentino de. 2015. Os Institutos Federais sob o prisma da Educação Integral e Integrada. *Revista Teias*, v. 16, n. 41, pp. 250-262.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, D. L. L.; SILVA, Mônica Ribeiro. 2015. Politecnia e formação integrada:

confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 63, pp. 1057-1080.

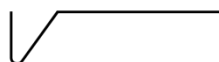
PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: Moderna, 2011.

PIRES, Roberto R. C. *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas - Introdução*. Rio de Janeiro: Ipea, pp. 13-50, 2019.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

ZATTI, Vicente. 2016. Institutos federais de educação: um novo paradigma em educação profissional e tecnológica? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara/SP, v. 11, n. 3, p.1461-1480.

Mobilidade e identidade estudantil em contexto transnacional: uma análise dos relatos de ex-alunos do programa de intercâmbio PEC-G



Michele Aparecida de Souza¹

Resumo

O Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G) seleciona alunos de outros países para estudar em universidades brasileiras. Essa pesquisa analisa os relatos das experiências que esses ex-alunos tiveram no Brasil. Foi observado quais memórias e narrativas eles selecionaram para construir o significado desta experiência de vida e de aprendizagem em outro país. A narrativa faz parte de um conjunto de memórias que um sujeito seleciona no momento em que descreve uma trajetória de vida. A memória contribui na formação de identidades, pois as memórias selecionadas e as esquecidas fazem parte de uma interpretação e construção do “eu”. No momento em que um sujeito narra sua suposta trajetória, ele vai pinçar as memórias que quer que sejam destacadas e fará isso com a finalidade de justificar a maneira como ele enxerga a si mesmo em determinados momentos e situações. O estudo foi feito por meio da pesquisa documental, levantamento bibliográfico e análise dos relatos de vida publicados no site oficial do programa PEC-G no Brasil. Os relatos selecionados foram de alunos que estudaram no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, foram escolhidos os alunos desse período para dar ênfase a esse estudo, pois as memórias desses alunos já estão solidificadas em relação à experiência que obtiveram no Brasil o que contempla o estudo a seguir.

Palavras-chave: Migração; Identidade; Memória; PEC-G.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: mimichele21@gmail.com

Abstract

PEC-G selects students from other countries to have the opportunity to study in Brazilian universities. This research aims to study the program's former students' reports and to analyze the experiences they had as immigrant students in Brazil. It was observed which memories and narratives they selected to describe the meaning of this experience to their life stories. The narrative is part of a set of memories that a person selects when describing a life trajectory. Memory contributes to the formation of identities as the selected memories and the forgotten ones are part of an interpretation for the construction of the "self". The moment an individual narrates his supposed trajectory, he will pick up the memories that he wants to be highlighted and will do so in order to justify the way he sees himself in certain moments and situations. The study was made by the use of documental and bibliographical research and analysis of the life stories published on the official website of the PEC-G program in Brazil. The selected reports were from students who studied in Brazil between the 1970s and 1980s, students from that period were chosen to emphasize this study as these students memories are already solidified in relation to the experience they obtained in Brazil, which contemplates the following study.

Keywords: Migration; Identity; Memory; PEC-G.

Introdução

Esse artigo foi produzido a partir de uma pesquisa de um trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de bacharelado em Ciências Sociais. Para realização dessa pesquisa foram selecionados vídeos de ex intercambistas que obtiveram sua formação universitária no Brasil através do Programa Estudantes-Convênio de Graduação. Esses vídeos estão disponíveis na plataforma online do respectivo programa.

O programa PEC-G (Programa Estudantes-Convênio de Graduação) foi desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação em parceria com universidades públicas e particulares com a finalidade de oferecer uma formação superior a jovens de países em vias de desenvolvimento. De acordo com o Portal do MEC, o PEC-G oferece essa oportunidade a países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, selecionando estrangeiros preferencialmente entre dezoito a vinte e cinco anos. Algumas das condições para esses alunos estudarem no Brasil é que eles tenham condições de se manter em termos econômicos, e devem retornar ao seu país de origem ao término do curso. Eles também não podem trabalhar no Brasil. Os países que mais enviam estudantes ao Brasil através do programa são Cabo Verde e Guiné Bissau.

De acordo com as informações da plataforma online da Divisão de Temas Educacionais², esse programa foi implementado na década de 1960 porque houve um aumento no fluxo de estudantes imigrantes no Brasil cursando o ensino superior. Por esse motivo, o governo criou um programa para regularizar e amparar esses estudantes estrangeiros nas instituições brasileiras de ensino superior. Criou-se, em 1965, o primeiro protocolo do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Este foi concebido devido à necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Desde 2013, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial nº 7.948. Atualmente, o PEC-G conta com cinquenta e nove países participantes, sendo vinte e cinco da África, vinte e cinco das Américas e nove da Ásia. Desde o ano 2000, foram selecionados mais de nove mil estudantes. A África é o continente com o maior número de estudantes: 76% são de origem africana. Entre as nações africanas participantes, destacam-se Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, como pode ser visto pela tabela a seguir, produzida pelo Divisão de Temas Educacionais:

Tabela 1 – Estudantes selecionados pelo PEC-G na África entre 2000 e 2019

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
África do Sul																		1	1		2
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753
Argélia																2					2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416
Guiné Equatorial																				27	27
Marrocos																		1		2	3
Mali							2												1		3
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229
Namíbia	1	1														6	65		1		74
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552
República do Congo													4	6	4	2	4	6		30	56
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	281	337	7991

Fonte: Divisão de Assuntos Educacionais/Introdução³

² http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/legislacao_anterior.php

³ <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>

Esta pesquisa foi desenvolvida, a partir da análise dos relatos de ex-alunos que estudaram no Brasil através do PEC-G, com o intuito de entender de que maneira essas pessoas enxergam o seu passado a partir da perspectiva do seu presente, alicerçados nas memórias selecionadas por meio da experiência de intercâmbio estudantil e cultural. O objetivo deste estudo é examinar as memórias selecionadas pelos ex-estudantes que compõem os relatos presentes em suas entrevistas. Os ex-alunos do PEC-G narraram a importância de estudar no Brasil e destacam as percepções identitárias que eles experienciaram ao comparar o Brasil com seus países de origem.

Os relatos usados como base dos estudos encontram-se em formato de vídeos e estão disponibilizados no Portal do PEC-G. Na entrevista esses ex-alunos são convidados a relataram suas experiências como estudantes estrangeiros no Brasil. O entrevistador somente faz uma ou duas perguntas no começo das entrevistas e o entrevistado expõe a sua história.

Eles narram essas histórias olhando para um passado que faz mais de trinta ou quarenta anos. Portanto, esses alunos vão olhar de forma distante para esse passado e “costurando” com a pessoa que eles se veem no momento atual. Memórias serão selecionadas, memórias foram esquecidas e muitas foram omitidas. As selecionadas irão dar sentido na trajetória a partir de uma modelagem dessas lembranças para elucidar o momento atual de vida desses ex alunos. Por se tratar de um programa estatal, foram selecionados os vídeos com as melhores experiências vividas aqui no Brasil e de pessoas que obtiveram sucesso profissional em seu país de origem. Dentre todos os vídeos que se encontram no portal, os selecionados para análise foram dos alunos que vieram estudar no Brasil entre as décadas de 70 e 80 e as entrevistas foram colhidas no ano de 2017.

Nas entrevistas, esses ex-alunos foram convidados a relatarem suas experiências como estudantes estrangeiros no Brasil. Em seus relatos, memórias foram selecionadas, memórias foram esquecidas e muitas foram omitidas. Os relatos de vida desses ex-alunos serão analisados por meio das teorias de Gabriele Rosenthal (História de vida vivenciada e história de vida narrada, 2014) e Joël Candau (Memória e Identidade, 2011), que discutem a construção das memórias através das narrativas de vida, estritamente ligadas às memórias selecionadas pelos indivíduos no tempo presente.

CANDAU (2011) sustenta que as memórias não podem ser recuperadas em sua integridade. Para ele, o sujeito seleciona e readequa tais memórias de acordo com a situação

presente e projeta uma ideia de futuro. O que foi armazenado e o que foi descartado possivelmente será utilizado com a finalidade de moldar a nossa identidade:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. E, ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAUI, 2011, p.16)

O que foi esquecido também deve ser considerado na análise, segundo o mesmo autor, a partir do que se oculta (ou do que é esquecido), irrompe em uma narrativa, por isso é preciso analisar esse esquecimento não como uma debilidade e sim como um artifício inconsciente que contempla a narrativa.

ROSENTHAL (2014) analisa processo narrativo no qual questiona o que é realmente vivido e, dessa vivência, o que é selecionado para ser narrado. Ela afirma que, a partir da percepção de que as vivências narradas se referem às memórias do processo narrativo, ressaltando que as lembranças não são constituídas de memórias armazenadas ou fixadas, pelo contrário: no momento da narração o indivíduo faz um julgamento retrospectivo acerca do passado e gera um pretérito específico em cada caso.

1. Mobilidade estudantil, memória e identidade

As narrativas que os ex-alunos construíram no momento (no ano de 2017) em que a entrevista foi colhida, elucidam a condição atual de suas vidas, nesses casos, reflete sobre a vida profissional dos alunos, uma vez que o intercâmbio foi realizado para formação profissional desses indivíduos. A narrativa construída e as memórias selecionadas buscam revelar o profissional que cada pessoa se tornou e como cada um se vê após décadas de sua experiência migratória. BRUNER (2014, p.109) explica que, por meio da narrativa, “o ‘eu’ é criado a partir de uma autocontinuidade postural e espaço-temporal que vai de dentro para fora” (grifo nosso), ou seja, a autoconstrução é afetada através de interações com as pessoas e situações vividas, constroem-se histórias que definem o sujeito para que esse enfrente as situações que vivenciará. A identidade do indivíduo é nutrida através de conexões. E essa identidade singular é em grande parte derivada das histórias que são narradas com o objetivo de juntar todos os fragmentos. BRUNER (2014, p. 110), afirma que “*improvisamos no modo como falamos*

de nós mesmos para nós mesmos; improvisamos no interesse de que o investimento em nosso equilíbrio não se perca” (grifo nosso).

Na análise da narrativa dos ex-alunos do PEC-G, percebe-se que os relatos dados por eles em relação à participação no programa em questão explicitam como cada um se vê atualmente em termos da carreira profissional. Eles destacam que devem toda conquista profissional à experiência que eles viveram nas universidades brasileiras. Desse modo, percebe-se que as memórias selecionadas para emoldurarem o relato dizem respeito a como esses indivíduos se enxergam a partir da experiência vivida. Pierre Nora (1992) afirma que:

A memória está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, [...] alimenta-se de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flu tuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1992, p. 9)

Para a estruturação da identidade, também se usa a memória. As memórias que um indivíduo guarda de suas experiências de vida, modela e também vai sendo modelado adequadamente para construção do “eu”, um ser lógico. É através da memória que se revela a personalidade de um indivíduo. As memórias escolhidas para a construção da identidade irão depender da ideia que o sujeito tem de si próprio, com base em lembranças de experiências passadas.

Ainda para CANDAU (2011), quando um indivíduo se distancia do passado, há uma abertura de espaço para uma reconstrução complexa de história e ficção: da verdade que pode ser constatada e da verdade estética, ou seja, a verdade que será relatada como a construção de uma obra de arte. A reconstrução tende à aclaração de como se quer que o “eu” seja representado, ou seja, as narrativas de vida consistem em dominar o próprio passado a fim de esmiuçar não o vivido, mas o que se quer que fique do vivido. O narrador ordena os acontecimentos para tornar coerentes os fatos que ele pressupõe significativos no momento da narrativa:

[...] restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações. Estas constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda a narrativa. (CANDAU, 2011, p. 71)

O autor ainda considera que a apropriação do passado, no que tange à narrativa de vida construída a partir da memória, pode ser observada também na tendência dos indivíduos a memorizar menos os acontecimentos neutros – experiências que não têm relação ou não podem dar nenhum significado ao presente – do que aqueles carregados afetivamente. O mesmo autor também explica que os indivíduos tendem a esquecer mais rapidamente aqueles que são mais desagradáveis do que outros e, com o tempo, vai-se atenuando o lado desagradável de algumas lembranças. Isso é feito através de estratégias, como as omissões. E, ainda que não exista nada de sistemático no princípio do prazer da memória, pode-se considerar que o otimismo memorial prevalece sobre o pessimismo. Há indivíduos que tentam “tirar” uma lição ou algum aprendizado através das experiências julgadas como ruins.

Ao assistir às entrevistas, observa-se que os entrevistados narram suas trajetórias de vida acadêmica minimizando as experiências negativas e, elas são relatadas por meio de uma ressignificação para que haja um entendimento positivo sobre tal fato.

2. Análise dos depoimentos dos ex-alunos PEC-G

Na plataforma do PEC-G há fotos e outros depoimentos de alunos que participaram desse programa, a maioria são de homem e de pessoas que ocupam altos cargos em seus países. Há relatos de alunos que realizaram o curso depois dos anos 2000, mas a análise desses alunos não contemplaria essa pesquisa pois esses alunos são muitos novos e com poucas experiências de vida no que tange a carreira profissional e pessoal. A escolha das entrevistas apresentadas aqui nesta pesquisa foi escolhida de alunos que estudaram no Brasil na mesma época, entre as décadas de 1970 e 1980 pois essas pessoas já estão com as memórias mais solidificadas e estruturadas, ou seja, já possuem uma longa trajetória, narrativa de vida e uma grande bagagem de memórias. Também foram selecionados os vídeos com as melhores qualidades de som.

Ana Emília de Barros Sá – da Guiné-Bissau, fez parte da seleção do PEC-G em 1978 e cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP); foi Conselheira do Ministro de Estado da Função Pública, Reforma do Estado, Trabalho e Segurança Social, de abril de 2013 a junho de 2014, e é a atual Presidente do Instituto da Mulher e da Criança daquele país.

Em sua trajetória pelo Brasil, Ana destaca que o Brasil é um país que tem uma cultura e uma raiz histórica muito parecida com o seu país de origem. Sua narração destaca vários momentos importantes: quando chegou no Brasil, quando teve um filho no país, o momento de retorno e os feitos profissionais que atingiu através da formação, e os laços criados com o Brasil. A depoente afirma que o Brasil é a sua segunda pátria, para sustentar essa afinidade que teve com os costumes brasileiros, destaco o trecho de memória selecionado para solidificar tal argumento. Ela enaltece a solidariedade que encontrou no Brasil, que faz referência ao povo guineense:

[...] para mim eu considero o Brasil como a minha segunda pátria, no sentido em que eu fui muito jovem para o Brasil, com menos de 20 anos, pronto! Quando lá cheguei, foi um impacto, digamos, [...] pelo contrário, tive um acolhimento favorável, sobretudo da parte das universidades, no aeroporto tive um acolhimento favorável, isso já no primeiro momento, isso me marcou muito positivo, nas relações humanas também foi ótimo [...] essa solidariedade humana que o Brasil tem e que a Guiné-Bissau também tem. (BARROS SÁ, 2017 - Divisão de Temas Educacionais)

Nesse trecho de memória, Ana iguala o Brasil e a Guiné Bissau em termos de acolhimento e solidariedade humana, a partir disso, a depoente identificou as semelhanças culturais entre os dois países. Ao afirmar: “eu considero o Brasil como a minha segunda casa” isso faz com que se identifique com mais de um país em termos de identidade cultural. Na continuidade de sua entrevista, há outras narrativas que enaltecem tal solidariedade: ela afirma que o avião fez escala em vários estados antes de chegar em São Paulo, mas foi quando chegou no Maranhão, percebeu que sua mala foi extraviada, ficou sem saber o que fazer e um casal de médicos de São Paulo a ajudou a realizar os procedimentos para que recuperasse a mala. O casal a ajudou quando Ana chegou em São Paulo: ficou por dois dias hospedada na casa deles. Isso a impressionou, e a mesma cita que, mesmo sendo uma estranha, esse casal confiou nela e ofereceu a casa deles até que recuperar a mala. No decorrer de sua narrativa, são apontados outros fatos que solidificaram seus laços com o Brasil: ela e o marido - ele também intercambista do programa PEC-G - tiveram um filho no Brasil durante o período que imigraram como estudantes. O filho ficou com sua irmã – também estudante do programa PEC-G – conseguiu um emprego e se estabeleceu no Brasil. Esse filho ficou no país e se formou em medicina; hoje é médico-cirurgião urologista, mora e tem família no Brasil. A irmã da entrevistada/de Ana Emília é professora na Universidade de Direito do Largo São Francisco (USP) em São Paulo. Ana diz que a filha do meio, que é guineense, também estudou no Brasil através do programa PEC-G e formou-se em

Medicina. Nessa parte da narrativa de Ana, observa-se as memórias selecionadas para estruturar e solidificar a sua identidade afim de estreitar as suas relações com o Brasil, país que considera a sua segunda pátria. Além disso, ela cita que o Brasil e a Guiné-Bissau possuem histórias parecidas no que diz respeito aos dois países terem o mesmo colonizador, Portugal, e falarem a mesma língua.

Segundo HALBWACHS, a reconstrução, seleção, a narrativa de todo indivíduo vai depender do que lhe é contemporâneo, portanto, as lembranças ofereceram/oferecerão uma visão dos acontecimentos passados, em parte transformada pelo presente, ou pela posição que o sujeito ocupa no presente. CANDAU (2011, p. 77) afirma ainda que as experiências e história de vida do sujeito podem ser vista como uma memória que poderá ser remodelada em função das relações com o presente, ou seja, ele os associa o passado e o presente e os torna coerentes “*a fim de que possam fundar uma imagem satisfatória de si mesmo*” (grifo nosso)

Na narração da Ana Emília, observa-se que a sua identidade com o Brasil se dá com as origens históricas dos dois países, a língua e ao fato de ela ter imigrado para o Brasil muito nova. Além das raízes do Brasil e Guiné-Bissau terem o mesmo colonizador, Ana cita o Brasil como um país-irmão:

[...] a gente teve a opção de três países que a gente quer fazer uma formação superior. Então eu coloquei dois países e mais o Brasil, e acabei ficando com o Brasil. Eles escolheram o Brasil, porque também é um país-irmão, não só em termos de língua, mas também como sabemos, em termos de cultura e em termos de raízes históricas, então para mim foi uma abertura que foi para ampliar meus conhecimentos e também para contribuir para o meu país, e foi nesse âmbito que eu fui para o Brasil em 1978. Por isso que quando eu digo que nós fomos os pioneiros da recuperação. Finais dos anos setenta e a princípio dos anos oitenta. Estudei na USP [...], foi lá que eu me formei. Foi uma, digamos que, o Brasil para mim, eu já tinha dito que... foi para mim... eu considero o Brasil como a minha segunda pátria.

[...] Eu acho que o Brasil para mim, ampliou a visão de mundo, em termos sociais, políticos e econômicos. Em termos de relações humanas e em termos de uma integração, em termos de uma interação com outras culturas, porque esse interagir me permitiu fazer novas amizades, ver o ser humano com outros olhos, e sobretudo, eu fui uma aluna integrada em uma área social, e isso foi um complemento para mim, para ver o mundo de outra forma, com outros olhos [...]. Eu agradeço bastante, nesse âmbito, nos tínhamos uma boa base aqui (Guiné-Bissau), nós fizemos uma escola aqui à nível de Portugal com professores portugueses, nos tivemos uma base muito boa. Então quando chegamos lá (Brasil) eles tinham um bom conceito de estudantes guineenses e cabo-verdianos, porque nós fomos para estudar e estudávamos [...]. (BARROS SÁ, 2017 - Divisão de Temas Educacionais)

Sua narrativa explana uma memória que elucida no próprio “eu” as bases de uma experiência coletiva. Quando recorda sobre a sua formação do ensino básico no qual ela, outros guineenses e cabo-verdianos tiveram no país de origem acabou colaborando para que ela e os outros intercambistas da Guiné-Bissau e Cabo Verde tivessem um excelente rendimento universitário no Brasil. Nessa narrativa foi dado um significado a respeito da sua vida universitária, isso sugere uma “*memória coletiva que vai alimentar o sentimento de identidade, que dispõe de bases sólidas, que vai reforçar a crença em uma origem ou uma história comum ao grupo*” (grifo nosso), como explica CANDAU (2011, p. 77).

Em outro período da narrativa, Ana também descreve outro momento que faz referência a uma memória coletiva:

[...] não quero me gabar, nós estudantes no Brasil, tínhamos uma aceitação muito grande em termos da nossa competência [...], nós sempre fomos os preferidos porque nós engajávamos e nós obtivemos resultados positivos em termos no nosso trabalho. E eu digo que o Brasil é um país irmão, e continua a ser, o Brasil tem uma cooperação com a Guiné-Bissau e continua a fortificar essa relação por longos anos, porque até agora, eu não sei os dados, mas eu sei que... que... eu não sei se chegamos a três mil ou mais (estudantes), desde a minha época até agora, e eu penso que o Brasil continuou e continua a dar o seu apoio a Guiné-Bissau, não só em termos de educação, mas também penso em termos de saúde, porque eu tive a oportunidade de abrir... de ser também uma das pioneiras da criação da Secretária Nacional de Luta Contra a SIDA⁴, então fiz um concurso a nível da saúde, era um projeto financiado pelo banco mundial e eu fui selecionada para trabalhar como responsável pelo aconselhamento, teste e apoio psicológico [...] os nossos doentes eram soropositivos e os medicamentos foram doados pelo Brasil [...] (BARROS SÁ, 2017 - Divisão de Temas Educacionais).

ROSENTHAL (2014) afirma que, quando nos envolvemos com uma narração espontânea e com um processo de narração de histórias, via de regra, nos envolvemos com um fluxo recordativo, isso possibilita uma proximidade muito mais intensa com o passado vivenciado naquela época. A construção dessa narrativa do passado, que se costura com os fatos presentes, cria uma narrativa que conecta tais fatos, com as conquistas do presente. De acordo com o site do PEC-G, Ana Emília é Presidente do Instituto da Mulher e da Criança na Guiné-Bissau. Na observação empírica de toda a narrativa, faz-se um apelo positivo da sua trajetória com vistas aos elementos conquistados no presente. CANDAU (2011) esclarece que a integralização da existência do sujeito pode ser vista como uma memória modelada pelas lembranças imediatas e acessos à memória para que essas façam

⁴ Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida – HIV.

relações com o presente. A memória organiza e as lembranças deixadas pelo passado, quando selecionadas, unificadas e estruturadas de forma coerente formam uma imagem satisfatória de si mesmo. “*Se existe sempre a alternativa entre memória e esquecimento, isso ocorre, sem dúvida, porque nem tudo que é memorizável é memorável*” (grifo nosso) (CANDAU, 2011, p. 94).

Augusto Artur António da Silva – de Guiné-Bissau, também selecionado pela PEC-G de 1978, cursou Engenharia de Pesca na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), foi Ministro da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos, de maio de 2009 a abril de 2012, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades de outubro de 2015 a maio de 2016.

Augusto começa o seu relato de vida agradecendo ao Brasil por tudo o que ele tem como carreira profissional na Guiné-Bissau e, logo em seguida, destaca dois fatos que descreve com características negativas, mas que no final sempre fala que todas experiências foram boas e que tiveram seu lado positivo:

A minha experiência no Brasil foi bastante positiva, e, talvez as coisas que eu possa contar, as primeiras perspectivas, foi o fator da língua, apesar de estar na língua portuguesa, havia uma diferença bastante grande de alguns significados, me lembro dos colegas, na casa dos estudantes de onde eu morava, quando eu li o primeiro jornal da Guiné-Bissau [...], em que dizia assim no jornal: ‘iniciaram as matrículas sem as bichas’, então os outros começaram a gozar, e eu não tinha como saber qual era o significado de bicha. A outra vez foi quando fomos a um restaurante [...] fui em um almoço com os colegas e nós não sabíamos o que era o significado de frango, então foi uma experiência bastante negativa, da palavra semântica, e como pensar que uma palavra na Guiné era a mesma coisa no Brasil? Então o senhor que nos atendeu ficou muito aborrecido conosco, foi uma confusão no restaurante e felizmente o dono do restaurante era português e acabou por nos dizer ‘Oh, na nossa terra se diz frango, mas aqui se diz galetto’ (?). Então mantemos depois uma relação muito boa com o garçom e cada vez que a gente ia lá para o restaurante, sempre que a gente ia lá para comer, ele dizia ‘olha, sai dois frangos para os rapazes da Guiné’. São essas experiências que eu tive no Ocidente... Então, posso dizer que, a Universidade Federal de Pernambuco me deu muita coisa positiva [...] (SILVA, 2017 - Divisão de Temas Educacionais).

Na narrativa de Augusto, ele narra a impressão dos fatos que trouxeram à sua memória uma experiência negativa, mas, ao final da narração desses fatos, estes são diluídos em alguma memória a respeito de uma experiência positiva, ou a uma palavra de agradecimento. Augusto sempre tem uma palavra de agradecimento em relação ao Brasil, seja à universidade, aos professores ou à sua formação. Ao final do vídeo, ele narra outra experiência negativa, mas ao final minimiza a experiência com uma palavra de agradecimento:

O importante daquela época foi que pensaram que o português de Portugal podia ser sempre usado. Me lembro muito bem da primeira prova da zoologia, que o professor me deu uma nota bastante negativa, apesar de ter acertado, disse-me que não, porque não era português do Brasil, portanto tinha que aprender o português do Brasil e não o português de Portugal, portanto foi uma experiência bastante positiva, e que hoje eu digo: ‘obrigado’[...] (SILVA, 2017 - Divisão de Temas Educacionais).

Augusto sofre uma violência simbólica significativa (BOURDIEU, 2011), isto é, ele foi coagido através de uma imposição cultural, por meio do processo de socialização, a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões da língua dominante – o português brasileiro. O idioma, no caso, foi o instrumento usado para acometimento dessa violência. Mesmo diante da violência simbólica sofrida, o narrador se posiciona positivamente de modo a “exaltar” essas memórias para que elas recebam um tratamento e uma caracterização positiva na remodelação da narrativa.

Como dito anteriormente, para ter controle sobre as hierarquias das memórias e a caracterização que se faz delas em determinada situação, CANDAU (2011, p. 71) afirma que a memória que se vê nas narrativas de vida coloca em evidência essa aptidão humana que consiste em dominar o próprio passado para esmiuçar “*não o vivido, mas o que fica ou ficará do vivido*” (grifo nosso). O narrador coloca em ordem e torna coerente os acontecimentos de sua vida que ele julga significativos no momento da narrativa. Os elementos usados para estruturar a construção do enredo da memória, sejam memórias de experiências positivas ou negativas, ilustram as estratégias identitárias que operam em toda a narrativa. Na narrativa de Augusto, descreve três experiências que classifica como negativas, mas, sempre ao final de cada um desses fatos, ele costura essa narrativa à formação universitária que foi adquirido na universidade brasileira e ao sucesso de sua carreira profissional. A narrativa dos fatos não é contada com um “ar” de negação, ao contrário: apesar da caracterização das experiências como negativas, a narração é descrita em meio a risos e minimizando o teor desagradável dessas memórias. Portanto, a memória é remodelada para compor a construção do “eu” profissional, já que esse “eu” é exaltado durante a narração dessa trajetória de vida.

José Maria Neves – cursou Administração de Empresas em São Paulo na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e é ex-Primeiro Ministro de Cabo Verde, tendo sido selecionado pela PEC-G de 1980. José Maria começa seu relato ovacionando a experiência que teve no Brasil como a melhor coisa que aconteceu na vida dele:

A melhor coisa que aconteceu na minha vida foi ter ido estudar no Brasil, fazer Administração Pública numa escola de negócios e governação, é a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, onde aprendi imensamente, tudo o que eu sei hoje sobre a liderança, sobre a governação, sobre políticas públicas, sobre desenvolvimento sustentável, aprendi na Fundação Getúlio Vargas, foi uma escola cintilante para mim, mas o Brasil também. O Brasil é riquíssimo com aquela diversidade cultural, a possibilidade de termos acessos a livrarias, a um livro científico, ou a um romance, a música brasileira, finalmente o Brasil tem os apóstrofes da música do mundo, eu acho que... tem uma riqueza enorme. Depois o teatro, as novelas, o sambão, tudo foi uma grande descoberta. E foi um processo de enriquecimento na escola, nas ruas, nos teatros, nos cinemas. A convivência com aquela riqueza cultural, a política econômica foi algo extraordinário para mim. Depois, também a riqueza política, estávamos no fim da ditadura militar, na altura da campanha para as 'Diretas Já', e a transição para a democracia; as primeiras eleições para governadores dos Estados. Então foi um momento muito rico [...]. E tudo que eu vinha a fazer em Cabo Verde depois da minha chegada tem a ver com essa vivência extraordinária no Brasil (NEVES, 2017 - Divisão de Temas Educacionais).

A respeito dessa narrativa, pode-se elucidar o que diz CANDAU (2011, p. 74) que o fato de compor sua trajetória de vida com determinada coerência satisfaz uma apreensão que podemos qualificar como atraente, permite ao narrador transformar a narrativa de si próprio em uma “*bela história, que consiga transmitir uma ideia de uma vida completa e rica em experiências de toda a natureza*” (grifo nosso). No caso de José Maria, foi narrada uma experiência de imigração passageira repleta de experiências culturais riquíssimas. Nesse sentido, “*todo indivíduo que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade*” (grifo nosso) (Candau, 2011: 74).

José Maria narra que os jovens que eram enviados ao Brasil para estudar, interpretavam essa missão como um castigo, em seu relato ele não explica o porquê de isso ser visto como um castigo, mas ao se depararem com a realidade brasileira e a identificação com culturas diferentes, avaliaram positivamente suas experiências:

Na nossa caminhada rumo ao Brasil, muitos considerados que estavam a ser castigados porque iam estudar no Brasil, e nós quando chegamos lá, descobrimos um novo mundo, uma realidade muito mais próxima a nós. O sistema de ensino muito mais inovador, enriquecedor, que valoriza e valoriza as competências e uma relação muito mais intensa e de proximidade com os professores. Eu tinha começado a fazer direito em Coimbra, e os meus professores, os professores catedráticos, no um ano em que estive em Coimbra nunca consegui falar com eles, as aulas eram em um grande anfiteatro, duzentos e cinquenta alunos. E quando cheguei à Fundação Getúlio Vargas [...] que era uma escola de elite, entro lá dentro e temos uma sala com cinquenta pessoas, um mestre cortês, como dizemos lá, muito próximo, vinha falar conosco. É uma outra relação, muito mais intensa e foi para nós todos uma experiência completamente diferente, lembro-me de colegas meus que estavam a fazer medicina, a dizer que estavam a aprender muito

porque o ensino era muito mais prático, muito mais próximo das doenças, a natureza das doenças eram muito mais idênticas a de Cabo Verde, então o Brasil para nós era tudo o que nós podíamos querer para um jovem adolescente que queria a continuar a estudar porque era uma realidade muito mais próxima à realidade cabo verdiana (NEVES, 2017 - Divisão de Temas Educacionais).

O modo como José Maria narra a sua experiência internacional e a ovaciona como estudante intercambistas, nos introduz a uma narrativa avaliativa, como já foi dito anteriormente, de um sujeito que remodela suas memórias a fim de projetar uma boa impressão de si e sobre a experiência vivida. O sujeito minimiza as memórias que classifica como ruins, busca um elo com as narrativas do passado vivido e o costura ao resultado da experiência de vida no tempo presente. José Maria emoldura sua trajetória e elucida que foi a melhor experiência que ele teve em sua vida.

Considerações finais

Essa pesquisa se limitou a alguns relatos de ex-alunos PEC-G que foram encontradas no portal do Programa. O que foi analisado nas respectivas narrativas diz respeito como são selecionadas determinadas memórias para elucidar a narrativa daquele momento: a narrativa foi construída sempre costurando o passado distante com o “eu” presente. Foi observado em todo arsenal de palavras e nas estruturas das frases, quais foram detalhadamente escolhidas e construídas para narrar uma história de vida baseada em uma ascensão profissional. O que não serve para abrilhantar o presente com as referências do passado é ocultado, e as memórias do passado, que naquele momento foram tidas como memórias não tão agradáveis, são transformadas numa narrativa que trata o fato com vistas a uma conclusão positiva. A imagem que um indivíduo deseja transmitir sobre si mesmo por meio de elementos do passado é sempre um olhar pré construído de como um sujeito se enxerga no momento que se invoca tais memórias, essas servem para validar a situação presente a fim de que se possa fundar uma imagem satisfatória de si mesmo, “*o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar aos seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma bela história...*” (grifo nosso) (CANDAU, 2011, p. 74).

Usando as teorias de Candau e Rosenthal como fundamento referencial, conclui-se que é através das memórias e como as interpretamos foi como a identidade destes ex-

estudantes puderam ser modeladas. É através das memórias selecionadas, ocultadas, omitidas, ou reinventadas que reconstruímos tais narrativas para relatar, por exemplo, trajetórias de vida. Podemos observar, nos relatos dos ex-alunos, como eles se veem após mais de trinta ou quarenta anos de uma experiência que marcou significativamente a vida de cada um, segundo seus respectivos relatos. A narração da trajetória de vida de cada um foi marcada por uma ascensão profissional, isso diz muito sobre como eles narram positivamente essa experiência de vida, em alguns casos, um olhar positivo só é possível após anos de reflexão e acontecimentos. Ao olharem para suas vidas atuais fazendo referência ao passado eles enxergam essas memórias como algo benéfico, que lhes trouxe importantes conquistas.

Referências

Depoimentos analisados

Ana Emília de Barros Sá. Depoimento PEC-G – Guiné-Bissau. 2017 (19min58s). Disponível em http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/depoimentos_PT.php – Último acesso em: 24/05/2020

Augusto Artur Antonio da Silva. Depoimento PEC-G – Guiné-Bissau: . 2017 (6min09s). Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/depoimentos_PT.php – Último acesso em: 24/05/2020

José Maria Neves. Depoimento PEC-G Cabo Verde. 2017 (4min14s). Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/depoimentos_PT.php – Último acesso em: 24/05/2020

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”. In: Escritos de Educação.

Petrópolis, Vozes, 2011.

BRAH, Avtar. “Diáspora, fronteras e identidades transnacionales”. In: Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011, p. 209-242.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7948, 12 de março de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Temas Educacionais Apresentação em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC_G.php.

BRASIL. Portal MEC – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276&Itemid=531.

BRUNER, Jerome. “Por que, então,

narrativas?” In: *Fabricando Histórias: Direito, Literatura, Vida*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. “Africanos no Brasil: imigrantes, refugiados e estudantes.” In: *Diáspora Africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho*. Curitiba: CRV, 2015.

_____. “Apresentação”. In: *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 13-21, jan./abr., 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 1992.

HIRSCH, Olivia Nogueira. “‘A gente parece um camaleão’: (re)construções identitárias em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro”. In: *Revista Pro-Posições*. Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 65-81, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a05.pdf>.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. *Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes*. 2016. 563 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21801>.

MALOMALO, Bas'llele. VARGEM, Alex Andre. “A imigração africana contemporânea para o Brasil”. In: *Diáspora Africana e migração na era da globalização*. Curitiba: CRV, 2015.

MORAIS, Sara. SILVA, Kelly. “Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras”. In: *Revista Pro-Posições*, Campinas, vol 23, nº1, jan/abr. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000100011&lang=pt

MOURÃO, Daniele Ellery. - *África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Revista PUC-SP*, São Paulo, vol. 10, 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/re-vph/article/viewFile/12101/8763>.

ROSENTHAL, Gabriele. “História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar”. In: *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17116>.

SAYAD, Abdelmalek. *O que é um imigrante?: Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

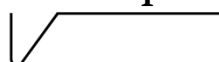
SUBUHANA, Carlos. “A experiência sociocultural de universitários da África lusófona no Brasil: entremeando histórias”. In: *Revista Pro-Posições*, Campinas, vol.20, n.1, 2009, pp.103-126.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a07.pdf>.

VERTOVEC, Steven. “Concebendo e pesquisando o transnacionalismo”. In:

Press, Ethnic and Racial Studies, Vol. 22, No. 2,1999

Entre parceiros: o legado de Antonio Candido e o caipira na formação cultural do Brasil



Gustavo Dal Farra Miguel Jorge¹

Resumo

Dentre as referências literárias sobre a importância da cultura caipira nos estudos das Ciências Sociais acerca da Formação Cultural do Brasil, é evidente o destaque da obra de Antonio Candido. Serão apresentadas aqui a centralidade dos estudos da cultura caipira na obra sociológica do autor e suas relações, discutindo sua importância, com ênfase em “Os Parceiros do Rio Bonito”, como um marco que divide seus antecessores e seu legado para a compreensão dos aspectos particulares de formação sociológica e cultural de um Brasil interiorano. Em outras palavras, apresentar-se-á a forma que as obras de Antonio Candido fornecerão a base posteriormente para a Sociologia Rural de Maria Isaura Pereira de Queiroz e para o ensaísmo histórico de Darcy Ribeiro, assim como do retrato da cultura caipira na peça de teatro “Na *Carrera* do Divino” de Carlos Alberto Soffredini e no longa-metragem “A *Marvada* Carne” de André Klotzel.

Palavras-chave: Caipira; Antonio Candido; Formação Cultural do Brasil; Sociologia Rural.

Abstract

Among the literary references to the importance of *caipira* culture in the studies of Social Sciences about the Cultural Formation of Brazil, the highlight of Antonio Candido's work is evident. Will be presented here the centrality of *caipira* culture in the author's sociological work, and his relations, discussing his importance, with an emphasis on “*Os Parceiros do Rio Bonito*”, as a limit that divides his predecessors and his legacy for understanding the particular aspects of sociological and cultural formation of an inland Brazil. In other words, will be presented the form that the works of Antonio Candido will give the basis posteriorly for the Rural Sociology of Maria Isaura Pereira de Queiroz and for the historical essays of Darcy Ribeiro, as well as the portrait of the *caipira* culture in the play “*Na Carrera do Divino*” by Carlos Alberto Soffredini and in the feature film “*A Marvada Carne*” by Andre Klotzel.

Keywords: *Caipira*; Antonio Candido; Cultural Formation of Brazil; Rural Sociology.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS-UNIFESP). E-mail: gustavo.jorge77@outlook.com

Introdução

É vasta a bibliografia nas Ciências Sociais acerca da chamada Formação Cultural do Brasil. Desde os relatos dos cronistas, a produção literária brasileira e a tradição dos chamados ensaios histórico-sociológicos, são diversas as interpretações que buscaram dar conta da diversidade cultural e social de todo o território nacional.

Até o começo dos anos de 1940, em autores de orientações distintas como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., prevaleceu a tentativa de compreensão dessa formação histórica e social através de um sentido único, que vincula o “Brasil colonial arcaico” ao “Brasil nação moderno”, apreendendo o homem livre e pobre como subordinado à grande propriedade e deslocado do sentido histórico predominante (JACKSON, 2002, p. 100).

Porém, somente mais tarde é que será dada a devida importância à formação das maiores parcelas da população brasileira, que até então passavam praticamente despercebidas às documentações historiográficas, mas que compunham um setor médio, entre a classe dominante dos senhores de engenho e os escravos: os homens livres e pobres, pequenos agricultores, aderidos a uma cultura rural em parte isolada do sistema de produção colonial, que viria a ser chamada cultura rústica, predominante pelos sertões interioranos do Brasil.

Com início no trabalho do escritor e jornalista Euclides da Cunha², passando pelos chamados “estudos de comunidade”, é na obra de Antonio Candido que se dão as maiores diretrizes a se pensar como se inserem as culturas rústicas na formação brasileira, mas principalmente é com ele que ganham visibilidade um segmento importante da chamada Paulistânia – região recorrente da expansão paulista encabeçada pelos bandeirantes – que como marginais do processo até então majoritariamente estudado, se fincam e se estabelecem nessa vasta região dando origem à cultura caipira.

Posteriormente, apesar do impacto da produção de Antonio Candido, os estudos começam a dar conta de problemas variados do chamado campesinato, o que se deve ao fato de os autores que se debruçaram sobre o tema das sociedades rurais do Brasil na década

² A importância da Obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha nesse contexto será discutida adiante.

de 1960 estarem preocupados com a questão da formação de uma sociedade de classes, sob influência do pensamento marxista da época, e suas relações com um Brasil em processo de modernização. No entanto, foram os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz que mais se inspiraram na obra do autor, onde se amplificam algumas noções presentes que serão aqui apresentadas. É a partir desse período que se criam as bases para os estudos da Sociologia Rural enquanto disciplina no Brasil, bem como de um ensaísmo histórico posterior de Darcy Ribeiro já em meados da década de 1990, assim como do retrato cultural no teatro e no cinema.

1. Antecessores de Antonio Candido

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973b), os estudos pioneiros remetem ao final do século XIX, despertados pela curiosidade das pessoas citadinas à cultura que se conservava no campo. O primeiro nome citado é o de Sylvio Romero, seguido por Euclides da Cunha donde as interpretações geraram à luz da época as diretrizes analíticas que viriam a ser ampliadas e discutidas.

Dentre essas, a obra antecessora do legado de Antonio Candido em seu estudo sobre a cultura caipira é a de Euclides da Cunha, “Os Sertões” (1984 [1902]), na qual é retratada a narrativa do desenvolvimento de um Brasil interiorano à parte da região litorânea, em uma interpretação em que surgem dois aspectos que se alternam na vida cabocla: isolamento e intermitência. Estes aspectos foram reinterpretados em “Os Parceiros do Rio Bonito” como a alternância entre estabilidade e a instabilidade, entre a estrutura e a história. Neste sentido, é Euclides da Cunha quem inaugura essa vertente que sugere a interpretação do Brasil a partir de dois sentidos históricos distintos.

De qualquer modo, a visão de Euclides da Cunha orienta uma vertente interpretativa que reconhece e valoriza a existência relativamente autônoma – e positiva – de grupos sociais constituídos por sítiantes pobres desde o início da colonização brasileira, apesar da instabilidade que caracteriza esse processo. De modo geral, a tradição dos “estudos de comunidades” e a que foi inaugurada pelos trabalhos de Antonio Candido, Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz seguem essa direção, mesclando perspectivas sociológicas e antropológicas, por meio da quais os problemas decorrentes da modernização, sobretudo os que implicam a transformação das formas de vida desses grupos, são discutidos (JACKSON, 2002, p. 84 e 85).

A hipótese explorada dava conta, além de tal isolamento dessas populações, de um distanciamento social maior relacionado à distância geográfica com a classe aristocrática em relação aos vaqueiros e camponeses. Outro autor citado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973b) e também da mesma época é Oliveira Vianna, que acabaria por mostrar o contrário em seus estudos no Sul do país, quando a aristocracia se definia ainda mais distante de outros estratos populacionais observados:

Entre os dois estratos, não existiriam camadas intermediárias; os pobres carpiras livres que habitam fora da propriedade não se distinguem dos trabalhadores da fazenda senão por uma miséria ainda maior, uma vez que lhes falta o apoio paternal do fazendeiro (QUEIROZ, 1973b, p. 9).

Além destes, longe dos estudos socioantropológicos, nomes como Monteiro Lobato, Martins Pena, entre outros, mais ligados à literatura e à arte traziam à tona a realidade dessa parte esquecida do campo. Na área da Geografia, o estudo dos pequenos lavradores em São Paulo ganha força com Nice Lecocq Müller, hoje retratado como um clássico acerca das populações rurais:

Segundo a autora, os sitiantes são responsáveis pelas plantações que cultivam; trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, com um ou dois assalariados. Esta definição não exprime a relação do homem com a terra, podendo ele ser proprietário ou não, desde que seja o responsável pelo cultivo. Exprime, isso sim, trabalho do homem sobre a terra: trabalho independente, economia doméstica; estas duas características estão em geral acompanhadas de uma terceira – são plantações efetuadas com técnicas rudimentares. Outra característica dos sitiantes é sua mobilidade espacial – características que conservam desde os tempos coloniais. Utilizando técnicas rudimentares, empregando queimadas, viam-se constrangidos a abandonar a terra "cansada" e partir para mais longe, depois de certo tempo. A pobreza de seu gênero de vida lhes facilitava a partida; a casa de pau-a-pique e de sopapo era facilmente abandonada e reconstruída mais adiante, os pobres utensílios e objetos não eram difíceis de carregar: rusticidade e precariedade de vida sempre os distinguiram (QUEIROZ, 1973b, p. 12).

Nas discussões da sociologia cultural e da antropologia social, se fazem como antecessores os chamados “estudos de comunidades”, representados por nomes como Emile Willems, Donald Pierson e Robert Redfield. Os dois primeiros pretendiam construir, através de um método etnográfico, um painel empírico da sociedade brasileira, a partir do qual seria possível explicar os processos de mudança social e cultural que caracterizavam as localidades estudadas, apesar das suas diferenças (JACKSON, 2009, p. 76).

Cunha (WILLEMS, 1947) foi a primeira obra publicada nesse sentido tendo sido amplamente criticada por diversos motivos, inclusive devido à falta de laço teórico entre os dados empíricos levantados e sua conclusão, que fora incapaz de direcionar os fatores de mudanças culturais e sociais. Willems enumerou diversos fatores de permanência, que se contrapunham aos de mudança, faltando indicar um sentido necessário ou ao menos provável para o impasse. As críticas negativas, não apenas de Cunha, mas também de outros “estudos de comunidades”, foram escritas dentro da escola sociológica paulista por Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco (JACKSON, 2009). Além disso, foi destacado que a referida obra não traz uma teoria abrangente o suficiente para dar conta de todo o processo histórico e social dos caipiras e trata de forma demasiada da cultura cabocla, sem fazer a devida reflexão de suas transformações no processo de modernização do país.

Porém, nos estudos realizados posteriormente por Gioconda Mussolini, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, é possível notar a influência e o desenvolvimento da noção e da importância das culturas rústicas na formação da sociedade rural brasileira:

Todos estes trabalhos mostraram, pois, que ao contrário do que antigamente se pensava, havia pelo menos mais uma camada social rural, além da dos fazendeiros e da mão-de-obra sem-terra – camada intermediária formada pelos sitiantes. Esta camada existiu sempre, desde o início da colonização do país, e seria interessante rebuscar nos relatos de viajantes e de memorialistas, em todos os documentos enfim, dados que revelem como vivia, quais os seus caracteres. Por outro lado, não se trata de gente isolada, mas, pelo contrário, de gente que se movimenta em sua vida quotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua (QUEIROZ, 1973b, p.14).

É portanto, através desses estudos de comunidade, inclusive a obra de Robert Redfield sobre os *Yucatán* – a qual se apresenta uma teoria de desenvolvimento dos graus entre uma cultura “*folk*” até a cultura urbana, representados pelas suas diferentes expressões com relação à sua distância aos centros urbanos considerados mais civilizados –, que Antonio Candido se inspira para deixar sua obra e seu legado nos estudos sobre os caipiras com sua precisa descrição das condições de existência, mostrando que na verdade não estavam isolados, mas conectados à organização social através dos bairros rurais, o que será ampliado ainda mais com Maria Isaura de Queiroz.

2. A produção de Antonio Candido

A análise de Antonio Candido surge como síntese entre os estudos de comunidade, que relatavam a cultura brasileira a partir da transformação social, e os estudos sociológicos, que se preocupavam com a questão da modernização do país como fator determinante.

Assim, “Os Parceiros do Rio Bonito” surge como obra fundamental da produção sociológica de Antonio Candido enquanto ocupante da cadeira de Sociologia na USP. Seus estudos deram conta de formas elementares de agrupamento no meio rural paulista que foram definidas desde estudos anteriores, mas que se firmaram principalmente quando delimitou-se como unidade mínima de povoamento os chamados Bairros Rurais, “de nível econômico bastante precário, entrando em decadência muito facilmente e parecendo fadado à degradação social ao sofrer o impacto da industrialização ora em processo no Estado” (QUEIROZ, 1973a, p.1 e 2).

A obra acaba participando de um processo em que o autor procurava as raízes do cururu, mas que acabou resultando no reconhecimento da importância de todo o entorno sociológico que o permeia.

[...] as suas formas são várias, mas essencialmente consta de uma dança rodeada em que tomam parte via de regra apenas os homens; de uma saudação aos presentes; uma louvação aos santos e finalmente desafios em que os contendores – sempre dançando – propõem uns aos outros problemas, de fundo religioso ou profano, visando a derrotar o adversário e exaltar a própria pessoa (CANDIDO, 1956, p. 151).

A ideia está presente em um artigo recentemente republicado na Revista USP em comemoração ao centenário de Antonio Candido onde o autor discute as possíveis origens indígenas do cururu fundamentadas em diversas documentações. Houve nesse sentido um alargamento, tomado aqui como cruzamento cultural que possibilitou uma primeira assimilação mútua, cabocla na forma e na conceptualização de uma mistura nativa com elementos europeizados, que se reproduziam mutuamente em português e em tupi. “O sertanejo [e, portanto, o caipira] resultaria do cruzamento entre brancos e índios, vinculado ao povoamento vagaroso do interior, ocorrido desde os primórdios da colonização.” (JACKSON, 2009, p. 84)

Essa cultura era dotada de características particulares tais como isolamento, posse de terras, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terras, mas principalmente

pela ameaça de sujeição a um desaparecimento, pela via de crescimento de outras formas sociais.

Relativamente isolada, sua origem relaciona-se, entretanto, como a de toda a sociedade brasileira, com a expansão do capitalismo comercial europeu, o que explica o vínculo necessário com o mercado, inicialmente intermitente e reduzido, progressivamente intensificado com a modernização do país (JACKSON, 2009 p.82 e 83).

Apesar da origem simultânea à de toda a sociedade brasileira, o que viria a diferenciar e caracterizar a distinção entre a população rústica e caipira, da população mais ligada à economia colonial era propriamente a distância social da aristocracia, que não se fazia tão incidente pelo interior da antiga colônia quanto nas áreas avantajadas pelo cultivo canavieiro. Nas palavras de Antonio Candido:

Nos lugares onde se estabeleceu, desde o início, um estrato social dominante e ligado intimamente à tradição do reino (como foi o caso da Bahia e de Pernambuco, devido principalmente a fatores de ordem político-administrativa), a cultura portuguesa pôde desde logo transplantar-se. A consequência foi o desenvolvimento por assim dizer de dois planos culturais, o português e o sincrético (este, acentuado logo depois na faixa litorânea pela contribuição africana), estabelecendo-se uma distância apreciável entre a camada dominante e a camada dominada, tanto no plano estrutural quanto no da cultura (CANDIDO, 1956, p. 160).

Como o autor mostra, este processo não ocorreu tão cedo na região de São Paulo, local em que a aristocracia cafeeira tardiamente se identificou como portadora de uma cultura dominante, o que, por sua vez, facilitaria a aproximação e a mistura com as classes populares.

Em São Paulo, pois, houve condições favoráveis e duradouras para a mistura de traços e a formação de uma sociedade relativamente homogênea, onde o fazendeiro, o preador de índios, o descobridor de ouro, o morador, o agregado, estavam muito mais perto uns dos outros, do ponto de vista racial, cultural e social, do que os latifundiários nordestinos dos seus dependentes, ou dos comerciantes da cidade. Daí a permanência de traços aborígenes incorporados desde logo e fundidos de maneira harmoniosa na cultura do conquistador. Daí a dificuldade encontrada quando queremos discernir as articulações desse processo (CANDIDO, 1956, 160 e 161).

Estes aspectos foram aos poucos sendo aglutinados no inventário teórico de Antonio Candido, que acabaram por possibilitar a produção de um trabalho de toda a magnitude de *Os Parceiros do Rio Bonito*, transitando da ideia inicial do autor em pesquisar a

modalidade cultural e literária das danças de cururu para a elucidação e a redação de uma obra, que logo na sua introdução deixa claro a que veio. Como já foi dito, baseado nas produções anteriores, sintetizadas a um olhar sociológico produzido pela escola sociológica paulista, o autor foi capaz de alinhar uma reconstituição histórica baseada na pesquisa etnográfica, sobretudo dos relatos dos velhos caipiras. Assim, se tratando de um agrupamento rural ligado a uma cultura cujo desenvolvimento histórico é conhecido, Antonio Candido foi capaz de situar um ao outro, esboçando um panorama retrospectivo daquela cultura. O trabalho se debruçou por diversas visitas a cidades como Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e Bofete, sendo essa última a principal, pois ali foi capaz de estar com seus informantes, desde 1947 a 1949, e depois, de 1952 a 1954.

A pesquisa foi mostrando que as modalidades observadas em diversos lugares eram verdadeiros estratos superpostos, em grau variável de mistura, mas podendo ser reduzidos a alguns padrões. Estes correspondiam a momentos diferentes da sociedade caipira no tempo (CANDIDO, 2017, p. 11).

Desenvolve assim uma descrição de “um processo e uma realidade humana, característicos do fenômeno geral de urbanização no estado de São Paulo.” (CANDIDO, 2017, p. 13) dos problemas econômicos, sociais e da subsistência, em uma derivante da sociologia dos meios de vida, tomando como base as noções de mínimo vital e mínimo social, quanto da unidade social em que se permeiam as relações dessa cultura, com certa *“ciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelecem entre o homem e a natureza”* (Idem), terminando em uma posição política favorável à reforma agrária.

Então, o autor diferencia duas terminologias, sendo a cultura rústica a resultante em geral do ajustamento dos colonos à vida nas terras brasileiras, tanto pela importação da cultura europeia ajustada aqui, quanto pelo contato com os indígenas.

No caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo no uso dos estudiosos, tendo provavelmente sido Emílio Willems o primeiro a utilizar de modo coerente a expressão cultura cabocla; e com efeito aquele termo exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contato do português com o novo meio. Entretanto, neste texto o termo caboclo é utilizado apenas no primeiro sentido, designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. (CANDIDO, 2017, p. 27)

Por outro lado, nos aspectos culturais, ou seja, nos modos de ser, delimitados pela antiga zona de expansão paulista, a Paulistânia, a cultura rústica de modo generalizado acaba por se fazer como a cultura caipira, própria dessa região.

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar aqui o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas - já denominado significativamente Paulistânia - as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultura do tronco português, que se pode chamar de "cultura caipira" (CANDIDO, 2017, p. 43).

Entretanto, é o conceito de Bairros Rurais elaborado dentro do panorama dessa pesquisa que possibilitou a continuidade dos estudos que passaram a ser efetuados por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

3. O legado em Maria Isaura Pereira de Queiroz

Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz adicionam à tal conceito a distinção entre camponeses, produtores para a própria subsistência – definidos e estudados por Antonio Candido – e agricultores, produtores destinados ao mercado. Além disso, a autora acaba por refutar a hipótese do isolamento, visto que os bairros analisados estavam em constante contato com a sociedade do entorno.

A sobrevivência do caipira sempre dependeu, a partir desse ponto de vista, do equilíbrio obtido na relação estabelecida com a sociedade global. E, portanto, a qualidade dessa relação que determina a sobrevivência ou a dissolução da sociedade caipira em particular e rústica em geral. Não há aqui diferença fundamental em relação a Antonio Candido, mas a ênfase da análise aponta para uma gama mais extensa de possibilidades, a partir do contato com a cidade. O exemplo de Itapecerica da Serra, estudado por Lia de Freitas Garcia Fukui, e incluído na análise, é sugestivo. A desorganização do bairro ocorreu após a quebra de relações comerciais com a cidade de São Paulo; neste caso foi o isolamento e não o contato, que era favorável, o fator da anomia. A ênfase nas relações externas estabelecidas pelos bairros, de forma comparativa, ampliou, portanto, o alcance da definição proposta por Antonio Candido.” (JACKSON, 2002, p. 97 e 98).

O que se faz claro na obra de Antonio Candido, talvez pela influência de seus antecessores, é que poderia haver uma relação direta entre o grau de isolamento e a possibilidade cultural e social dos modos de ser caipiras, que viriam a desaparecer em virtude do crescimento urbano e a modernização do país. Por outro lado:

A análise da autora indica a complexidade do processo de transformação do modo de vida dos pequenos produtores, em função do processo de urbanização; pressupõe a existência de dois universos distintos, cidade e bairro rural, mas sempre relacionados. As transformações intensas ocorridas de um lado afetam necessariamente o outro, mas as diferentes modalidades de encontro provocam respostas variadas. Justifica Maria Isaura Pereira de Queiroz, desta forma, a necessidade do incremento da pesquisa empírica e comparada para dar conta de processo a um só tempo geral e particular (JACKSON, 2002, p. 98).

Haveria, assim, dois aspectos paradoxais que confluem nos tipos de vida rural e urbano, em que ambos são independentes, mas complementares, de forma que não há nenhum indício de que haja uma influência da cidade à ponto de extinguir os modos de vida caipiras, mas sim de um equilíbrio, mantendo as duas posições distintas e estáticas. O principal ponto de equilíbrio seria o comércio, pelo qual os habitantes da zona rural vendem os seus excedentes de produção, permitindo uma forma alterna de progresso e, portanto, um novo horizonte em conformidade com a modernização.

A descrição da situação existente no município de Taubaté, demonstra que a elevação do índice de urbanização num município não significa que naquela área tenha desaparecido a civilização caipira, e tampouco significa que a área municipal ou regional, como um todo, esteja sofrendo um processo intenso de desenvolvimento. Um município pode ser ao mesmo tempo altamente urbanizado (graças ao grande desenvolvimento da sede municipal, como é o caso de Taubaté), e conservar uma área rural pouco desenvolvida, totalmente apegada ao gênero de vida tradicional do caipira (QUEIROZ, 1973a, p. 29).

Esses estudos, realizados em diversas regiões e bairros rurais, foram capazes de trazer à tona na discussão, além das transformações e possibilidades favoráveis ao contínuo das relações sociais que os caracterizam, a percepção de determinada variedade econômica:

Os bairros rurais se definem mais pelas relações sociais do que por um regime econômico específico, no entanto, a diferenciação interna dessa categoria social em duas divisões distintas tem como critério o regime econômico específico de cada uma delas.” (QUEIROZ, 1973a, p. 122 e 123).

Assim, seria possível, portanto, ilustrar uma releitura do conceito de cultura rústica, na qual foi reduzida a generalização em que ainda se fazia presente, e foi transformada em campesinato – como camada intermediária da população rural, que esteve presente no país desde o período colonial, e que existe sob a dominação das classes dominantes da sociedade brasileira. O campesinato toma diversas formas dentro do território brasileiro, e até mesmo suas origens étnicas são demasiadas gerais, caracterizando uma vastidão correspondente a sua intermediação entre diferentes classes urbanas e rurais.

Economicamente, define-se pois o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo. Sociologicamente, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação econômica, política e social. A camada superior tanto pode ser constituída por uma camada senhorial, quanto por camadas urbanas. Mesmo que os camponeses, à testa de pequenas autarquias de produção, sejam economicamente autônomos (por exemplo, quando são proprietários de suas terras, de seus instrumentos de lavoura, de seus animais de traço), ainda assim são sempre subordinados do ponto de vista social e político a outras camadas, ou a outros grupos sócio-econômicos (como os cidadãos) (QUEIROZ, 1973 b, p. 30).

A influência de Antonio Candido não se limita ao que fora exposto sobre a Sociologia Rural de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A seguir se apresenta essa influência sobre a produção de Darcy Ribeiro.

4. O legado em Darcy Ribeiro

No ensaísmo histórico tardio de Darcy Ribeiro, datado de meados da década de 1990, o legado de Antonio Candido é capaz de reconfigurar a interpretação acerca da formação cultural brasileira, agora maturada por uma vastidão de pesquisas relacionadas aos diversos segmentos da sociedade brasileira. O autor retoma os primeiros tempos da colonização, dando conta de que, logo após a invasão portuguesa, já se formava um distinto grupo “proto-étnico neobrasileiro” que fora se multiplicando desde a região litorânea até diversas regiões que viriam a ser cada vez mais povoadas, chamadas aqui de “ilhas-Brasil”. Através dessa matriz básica é que se desenvolvem diversos ramos da variedade cultural, adaptada aos meios em que se inserem.

Era gestada nas comunidades constituídas por índios desgarrados da aldeia para viver com os portugueses e seus mestiços – que começavam a

multiplicar-se na costa pernambucana, baiana, carioca e paulista. Com base no compadrio, ainda no tempo das relações de escambo com índios que permaneciam em suas aldeias independentes. Aqueles núcleos pioneiros evoluíram rapidamente para a condição de comunidades-feitoras quando passaram a integrar também indígenas capturados, estruturando-se em volta de um núcleo de mamelucos e funcionando como bases operacionais dos brancos que serviam de apoio aos navios, estabelecendo suas próprias relações de aliança ou de guerra com tribos vizinhas. Ainda que embebidos na cultura indígena, só falando a língua da terra e estruturados em bases semitribais, já eram regidos por princípios organizativos procedentes da Europa. Constituíam, assim, de fato, brotos mutantes do que viria a ser uma civilização urbana e letrada (RIBEIRO, 2015, p. 202).

Dessa forma, a maneira em que se estrutura a reconstituição histórica através da sincronia entre os relatos de viajantes dos séculos passados, e os relatos dos antigos moradores da cidade de Bofete em *Os Parceiros do Rio Bonito* acabam por serem endossados e adicionados à análise de Darcy Ribeiro, especialmente ao escrever sobre a formação da cultura caipira, datando o fenômeno social desde as bandeiras paulistas. No período colonial, a economia, bem como a vida social desses antigos paulistas se resumiam a um aspecto de pobreza, pois pouco se diferenciavam da vida indígena na aparência, exceto pelos costumes e pela sede de dominância e de escravismo resumidos ao sonho europeu.

Seus luxos em relação à vida tribal estavam no uso de roupas simples, do sal, do toucinho de porco e numa culinária mais fina, na posse de alguns instrumentos de metal e de armas de fogo, na candeia de óleo para alumiar, nalguma guloseima, como a rapadura, e na pinga de cana que sempre se destilou; além da atitude sempre arrogante. Cada família fiava e tecia de algodão grosseiro as redes de dormir e as roupas de uso diário - amplas ceroulas cobertas de um camisolão para os homens, blusas metidas em saias largas e compridas, para as mulheres. Todos andavam descalços ou usando simples chinelas ou alpercatas. Apenas cobriam o corpo que os índios antes deixavam à mostra, sem pudor mas com a faceirice das pinturas de urucum e jenipapo. Essa pobreza, que está na base tanto das motivações quanto dos hábitos e do caráter do paulista antigo, é que fazia deles um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada, sempre mais predispostos ao saqueio que à produção. Cada caudilho paulista de expressão podia levantar centenas e até milhares de homens em armas, é verdade que a imensa maioria deles formada por índios flecheiros (RIBEIRO, 2015, p. 268 e 269).

Esse modo de vida, rude e pobre, era o resultado das regressões sociais de um processo de transformação cultural. Da herança portuguesa, o paulista perdeu a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho. Ainda mais, negando as raízes culturais indígenas, perdera a autonomia da aldeia igualitária, toda voltada para o provimento da

própria subsistência, a igualdade do trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa, o virtuosismo de artesãos, e por fim, a vida baseada na forma de seus ancestrais. (RIBEIRO, 2015, p. 269) Os paulistas antigos buscavam se diferenciar dos indígenas, pois traziam ao seu pensamento a ambição e a busca por condições de dominação e enriquecimento, mesmo que fosse às custas do saqueio da terra.

Assim, num tempo em que as nações deserdadas na divisão do mundo apelavam para a pirataria marítima dos corsários, os paulistas, que eram os deserdados do Brasil, lançavam-se, também, ao saque com igual violência e cobiça. Marginalizados do processo econômico da colônia, em que quase todos estavam voltados para as lucrativas tarefas pacíficas dos engenhos e dos currais de gado, os paulistas acabaram por se especializar como homens de guerra. Cada vez que na abertura de uma nova zona os índios apresentavam resistência maior, requeria-se a mão subjugadora dos paulistas. Igualmente, quando estalava uma rebelião escrava ou quando um grupo negro se alçava implantando solidamente um quilombo resistente às forças locais, para os paulistas é que se apelava (RIBEIRO, 2015, p. 271).

Daqui, também se faz presente a ideia de uma menor distinção social entre os capitães do mato e os indígenas cativos, por exemplo, estando relacionado a uma pobreza. Mas ainda assim, a chefia dada aos mamelucos e brancos se fazia perigosa, devido às suas ambições, onde não importavam os meios de adquirir riquezas. Dessa forma, não era somente os saques e o sequestro de indígenas para servirem e mão-de-obra escravista que inspiravam os paulistas em suas longas viagens expansionistas, mas também a possibilidade do descobrimento de ouro, o que viria acontecer mais tarde, no entre-séculos XVII e XVIII.

Nas zonas de mineração, a sociedade brasileira adquire feições peculiares como um desdobramento do tronco paulista, por influência dos brasileiros vindos de outras áreas e de novos contingentes europeus nele incorporados, e da presença de uma grande massa de escravos, tanto africanos quanto nativos, trazidos das antigas zonas açucareiras. O principal conformador dessa variante cultural foi a atividade econômica inicial de mineração e a riqueza local que ela gerou, criando condições para uma vida urbana mais complexa e ostentoso que em qualquer outra região do país (RIBEIRO, 2015, p. 276).

Com o período da mineração, houve um rápido crescimento econômico e urbano, modificando e reestruturando a cultura e as relações sociais, principalmente com a relação da corte com essa região centro-sul ascendente. Porém depois de algum tempo todo o ouro e a estrutura montada para sua exploração acabam por serem esgotados, trazendo uma

eminente decadência devido à dependência da colônia a esse produto. Regressando a parte majoritária da população à pobreza pré-existente.

Esgotado o impulso criador dos bandeirantes que se fizeram mineiros, toda a economia da vasta população do Centro-Sul entra em estagnação. Mergulha numa cultura de pobreza, reencarnando formas de vida arcaica dos velhos paulistas que se mantinham em latência, prontas a ressurgir com uma crise do sistema produtivo. A população se dispersa e se sedentariza, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades.

O equilíbrio é alcançado numa variante da cultura brasileira rústica, que se cristaliza como área cultural caipira. É um novo modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos ancilares de produção artesanal e de mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. Acaba por esparramar-se, falando afinal a língua portuguesa, por toda a área florestal e campos naturais do Centro-Sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso, estendendo-se ainda sobre áreas vizinhas do Paraná. Desse modo, a antiga área de correrias dos paulistas velhos na preia de índios e na busca de ouro se transforma numa vasta região de cultura caipira, ocupada por uma população extremamente dispersa e desarticulada. Em essência, exaurido o surto minerador e rompida a trama mercantil que ele dinamizava, a Paulistânia se "feudaliza", abandonada ao desleixo da existência caipira." (Idem, p. 281).

Foi dessa forma que Darcy Ribeiro aprofundou a análise histórica contida na obra de Antonio Candido.

5. O legado na produção artística

Além do que fora apresentado, "Os Parceiros do Rio Bonito" inspirou a criação artística de uma peça teatral chamada "Na *Carrera* do Divino" (2020 [1979]) de autoria de Carlos Alberto Soffredini e direção de Paulo Betti, assim como de um filme, inspirado também nesta peça, chamado "A *Marvada* Carne" (2020 [1985]) de autoria de André Klotzel. Tais obras são descritas nos textos de Walnice Nogueira Galvão (2018), publicados em conjunto do artigo já citado, e do texto "*Caipiradas*" na edição de dossiê do centenário de Antonio Candido na Revista USP, mas é Lígia Rodrigues Balista (2018) que vai desenvolver uma análise maior dos elementos estruturais da cultura caipira que são estudados por Candido, da forma que estão presentes na peça de Soffredini, realizada pelo grupo Pessoal do Vitor, e por consequência no longa de André Klotzel. Junto de diversas

inspirações para “Na *Carrera* do Divino” como Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, entre outras referências também do universo musical, “Os Parceiros” de Antonio Candido tem um maior destaque:

Parte da crítica argumenta que o dramaturgo transpôs esta obra científica, erudita, de grande valor, para um teatro popular; enquanto outros valorizam que Soffredini absorveu as informações dos caipiras populares investigados por Candido, mas realizou um teatro nos moldes da cultura erudita. [...]

A criação da família central de Na *carrêra* do divino (Jeca, Nha Rita, Mariquinha e Pernambi), assim como das principais ações e conflitos por que ela passa na peça, mobiliza diretamente os relatos e estudos de Candido sobre o caipira. No mesmo sentido, as canções utilizadas na peça também apontam para a transformação histórica que Candido examinou em sua pesquisa (BALISTA, 2018, p. 66).

A obra de Candido, que faz essa interpretação histórica da formação da sociedade brasileira e da cultura caipira à partir da colonização dos sertões, através da penetração do interior pelas *camadas humildes* (BALISTA, 2018, p. 67 e 68), conforme já apresentado aqui neste artigo, acaba sendo representada cenograficamente em diversos aspectos da cultura caipira na peça de Soffredini: sua localização e mobilidade espacial geográfica; a ocupação do solo marcada pela exploração da terra e de seus recursos por meio de destruição ecológica; a socialização dada nos bairros rurais; a dieta e sua ligação com o tempo de lazer (Idem, p. 70) Esses aspectos, em encontro das transformações sociais e econômicas do século XX no Brasil, produziram nos sujeitos caipiras um aumento da subordinação ao mercado e a necessidade de consumo de bens para os quais se faz necessário o trabalho, acabando por lhes transformar também nos aspectos culturais e em seus costumes, principalmente nas diminuições do tempo de lazer e de sua dieta, como por exemplo no consumo de carne, seja de caça ou de animais domesticados. “Nesse processo de transformação, os caipiras que foram para a cidade grande (São Paulo) acabaram marginalizados, tanto em condição de trabalho como em moradia, sendo habitantes da periferia desse centro urbano.” (BALISTA, 2018, p. 71) O que também é retratado em cena no filme “A *Marvada* Carne” (Idem).

Podemos, assim, acompanhar em Na *carrêra* do divino quase um a um os tópicos de Os *parceiros* do Rio Bonito, livro a partir do qual o dramaturgo estudou conceitos fundamentais sobre a cultura caipira, que marcam inclusive nominalmente alguns trechos de sua peça (como nos termos “nomadismo”, “fome psíquica”) (BALISTA, 2018, p. 72 e 73).

“Na *Carrera* do Divino”, espetáculo promovido pelo Pessoal do Vitor sob autoria de Soffredini em 1979 está inserido na trajetória de Antonio Candido em relação à cultura caipira:

Muitos anos após o doutorado, Antonio Candido foi procurado pelo Pessoal do Victor, grupo de teatro da Unicamp, em 1979, para a criação de um espetáculo haurido em Os parceiros do Rio Bonito, intitulado Na *carrera* do Divino. Seus membros guardam boa lembrança de uma reunião em casa de Egon Schaden com Florestan Fernandes e Antonio Candido, em que este a certa altura pôs-se a cantar modas caipiras (GALVÃO, 2017, p. 181).

Essas produções artísticas endossam a amplitude do legado de Antonio Candido nos seus estudos sobre a cultura caipira. A peça de Soffredini, que incorpora também outras influências deste universo cultural, pode ser considerada uma fonte de compreensão da importância do legado da produção intelectual de Candido acerca da Formação Cultural do Brasil e da cultura caipira inserida nesse contexto (BALISTA, 2018, p. 79). O interesse de Antonio Candido para a compreensão da cultura caipira partiu de sua intenção em pesquisar o cururu, conforme escrito pelo autor em “Caipiradas” (1980), texto produzido para o estojo de uma coletânea musical intitulada “Caipira: raízes e frutos”, produzida por Aluizio Falcão, posteriormente publicado na coletânea de textos “Recortes” (1996). (GALVÃO, 2017, p. 181), e também no já citado dossiê “100 anos de Antonio Candido” da Revista USP (2018).

Conclusão

É indissociável o tema sociológico do caipira na formação cultural do Brasil, da trajetória de Antonio Candido nas Ciências Sociais. Talvez o resumo deste legado não esteja tão amplamente divulgado aqui, e certamente a amplitude dos frutos a serem colhidos pela sua produção acadêmica estão longe de se esgotar em qualquer análise tão breve. Primeiramente porque há muito para se conhecer e analisar nos aspectos da Sociologia Rural, da Sociologia da Cultura, e até mesmo das variantes aproximadas da Antropologia Cultural, acerca dos modos de ser, do pensamento e da cultura caipira.

Em segundo lugar, apesar do seu legado e da originalidade da análise da obra, destacada por Fernando Henrique Cardoso em “A Fome e a crença”, em conjunto de “A

Organização Social Tupinambá” de Florestan Fernandes – segundo Luiz Carlos Jackson (2002, p. 93) – “Os Parceiros” não teve a imediatez do impacto de sua produção e nem foi capaz de gerar uma escola sociológica brasileira. Isso acaba se devendo ao fato de que os três autores que se debruçaram sobre o tema da Sociologia Rural no Brasil na época da publicação do livro eram estudantes de Florestan Fernandes e estavam preocupados com a questão da formação de uma sociedade de classes no Brasil, fato que é notório no conteúdo das obras. (Idem) Por outro lado, pensando em relação à Sociologia Rural e à própria escola paulista de sociologia, Walnice Nogueira Galvão fala em uma descendência científica e universitária inumerável (2017, p. 179), enquanto que destes quem mais se inspirou na obra de Antonio Candido foi Maria Isaura Pereira de Queiroz, conforme já assinalado aqui.

Porém, destacado desse contexto, continuam a serem produzidas e lançadas novas edições de “Os Parceiros do Rio Bonito”, repercutindo e ampliando as possibilidades de continuidade do legado dessa obra, assim como o interesse pela cultura caipira, que “volta e meia”³ emerge em diversos segmentos da sociedade brasileira. Dessa forma, estão aqui apresentados o legado de Antonio Candido e suas relações com o pensamento sociológico brasileiro, bem como a sua influência nos estudos e nas representações artísticas da cultura caipira.

Referências

A Marvada Carne. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67245/a-marvada-carne>>. Acesso em: 27 de Mai. 2020.

BALISTA, Lígia Rodrigues. Os Parceiros do Rio Bonito: Elementos Estruturais da Cultura Caipira e o Legado de Antonio Candido na peça Na Carrêra do Divino, de Carlos Alberto Soffredini. In: *Revista*

Estação Literária Londrina, Volume 22, p. 65-81, dez. 2018.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 12ª Ed. Rio de Janeiro:

Ouro sobreAzul; São Paulo: EdUSP, 2017.

_____. “Possíveis raízes indígenas de uma dança popular” (1956); “Caipiradas” (1980). In: *Revista USP*, Dossiê 100 Anos

³ Expressão popular.

de Antonio Candido. São Paulo, n. 118, pp. 139 – 172, jul/ago/set 2018.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 [1902]

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Na carreira do Divino”; “A cultura caipira”; “Antonio Candido, Paulo Betti e o cururu: um inédito”. In: *Revista USP*, Dossiê 100 Anos de Antonio Candido. São Paulo, n. 118, pp. 173 – 199, jul/ago/set 2018.

JACKSON, Luiz Carlos. *A Tradição Esquecida: Os Parceiros do Rio Bonito e a Sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. “O Brasil dos Caipiras”. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo, vol 4, n. 12, pp. 74 – 87, 2009.

Na Carreira do Divino. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento398486/na-carreira-do-divino>>. Acesso em: 27 de Mai. 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.

_____. *O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EdUSP, 1973b.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2015.

WILLEMS, E. Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. *São Paulo*: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

Por dentro da mobilização global dos motoristas de transporte particular por aplicativo

Felipe Moda¹
Marco Gonsales²

Resumo

No dia 8 de maio de 2019, motoristas que trabalham nas principais empresas de transporte particular por aplicativo realizaram um movimento paredista global por melhores condições de trabalho. Fizemos uma pesquisa na manifestação que ocorreu na cidade de São Paulo, realizando entrevista com os trabalhadores, trabalhadoras, sindicalistas e lideranças do movimento presentes, com o objetivo de conhecer as suas reivindicações e, através delas, aprofundar o debate sobre as condições de trabalho ofertadas pelas empresas de transporte particular por aplicativo e, não obstante, atentarmos-nos para as estratégias e dificuldades de articulação e organização dessa fração da classe trabalhadora, sendo este artigo uma apresentação dos resultados destas entrevistas. A partir dos dados levantados, concluímos que não há uma relação de parceria entre as empresas e os motoristas, sendo estabelecida uma relação capital *versus* trabalho, com intensa exploração da força de trabalho. A greve global, e tantas outras que eclodem no setor, evidenciam e legitimam a antagonista e conflituosa relação entre motoristas e empresas-aplicativo, com as novas tecnologias da informação e comunicação proporcionando um salto de qualidade na capacidade de controle da empresa sobre os trabalhadores e, ao mesmo tempo, colaborando para novas formas de organização de ações coletivas.

Palavras-chave: Greve; Trabalho por aplicativo; Uberização; Uber.

Abstract

On May 8, 2019, drivers working at major private transportation companies by app realized a global paredist movement for better working conditions. We did a research in the manifestation that took place in the city of São Paulo, carrying out an interview with the workers, unionists and leaders of the movement present, with the aim of getting to know their demands and, through them, deepening the debate on the working conditions offered by private transport companies by app and, nevertheless, pay attention to the strategies and difficulties of articulation and organization of this fraction of the working class, being this article a presentation of the results of these interviews. From the data collected, we conclude that there is no partnership relationship between companies and drivers, in which a capital versus labour relationship is established, with intense exploitation of the workforce. The global strike, and so many others that erupt in the sector, highlight and legitimize the antagonistic and conflicting relationship between drivers and companies-app, being that the new information and communication technologies provide a quality leap in the company's capacity of control over the workers and, at the same time, collaborating for new forms of organization of collective actions.

Keywords: Strike; Work by app; Uberization; Uber.

¹ Mestrando do PPGCS da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp - Campus Guarulhos), Guarulhos, SP, Brasil; E-mail: felipe.bruner@gmail.com

² Pós-doutorando em sociologia pelo IFCH-Unicamp. Bacharel, mestre e doutor em Administração de empresas pela PUC-SP; E-mail: professormarcogonsales@gmail.com

Introdução

No dia 8 de maio de 2019, motoristas “parceiros”³ que trabalham nas principais empresas de transporte particular por aplicativo (Uber, Cabify, 99 e Lyft) realizaram um movimento paredista global por melhores condições de trabalho. O presente artigo é a apresentação da pesquisa que realizamos na manifestação que ocorreu na cidade de São Paulo (Brasil), na qual entrevistamos, com um roteiro semi-estruturado, 18 motoristas presentes. A conformação da amostra foi realizada de maneira não probabilística, com os entrevistados sendo acessados a partir da bola de neve (VINUTO, 2014, p. 203-206), uma técnica que utiliza cadeias de referência, ou seja, um indivíduo entrevistado indica outros possíveis sujeitos para a pesquisa. Para guiarmos as nossas análises, partimos das seguintes questões centrais: Sob quais condições o trabalho de motorista por aplicativo é desempenhado? Quais eram as principais reivindicações dos presentes na manifestação e como eles se organizaram para realizar o protesto? Desta forma, o nosso objetivo com o presente artigo é compreender como a contradição capital *versus* trabalho se materializa no trabalho por aplicativo.

A data escolhida pelos trabalhadores e trabalhadoras para a realização do protesto foi um dia antes de a maior empresa do setor, a Uber, estrear os seus papéis na bolsa de valores estadunidense. As manifestações aconteceram principalmente em cidades estadunidenses como Boston, Washington, Nova York e Los Angeles, mas ocorreu também em cidades de outros países, como Sydney, Melbourne e Brisbane (Austrália), São Paulo (Brasil), Montevideu (Uruguai), Londres (Inglaterra), Santiago (Chile), San José (Costa Rica), Nairóbi (Quênia) e Lagos (Nigéria), entre outras.

Nos Estados Unidos da América, a paralisação em Nova York durou duas horas, das 7 às 9, com os motoristas exigindo um dólar por milha e vinte centavos por minuto em tarifas, bem como horas extras e benefícios, sendo que em São Francisco, os motoristas realizaram protesto na sede da Uber e desligaram os seus aplicativos por 12 horas (GREVATT, 2019). Em Londres, apoiados pelo sindicato Independent Workers Union, os protestos também se concentraram na sede da Uber, com os trabalhadores desligando os

³ A palavra “parceiro” é utilizada entre aspas por ser o termo utilizado pelas empresas para se referirem aos motoristas.

seus aplicativos entre 7 e 16 horas e exigindo melhores pagamentos por corrida, ampliação do seguro de vida e condições mais favoráveis para o financiamento de veículos (HOROWITZ, 2019). Na Austrália, os trabalhadores reivindicaram melhores remunerações, direito para negociar o contrato de trabalho, redução da comissão das empresas, seguro de renda mínima e um tribunal independente para lidar com conflitos entre usuários e motoristas (THE CANBERRA TIMES, 2019).

Em São Paulo, os motoristas começaram a se concentrar às 8 horas no Vale do Anhangabaú, região central da cidade, e, por volta das 10 horas, cerca de 200 pessoas foram em marcha até a sede da Bolsa de Valores de São Paulo. Após retornarem ao local de concentração, os motoristas saíram em carreata até o Museu de Arte de São Paulo, travando importantes avenidas da região central da cidade.

Para elucidar a nossa reflexão sobre as condições de trabalho ofertadas pelas empresas de transporte particular por aplicativo (TPA) e como as formas de resistência à plataformação⁴ do trabalho estão sendo gestadas, dividimos este artigo em três seções: (1) O transporte particular por aplicativo (2) As condições de trabalho e o gerenciamento do trabalho pelo assalariamento camuflado; e, por fim, (3) A greve global dos motoristas: reivindicações e formas de articulação.

1. O transporte particular por aplicativo

Os aplicativos de mediação de transporte surgiram em 2010, com a criação da empresa Uber por Garret Camp e Travis Kalanick. Em seus 10 anos de existência, a empresa teve forte expansão, passando a operar em mais de 10 mil cidades em todo o mundo e contando com mais de 5 milhões de motoristas e 111 milhões de usuários cadastrados em sua plataforma (UBER, 2020). Outra gigante do setor é a empresa chinesa Didi Chuxing, que recentemente adquiriu a brasileira 99. Com forte presença no continente asiático, a Didi é responsável por marcas como a Ola, na Índia, a própria Uber, na China, além de ter participação na estadunidense Lyft, e efetua em média 30 milhões de corridas por dia. Também importante empresa do setor é a Cabify, integrante da holding espanhola

⁴ Utilizamos os termos aplicativos e plataformas como sinônimos. As plataformas são infraestruturas de softwares e hardwares, de propriedade privada ou pública, alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais (CASILLI, POSADA, 2019).

Maxi Mobility e que iniciou as suas atividades em 2011, em Madri. Atualmente opera em mais de 90 cidades e, no início de 2019, integrou a empresa Easy, consolidando-se como a terceira maior operadora no mercado brasileiro.

No Brasil, a primeira empresa a oferecer esse tipo de serviço também foi a Uber, começando a funcionar em maio de 2014, no Rio de Janeiro, sendo que em 2019 já prestava serviço em mais de 100 cidades. Na cidade de São Paulo, a Uber iniciou os seus trabalhos em junho de 2014, e em 2018 já contava com cerca de 150 mil motoristas cadastrados na empresa ou em aplicativos que oferecem serviços similares, número superior ao de taxistas, que são cerca de 50 mil, sendo esta a cidade do mundo que mais realiza corridas utilizando o aplicativo (LEWER, 2018).

Resumidamente, o serviço funciona da seguinte maneira: um consumidor cadastrado na plataforma da empresa solicita, via aplicativo, uma corrida informando o local de origem e de destino. A chamada para a corrida aparece no display do celular de um dos motoristas, com ele tendo alguns segundos para aceitar ou recusar o pedido e, caso aceite, um mapa de GPS ajuda na sua condução até o usuário. Após a realização do encontro entre eles, o aplicativo indica a melhor rota entre o local de origem e de destino, sendo que ao final do traslado o sistema calcula o valor da corrida. Encerrada a prestação do serviço, motorista e passageiro avaliam um ao outro a partir um sistema de pontuação de estrelas. Do valor total da corrida, uma parcela da tarifa é retida pela empresa e a outra serve de pagamento ao motorista.

Apesar de essas companhias prestarem serviço de transporte particular, tais empresas se definem como do ramo de tecnologia, tendo como propósito administrarem plataformas digitais que conectam motoristas e passageiros, enquadramento que facilita a adoção de políticas de flexibilidades com os motoristas. Os profissionais são classificados como prestadores terceiros autônomos pelas empresas, o que permite que os direitos trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) não sejam garantidos (POCHMANN, 2017). Tampouco as empresas de TPA oferecem uniformes, ferramentas, como o automóvel e o celular, ou materiais para o auxílio da função exercida.

Para tornar-se um “parceiro” dessas empresas, basta instalar o aplicativo de uma delas em seu telefone celular, ter ou locar um carro de um dos modelos requeridos e enviar para a empresa fotos da sua carteira de motorista, do veículo e da certificação de antecedentes criminais, sem nenhum contato direto entre a corporação e o motorista. Após

esse processo, o trabalhador é cadastrado na plataforma e, a todo o momento em que ligar o aplicativo, passará a receber oportunidades de viagens solicitadas por passageiros. É importante salientarmos que as empresas não realizam processo seletivo para cadastrar trabalhadores em sua plataforma e inexistem um número fixo de pessoas que prestam serviço utilizando os aplicativos por cidade, tornando uma escolha pessoal desses profissionais engajar neste trabalho.

O arranjo tecnológico envolvido nessa forma de trabalho é o surgimento das empresas-aplicativo (ABÍLIO, 2017). Tais empresas se auto intitulam como meras mediadoras entre consumidores e trabalhadores autônomos, tendo como sua responsabilidade apenas prover a infraestrutura necessária para esses trabalhadores executarem os seus serviços e para o encontro deles com uma multidão de consumidores, cobrando uma porcentagem do serviço prestado decorrente desse encontro (ABÍLIO, 2017; SLEE, 2017, p. 26). Porém, em nossa opinião, estamos nos deparando com formas camufladas de contratação da força de trabalho, já que se estabelece uma relação de hierarquia e de subordinação dos trabalhadores às plataformas (ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA, 2020). Nossa conclusão parte do fato de que ao se conectarem com as plataformas através dos aplicativos, os trabalhadores estão submetidos a uma autoridade externa que gerencia a demanda dos clientes, determina as tarefas a serem realizadas, estabelece unilateralmente o valor de troca do serviço e da força de trabalho, e controla a execução do trabalho e o seu desempenho, além de determinar gratificações ou punições (FONTES, 2016; FRANCO; FERRAZ, 2019; GANDINI, 2018).

A introdução de aplicativos nos diferentes processos de trabalho está promovendo importantes mudanças na forma de gerenciamento, organização e controle da força de trabalho, conformando o que vem sendo chamado de gerenciamento algorítmico (MÖHLMANN & ZALMANSON, 2017; ROSENBLAT, STARK, 2016). Se no início do século XX vivenciamos a hegemonia taylor-fordista para organizar a produção, período marcado pela adoção de tarefas diárias e individuais, desenvolvidas pela gerência, para cada trabalhador e pela esteira de montagem, responsável por automatizar o controle do tempo disponível para realização de cada tarefa (GOUNET, 2002; GRAMSCI, 2001; TAYLOR, 1990), na década de 1970 vivenciamos o crescimento do chamado toyotismo. A principal inovação da gestão toyotista foi a adoção do fluxo tensionado (ANTUNES, 2009; CORIAT, 1994; DURAND, 2003; GOUNET, 2002; HARVEY, 1992), criando uma

indústria mais flexível, racional e que evitaria desperdícios, principalmente na constituição de estoques dentro do processo produtivo e de tempo e custo de produção (PREVITALI; FAGIAN, 2014). Estas transformações foram possibilitadas pela introdução das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) nos processos de trabalho, possibilitando a “organização pela dispersão” (HARVEY, 1992, p. 150), com as grandes empresas estabelecendo redes de micros e pequenas empresas terceirizadas.

Atualmente, o que temos é a mesma lógica: as empresas-aplicativo, através da apropriação da tecnologia – do saber dos trabalhadores e trabalhadoras –, ampliam a capacidade de organização e controle do trabalho. Porém, passam a se conectar não mais apenas com a sua rede de empresas terceiras, mas também diretamente com os seus trabalhadores, tornando eles próprios terceirizados. O intuito último dessas plataformas é alterar a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, restaurando a dominação capitalista (CINGOLANI, 2016, p. 42-43), ou seja, é mais uma forma de incorporar o saber-fazer dos trabalhadores e trabalhadoras às máquinas, visando aumentar o poder de controle do capital sobre o trabalho.

O gerenciamento algorítmico está permitindo um novo salto de qualidade na organização e no controle do trabalho, promovendo uma redução da autonomia do trabalhador, tanto individual quanto coletivo, para realizar suas atividades. No que tange ao trabalhador individual, dados e informações são constantemente objetivados e lhes transmitidos via aplicativo, direcionando-os para as rotas mais curtas na realização dos trajetos, para as vias menos congestionadas e para as regiões com maior número de clientes em potencial, diminuindo assim a possibilidade de tomadas de decisão sobre o seu trabalho.

Porém, as modificações gerenciais implementadas a partir da utilização de aplicativos não afetam apenas a produtividade do trabalhador individual, já que os motoristas não atuam como indivíduos dispersos e isolados, e sim conformando uma força produtiva social, um trabalhador coletivo (ROSDOLSKY, 2001). A gerência algorítmica permite uma maior organização desse trabalhador coletivo, já que a grande capacidade da plataforma em reter e analisar dados faz com que milhões de motoristas ao redor do mundo tenham a organização do seu trabalho realizada de maneira coordenada e em tempo real. Isso possibilita, por exemplo, que com apenas 22 mil funcionários, a Uber gerencie mais de cinco milhões de motoristas ao redor do mundo.

2. As condições de trabalho e o gerenciamento do trabalho pelo assalariamento camuflado

Uma das características centrais do TPA é a não fixação, por parte das empresas, de jornadas e locais de trabalho, dando aos trabalhadores autonomia para decidirem em quais dias trabalharão, quanto tempo permanecerão dirigindo e os locais em que ligarão o aplicativo para receber pedidos. Ao final de cada corrida, é gerado um valor baseado no tempo gasto, na distância percorrida e na relação entre oferta e demanda de motoristas na região, sendo que, desta tarifa, um percentual fica com a empresa e outro com o motorista. Não é realizada mais nenhuma forma de remuneração para esses profissionais, seja por meio de bonificações, seguros ou auxílio em caso de acidentes. Assim sendo, a remuneração mensal desses trabalhadores é totalmente variável, sem nenhuma base fixa, o que impacta diretamente nas suas condições de trabalho.

Essa forma de organização do trabalho está se mostrando bastante eficaz na implementação do autogerenciamento dos trabalhadores sobre o processo de trabalho (ABÍLIO, 2019), já que a jornada de trabalho alcançada está acima das 8 horas diárias, conformando 44 horas semanais, previstas em nossa legislação trabalhista. As jornadas extenuantes são uma prática comum dos motoristas, como relatado em algumas das entrevistas por nós realizadas:

Cara, é loucura, é loucura. Eu me levanto às 3h30 da manhã, 3h45 ligo o carro e 4h estou saindo. Paro meio-dia para almoçar, descansar um pouco, e 14h volto a trabalhar e vou até às 23h ou meia-noite. E isso é todo dia, todo dia, para tirar um trocado no final do dia. Porque gasta 100 reais de combustível, depois você gasta 20 reais de almoço e fazendo corrida de 7 ou 10 reais não tem como virar. Você tem que se matar (ENTREVISTA, 02).

A partir do relato dos próprios trabalhadores, a jornada de trabalho diária média é de 12 horas, muitas vezes 6 dias na semana. As pesquisas desenvolvidas por Kalil (2019), que entrevistou 100 motoristas de TPA em São Paulo, e por Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) chegaram a um resultado parecido, com mais do que a metade dos trabalhadores afirmando realizarem jornadas diárias superiores a 10 horas. Além disso, muitos dos entrevistados relataram desenvolver outros trabalhos como forma de complementar os seus ganhos.

Apesar de as empresas de TPA apresentarem como eixo de propaganda para os motoristas a capacidade de eles terem jornadas mais flexíveis do que os trabalhos regulamentados pela CLT, temos que, na prática, a única flexibilidade existente é a hora pela qual o serviço é prestado, já que a duração total da jornada é, muitas vezes, superior em relação às ocupações formalizadas. A extensão da jornada de trabalho está impactando diretamente a dinâmica social e familiar dos motoristas:

Olha, particularmente eu quero ver um meio rápido de não depender apenas do aplicativo. Está muito complicado. Hoje a minha realidade é que eu moro no meu carro e visito a minha casa. Essa é a minha realidade, moro no carro e visito a minha casa. Meus filhos não devem nem saber mais quem é o pai deles, sabem que de vez em quando eu sou o cara que vai lá deixar um dinheiro (ENTREVISTA 05).

Sobre o valor da remuneração, os motoristas relatam que com uma jornada de trabalho de 10 a 12 horas diárias, seis dias por semana, faturam aproximadamente 6 mil reais. Subtraindo a taxa cobrada pelas empresas-aplicativos, o combustível e pagando o aluguel do carro, em média, sobra 30% desse valor para os motoristas, aproximadamente 2 salários mínimos. No entanto, os motoristas por aplicativo, como trabalhadores informais, não contam com o recebimento de um piso salarial, décimo terceiro salário, férias remuneradas, depósitos no FGTS, horas extras com o respectivo adicional, repouso semanal remunerado, adicional noturno e hora noturna reduzida, intervalo intra e interjornadas, benefícios convencionais e proteção previdenciária compulsória com contribuição do empregador. Para aqueles que financiam ou utilizam o carro particular, a remuneração costuma ser ainda menor e compreender os gastos como a depreciação e o financiamento do veículo torna-se um dilema, como podemos perceber na fala de um dos entrevistados:

A média semanal é de 1.200 reais bruto. Se trabalhar, é isso! [...] Eu calculo que eu perco uns 40%, para não ficar triste. Vem para uns 700 reais semanais [...]. Eu tenho um gasto com o seguro, que é mais caro, com combustível, que roda muito, com a manutenção no carro, a gente roda muito, e a chance de dar problema mecânico é maior (ENTREVISTA 10).

Outro tema importante que gostaria de ressaltar é sobre o modelo de remuneração adotada pelas empresas de TPA, no gerenciamento do processo de trabalho. Por compreendermos a relação de trabalho estudada como estruturada a partir da subordinação dos motoristas das empresas, defendemos a existência de um assalariamento camuflado da força de trabalho baseado no assalariamento por peça/tarefa (AMORIM; MODA, 2020;

FRANCO; FERRAZ, 2019; KREIN et al, 2018, p. 106). Como os motoristas recebem uma parcela do pagamento por corrida realizada, podemos fazer um paralelo com a forma de remuneração citada, baseada em um cálculo variável e percentual sobre o que é produzido, em vez de ser um valor fixo repassado periodicamente para o trabalhador, como o salário por tempo de trabalho.

No capítulo XIX do livro “O Capital” (2012), Marx afirma que “[...] o salário por peça não passa de uma forma a que se converte o salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma a que se converte o valor ou o preço da força de trabalho” (MARX, 2012, p. 645). Logo, ambas as formas de assalariamento seguem a mesma determinação na composição do seu valor. Porém, a remuneração por peça promove diferenças na forma pela qual o trabalho é executado, por tornar interesse pessoal do trabalhador a intensificação do seu ritmo de trabalho e prolongar a sua jornada (MARX, 2012, p. 648-649).

Dessa forma, o que aparentava ser liberdade, na realidade se apresenta como uma eficiente ferramenta para ampliar e intensificar o ritmo de trabalho. Tal como apontado por Dal Rosso (2017, p. 11-12), o processo de flexibilização das horas trabalhadas não visa a diminuição das jornadas, mas flexibilizar a força de trabalho para aumentar a criação de valor das empresas, já que permite diminuir gastos com capital variável em períodos de menor demanda de trabalho.

Assim, defendemos que estamos diante do aprofundamento da chamada produção *just in time* toyotista, já que passamos agora para a existência dos trabalhadores *just in time* (ABÍLIO, 2017; 2019; De Stefano, 2016; Oliveira, 2002, p. 16). Esses trabalhadores são pessoas que estão à disposição para o trabalho 24 horas por dia, embora tal jornada não ocorra concretamente, acabando com a distinção entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, já que todo o tempo existente torna-se, em potencial, tempo de trabalho. Como a remuneração ocorre apenas pelas horas efetivamente trabalhadas, todo intervalo passa a ser visto como possibilidade de aumentar os rendimentos, com os trabalhadores ficando submetidos às flutuações da demanda pelo serviço e permitindo que as empresas invistam em capital variável na quantia exata necessária.

3. A greve global dos motoristas: reivindicações e formas de articulação

Entre aqueles e aquelas que têm o seu trabalho organizado e controlado por intermédio de plataformas digitais, os motoristas das empresas de TPA são pioneiros na construção de ações coletivas para buscar melhorias nas suas condições de trabalho, com grande destaque para protestos ocorridos na Índia. Como exemplo, em fevereiro de 2017 mais de 100 mil motoristas, em Bangalore e Nova Deli, paralisaram as suas atividades por duas semanas, sendo esta a maior manifestação do setor já registrada em todo o mundo. As reivindicações presentes neste protesto diziam respeito a melhores remunerações, pela possibilidade de serem representados por associações e sindicatos e pela redução do número de profissionais ativos (NAISHADHAM, 2017).

A organização dos trabalhadores das empresas de TPA para a realização de ações coletivas trazem novos desafios, que vão além dos enfrentados historicamente pela classe trabalhadora. Em uma indústria ou em uma grande prestadora de serviço, os empregados trabalham lado a lado e em tempo integral, o que facilita a comunicação e a organização entre eles, e a inexistência desse espaço físico faz com que um dos objetivos de uma greve, o de interromper as atividades da empresa, seja dificultado. Além disso, o enquadramento desses trabalhadores como prestadores de serviços autônomos faz com que a própria existência de vínculo empregatício seja questionada. As dificuldades encontradas para superar esses inúmeros desafios foram percebidas desde o momento em que chegamos na manifestação, às 8 horas, já que a ausência de uma convocatória única para o protesto fez com que diversos horários e locais fossem divulgados, dificultando o início do protesto.

A partir destas dificuldades, o binômio resistência *versus* cooptação ganha nova roupagem no início do século XXI, com as empresas de transporte por aplicativos aprendendo estratégias que limitem as manifestações e as paralisações. Exemplo desta nova estratégia foi o preço das corridas terem ficado mais cara em São Paulo no dia do protesto, incentivando motoristas a irem trabalhar (LOBEL et al., 2019). A adoção de preços flutuantes e a posse, por parte da empresa, dos dados referentes ao funcionamento da prestação do serviço, permitem que as ações de resistência sejam contrabalanceadas em tempo real, impondo aos trabalhadores a necessidade de buscar novos repertórios em suas ações.

O fato de os motoristas organizarem a sua jornada de trabalho, de terem os seus ganhos vinculados à produtividade, de trabalharem para diversos empregadores e a ideia de que o empregador e responsável é o cliente, são dificuldades concretas sentidas pelos motoristas para a realização de ações coletivas. Tais características, inerentes ao trabalho do TPA, foram expressas pelos presentes no protesto, com diversos entrevistados verbalizando as ambiguidades existentes na sua relação de trabalho:

Eu acho que é uma opção de trabalho. Ela oferece a plataforma, e a opção sou eu quem tenho, de ir ou não ir. Funcionário da Uber eu não me considero porque a gente vai na hora que quer, não tem obrigação. Ela oferece a plataforma só e é independente. É tipo um autônomo. [...] Não, não. Eu vim inclusive porque a minha classe está sendo explorada demais, eu acredito. Porque a remuneração está baixa, o risco está alto, e a gente precisa fazer alguma coisa para melhorar isso (ENTREVISTA 12).

Soma-se a esses elementos o discurso propagado pela empresa de uma aparente parceria entre a corporação e os trabalhadores. Ao utilizar determinada terminologia, tal como “parceiros” em vez de “trabalhadores”, a empresa busca não apenas burlar a legislação trabalhista vigente, mas também construir nos motoristas uma visão de mundo desassociada da existência de uma relação de exploração da força de trabalho, causando a impressão de que seus ganhos dependem apenas dos seus esforços individuais, como se fossem empresários-de-si-mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016). Esta visão foi expressa por um dos motoristas entrevistados:

Não, eu trabalho para mim mesmo. Eu faço assim, que hoje em dia o motorista de aplicativo é dono do próprio negócio dele. É claro que ele precisa da Uber, dos outros aplicativos, para ter um cliente, porque por causa de uma regulamentação isso tem que passar por uma plataforma, não tem jeito. Mas quem são os nossos patrões não são os aplicativos, a Uber, a 99, a Cabify, são os próprios passageiros. Se você não agradar ele, se você não der um bom atendimento para ele, você não vai ter mais. Não adianta ter adesivo, câmara no carro monitorada 24h, o importante é o passageiro. Se você não der um bom atendimento para ele, não adianta nada (ENTREVISTA 03).

Como apontado por Lima (2010, p. 188), muitos dos trabalhadores submetidos a vínculos precários de trabalho absorvem a lógica empreendedora como explicativa e justificadora da sua condição, responsabilizando-se por se manter em sua função e se protegendo da condição de vítima. São pessoas que se veem em eterna necessidade de

aumentar o seu “capital humano”⁵, como se eles fossem uma empresa com capacidade de autovalorização constante, mistificando o grau de exploração existente nesta forma de trabalho.

Apesar destas inúmeras dificuldades, havia um amplo consenso entre os presentes sobre as reivindicações da categoria. Os motoristas reclamavam das baixas tarifas cobradas pelas empresas, do congelamento do preço da tarifa, que estava corroendo seus lucros devido ao grande aumento dos preços dos combustíveis, da elevada taxa cobrada pelas empresas por cada corrida e da baixa segurança. Ou seja, as principais reivindicações dizem respeito à remuneração e à falta de segurança para exercer a profissão.

No caso da Uber, a tarifa mínima cobrada pela empresa para uma corrida é menor do que 6 reais. Considerando a gasolina utilizada para chegar até o passageiro e depois para transportá-lo e a taxa média de 25% cobrada pela empresa, as corridas com taxa mínima tem ganho praticamente nulo. Além disso, faz três anos que o valor da tarifa não é atualizado, sendo que a política de flutuação dos preços de combustíveis aplicada no Brasil desde 2016 está fazendo os ganhos dos motoristas serem menores a cada dia, levando a uma situação desesperadora para muito dos presentes:

O meu amigo me emprestou um dinheiro para dar de entrada no carro, e eu dei 14 mil de entrada e financeiei o resto. Na época que eu entrei, dava para pagar o carro tranquilo, tudo certinho. Mas de um tempo para cá, a gasolina foi aumentando, a inflação também, e daí já não consigo pagar mais nada. [...] Dia 30 de julho já era, acabou para mim porque preciso pagar o IPVA do carro, a documentação. Então já era para mim, se eu ficar com o meu carro na rua, ele vai ser apreendido. Aí eu vou tentar fazer... sei lá, vender água no farol, não sei. Eu não vou perder um bem que dei 14 mil de entrada por besteira e eu também não posso ficar parado (ENTREVISTADO 14).

O tema segurança no trabalho também desperta a atenção da categoria. Para ilustrarmos a gravidade da questão, dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostram que em 2017 tivemos 3.952 casos de roubos a motoristas enquanto desempenhavam a sua atividade. No primeiro trimestre de 2018, esse número já era 18,5% maior que o mesmo período do ano anterior (ALCOVERDE; PERRONI, 2018). É

⁵ Para a teoria do capital humano, desenvolvida principalmente pelos economistas estadunidenses Theodore Schultz (1973) e Gary Becker (1964), os trabalhadores devem investir continuamente em suas capacidades adquiridas, o que ocorre principalmente a partir da formação educacional, visando aumentar o seu valor no mercado, ou seja, os trabalhadores que se autovalorizarem de maneira mais efetiva teriam maiores chances de aumentarem a sua renda e vencerem socialmente.

importante salientarmos que em grande parte desses casos a ação foi realizada por passageiros utilizando contas *fakes* cadastradas nas plataformas. Frente a isso, os trabalhadores cobram das plataformas iniciativas que dificultem a criação de contas pelos usuários do serviço, realizando os cadastros com um maior número de dados pessoais.

No que tange às lideranças do movimento, um fenômeno interessante aconteceu na manifestação de São Paulo. Youtubers, sindicalistas e membros de coletivos formados por grupos de WhatsApp disputavam as falas no microfone, novidades ocasionadas pela democratização do acesso a aparelhos celulares no Brasil.

Assim, as mesmas tecnologias que ampliam a capacidade de controle das empresas de TPA, através do fracionamento e da individualização do trabalho, também possibilitam aos trabalhadores novas alternativas para romper com o isolamento característico desse setor e organizar ações coletivas. As principais plataformas de comunicação entre os trabalhadores são os aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram, e redes sociais como Facebook e YouTube. Tais grupos foram determinante para a convocação do protesto.

Fiquei sabendo pelas redes sociais, WhatsApp principalmente. A gente tem os grupos aí, eu estou em 19 grupos. Então a gente vai se comunicando entre nós mesmos. As primeiras que tiveram foi o nosso grupo, né, que é esse “Tudo nosso”, que tem adesivinho em alguns carros, foi a gente que agitou a galera, que começou. Então é mais pelos grupos mesmo, daí depois vem Facebook, Instagram, mas a grande maioria é pelo grupo de WhatsApp (ENTREVISTA 07).

Todos os presentes relataram estar em dezenas de grupos de mensagens instantâneas. Os motoristas desenvolvem amizades, laços de solidariedade e pensam ações coletivas a partir desses grupos. Desta forma, o ambiente digital torna-se assim um espaço público e parece contribuir contra o isolamento dos trabalhadores após o desmantelamento das fábricas fordistas.

Em cada um desses grupos foram articuladas diferentes ações para o dia de protestos, mas a aparente horizontalidade do movimento é desfeita nas entrevistas realizadas. Aceitar ou refutar a atuação das ferramentas tradicionais de organização da classe trabalhadora, tais como os sindicatos, era algo polêmico entre os presentes. Muitos acreditam que essas ferramentas podem contribuir para aumentar o poder de representação da categoria, porém outros entendem que são os próprios motoristas os mais eficientes na luta por melhores condições de trabalho.

Sinceramente? Eu acredito que não. Porque assim, até tem, existem alguns aí denominados sindicatos que estão aí desde 2016, e até hoje eu não vi nada, não vi nenhuma melhoria, quando a gente quer alguma coisa, a gente mesmo que tem que ir atrás. Eu vejo muito interesse nisso, então, para mim, é motorista por motorista. O mesmo que fizemos hoje vamos fazer outro dia se for necessário, se a Uber não atende à nossa reivindicação, a gente para outro dia, paramos outra data, paramos amanhã, depois de amanhã... Enfim, eu acho que é nós por nós mesmos (ENTREVISTA 07).

De todo modo, entre os que defendem ou que são contra a existência de um sindicato da categoria, existe um jargão consensual imposto pelos motoristas para as lideranças: “A pessoa tem que correr com nós”. “Correr com nós” foi uma expressão bastante repetida pelos motoristas, não indicando uma defesa da ausência de lideranças, mas um embrião de crítica à burocracia do movimento sindical tradicional.

Considerações finais

As empresas de TPA afirmam estabelecer uma relação de parceria com os motoristas. No entanto, as evidências apontam a existência de uma subordinação típica da relação capital *versus* trabalho. Essa relação só é possível pois o principal meio de produção utilizado para o gerenciamento da força de trabalho, a própria plataforma, é de propriedade particular, tornando os trabalhadores dependentes da empresa para realizarem suas atividades (FRANCO, FERRAZ, 2019).

As empresas de TPA se beneficiam da utilização dos aplicativos para gerenciar a força de trabalho, pois os cálculos algorítmicos que orquestram o seu funcionamento permitem avançar na capacidade de organizar e controlar o trabalho. Além disso, as longas e intensas jornadas de trabalho narradas pelos trabalhadores demonstram como as empresas-aplicativo, ao mesmo tempo, racionalizam os seus processos produtivos, aumentando a extração da mais-valia em sua forma relativa, se valem também da ampliação da jornada de trabalho, extraíndo a mais-valia absoluta.

Desta forma, temos, mais uma vez, como resultado dos avanços tecnológico o aumento da subsunção real dos trabalhadores ao capital (MARX, s/d). As NTICs foram cruciais para a desomogeneização do operário-massa fordista (BIHR, 2010, p. 83-104) e para o dismantelamento do movimento operário vinculado ao pacto fordista, visto como um dos principais entraves para a implementação do toyotismo (GOUNET, 2002). A

acumulação flexível, ou toyotismo, baseou-se na utilização das NTICs, conectadas à internet e com funcionamento em rede, para desmembrar cadeias produtivas e fragmentar a classe trabalhadora em diferentes formas de contrato, tornando o trabalho mais individualizado e diminuindo o poder reivindicatório dos sindicatos (HARVEY, 1992). Agora, as empresas-aplicativo se utilizam de novas tecnologias para individualizar ainda mais o trabalho e aumentar a sua capacidade de controle e coordenação do trabalhador coletivo a elas subordinados.

Porém, algumas décadas após a utilização das NTICs para desorganizar a classe trabalhadora, elas passam também a cumprir o papel importante de aproximação dos trabalhadores, em especial devido à democratização do acesso aos aparelhos celulares e das redes sociais. Isso não significa dizer que o trabalho está menos individualizado e fragmentado, já que as empresas-aplicativo levam ao extremo essa fragmentação ao considerar os seus trabalhadores como autônomos e remunerá-los com salários completamente individualizados. Mas, ao permitirem o aumento do contato entre esses profissionais, a tecnologia está também contribuindo para a construção de tradições, opiniões e visões comuns entre os trabalhadores, formando uma consciência partilhada sobre as condições de trabalho as quais estão inseridos.

Para além de conectar os trabalhadores, as NTICs estão contribuindo, como já dito, para a criação de novas lideranças das categorias. O funcionamento em rede dessas ferramentas permite que novos atores compitam com a função dos sindicatos na organização dos protestos, sendo esta uma característica que está se generalizando na contemporaneidade. O papel do celular e das redes sociais na organização de ações coletivas foi marcante na Primavera Árabe de 2011 (BORGES, 2012), na greve dos caminhheiros no Brasil de 2018 (BBC, 2019) e nos protestos antigoverno de Hong Kong de 2019 (RFI, 2019), por exemplo, configurando-se assim como um componente central para compreendermos as formas de articulação da classe trabalhadora contemporânea.

Assim, trabalhadores e trabalhadoras buscam reinventar as suas formas de organização para a realização de ações coletivas. Após décadas de ataques às suas estruturas organizativas, com parte delas sendo realizadas por meio da adoção de tecnologias de comunicação por parte das empresas nos processos de trabalho, na contemporaneidade parte da classe trabalhadora busca assimilar as tecnologias disponíveis para repensar as suas ações. Ainda é cedo para medirmos a efetividade destas novas formas organizativas para

garantir melhores condições de trabalho, bem como avaliar o impacto destas medidas para transformar as formas históricas de representação da classe trabalhadora, como os sindicatos. Porém, colocarmos luz sobre estas práticas é fundamental para compreendermos a luta de classes nos dias atuais.

Referências

- ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, 19 fev. 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- ABÍLIO, L. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019.
- ALCOVERDE, L.; PERRONI, A. Roubos a motoristas de aplicativos crescem 18,5% em São Paulo. *G1*, 16 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/roubos-a-motoristas-de-aplicativos-crescem-185-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2019.
- AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, 2020.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009. 287p.
- BBC. Como o WhatsApp mobilizou caminhoneiros, driblou o governo e pode impactar eleições. *G1*, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/como-o-whatsapp-mobilizou-caminhoneiros-driblou-governo-e-pode-impactar-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2019.
- BECKER, G.. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: National Bureau of Economic Research, 1964. 402p.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010. 284p.
- BORGES, T. Redes sociais foram combustíveis para revolução no mundo árabe. *Opera Mundi*, 4 jan. 2012. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/18943/redes-sociais-foram-o-combustivel-para-as-revolucoes-no-mundo-arabe>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- CASILLI, A.; POSADA, D. The platformization of labor and society. In: GRAHAM, M.; DUTTON, W. (org.). *Society and the Internet*. Oxford: OUP, 2019. p. 293-306.
- CINGOLANI, P. Capitalismo de plataforma: nuevas tecnologías de la

comunicación e internacionalización del trabajo. *Boletín Onteakien*, n. 22, 2016. p. 42-47.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1994. 212p.

DAL ROSSO, S. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017. 286p.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 411p.

DE STEFANO, V.. The Rise of the 'Just-in-Time Workforce': On-Demand Work, Crowd Work and Labour Protection in the 'Gig-Economy'. *Bocconi Legal Studies Research Paper*, 2015. 35p.

DURAND, P. J. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *Tempo Social*, Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003. p. 139-158.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cad. EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019. p. 844-856.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. In: *COLÓQUIO MARX E MARXISMO 2016: CAPITAL E PODER*, 10., 2017, Niterói-RJ. Anais. Niterói-RJ, 2016. p. 45-67.

GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. *Human Relations*, 2018. p. 1-18.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 2002. 120p.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. (org.). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4. 396p.

GREVATT, M. Uber stock sales flop as global rideshare workers strike! *Workers World*, 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.workers.org/2019/05/42305>. Acesso em: 10 out. 2019.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

HOROWITZ, J. Uber drivers go on strike to protest low pay ahead of a blockbuster. *CNN*, 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/05/08/tech/uber-strike/index.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

KALIL, R. B. *Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos*. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. 373p.

KREIN, J. D *et al.* Flexibilização das relações trabalhistas: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. p. 95-123.

LEWER, L. SP é a cidade que usa Uber no mundo; aplicativo é citado por 52% dos entrevistados. *Folha de S. Paulo*, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/o->

melhor-de-sao-paulo/servicos/2018/04/1966515-sp-e-a-cidade-que-mais-usa-uber-no-mundo-aplicativo-e-citado-por-52-dos-entrevistados.shtml. Acesso em: 30 jul. 2019.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2010. p. 158-198.

LOBEL, F.; OLIVEIRA, F.; DALL'AGNOL, L.; PAMPLONA, N. Preços de corrida em SP sobem em dia de paralisação global de motoristas de Uber. *Folha de S.Paulo*, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/precos-de-corrída-em-sp-sobem-em-dia-de-paralisacao-global-de-motoristas-de-uber.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, s/d..

MARX, K. *O Capital - Livro 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 571p.

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*. v. 6, n. 3, p. 647- 681, 2019.

MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L.. Hand on the Wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. *Anais do International Conference on Information Systems (ICIS 2017)*. Seul, 2017.

NAISHADHAM, S. More trouble for Uber: 100,000 drivers in India went on

strike. *Vice*, 24 fev. 2017. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/pgv7gv/more-trouble-for-uber-10000-drivers-in-india-went-on-strike. Acesso em: 13 ago. 2019.

OLIVEIRA, F. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, F.; STEDILE, J. P.; GENOINO, J. (org.). *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7-22.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. *Cad. EBAPE.BR*, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014. p. 756-769.

POCHMANN, M. A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho. *Revista do Brasil*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/130/a-nova-classe-do-setor-de-servicos-e-a-uberizacao-da-forca-de-trabalho>. Acesso em: 6 jun. 2019.

RFI. Conheça 10 táticas urbanas usadas nos protestos de Hong Kong. *G1*, 17 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/17/conheca-10-taticas-urbanas-usadas-nos-protestos-de-hong-kong.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2019.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001. 623p.

ROSENBLAT, A.; STARK, L.. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. *International Journal of Communication*, N. 10, 2016. p. 3758–3784.

SCHULTZ, T.. *Capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.

SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017. 314p.

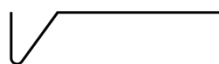
TAYLOR, F. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990. 144p.

THE CANBERRA TIMES. Australia joins global Uber outcry. *The Canberra Times*. 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.canberratimes.com.au/story/6112240/australia-joins-global-uber-outcry/?cs=14231>. Acesso em: 16 out. 2019.

UBER. *Fatos e dados sobre a Uber*. 2020. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber>. Acesso em 10 abr. 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. Campinas, v. 44, 2014. p. 203-220.

Gêneros e sexualidades divergentes: escola e dinâmicas de subalternização da diferença



Romualdo da Silva Sales¹
Charliton José dos Santos Machado²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar questões para reflexão sobre como os mecanismos de controle atuam sobre a construção das identidades sociais e sua diversidade, levando em consideração aspectos de gênero e sexualidade. Nossa abordagem dialoga com o trabalho de Foucault, particularmente em relação aos conceitos de aparelho de sexualidade, biopoder e seu gerenciamento. Esses conceitos ajudam a pensar sobre a prática, nas escolas, de técnicas de controle e subordinação contra pessoas que não realizam o roteiro descrito como performatividade binária de gênero e sexualidade. Nesse contexto, apresentamos alguns resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado intitulada: "A diferença vai para a escola: problematizando articulações discursivas e epistemológicas sobre marcadores sociais das diferenças das pessoas no espaço educacional", apresentada em 2019 pelo PPGS-UFPB. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública localizada no município de Remígio, no interior da Paraíba. Em termos metodológicos, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem etnográfica, realizada por meio de observação participante e entrevistas com professores e diretores. É importante enfatizar que, nesta escola, a manifestação das diferenças de gênero e sexualidade das pessoas é interpretada por meio de concepções de regime de inteligibilidade binária construídas por discursos normalizadores. Portanto, dentro desse espaço escolar, indivíduos que quebram o desempenho binário de gênero são tratados como subordinados e punidos com retaliação.

Palavras-chave: Escola; Diferença; Gênero; Sexualidades; Performances.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. E-mail: romualdosales@gmail.com.

²Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; professor titular da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e pesquisado do CNPq (PQ – 1D), charlitolara@yahoo.com.br.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

Abstract

This article aims to present issues for reflection on how control mechanisms act over construction of social identities and its diversity, taking into account aspects of gender and sexuality. Our approach dialogues with Foucault's work, particularly in relation to the concepts of sexuality apparatus, biopower and its management. These concepts help to think about the practice, at schools, of techniques of control and subordination against people who do not perform the script described as binary performativity of gender and sexuality. Within this context, we present some results of a research from master degree dissertation entitled: "The difference goes to school: problematizing discursive and epistemological articulations on social markers of people's differences in the educational space", presented in 2019 by PPGS- UFPB. It is a field research carried out in a public school located in the municipality of Remígio, located in countryside of Paraíba. In methodological terms, this research was developed through an ethnographic approach, executed through participant observation and interviews with teachers and Head teachers. It is important to emphasize that, at this school, people's gender and sexuality differences manifestation is interpreted through binary intelligibility regime conceptions constructed by normalizing discourses. So, inside this school space, individuals who break the binary gender performance are treated as subordinate and punished with retaliation.

Keywords: School; Difference; Gender; Sexualities; Performances.

Introdução

Pensar sobre identidades de gênero, sobretudo, de gêneros não binários e sexualidades divergentes³ resvala em questões que se conectam as produções discursivas e performativas que produzem transformações nas práticas sociais, sendo também informadas por estas. Destarte, a partir das reflexões de Dreyfuss e Rabinow (1995) sobre o pensamento de Michel Foucault, concebemos que os discursos não são dotados de autonomia em relação às práticas sociais, mas atravessados pelas figurações enlaçadas por elas, ao mesmo tempo em que as transformam, se configurando, em alguns aspectos, como um processo de dimensões interdependentes.

Em alguma medida, os discursos são produzidos, mas também produtores de instituições, valores e epistemologias que potencializam efeitos sobre sujeitos. Desta forma, os discursos transformam práticas sociais e são transformados por estas, tendo como ponto de toque o exercício de poder. Através desse processo, os discursos funcionam como um conjunto de forças que atuam sobre os sujeitos, atravessado por técnicas que operam sobre a lógica da governamentalidade. Estas não estão desconectadas de valores morais,

³Através das reflexões de Miskolci (2012), compreendemos por sexualidades divergentes, aquelas que tensionam as bordas do regimento político heteronormativo baseado no modelo heterossexual, reprodutivo e familiar.

epistemologias e instituições que reverberam formas de controle sobre os corpos, gênero e sexualidades.

Desse modo, este artigo estabelece um diálogo com a obra de Foucault, sobretudo em relação aos conceitos de *dispositivo de sexualidade*, *biopolítica* e seus agenciamentos, deslocando o nosso olhar para apresentar o resultado de uma pesquisa de mestrado realizada em uma escola pública do interior do estado da Paraíba. O objetivo é apresentar algumas problematizações acerca de produções sociais de identidades e diferenças, a partir da abordagem de Silva (2009), para quem, identidades e diferenças são produções relacionais, embora as identidades socialmente legitimadas pelas práticas discursivas sejam fortalecidas e as demais subalternizadas.

Essas questões nos auxiliam a pensar sobre a produção de identidades não binárias de gênero e sexualidades divergentes a partir do espaço educacional. Uma vez que, a partir das reflexões de Miskolci (2012), as escolas reproduzem dinâmicas de subalternização que reforçam os valores socialmente instituídos, incidindo sobre os sujeitos através de discursos que reforçam dicotomias e epistemologias que operam sobre seus corpos, identidades de gênero e sexualidades. Este processo produz efeitos traduzidos em dinâmicas de subalternização sobre aqueles que não se deixam colonizar pelas normas estabelecidas socialmente, resistindo às técnicas de controle impostas.

Nessa perspectiva, a partir das contribuições de Louro (2012), percebemos que as normas sociais produzem efeitos sobre os sujeitos, sobretudo operando a partir de instituições, entre elas, as escolas. Destacamos que estas, por excelência, atuam na conformação de identidades binárias de gênero e sexualidades pautadas no regime político da heteronormatividade. Segundo Miskolci (2012), este regime se configura como conjunto de estratégias de controle engendrado através de normas sociais, atuando na conformação de identidades de gênero e sexualidades construídos a partir do modelo heterossexual, reprodutivo e familiar. Em relação às identidades não binárias de gênero e sexualidades divergentes, as escolas atuam situando-as como anormais, uma vez que tensionam as bordas das normas dicotômicas, operando no terreno da ambiguidade, na fronteira.

Para esses sujeitos que borram as fronteiras de gênero e sexualidades, como mostra Silva (2011), percebemos que as escolas e o currículo não incorporam suas questões em suas pautas, sendo no máximo tolerados nesses espaços. Não há abertura para pensar manifestações da diferença como constituinte de identidades, embora as mesmas sejam

construções relacionais, umas ganhando forma a partir da relação com as outras. O hegemônico no que tange identidades de gênero não é considerado uma identidade, mas *a identidade*, de onde as outras identidades divergem. Destarte, a lógica da convivência pacífica proposta pelo multiculturalismo para as escolas, apenas tenta esconder as dinâmicas de subalternização das diferenças sob a suposta neutralidade que as escolas advogam possuir.

Destarte, identidades de gênero são construídas a partir produções discursivas e performativas, tendo como referência cosmovisões e epistemologias dicotômicas que situam sujeitos no tempo e espaço. Em consonância com Butler (2003), trata-se de uma experiência discursivamente condicionada que se conecta com discursos culturalmente hegemônicos de base dicotômica. Ou seja, trata-se de um regime de inteligibilidade pelo qual identidades de gênero são performatizadas.

Em relação às sexualidades, segundo Miskolci (2012), estas são atravessadas pelas práticas discursivas que tentam situar sujeitos a partir da heteronormatividade. O mesmo autor observa que, o regime anteriormente mencionado não se impõe apenas sobre aqueles que borram as regras, mas também sobre aqueles que se encontram colonizados por elas, ou seja, sujeitos que desenvolvem performances que correspondem aos regimes de inteligibilidade que constituem as normas construídas socialmente. Em relação às escolas, percebemos que as mesmas reverberam discursos que reproduzem as lógicas dicotômicas, situando os sujeitos que borram as fronteiras normativas como subalternos, toleráveis, embora, em alguma medida, permita investidas contra eles, deixando claro sua posição construída de forma hierárquica. Nesse sentido, sujeitos divergentes são tratados pela lógica da violência simbólica, quando não física por colegas e docentes que impõem sobre eles os padrões hegemônicos, ao mesmo tempo em que enquadram, através das normas dicotômicas, aqueles que desempenham práticas sexuais divergentes, mas não performatizam socialmente. Isto é, os sujeitos podem ser homossexuais, mas não devem performatizar, tensionar ou mesmo quebrar as performances de gênero e sexualidades socialmente legitimadas.

Como mencionado, a narrativa que se segue faz parte de uma pesquisa realizada numa escola pública no interior da Paraíba. Em termos metodológicos, a estratégia utilizada para coleta de dados é de base etnográfica desenvolvida através de observação participante e entrevistas. O objetivo se volta para perceber como os discursos operam na produção de corpos e subjetividades no espaço escolar, incidindo sobre os marcadores sociais da

diferença de gênero, sexualidades e raça, embora para este texto, apenas os dois primeiros sejam enfatizados.

A abordagem etnográfica foi relevante para perceber como os discursos operam nas extremidades, como eles conformam sujeitos a partir de exercício de poder. Foucault (1979) analisa como as relações de poder transformam as práticas sociais, produzem efeitos sobre os sujeitos, potencializando transformações, mas também sendo atravessado por estratégias de resistências e negociações. O mesmo auxilia pensar que o poder precisa ser analisado no exercício, no embate, nas zonas periféricas onde ele se espraia como rizoma e se dobra sobre os sujeitos, colonizando-os, mas também sendo desafiado, tensionado.

A narrativa que segue problematiza algumas questões sobre como mecanismos de controle atuam de forma mais incisiva sobre alguns sujeitos. Assim, para fins de preservação de anonimato, os nomes apresentados não correspondem aos dos participantes da pesquisa, tendo como objetivo a preservação de suas identidades, respeitando os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos.

1. Considerações sobre o trabalho de campo

A pesquisa que apresentamos foi desenvolvida em 2018, em uma escola pública de Remígio, município situado no interior o estado da Paraíba. Trata-se de uma escola da rede municipal que concentra aproximadamente 60% dos estudantes do ensino fundamental II, funcionando nos turnos matutino e vespertino com turmas do 6º ao 9º ano, recebendo 765 estudantes matriculados na modalidade regular. A escola fica localizada no bairro Bela Vista, próximo ao centro da cidade. Os estudantes da instituição são oriundos da zona rural e urbana, predominantemente integrantes de famílias de baixa renda. A faixa etária dos mesmos encontra-se entre 10 e 18 anos, distribuídos em 24 turmas, 12 turmas por turno. Em relação ao quadro docente, os dados relevam que aproximadamente 63% são professoras e 36% professores, predominando funcionários do quadro efetivo do município.

O trabalho de campo foi desenvolvido em 2018, mas os contatos junto à Secretaria de Educação do município foram iniciados ainda no segundo semestre de 2017. Inicialmente, entramos em contato com um membro do poder legislativo do município objetivando conseguir estabelecer contato com o representante da Secretaria de Educação.

Ao estabelecer contato, fizemos algumas visitas à secretaria para formalizar a autorização para a pesquisa de campo. Em uma delas ficamos aguardando para sermos recebidos pelo secretário e, observando o ambiente, percebemos que existe uma oração emoldurada, trata-se do *Pai Nosso*. O texto fica localizado em um lugar central, onde todos e todas possam ver os ensinamentos e valores cristãos. Este fato nos remete às análises de Dreyfuss e Rabinow (1995), particularmente no tocante às transformações que os discursos produzem nas práticas sociais ao mesmo tempo em que são informados por estas, uma vez que, a instituição reforça valores cristãos e, em alguns aspectos, esses valores atravessam as práticas pedagógicas e curriculares das escolas orientadas pelo vínculo estabelecido com a Secretaria de Educação.

Pensando sobre essas questões, percebemos que as escolas não se configuram como neutras, embora operem como se possuíssem essas dimensões. Silva (2011) afirma que as escolas funcionam como um dispositivo que reproduz formas de controle, sobretudo sobre as manifestações da diferença. Assim, as diferenças são pensadas como fora dos padrões instituídos socialmente, embora devam ser respeitadas, mas o respeito se configura apenas como um discurso superficial, velando os mecanismos de agenciamentos que movem a maquinaria discursiva e performativa que atua na produção de identidades de gênero e sexualidades, oferecendo apenas a aparência do fenômeno.

Como afirma Deleuze (2011), é preciso perceber como funcionam os processos de agenciamentos, problematizando não apenas como os fenômenos se mostram superficialmente, mas ir além dos sentidos, procurando perceber os *não-sentidos*. Aquelas questões que não aparecem de imediato, mas que fazem as lógicas de agenciamentos funcionarem. Perceber as diferenças, nesse sentido, não apenas como formas divergentes de identidades, mas perceber quais mecanismos fazem com que esses processos aconteçam. Pensar o não pensável, refletir sobre as descontinuidades, as linhas de fuga.

Para pensar essas questões, a abordagem etnográfica se apresenta como importante para perceber como são construídas as tensões e negociações no espaço escolar. Como formas de controle produzidas através dos sistemas de verdades, das relações saber-poder como analisa Foucault (1979) afetam os sujeitos. Pensar sobre como o controle coloniza sujeitos, mas ao mesmo tempo é desafiado, tensionado e reconfigurado através de embates entre identidades de gênero e sexualidades hegemônicas e as manifestações das performances que quebram suas formas de dominação e resistem às mesmas.

Pensando sobre a abordagem etnográfica para perceber esses processos, sobretudo a imersão no campo, estabelecemos um diálogo com Wacquant (2002) para pensar como tal abordagem poderia produzir potencialidades para perceber as nuances do objeto de pesquisa. O autor nos auxilia pensar como a imersão no campo potencializa perceber como as suas lógicas funcionam, embora seja um desafio pensar um espaço conhecido como a escola. É preciso desenvolver dimensões de estranhamento para perceber as dinâmicas que não apenas colonizam o campo, mas também os pesquisadores.

O trabalho de campo foi desenvolvido na escola através de observação participante de atividades, acompanhamento de aulas de todas as turmas – sem priorizar disciplinas específicas – nos turnos matutino e vespertino. Realizamos entrevistas com professores, professoras e gestores da escola objetivando perceber como lógicas de controle são compreendidas pelos mesmos, assim como as normas também os colonizam ao passo de serem reproduzidas através dos discursos que aparecem em suas enunciações. Isto é, perceber os sentidos que eles atribuem as suas práticas, suas compreensões sobre projetos como *Escola Sem Partido*, mas também questões que não aparecem superficialmente, mas que integram seus discursos e práticas sociais desenvolvidas.

Procuramos analisar também os discursos que fazem parte do projeto político pedagógico na instituição, objetivando perceber as nuances que orientam a mesma e como estes discursos se conectam as formas de controle sobre as performances de gênero e sexualidades. Tendo em vista que entendemos, em consonância com Foucault (2008), que os discursos se configuram, em alguns aspectos, como um campo de forças real que atua sobre a população, potencializando transformações importantes, ao passo que atravessam instituições, exercendo controle e formas de governo sobre os sujeitos.

2. Arquitetura binária: desdobramentos sobre a construção física da escola e os atravessamentos de gênero e sexualidades

A escola apresenta construção arquitetônica que, assim como outras instituições, reproduz dicotomias estabelecidas através do binário, *masculino/feminino*. Durante o trabalho de campo, percebemos que os banheiros apresentam espaços, cores e alguns artefatos que situam o binarismo de gênero de forma incisiva, especificamente, em relação ao feminino, se configurando como estratégias de controle sobre esses corpos.

O banheiro feminino fica posicionado acerca de cinco metros da secretaria da escola, local estratégico que permite observação direta de funcionários da instituição. Outras questões que nos parecem relevantes para pensar desdobramentos de formas de controle sobre os corpos femininos se voltam para construção arquitetônica que dialoga com o imaginário social, no tocante a construção discursiva e performativa de gênero. O Banheiro feminino é construído num espaço físico menor, fechado por uma parede, apresentando apenas uma abertura que oferece acesso ao local. A parede que fecha o espaço recebeu pintura com cores diferentes em relação às cores padrão da escola e também possui alguns vasos com plantas e flores.

Os banheiros masculinos ficam situados fisicamente em um espaço aberto, pintados com cores padrão da escola, contando com uma ampliação o que faz com que sejam estruturados de forma a fornecer ‘maior liberdade’ para os garotos. Esses banheiros, também são atravessados por dinâmicas de subalternização, pois alguns garotos ficam próximos a eles, utilizando-os como pontos estratégicos para investir contra as meninas que por ali passam ou se divertindo em ridicularizar garotos por eles denominados afeminados, *bichas*.

Essas questões nos remetem as reflexões de Colling (2013), para quem as construções arquitetônicas de instituições não se descolam de valores morais e desdobramentos socioculturais, mas são informadas por estes. Dessa forma, percebemos como a posição ocupada pelos banheiros reforça dicotomias e lógicas de dominação que poderiam passar despercebidas. A arquitetura fala de um discurso não enunciado verbalmente, mas potencialmente eficiente na conformação de identidades binárias de gênero e orientação sexual. Não existe neutralidade, apenas uma fantasmagoria que se diz celebrar a diversidade apelando para o discurso humanista e multicultural, mas no cotidiano as normas socioculturais dão o tom das relações sociais estabelecidas.

Concebemos a partir das reflexões de Butler (2003), que gênero e sexualidades não se configuram apenas como construções socioculturais, mas como regime de inteligibilidade pelo qual sujeitos são percebidos. Nessa perspectiva, as dicotomias apresentadas pela arquitetura da escola se conectam com estratégias que resvalam em como as normas sociais compreendem os sujeitos, posicionando-os dentro de bases discursivas e epistemológicas que situam aqueles que não se encaixam as regras como divergentes, sendo

toleráveis, mas não aceitos e respeitados como aparece em discursos oficiais em matéria de educação e currículo.

Em relação ao uso de espaços físicos da escola, percebemos que há uma distribuição binária de gênero na cantina da mesma no momento de destruição de lanche para os estudantes. Trata-se de um espaço localizado no final do pátio da escola, fechado parcialmente por uma parede o que contribui para redução de visibilidade no local. Ao organizar os estudantes para receber o lanche fornecido, a instituição distribui os mesmos em duas filas uma formada por meninos e outra por meninas. Entretanto, a fila formada pelos meninos ocupa um espaço maior, além de alguns destes lancharem dentro daquele espaço, enquanto as meninas ocupam um espaço menor e sofrem investidas de alguns garotos que desenvolvem performances que remetem a práticas sexuais direcionadas a elas enquanto nenhum funcionário da escola está por perto.

Para entender um pouco a percepção dos estudantes, procuramos um grupo de alunos do 9º ano que estava conversando no pátio, indagando sobre porque não estavam na fila para receber lanche. Os membros afirmam que não costumam lanchar todos os dias. Continuamos nossos questionamentos, desta vez sobre a distribuição de alunos e alunas em duas filas separadas por gênero. Neste momento o grupo formado predominantemente por meninas responde de forma unânime: “*achamos bom, porque os meninos empurram muito*”. Perguntados se gostariam de ficar juntos na fila enquanto aguardam a distribuição de lanche, responderam que sim, mas repetiram o argumento que os meninos empurram muito. Por fim, argumentaram que sempre foi assim e não percebem nenhum problema.

A partir dessas questões, percebemos que a ocupação dos espaços na escola é informada pelas construções discursivas e performativas que se conectam como valores socioculturais traduzidos em normas que atuam como *biopolítica*⁴ sobre os sujeitos. Para o feminino e não menos para aqueles garotos que quebram as performances de gênero, os espaços menores, as manifestações de violência e assédio. Para os meninos performativamente masculinizados e heterossexuais os espaços de poder e dominação. Essas questões nos remetem as análises de Louro (2012) ao afirmar que a construção de

⁴Foucault (2008) denomina biopolítica como uma atividade de Estado, ação política empreendida a partir da Modernidade que produz potencialidade de governamentalidade sobre a dimensão biológica da vida dos sujeitos, direcionando-se a população.

performances de gênero passa pela formação de uma base discursiva, performativa e epistemológica que sustentam formas de dominação, produzindo efeitos na vida dos sujeitos, sobretudo situando-os no tempo e no espaço.

Durante o intervalo para a distribuição de lanche na escola, percebemos que grupos de garotos mais robustos acompanhados por alguns de estatura física menos expressiva caminham por toda escola, entrando nas salas de aula, se divertindo em assediar meninas ou investir contra outros garotos, sobretudo aqueles que desenvolvem performances não binárias de gênero. Acompanhamos casos em que garotos de 15 a 17 anos agarravam garotos menores desenvolvendo performances carregadas de sensualidade e sexualidade, esfregando seus corpos nos mesmos, forçando-os a permanecer naquela posição de subalternização. A partir desses casos, percebemos que alguns garotos de pequena estatura física optam por ficarem nas salas, como forma de proteção contra possíveis investidas de outros mais robustos, embora esta estratégia, algumas vezes, não obtenha sucesso.

Os mesmos grupos também se reúnem em um corredor próximo ao banheiro masculino, se divertindo em ridicularizar outros garotos, investindo contra eles, forçando a entrada destes nos banheiros e afirmando que irão manter relações sexuais com os mesmos, utilizando termos como: “*vou comer agora*”. O discurso reforça a ideia de passividade e fragilidade de garotos menos robustos, associando-os a uma figura que pode ser penetrada, sobretudo quando se trata de garotos que performatizam identidades não binárias de gênero e sexualidades no convívio social.

Destarte, em consonância com Miskolci (2012), concebemos que as normas sociais atuam sobre os sujeitos produzindo efeitos, colonizando-os e potencializando desdobramentos. As performances de gênero são atravessadas pelos discursos e práticas sociais, princípios de inteligibilidade que governam sujeitos de forma a produzir hierarquias que subalternizam grupos, estigmatizando-os. Tais performances são agenciadas para fortalecer as normas hegemônicas incidindo sobre todos os sujeitos, embora, em alguma medida, atuem mais diretamente sobre os sujeitos que não se deixam colonizar pelas formas de dominação. Desta forma, as performances de gênero socialmente instituídas não podem ser quebradas sob pena de retaliação. Entretanto, os sujeitos podem desenvolver relações afetivas e sexuais com outros do mesmo sexo, desde que socialmente performatizem o que demanda as normas sociais de gênero.

A escola, nesse sentido, encampa a reprodução de valores que garantem o funcionamento dessas dinâmicas, evidenciando punições sociais direcionadas para aqueles que quebram as performances de gênero e sexualidades. Assim os sujeitos que não desejam sofrer retaliações devem ser conformados a partir do regime político da heteronormatividade e performatizarem identidades binárias de gênero. Com isto, não estamos afirmando que se trata de um sistema fechado onde os sujeitos não podem desenvolver estratégias de resistência ou mesmo negociações de suas performances de acordo com suas interações sociais. Em consonância com as reflexões de Miskolci (2017), as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo fazem parte do cotidiano de muitos sujeitos que socialmente seguem o *script* marcado pelo binarismo de gênero, porém, o *passar por*⁵ garante conviver socialmente sem sanções e desdobramentos negativos sobre a vida cotidiana. Não se trata de destruir o desejo homossexual, mas de potencializar estratégias de controle para que os complexos de engenharia social que produzem as normas sejam mantidos em funcionamento.

3. Dinâmicas de subalternização de manifestações da diferença em sala de aula

O trabalho etnográfico desenvolvido na escola nos proporciona analisar alguns casos de dinâmicas de subalternização em sala aula. Ao iniciarmos as atividades de observação participante nas salas de aula da escola, vivenciamos técnicas sutis de formas de controle sobre performances de gênero de um estudante do 9º ano por parte de uma docente. Em consonância com Oliveira (1996), a observação participante ultrapassa a dimensão de geração de hipóteses, proporcionalizando a produção de conhecimento efetivo que perpassa o ver, o ouvir e não menos as reflexões da escrita do pesquisador que desenvolve pesquisas etnográficas. Através dela é possível captar sentidos, linguagem e nuances que compõem o campo de investigação.

Sobre o estudante mencionado anteriormente, trata-se de Walter, garoto negro que não performatiza identidade de gênero que se insere nos regimes de inteligibilidades dicotômicos, sendo considerado afeminado naquele espaço. Durante a aula, a professora

⁵Refletindo a partir das análises de Miskolci (2017), concebemos que o termo *passar por* remete as performances de gênero que segue o script marcado pelo binarismo, pautadas em uma heterossexualidade presumida socialmente. Não se faz necessário ser heterossexual, mas performatizar socialmente que segue o padrão estabelecido pelas normas sociais.

Kelly pede que os estudantes desenvolvam atividades em sala, enquanto observa a turma. Nesse momento, Walter assim como algumas colegas não consegue ficar em silêncio, interagindo com as mesmas e se envolvendo em uma contenda com elas. Esta dinâmica era atravessada por insultos por parte de todos do grupo, entretanto, a docente após observar durante algum tempo chama atenção de Walter, excluindo as colegas desse processo. O estudante indaga a professora sobre o fato de não chamar atenção de suas colegas, sendo respondido pela mesma que afirma ver apenas ele provocando problemas.

A postura da docente apresenta viés de parcialidade, uma vez que os estudantes envolvidos na contenda não foram tratados da mesma forma. Posteriormente, através de diálogos com outros docentes, percebemos que Kelly expressa suas manifestações religiosas através de denominações evangélicas, participando ativamente de sua igreja. Nessa perspectiva, um campo de análise que se desvela para nós se volta para perceber como os valores morais e, sobretudo, religiosos afetam o espaço escolar. As performances de gênero desenvolvidas por Walter não fazem parte dos regimes de inteligibilidade que orientam as práticas sociais, discursivas e epistemológicas como evidencia Butler (2003). Nesse sentido, evidenciamos que as performances de gênero ao tensionar as fronteiras binárias colocam em evidência seu caráter de construção social não apenas no que se relaciona aos gêneros, mas também aos sexos, tendo em vista que estas questões passam pelo crivo de formas construídas para perceber socialmente os sujeitos.

Walter não sofreu violência física e simbólica apenas em sala de aula, mas em outros espaços da escola. Ao caminhar pelo pátio juntamente com suas amigas, o jovem é atacado com insultos e injúrias, voltadas especificamente para situá-lo como uma figura divergente, subalterna. Durante a observação, percebermos que Walter se isola dos colegas, ficando sozinho, expressando tristeza. As investidas contra Walter apresentam duas dimensões importantes. A primeira aponta para situá-lo como parte de um grupo estigmatizado, denominado LGBTQI+; a segunda aponta para as punições direcionadas contra aqueles e aquelas que quebram as performances de gênero socialmente legitimadas pelos regimes políticos de inteligibilidade.

Concebermos que essas técnicas de controle atravessam as instituições e são direcionadas para população, produzindo efeitos sobre os sujeitos. Foucault (2008) afirma que a *população* se configura como um espaço em que atuam táticas de poder, transformando práticas sociais através dos discursos normalizadores que potencializam lógicas de

governamentalidade. Situar performances de gênero e sexualidades dentro desses mecanismos evidencia a produção de normas sociais, potencializando a compreensão e problematização dos efeitos de hierarquias de subalternização de manifestações da diferença.

As performances de gênero não apenas passam pelas lógicas de controle, mas também de negociações de suas manifestações. Durante a quarta semana de observação, acompanhando uma turma de 7º ano do turno da manhã, percebemos que o aluno Victor de outra turma entra na sala acompanhado por um colega no horário de intervalo. Nesse momento, Daniel vai ao encontro do estudante afirmando que ele está propagando inverdades sobre uma de suas amigas. Victor nega, mas Daniel insiste e o garoto reage: *“eu não falei nada, viado safado.”* Daniel ao ouvir esta frase se afasta sem reação.

Após esse momento que aconteceu durante o intervalo, a aula de Língua Portuguesa é iniciada na turma. O professor dirige a aula através de leitura de um texto sobre primeiro beijo, pedindo que os estudantes desenvolvam a leitura. Daniel inicia a leitura da primeira estrofe. Ao término da leitura, o docente pede que outro estudante leia a estrofe seguinte, afirmando que a segunda pessoa deve ter voz de homem, corrigindo-se posteriormente, de *“outro homem”*. Marcelo aluno da turma fala para Daniel que o professor falou que ele é homem e Daniel, por sua vez, fala que está sofrendo preconceito e, afirma que precisa ser a mais feminina da sala. Marcelo indaga Daniel sobre com quem foi seu primeiro beijo, se teria acontecido com um garoto ou uma garota. Daniel responde: *“Não é da sua conta, foi com meu ficante, foi com homem, pois eu não iria beijar a sebosa de uma mulher.”* A aula segue sem intervenção do professor, embora a interação entre os alunos tenha adquirido relevo entre todos os alunos da turma que riam da interação.

Através da narrativa apresentada, compreendemos que existe um processo de negociação de performances apresentadas por Daniel. Miskolci (2017) afirma que as performances de gênero e sexualidades são atravessadas pelos regimes de visibilidades de gênero, portanto, os discursos normalizadores colonizam os sujeitos, embora os mesmos negociem suas performances em relação aos seus interlocutores. Daniel apresenta performances de gênero que destoa dos regimes de inteligibilidades construídos socialmente, entretanto, posicionou-se de modo a silenciá-las quando confrontado por Victor que o situa como subalterno.

Um ponto relevante diz respeito ao lugar de enunciação e às tecnologias que são acionadas. Victor é considerado performativamente situado dentro dos padrões instituídos em relação às identidades de gênero e sexualidades, portanto, é deste lugar que ele situa Daniel como divergente. Essas dinâmicas colonizam os sujeitos, não apenas os que reforçam as normas, mas aqueles que tensionam suas fronteiras, haja vista que os segundos são estigmatizados e, de certa forma, internalizam alguns elementos desses processos, resistindo, mas algumas vezes reiterando-os.

Sobre o lugar de enunciação, vale fazer algumas ressalvas que nos parecem relevantes, tendo em vista que mesmo sendo situado como subalterno, Daniel utiliza-se de discursos carregados de misoginia para esquadrinhar e subalternizar o feminino. Percebam que Daniel classifica as mulheres como sebosas, porém não percebe que, de certo modo, ele também é subalternizado por lógicas similares. Nesse sentido, Gosfoguel (2008) afirma que, embora sujeitos possam ocupar em determinados contextos posição de subalternização, isto não quer dizer que suas enunciações vão partir desse espaço, tendo em vista que as normas sociais colonizam a todos, embora não da mesma forma e profundidade. Ou seja, sujeitos atravessados por dinâmicas de subalternização podem reforçar lógicas de dominação que os esquadrinham, haja vista as lógicas que os enredam e os posicionam no tecido social.

Considerações finais

É possível evidenciar que instituições sociais, em alguns aspectos, são agenciadas em processos de construções de regimes de inteligibilidade que se conectam com produções discursivas e epistemológicas de normas socioculturais. Particularmente, as escolas são relevantes mecanismos de controle sobre os sujeitos, produzindo efeitos importantes no processo de socialização, fornecendo algumas chaves pelas quais os sujeitos são situados socialmente no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, concebemos que as escolas se configuram como uma espécie de catalizador, potencializando construções de hierarquias no tocante aos processos relativos à produção de identidades e diferenças, fortalecendo as primeiras e situando as demais como nota de rodapé o texto oficial. Dentro desses processos, percebemos que os marcadores sociais da diferença de gênero e sexualidades são acionados como elementos

atravessados por agenciamentos que resvalam em um conjunto de técnicas de controle direcionadas aos sujeitos, sobretudo aqueles que deslocam performances binárias de gênero e sexualidades.

Assim, os sujeitos que não performatizam identidades de gênero binárias são tratados como anormais pelos regimes de inteligibilidade socioculturais, construídos para conceber as identidades e diferenças produzidas discursivamente, tendo como plano de fundo a busca por uma coerência estabelecida entre corpos, sexos, gêneros e orientação sexual. Entretanto, tais regimes não impedem que os sujeitos desenvolvam práticas afetivas e sexuais como pessoas do mesmo sexo, tampouco procura extinguir o desejo homossexual, mas manter o regime normativo em funcionamento.

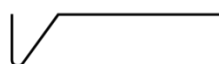
A escola se configura como um dispositivo biopolítico eficaz no processo de difusão de normas sociais. Essas normas atravessam não apenas as interações entre sujeitos, mas os próprios conteúdos que aparecem nas páginas dos livros e orientam os conteúdos das aulas. Durante a atividade de investigação, era perceptível como valores religiosos e morais eram misturados aos conteúdos de disciplinas e aos discursos dos professores e professoras. Para estes sujeitos nossa proposta de pesquisa que versa sobre questões de controle, tensões, negociações e resistências no tocante às performances de gênero e sexualidades foi tratada como interessante o que não deve ser confundido relevante.

O processo de socialização apresentado no contexto escolar não é neutro, mas atravessado por valores, discursos e técnicas de controle que atuam sobre os sujeitos. Nestes espaços, os valores socioculturais dão o tom das relações estabelecidas entre os sujeitos, sendo informados pelos regimes de inteligibilidades que orientam a construção de normas sociais. Assim, os sujeitos são socializados, em alguma medida, através de leituras binárias no que toca à construção social de identidades de gênero e sexualidades, que se conectam as mais variadas formas de violência física e simbólicas que incidem sobre aqueles sujeitos que quebram as performances de gênero. Portanto, inspirados na obra de Foucault situamos as escolas como relevantes dispositivos da sociedade de controle.

Referências

- BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. (Trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. (Trad. Peter Pál Pelbart). São Paulo: Editora 34, 2011.
- DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. Introdução. In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso dado em Collège de France*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Microfísica do Poder*. (Org. & Trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra – Portugal, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pela diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- _____. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 39, n. 1, 1996.
- SILVA, Tomaz T. *Documentos e Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- WACQUANT, Loic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

A interpretação da Filosofia Kantiana em Michel Foucault



Isabela Vicente Monti¹
Letícia Negrão Chamma²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar, de forma introdutória, a interpretação e a apropriação do pensamento kantiano na filosofia desenvolvida por Michel Foucault (1926-1984), em suas obras *As palavras e as coisas* (1966) e *O governo de si e dos outros*, sendo este último resultado de um curso ministrado no Collège de France, entre os anos de 1982 e 1983. A partir dessas obras, abordaremos brevemente a constituição do homem enquanto objeto de saber e sujeito do conhecimento na passagem para a modernidade, mostrando que, para Foucault, Kant assume dupla posição: como aquele que estabeleceu o limiar da modernidade e como aquele que teria inaugurado uma reflexão crítica acerca do seu próprio tempo presente.

Palavras-chave: Foucault; pensamento Kantiano; modernidade; reflexão crítica.

Abstract:

This article intends to present in an introductory way the interpretation and appropriation of Kantian thought in the philosophy developed by Michel Foucault (1926-1984) in his writings *The Order of Things* (1996) and *The Government of Self and Others*, which was a result of a course in the Collège de France between 1982 and 1983. From these works, we will briefly discuss the constitution of the human being as an object of knowledge and a subject of knowledge in the transition to modernity, showing that, for Foucault, Kant assumes a double position: as the one who established the threshold of modernity and as the one who would have inaugurated a critical reflection about his own present time.

Keywords: Foucault; Kantian thought; modernity; critical reflection.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: isabelamonti96@gmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: leticiachamma@hotmail.com

Obra fundamental na trajetória de Michel Foucault, o livro *A palavra e as coisas* objetiva compreender a mutação histórica que ocorreu na ordem dos saberes e que permitiu, na época moderna, o surgimento do ser humano enquanto objeto do saber, bem como qual a feição que essa figura assumiu para que as ciências humanas se constituíssem como se constituíram. Sendo fortemente influenciado pela epistemologia francesa – que reúne autores como Gaston Bachelard e Thomas Khun –, Foucault retira desta vertente de pensamento duas ideias fundamentais que são, respectivamente, a compreensão da história da ciência não como linear e contínua e a necessidade de se apreender a articulação existente entre a formação de determinada ciência com certas práticas, formas políticas e institucionais que, por sua vez, permitem a constituição do saber de uma dada época.

Podemos dizer, portanto, que Foucault rompe com a ideia de conhecimento cumulativo e estabelece uma correlação entre o discurso científico e o sistema institucional que lhe permite uma sustentação histórica, econômica e política. Enquanto uma forma de análise do discurso, a arqueologia foucaultiana, através de um enfoque histórico, busca as condições que possibilitaram a emergência dos enunciados discursivos de uma época, sendo a sua concepção de discurso entendida como “*fato*”, buscando-se:

O jogo de regras que define as condições de possibilidade do aparecimento, das transformações e do desaparecimento de tais ou quais discursos, numa época dada e numa dada sociedade, jogo este que é, portanto, variável num curso histórico marcado por diferenças e descontinuidades. (MUCHAIL, 2004, p.11- 12).

Este jogo pode ser reconhecido como *epistême* e compreende a totalidade de regras inconscientes que orientam os diversos campos do conhecimento, de forma a se alocarem em quadros ou redes em que todos os membros de uma sociedade particular pensam, que embasa as regras de seus hábitos, de sua cultura, a qual todo indivíduo depende.

É assim que a arqueologia foucaultiana, a partir de um percurso cronológico sustentado pelo propósito filosófico de investigar as descontinuidades no campo do saber desde o século XVI até o XX, encontra nesse percurso duas grandes rupturas na *epistême* da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, “marca o limiar de nossa modernidade” (FOUCAULT, 2000, p. XVIII). Assim, é válido ressaltar que os saberes, no período por ele denominado de idade clássica, constituíram-se a partir da ideia de representação e ordem,

instituindo uma relação de classificação geral dos domínios dos saberes, compreendida como uma ordenação de signos que pretende construir um quadro, uma imagem, uma representação do mundo e não configurando um conhecimento propriamente empírico.

Nesse período encontramos o surgimento das formações discursivas, sendo elas a gramática geral, que diz sobre a classificação geral da linguagem, a história natural, voltada para a classificação e representação do quadro geral dos seres vivos, e ainda, a análise das riquezas, referente a uma classificação geral da circulação das riquezas, ou seja, uma ciência dos signos que autorizam as trocas e o comércio. Assim temos que, para Foucault, o pleno entendimento do período clássico não estaria apenas em:

(...) compreendermos que é racionalista, que atribui, desde Galileu e Descartes, um privilégio absoluto à mecânica, que supõe uma organização geral da natureza, que admite uma possibilidade de análise bastante radical para descobrir o elemento ou a origem, mas que já pressente, através e apesar e todos esses conceitos de entendimento, o movimento da vida a espessura da história e a desordem, difícil de dominar, da natureza. (FOUCAULT, 2000, p. 417)

Tal entendimento estaria, fundamentalmente, na percepção da coerência que existiu, durante todo esse período, entre a teoria da representação como fundamento geral de toda a ordem possível, e da linguagem, das ordens naturais, da riqueza e do valor (FOUCAULT, 1966). Segundo a compreensão de Roberto Machado (2005), na obra intitulada *Foucault, a filosofia e a literatura*:

Não existe, portanto, na época clássica — e isso é bastante distinto do que vigorara na modernidade —, uma diferença de nível entre saberes como a história natural, a gramática geral, a análise das riquezas, por um lado, e, por outro, as filosofias. Todos esses saberes são analíticos; ordenações de ideias, de pensamento, de representações. A diferença é apenas de amplitude: enquanto os outros saberes analisam um tipo específico de representação, as filosofias tem por objeto a representação em geral. (MACHADO, 2005, p.88).

É interessante destacarmos, ainda, que a “*epistème*” clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um “domínio próprio e específico do homem” (FOUCAULT, 2000, p. 426) e isso porque na ordem da representação aquilo que é representado não aparece de forma substancial no próprio quadro geral das representações. Nesse período o homem é interpretado como espécie ou gênero, não possuindo uma consciência epistemológica que lhe é própria, sendo compreendido, portanto, enquanto uma criação recente:

Antes do fim do século XVIII, o homem não existia. Não mais que a potência da vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos: mas ele envelheceu tão depressa que facilmente se imaginou que ele esperara na sombra, durante milênios, o momento de iluminação em que seria enfim conhecido. (FOUCAULT, 2000, p. 425)

Somente o ocaso histórico da *epistémé* clássica e, consequentemente, da ideia de representação e ordem, no final do século XVIII, sendo caracterizado pelo momento em que “as palavras cessaram de entrecruzar-se com as representações e de quadricular espontaneamente o conhecimento das coisas” (FOUCAULT, 2000, p. 418- 419), possibilitou a constituição do homem enquanto objeto de saber. Apenas “quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando, sobretudo a reflexão sobre a linguagem se faz filologia e se desvanece esse discurso clássico” (FOUCAULT, 2000, p. 430), emerge um conhecimento detentor de uma existência concreta, assim como também a possibilidade efetiva do homem aparecer enquanto uma figura do saber detentora de um campo que lhe é específico.

Nesse sentido, podemos dizer que o nascimento dos saberes empíricos sobre a vida, a linguagem e o trabalho e, consequentemente a constituição do homem como objeto de saber e, também, sujeito do conhecimento, é coetânea ao nascimento de um novo tipo de filosofia que faz do homem um fundamento e uma condição (MACHADO, 2005). Foucault apreende, nesse ponto, que é especificamente o pensamento kantiano aquele que introduz o ser humano no cerne da filosofia, uma vez que transpassa, na discussão sobre a emancipação da razão – que já havia sido discutida por Descarte, mas ainda em consonância com a teoria tradicional –, a centralidade do papel divino. Para Kant, enquanto se está submisso à tradição e ao papel da religião, a razão assume um papel minoritário na medida em que se reitera o pensamento da autoridade divina. Assim, para mostrar tal primazia do pensamento kantiano, Foucault fundamenta seu argumento através do resgate da obra *A antropologia de um ponto de vista pragmático*, escrita por Kant no ano de e fundamenta seu argumento através do resgate da obra *A antropologia de um ponto de vista pragmático*, escrita por Kant no ano de 1785.

A obra é compreendida como a unidade secreta do sistema crítico kantiano, porque insere a indagação “o que é o homem”, que estaria em confluência com outras três questões formuladas por Kant em sua trajetória intelectual, que são, respectivamente: o que é

possível saber (questão teórica presente na crítica da razão pura e que tem por objeto a metafísica); o que se deve fazer (presente na obra *Metafísica dos costumes*, portanto, trata-se de uma questão prática e que diz respeito à moral kantiana); e, o que se é permitido esperar (referente à teleologia). Kant teria, então, inserido a questão antropológica em sua filosofia. Segundo Machado:

O limiar da modernidade na filosofia não é propriamente Descartes: é Kant. E a razão disso é ele ter inaugurado uma filosofia que procura explicar a possibilidade de conhecer os objetos através de uma submissão necessária dos objetos ao sujeito humano. Descobrimos um campo transcendental, no sujeito humano considerado como constituinte do objeto, como condição de possibilidade, Kant inaugura uma filosofia crítica independente e antagônica de uma metafísica da representação e do ser que caracterizou a filosofia clássica de Descartes até os ideólogos do século XVIII, uma filosofia que questiona a representação a partir de seus próprios limites, uma filosofia que é uma analítica e não uma análise, uma reflexão sobre as condições do conhecimento cujo lugar está fora do quadro das identidades e das diferenças (...) (MACHADO, 2005, p. 93).

Compreendemos que a filosofia de Kant, na interpretação de Foucault (2000, p. 334) “marca o limiar de nossa modernidade”, por ter sido responsável por sancionar “pela primeira vez, este acontecimento da cultura europeia que é contemporâneo do fim do século XVIII: a retirada do saber e do pensamento para fora do espaço da representação” (FOUCAULT, 2000, p. 334). A partir da filosofia de Kant, se torna necessário que “o fenômeno, a diversidade sensível, se apresente ao sujeito como uma intuição sensível” (MACHADO, 2005, p. 94), dado que a filosofia, enquanto ciência, não pode ultrapassar o mundo sensível. Tudo o que conhecemos e que podemos conhecer são *fenômenos* (*Erscheinung*), isto é, representações que aparecem para nós, e não as *coisas em si* (*Ding na sich*). Em outras palavras, o conhecimento objetivo só se dá dentro do âmbito da experiência possível.

Também se configura uma mudança na relação que se estabelecia entre as palavras, as coisas e sua ordem com relação a *epistème* clássica, sendo a existência enigmática do ser humano (FOUCAULT, 2000) a que aparece como condição de possibilidade da *epistème* moderna. Foucault aponta que o ser humano pode então fazer entrar o mundo na soberania de um discurso que possui o poder de representar a sua própria representação e o apresenta como aquele que toma a si próprio como objeto do saber – o que está em causa é o ser que

trabalha, que fala e que é vivo – e, portanto, ao investigar a linguagem e a produção material da vida, o ser humano investiga a si e a sua própria finitude, fundada nele mesmo.

A finitude do ser humano, anunciada na positividade do saber, encontra-se “não mais no interior do pensamento do infinito, mas no coração mesmo desses conteúdos que são dados, por um saber finito, como as formas concretas da existência finita” (FOUCAULT, 2000, p. 436). Sendo marcada pela espacialidade do corpo, abertura do desejo e tempo da linguagem, se estabelece, assim, uma relação mais complexa com o ser humano do que aquela que existia no período clássico (séculos XVII e XVIII) onde a finitude era compreendida através de uma relação negativa e de contraposição com o infinito.

O fim da metafísica da representação e do infinito é denunciado pelo pensamento moderno e isso porque “a filosofia da vida denuncia a metafísica como véu da ilusão, a do trabalho a denuncia como pensamento alienado e ideologia, a da linguagem, como episódio cultural” (FOUCAULT, 2000, p. 437). Diante disso, o fim da metafísica clássica, que tinha a pretensão de um conhecimento absoluto, traz consigo o aparecimento do ser humano; a passagem para a modernidade se dá “no dia em que a finitude foi pensada numa referência interminável a si mesma”, uma vez que a “cultura moderna pode pensar o homem porque ela pensa o finito a partir dele próprio.” (FOUCAULT, 2000, p. 438). O ser humano surge então como postulado antropológico, como “*um estranho par empírico-transcendental*”, enquanto objeto do conhecimento e como sujeito que possibilita as condições para o surgimento deste conhecimento. A análise, segundo Foucault, não se dá mais na representação, mas sim no ser humano e na sua finitude, em que uma das formas define-se como “*estético transcendental*” – no espaço do corpo, como “natureza do conhecimento humano” (FOUCAULT, 2000, p. 440) – e a outra como “*dialética transcendental*” – nas ilusões da humanidade, como “história do conhecimento humano” (FOUCAULT, 2000, p. 440), de forma que os conteúdos funcionem como uma espécie de reflexão transcendental.

Nesse sentido é interessante enfatizarmos, mais uma vez, a influência de Kant em *As palavras e as coisas*, e isso porque a possibilidade de pensar a finitude como não pertencente à ordem do infinito apenas surge através da filosofia crítica kantiana, que é compreendida por Foucault como “independente e antagônica de uma metafísica da representação” (MACHADO, 2005, p. 93). É Kant quem atribui uma importância fundamental para a questão antropológica, para o sujeito que conhece e, além disso, em

suas obras encontramos a distinção entre o empírico e o transcendental, anunciada em seu livro de 1781, intitulado *Crítica da razão pura*. A obra – que tem como mote a investigação da capacidade cognitiva e dos limites da própria razão, o que ela pode conhecer e até que ponto pode conhecer, de modo tal que a razão aparece enquanto objeto de uma crítica sendo o seu próprio sujeito (da crítica) – estabelece a necessidade de que se fundamente um conhecimento teórico que possibilite que a metafísica, que fora “chamada de rainha de todas as outras ciências e que, com o tempo passou a cair em obscuridades e contradições” (KANT, 2001, p. AVIII), passe a se constituir como uma ciência tanto quanto o são a matemática e a física.

Para atingir seu objetivo, o empreendimento kantiano começa colocando a necessidade de que se efetue, em primeiro lugar, uma crítica da própria razão humana, e isso porque ela:

Num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades. (KANT, 2001, p. A VII)

O que significa que a razão, em seu exercício, possui a natural tendência de querer transcender os seus próprios limites de conhecimento, elevando-se cada vez mais alto e apoiando-se em princípios que ultrapassam o campo da experiência. O fato é que, para Kant, o conhecimento se constitui a partir da junção daquilo que é dado pela experiência (por ele chamado de múltiplo sensível) em conjunto com um aparato cognitivo a priori que conforma (dá forma) esse múltiplo sensível, portanto, a razão humana somente pode conhecer aquilo que ele chamou de “fenômenos”, objetos dados pela experiência, ou seja, empíricos. O que os metafísicos clássicos (dogmáticos) se propuseram a conhecer (Deus, alma imortal e mundo enquanto totalidade) são conceitos que extrapolam o limite do cognoscível, compreendidos por Kant como “*coisas em si*” e que escapam ao campo da experiência, não podendo ser conhecidas, apenas pensadas.

O que nos leva à conclusão de que é somente a partir da realização de uma crítica da razão – de seus limites, do que pode ou não conhecer –, que se compreende que os objetos de conhecimento – chamados de “*coisas gerais*” – são colocados em uma dupla situação, ora na condição de fenômenos, ora na condição de coisas em si mesmas. Kant estabelece, nesse sentido, a separação entre empírico e transcendental, e atenta para o fato

de que aquilo que nos impele a ir além do uso empírico das categorias do entendimento são as ditas “*ilusões transcendentais*”, ilusões formuladas pela razão e que não pode ser evitada; contudo, os raciocínios falaciosos por ela produzidos podem ser revelados mediante a crítica da razão que separa aquilo que é empírico e aquilo que é transcendental. De acordo com Roberto Machado:

Vemos a diferença da modernidade em relação a época clássica, quando filosofia e ciência se distinguiam pela universalidade ou particularidade das ideias analisadas mas se situavam ambas no nível da representação. Com Kant, tanto a filosofia quanto a ciência escapam da representação; mas se situam em níveis diferentes, se desnivelam, com duas tarefas diferentes: a ciência diz respeito ao objeto, a empiricidade; a filosofia, ao sujeito, ao fundamento transcendental do conhecimento; e uma reflexão sobre as condições de possibilidade de todo conhecimento; uma analítica de tudo o que pode se dar em geral a experiência do homem eis a invenção moderna do homem como sujeito e objeto do conhecimento. Como objeto, como fato, nas sínteses empíricas; como sujeito, como condição, na analítica transcendental (MACHADO, 2005, p. 97)

Entretanto, o que é importante de ser explicitado é que Foucault apenas pode pensar o ser humano enquanto um duplo empírico transcendental devido à distinção colocada na *Crítica da razão*, entre empírico e transcendental. Além disso, ao resgatar o pensamento kantiano e, consequentemente, a ideia de ilusão transcendental, Foucault aponta para o surgimento de um novo tipo de ilusão, possibilitada pelo a priori histórico da modernidade: a ideia de ser humano como “*duplo empírico transcendental*”. Trata-se de uma ilusão antropológica que diz de uma projeção do empírico sobre o transcendental, ou seja, ela estabelece que as condições antropológicas de conhecimento do ser humano valem como transcendental. Assim, Foucault declara que tanto o pensamento positivista quanto o escatológico não fizeram nada mais que “satisfazer com mais cuidado às exigências apressadas que foram postas quando se pretendeu fazer valer, no ser humano, o empírico em vez do transcendental” (FOUCAULT, 2000, p. 443), de modo que:

Acredita-se que é simular um paradoxo supor, por um só instante, o que poderiam ser o mundo, o pensamento e a verdade se o homem não existisse. É que estamos tão ofuscados pela recente evidência do homem que sequer guardamos em nossa lembrança o tempo, todavia pouco distante, em que existiam o mundo, sua ordem, os seres humanos, mas não o homem. (FOUCAULT, 2000, p. 444)

O que teria feito com que o pensamento, desde a época moderna, estivesse preso em uma espécie de “*sono antropológico*”, novo paralelo estabelecido por Foucault com relação

à filosofia crítica kantiana e isso porque, se *a Crítica da razão pura* foi escrita quando Kant despertara de seu sono dogmático, ou seja, quando apreendeu que a metafísica clássica baseava-se em questões suprassensíveis, a arqueologia foucaultiana revela que desde então a “filosofia adormeceu num sono novo; não mais o do Dogmatismo, mas o da Antropologia” (FOUCAULT, 2000, p. 471), de modo que:

Todo conhecimento empírico, desde que concernente ao homem, vale como campo filosófico possível, em que se deve descobrir o fundamento do conhecimento, a definição de seus limites e, finalmente, a verdade de toda verdade. A configuração antropológica da filosofia moderna consiste em desdobrar o dogmatismo, reparti-lo em dois níveis diferentes que se apóiam um no outro e se limitam um pelo outro: a análise pré-crítica do que é o homem em sua essência converte-se na analítica de tudo o que pode dar-se em geral à experiência do homem. (FOUCAULT, 2000, p. 471-472)

A partir de tal apreensão podemos inferir que Foucault tenta restabelecer uma crítica, agora aos saberes que são fundados em certa noção antropológica, de modo que o livro *As palavras e as coisas*, enquanto estudo do eixo de formação dos saberes e, em particular, das ciências empíricas do século XVII e XVIII, anuncia que o despertar do sono antropológico apenas será possível com o próprio fim do homem.

A conclusão final da obra aponta para o fato de que, apesar do homem ser uma invenção recentemente forjada pela demiurgia do saber, talvez seu fim esteja próximo. A arqueologia foucaultiana, juntamente com o estruturalismo e a psicanálise, pretende passar ao largo do ser humano. Se em *As palavras e as coisas* a filosofia de Kant é compreendida enquanto o limiar para a modernidade – na medida em que marca a saída do saber para fora da representação (*epistème* do período clássico) e expressa a disposição antropológica do pensamento moderno –, quase vinte anos depois, em 1983, Foucault viria a afirmar que Kant fora o inaugurador da modernidade filosófica por trazer um novo tipo de questionamento em toda sua obra e filosofia: aquele que diz sobre a reflexão do tempo presente.

Em sua aula no Collège de France, datada de 5 de janeiro de 1983, logo na primeira hora de curso, Foucault estabelece que a problemática a ser trabalhada naquele ano diz respeito às relações entre “*governo de si*” e “*governo dos outros*”. Além disso, anuncia que irá retomar assuntos que dissera há dois ou três anos antes acerca da arte de governar, enfatizando que começaria “a título de epígrafe” (FOUCAULT, 2010, p. 9), estudando o

texto de Immanuel Kant intitulado *O que é o esclarecimento?* e publicado em dezembro do ano de 1784, em uma revista alemã chamada *Berlinische Monatschrift*.

De início, Foucault enfatiza que o opúsculo de 1784 não é o único texto de Kant que assume como temática principal questões relacionadas à história, e descreve que alguns dos escritos kantianos colocam para a história uma questão de origem, como, por exemplo, o texto sobre a *definição* e o *conceito de raça*, enquanto outros adotam a forma de um ponto de consumação, de um acabamento para a história, como no caso da *ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Entretanto, passando ao largo de “questões de começo, questões de acabamento, questões de finalidade e de teleologia” (FOUCAULT, 2010, p. 12), o texto acerca d’*O que é o esclarecimento* diz sobre a atualidade, sobre o “agora”:

entre a questão “O que é a Aufklärung?” e a resposta que Kant vai lhe dar, parece-me que vemos a filosofia - e creio não forçar demasiadamente as coisas dizendo que é a primeira vez - se tomar a superfície de emergência da sua própria atualidade discursiva, atualidade que ela interroga como acontecimento, como um acontecimento do qual ela tem de dizer o sentido, o valor, a singularidade filosóficos, e no qual ela tem de encontrar ao mesmo tempo sua própria razão de ser e o fundamento do que ela diz. E, com isso, vê-se que a prática filosófica, ou antes, que o filósofo, ao fazer seu discurso filosófico, não pode evitar colocar a questão do seu pertencimento a esse presente. (FOUCAULT, 2010, p. 13-14)

É a partir de tal constatação que a análise foucaultiana estabelece que a grande ruptura inaugurada pela resposta de Kant à questão acerca do esclarecimento se dá porque, pela primeira vez, surge a problemática do tempo presente, sendo que o presente não é concebido “nem como uma época do mundo à qual se pertence, nem um acontecimento do qual se percebe os sinais, nem a aurora de uma realização” (FOUCAULT, 1984, p. 337), mas como uma época que possui características e acontecimentos que lhe são próprios e inerentes.

Neste ponto a filosofia crítica kantiana aparece como “superfície de emergência de uma atualidade, como interrogação sobre o sentido filosófico dessa atualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 14). Ela passa, assim, a configurar o discurso *da* modernidade e, sobretudo, o discurso *sobre* a modernidade. Se diversos autores estabeleciam comparações entre a época antiga e a moderna, Kant fora o filósofo que interrogou a modernidade através da relação entre o discurso e sua atualidade.

O discurso tem de levar em conta sua atualidade para, [primeiro], encontrar nela seu lugar próprio; segundo, dizer o sentido dela; terceiro,

designar e especificar o modo de ação, o modo de efetuação que ele realiza no interior dessa atualidade. Qual é a minha atualidade? Qual é o sentido dessa atualidade? E o que faz que eu fale dessa atualidade? É nisso, parece-me, que consiste essa nova interrogação sobre a modernidade (FOUCAULT, 2010, p. 15)

É assim que, logo em seu primeiro parágrafo, o texto de Kant irá identificar o esclarecimento como “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” (KANT, 1985, p. 100), tomando por menoridade a incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem ser guiado por outrem, e enfatizando, portanto, a necessidade de que as ações e pensamentos sejam advindos de um sujeito que não delega a outras a responsabilidade da escolha e da experiência autêntica do conhecimento. Foucault estabelece, a partir disso, que *Aufklärung* “não é nem um pertencimento, nem uma iminência, nem uma consumação, não é nem sequer exatamente uma passagem, uma transição de um estado a outro” (FOUCAULT, 2010, p. 27), ela é, portanto:

um período que se designa a si mesmo, um período que formula sua própria divisa, seu próprio preceito e que diz o que tem a fazer - tanto em relação à história geral do pensamento, da razão e do saber, quanto em relação a seu presente e às formas de conhecimento, de saber, de ignorância, de ilusão - por instituições etc. no interior das quais sabe reconhecer sua situação histórica. *Aufklärung* é um nome, é um preceito, é uma divisa. (FOUCAULT, 2010, p. 15)

É interessante destacarmos que, em seu texto *O que são as luzes* (1984), Foucault estabelece que a palavra divisa (*Wahlspruch*), em Kant, significa “um traço distintivo através do qual alguém se faz reconhecer, e é também uma palavra de ordem que damos a nós mesmos e que propomos aos outros” (FOUCAULT, 1984, p. 338). Ora, a palavra de ordem escolhida por Kant, e que se tornara lema do esclarecimento, é *Sapere aude*, isto é, ousar saber, ter coragem de saber, designa a *Aufklärung* simultaneamente como um processo do qual os seres humanos pertencem coletivamente e, também, como um “ato de coragem a realizarem pessoalmente” (FOUCAULT, 1984, p. 338). Nesse sentido, o esclarecimento aparece como a retirada do ser humano de seu estado de menoridade, sendo que Kant alerta aos seus leitores que, devido às facilidades promovidas pela subserviência, como por exemplo, a facilidade de não ter que tomar decisões e assim não arcar com as consequências, poucos são os que possuem a coragem de deixar-se conduzir apenas por si próprios:

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a

criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. (KANT, 1985, p. 102)

Vemos, assim, que a menoridade é compreendida como a maneira pela qual os indivíduos substituem seu entendimento por preceitos e fórmulas, exemplificados por Kant de maneira simples:

"Se tenho um livro que me faz às vezes de entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc, então não preciso não preciso de esforçar-me eu mesmo." (KANT, 1985, p. 100- 101)

Entretanto, Kant crê que apesar de tal condição, é possível que um público se esclareça (*aufkläre*) na medida em que lhe for concedida a possibilidade da liberdade, conceituada pelo filósofo como "a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões" (KANT, 1985, p. 104).

Deste modo, Kant estabelece dois usos para a razão que podem coexistir: o uso público da razão, aquele que deve ser efetuado de maneira irrestrita quando um ser humano "enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado" (KANT, 1985, p. 104) demonstrando, com base em fundamentos racionais, o que fala e, assim, podendo efetuar a crítica das coisas que aparecem como injustas ou erradas; e o uso privado da razão, compreendido como aquele que, apesar de limitar a liberdade, não impede que o esclarecimento tenha êxito. Este pode ser exemplificado mediante situações em que o sábio pode "(...) fazer de sua razão em certo cargo público ou função a ele confiada" (KANT, 1985, p. 104), quando pode pensar para si, mas privando-se de expô-lo:

Assim, seria muito prejudicial se um oficial, a quem seu superior deu uma ordem, quisesse pôr-se a raciocinar em voz alta no serviço a respeito da conveniência ou da utilidade dessa ordem. Deve obedecer. Mas, razoavelmente, não se lhe pode impedir, enquanto homem versado no assunto, fazer observações sobre os erros no serviço militar, e expor essas observações ao seu público, para que as julgue. (KANT, 1985, p.105).

O que Kant quer demonstrar é que, no funcionamento da sociedade, é necessário que os seres humanos saibam fazer distinções entre os momentos em que se dirigem a um público – por meio de seus escritos, de suas falas, onde cabe que tenham atitudes baseadas

no seu próprio entendimento, exercendo seu uso público da razão – e aquelas situações em que devem agir como membros passivos, submetidos às leis e ordens de superiores. Sobre isso, Foucault aponta que “a Aufklärung não é, portanto, somente o processo pelo qual os indivíduos procurariam garantir sua liberdade pessoal de pensamento, há Aufklärung quando existe a sobreposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão” (FOUCAULT, 1984, p. 339-340).

Além disso, Foucault estabelece uma correlação entre a Aufklärung e as obras referentes ao sistema crítico kantiano, e isso porque a ilustração é descrita como a possibilidade de os seres humanos utilizarem a própria razão, sem sofrer influência de nenhuma autoridade. É necessária, neste momento, a crítica, que teria por função definir as condições nas quais:

o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer (Crítica da razão pura), o que é preciso fazer (crítica da razão prática e metafísica dos costumes) e o que é permitido esperar, sendo o uso ilegítimo da razão aquele que faria nascer à ilusão, o dogmatismo e heteronomia. (FOUCAULT, 1984, p. 340).

A partir disso, o filósofo francês ratifica suas impressões acerca do artigo de Kant:

A hipótese que eu gostaria de sustentar é de que esse pequeno texto se encontra de qualquer forma na charneira entre a reflexão crítica e a reflexão sobre a história. É uma reflexão de Kant sobre a atualidade de seu trabalho. Sem dúvida, não é a primeira vez que um filósofo expõe as razões que ele tem para empreender sua obra em tal ou tal momento. Mas me parece que é a primeira vez que um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento singular em que ele escreve e em função do qual ele escreve. A reflexão sobre “a atualidade” como diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica particular me parece ser a novidade desse texto. (FOUCAULT, 1984, p. 341)

Entretanto, uma ressalva deve ser feita: enquanto conjunto de processos e acontecimentos históricos que caracterizaram determinado tempo histórico e espaço social, incluindo “transformações sociais, tipos de instituições políticas, formas de saber, projetos de transformações sociais, mutações tecnológicas” (FOUCAULT, 1984, p. 346), a *Aufklärung* difere-se radicalmente do humanismo, que configura um “conjunto de temas que aparecem em várias ocasiões através do tempo, nas sociedades europeias” e que se apoia fortemente em determinadas concepções de homem baseadas na religião, na política,

nas ciências. O problema, para Foucault, referente ao humanismo é que ele não historiciza a noção de homem, servindo para “colorir e justificar as concepções de homem às quais ele certamente foi obrigado a recorrer” (FOUCAULT, 1984, p. 347). A *Aufklärung*, no entanto, refere-se à interrogação crítica sobre o presente e sobre nós mesmos.

Por fim, nossa conclusão aponta para o fato de que, durante sua trajetória intelectual, Foucault colocou o pensamento kantiano em uma dupla posição, ora como aquele que estabeleceu o limiar da modernidade por demarcar a saída do saber para fora da representação, expressando uma disposição antropológica do pensamento moderno e, ora como aquele que teria inaugurado uma reflexão crítica acerca do seu próprio tempo presente, interrogando os acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais – como, por exemplo, a Revolução Francesa – e, ainda, o próprio papel do filósofo enquanto participe e observador de seu tempo.

Referências

ALVES, M. A. S. O Homem e a Crítica em As Palavras e as Coisas: Kant, Nietzsche, Foucault e além. Revista Sapere Aude, Belo Horizonte, v.7, n. 12, p.7-21, jan/jun. 2016.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento [Ditos e Escritos II]. (Org) Michel Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351

FOUCAULT, M. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. O governo de si e dos outros. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

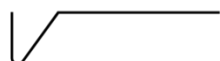
KANT, I. Resposta à Pergunta: ‘O Que é Esclarecimento?’. In: (Org.) LEÃO, E. C.) Textos Seletos. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-117.

KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição, 2001.

MACHADO, R. O Ser da Linguagem. In: MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 3ª edição, 2005, p. 85-116.

MUCHAIL, S. T. A Trajetória de Michael Foucault. In: SALMA, S. T. Foucault, simplesmente: textos reunidos. São Paulo: Editora Loyola, 2004, p. 9-20.

Movimento Escola Sem Partido: uma indagação de seus “reais” intentos e efeitos



Vitor Hugo Rinaldini Guidotti¹

Resumo

Pretendeu-se neste artigo indagar a respeito dos objetivos e efeitos do Movimento Escola Sem Partido (MESP) à luz de contribuições teóricas e analíticas. Como resultado, percebe-se que não se pode considerar os interesses desse movimento apenas como circunscritos ao âmbito educacional, pois suas ações e as teias que compõem suas alianças ensejam um olhar mais amplo, referente a um projeto que busca, em essência, manter intacta os determinantes da ordem social estabelecida pelo capital.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Dominação; Razão; Democracia.

Abstract

The purpose of this article was to inquire about the objectives and effects of the Movimento Escola Sem Partido (MESP), in the light of theoretical and analytical contributions. As a result, it is perceived that the interests of this movement cannot be considered only as circumscribed to the educational scope, since its actions and the webs that make up its alliances give rise to a broader look, referring to a project that seeks, in essence, to keep intact the determinants of the social order established by capital.

Keywords: Escola Sem Partido; Domination; Reason; Democracy.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Endereço eletrônico: vitor_guidotti@live.com.

Comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que clama e luta por justiça social.

- *Érico Veríssimo (Incidente em Antares, 1971)*

Introdução

A bela passagem supracitada é elucidativa quando nos deparamos com o cenário político e ideológico que constitui os últimos tempos. Contrariando a suposta condição de um saudável debate entre vieses muitas vezes antagônicos que a condição de democracia deveria permitir, a interlocução presente no romance de Veríssimo entre o padre Pedro-Paulo e o padre Gerônimo simula com primor, ainda que passados tantos anos, a tentativa de determinados setores da sociedade em obliterar toda a crítica de um mundo pintado de verde e amarelo, cores que muito exprimem a atual realidade brasileira.

Perseguição de jornalistas, critérios ambíguos em decisões econômicas implantadas pelo governo, desdém às condições que a idade avançada suscita, violência policial como solução da violência, florestas em chamas, biologização sexual inconteste, ignorância em detrimento ao saber e argumentos raivosos anticientíficos como inabaláveis fontes de conhecimento: estes fatos sintetizam o que a nova ou renovada força indômita que se manifesta no Brasil alvitra como valores inalienáveis da família tradicional e da própria civilização.

Ainda que as tentativas falhas tentem convencer, estes valores não surgem espontaneamente, como se de repente parcela considerável da sociedade, de maneira intencional, buscasse um “resgate”, no estilo “*Make Brazil Great Again*”, contra a “ditadura comunista, gayzista, feminazi e ambientalista que as forças demoníacas pretendem implementar pela via do Estado”². O que se evidencia, ao contrário, é um movimento sistematizado de alianças alinhadas a um espectro ideológico em torno de pautas que ganham espaço na grande imprensa, no âmbito da justiça, na política e na economia. A

² Esta frase pode soar absurda, mas se sustenta em face das manifestações sociais observadas nos últimos anos no Brasil. Nos discursos de representantes de grupos de direita e extrema-direita que reemergiram no cenário político e social brasileiro (MIGUEL, 2018), estes termos são corriqueiros. A título de ilustração, o ex-astrólogo e autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, considerado um dos “pilares” do conservadorismo e reacionarismo no país, dedica escritos e vídeos em suas redes sociais cujos termos citados são muito comuns. Não obstante, é preciso frisar que se trata de um discurso vazio, mesmo que eivado de sentidos e moral com fins políticos e ideológicos alinhados a interesses conservadores, fundamentalistas e neoliberais.

prioridade seletiva das passagens escolhidas para serem transmitidas ao vivo em rede nacional enfatiza esta afirmação.

Certamente o cenário educacional não se exclui ou é excluído desta conjuntura. Cada vez mais percebe-se o avanço da perseguição que professores e demais profissionais da educação sofrem por grupos que consideram suas práticas uma ameaça aos educandos e a sociedade como um todo. Neste contexto, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) se mostra como protagonista deste fenômeno em termos de educação no país.

Pretendendo compreender quais seus anseios para além do que é oficialmente indicado pelo movimento, o objetivo deste trabalho é mobilizar um conjunto de autores para analisar os “reais” intentos e efeitos do MESP. Para isso, no primeiro tópico é discutido a noção de “neutralidade” que o movimento define como característica intrínseca da educação, afim de situá-lo num contexto histórico e político. Na sequência, o segundo tópico oferece uma discussão teórica e analítica, no sentido de buscar condições para indagar sobre o que o Escola “Sem” Partido pode revelar.

1. O que a “neutralidade” do MESP pode revelar

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, são perceptíveis as manifestações de grupos organizados que adotam bandeiras declaradamente de direita e extrema-direita. No caso brasileiro, observa-se o surgimento dessas organizações, tais como: Instituto Millenium (IMIL) em 2006, o Instituto Mises Brasil (IMB) e o Partido Libertário (Líber) em 2007, a fundação do Instituto Ordem Livre e do Estudantes Pela Liberdade (EPL) em 2009, o Movimento Brasil Livre (MBL) em 2013, o Partido Novo em 2015 e o Partido Patriota em 2017, dentre outras organizações com alcance político. Em comum, tais grupos demonstram uma campanha que visa, a partir de uma linguagem e ação muito peculiares, propor que o ultraliberalismo e conservadorismo tornem-se valores comuns em sociedade, cujo alcance de tal objetivo passa por uma visão de “Estado mínimo” e a certeza de que qualquer perspectiva progressista ou de esquerda não devem ser levadas a sério pela população (ROCHA, 2018).

No bojo desta ascensão conservadora e até mesmo reacionária, uma iniciativa com enfoque na educação ganha relevância: o MESP. Pelos educadores e pesquisadores na área

da educação, o MESP é reconhecido enquanto um grupo que visa vilipendiar a liberdade de cátedra docente e incutir no âmbito educacional perspectivas antagônicas às tendências educacionais histórico-críticas.

Criado em 2004 por Miguel Nagib, um advogado e ex-procurador do Estado de São Paulo, o MESP usa seu site oficial³ como suporte principal do movimento. De acordo com o site, o Escola sem Partido “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Além disso, afirmam que ocorre uma constante “doutrinação ideológica” e política na educação pública, que afeta a neutralidade do Estado e da educação e surrupia o direito de estudantes terem respeitadas suas convicções morais, ofendendo tanto eles como seus pais sob o pretexto de combater a discriminação e promover a cidadania [sic?]. Segundo o movimento, um de seus objetivos é denunciar a “doutrinação cometida” por docentes e atuar nos âmbitos político e jurídico em prol de leis que se traduzem em “deveres” aos professores. Ainda na *homepage*, há modelos disponíveis de projetos de leis a serem utilizados por parlamentares interessados em efetivar a proposta do MESP em suas respectivas casas legislativas. A ideia considerada um trunfo para o movimento é que a sua atuação parte da defesa de uma suposta “neutralidade” da educação, tangível, mas impossibilitada por docentes mal-intencionados e articulados em conspirações comunistas – muitas vezes tratados como “militantes disfarçados de professores” –, além de agirem orientados pela “ideologia de gênero”.

Todavia a neutralidade que o MESP deseja como reconhecimento de sua atuação não se sustenta a partir de suas práticas e alianças. O movimento recebeu e recebe grande apoio de figuras conhecidas no campo da direita e extrema-direita, tais como: o governador do estado de São Paulo João Dória (PSDB), os deputados federais Alexandre Frota do ex-Partido Social Liberal (PSL) e agora filiado ao PSDB e Kim Kataguirí (Democratas e coordenador do MBL), a família Bolsonaro, composta pelo pai e os três filhos que ocupam cargos políticos, além dos movimentos, alguns partidos políticos e organizações citados anteriormente. Vale considerar também a atuação do MESP nos parlamentos brasileiros, inclusive com a tentativa de aprovação de um projeto de lei com o conteúdo de suas proposições no Congresso Nacional, no ano de 2018, amplamente apoiado por

³ Informações sobre o MESP e seu programa estão disponíveis em <<http://escolasempartido.org/>> e <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

parlamentares que compõem o amplo espectro político de direita. Neste sentido, passaremos por alguns casos em que suas manifestações políticas e entrelaçamentos ideológicos ficam mais evidentes e colocam em suspensão sua defesa de neutralidade na educação.

Uma curiosidade, antes da atualização dos sites do movimento que aconteceu no segundo semestre de 2019, é que ao acessar seu portal um grande *pop-up* era apresentado ao internauta com o seguinte aviso: “Está é a página do Movimento Escola Sem Partido. Para visitar a página do anteprojeto de lei contra a doutrinação nas escolas, ‘clique aqui’”. A impressão é que o objetivo deste aviso era indicar que existe uma diferença entre o “movimento” e o “projeto” que levam o mesmo nome, isto é, havia o interesse de indicar que a constituição do anteprojeto de lei não se referia às ações perpetradas pelos simpatizantes do movimento, que tenta defender, de maneira falha, certa independência do projeto com a linha ideológica de seus simpatizantes. Com as novas atualizações, o *pop-up* deixou de aparecer.

Além do *pop-up*, outro caso também demonstra o intento em separar o MESP de sua proposta legislativa, como ocorreu no debate entre Miguel Nagib e Fernando Penna, professor da UFF, a respeito do Escola Sem Partido, no programa Sala Debate transmitido pelo Canal Futura em 2016⁴. No programa, quando Fernando Penna procura fazer uma relação entre o projeto de lei e o conteúdo do site do MESP, Nagib o interrompe de maneira abrupta e indica que ambos foram convidados para discutir o “projeto”, e não o “movimento”. Penna tenta explicar que não é possível compreender o projeto sem entender sua origem, o que se mostra uma tentativa em vão para o coordenador do MESP.

Além disso, Fernando Penna (2017) aponta que Nagib foi articulista do IMIL, e que um de seus artigos publicados no site do Instituto apresentava o título “Por uma escola que promova os valores do Millenium”. Diante dessa publicação feita por Nagib, Penna indaga:

Quais são os valores, então, que devem ser ensinados nessa escola que promova os valores do Millenium? “Propriedade privada”, “responsabilidade individual” e “meritocracia”. Fica a pergunta: esses são os valores neutros necessários para transmissão do conhecimento? Meritocracia é um valor neutro necessário para transmissão do conhecimento? Eu creio que não (PENNA, 2017, p. 40).

⁴ Link para acesso ao programa: < <https://bit.ly/2ab2BWQ> >. Acesso em 10 jan. 2020.

Entendendo que o artigo desmoronaria a afirmação de neutralidade do MESP e seu projeto, este deixou de apresentar a autoria como de Miguel Nagib por um tempo, e depois foi retirado do portal em que fora publicado.

Soma-se a isso intenso apoio do MESP à Jair Messias Bolsonaro e demais candidatos do legislativo e executivo do Partido Social Liberal (PSL) e entre outros partidos com pautas conservadoras e liberais na campanha eleitoral de 2018 – apoio que se manteve aos candidatos eleitos passadas as eleições. Estes candidatos, incluindo o vitorioso no pleito à Presidência da República, sempre apresentaram em suas campanhas a defesa das pautas semelhantes ao do MESP, quando não citaram o próprio movimento. Porém, passadas as eleições e Jair Bolsonaro ocupando a presidência do país, o MESP publica em sua página no Facebook a seguinte mensagem⁵:

Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto. Daí pra frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram com a bandeira do ESP (Página do movimento “Escola sem Partido”, em 16 de julho do 2019).

Segundo entrevista concedida ao jornal O Globo (Ferreira, 2019), Miguel Nagib lamenta que precisa bancar as ações do MESP sem nenhuma ajuda externa. Em sua fala, indica claramente que por Bolsonaro ter usado o “Escola sem Partido” para se eleger, e por ter iniciativas apoiadas pela classe empresarial, seria justa uma ajuda de custo para o movimento por parte destes simpatizantes. Passados alguns dias, uma postagem⁶ com a assinatura de Nagib é feita no Facebook do MESP, agora com a informação de que os recursos para a continuidade de sua atuação foram obtidos. A origem de tais recursos não é informada na postagem.

Conforme Frigotto (2017), para entender as teses deste movimento não devemos nos ater apenas às suas máximas, é preciso explorar seus efeitos e aquilo que já está sedimentado nas relações sociais. Tanto Frigotto (2017) como Saviani (2017) demonstram que a compreensão do MESP deve passar invariavelmente pela correlação com o contexto político que o Brasil passa, isto é, deve-se considerar o recrudescimento de visões de mundo que, embora nunca tenham desaparecido, reemergem como ideário de grupos dominantes que se evidenciam mais tenazmente desde as manifestações de junho de 2013. De lá para

⁵ Link para acesso à mensagem: <<https://bit.ly/2zsN8us>>. Acesso em 10 jan. 2020.

⁶ Link para acesso à postagem: <<https://bit.ly/2PjVkrz>>. Acesso em 10 jan. 2020.

cá, a democracia brasileira, segundo estes autores, sofre com constantes golpes, não apenas o considerado golpe parlamentar-jurídico-midiático à presidente Dilma Rousseff, mas também pelo avanço das forças que defendem um projeto de nação que pretende implementá-lo às custas do respeito aos devidos processos legais que deveriam constituir a espinha dorsal da democracia. É precisamente aqui que o MESP precisa ser contextualizado para compreender seus intentos. Voltaremos a tratar das reflexões desses autores mais adiante.

Neste trabalho não visamos apresentar a trajetória sistematizada do MESP no cenário público, o que certamente demonstraria mais enfaticamente seu posicionamento político e ideológico, no entanto, os casos aqui apresentados revelam que a suposta neutralidade que o movimento reclama apresenta fortes traços conservadores e ultraliberais – o que anula a sua propensa neutralidade, portanto. Neste sentido, mesmo que não seja novidade o fato de o MESP não sustentar a característica de neutralidade autoatribuída em sua proposta educacional, é importante situar sua atuação e alianças para, assim, desenhar de modo inteligível seus atributos. Ao apresentar um perfil ideológico bem definido, alinhado com uma ideia de “liberalismo de mercado e conservadorismo de costumes”, a constante tentativa do MESP de desassociar suas propostas legislativas da gênese política do movimento incita entender os “reais” interesses que esta estratégia de ação pretende atingir.

Desta forma, prosseguiremos a compreensão do MESP, amparados a partir de relevantes contribuições teóricas e analíticas, no sentido de entender os seus reais intentos no âmbito da educação.

2. O que realmente quer o Movimento Escola Sem Partido?

O propósito deste tópico é mobilizar um conjunto de autores que auxilie no objetivo de entender os reais interesses do MESP. Nos referimos a “reais” não com a pretensão de indicar que o movimento se equivoca em apresentar seus objetivos, mas no sentido de entender os interesses “ocultos”, aqueles que, não percebidos intencionalmente e até não pretendidos racionalmente pelos próprios proponentes, revelam os autênticos impactos almejados ou produzidos no tecido social.

Umas das bases de nossa interpretação está em Marx e Engels (2005). Em *A ideologia alemã*, ao apresentar sua crítica a até então filosofia com que digladiavam, Marx e Engels esboçam o que viria a ser o fundamento de toda a sua teoria da história da humanidade como a história da luta de classes entre exploradores e explorados. Um dos raciocínios presentes na obra e que nos ajuda se refere a maneira como se consegue determinar que a classe dominada siga os interesses da classe dominante. Marx e Engels (2005, p. 78) apontam que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante”. Com isso, no sentido do conflito entre classes sociais, as ideias dominantes são assimiladas pela classe dominada, visto que esta não possui as condições materiais de produção material e espiritual. Assim, a classe dominante domina o pensamento, a produção de ideias e, portanto, a interpretação do mundo que justifica sua posição de classe dominante ao mesmo tempo que justifica a posição da classe dominada. Para que se mantenha enquanto classe dominante e consiga alcançar seus objetivos, “[...] é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas” (MARX e ENGELS, 2005, p. 80).

O raciocínio de Marx e Engels (2005) publicado originalmente em 1932 e escrito entre 1845 e 1846 ainda permite uma potente condição de compreender o que constitui a contemporaneidade. A classe dominante, para que torne universal suas ideias, precisa veicular seus valores, dentre outras instituições, na e pela educação. É a partir da educação que se forma a compreensão de mundo da classe dominada, e, assim, ao deter a produção espiritual de uma época, consegue-se enfatizar como conhecimento científico, isto é, acadêmico e legítimo, as ideias da classe dominante. Interessante notar que com este raciocínio pode-se chegar à conclusão de que está no poder do Estado a condição de produção das ideias dominantes que poderiam ser disseminadas na escola, porém, Marx e Engels (2005) advertem que seria absurdo procurar no Estado a fonte das explicações históricas, visto que é a sociedade civil o verdadeiro palco da história, onde é possível observar as relações sociais próprias que se tornam as ações legitimadas pelo Estado⁷.

7 Obviamente Marx e Engels (2005), ao explicar a maior relevância da sociedade civil em relação ao Estado para compreender a realidade social, não quiseram diminuir a importância de entender o que constitui o Estado, pelo contrário: o Estado, que nada mais é do que “[...] uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” (MARX, e Engels, 1997, p. 31), atua a partir das ideias dominantes no sentido de legitimar a sua dominação.

Paulo Freire, cuja contribuição teórica é deveras influenciada pelas suas leituras de Marx, corrobora o argumento levantando segundo o qual o Estado legitima os interesses da classe dominante, incluindo as ideias disseminadas pelo processo educacional. Para ele seria ingênuo esperar que a educação oferecida pela classe dominante ofereça as condições de desvelamento das contradições sociais (FREIRE, 1981), isto significa que o Estado ocupa um papel central na manutenção, segundo seus termos, da opressão da classe oprimida. Citando Simone de Beauvoir, Freire (1987) afirma que o interesse dos opressores – a classe dominante, neste sentido – é transformar a mentalidade, e não a realidade dos oprimidos, para que assim melhor os domine. Assim, haverá reação dos opressores toda vez que sua situação favorecida for contestada.

Neste sentido, se agrava mais ainda a compreensão das contradições do mundo pelos oprimidos quando a própria capacidade de pensar se torna mero utensílio ao serviço dos imperativos do capital. Em *Eclipse da razão*, Horkheimer (2002) sustenta a afirmação de que a razão se tornou um instrumento. Para ele, a razão passou por um processo de diferenciação entre a religião, cujas bases de ambas as perspectivas se tornam bastante distintas uma da outra. A diferença entre a razão e a religião é bem observada a partir do século XIX, em que, por conta das revoluções americana e francesa, o conceito de nação passa a ser um “princípio diretor”, que se fundamentava na razão. A razão, neste contexto considerada fundamento, era aquela que apresentava os princípios da constituição política, isto é, “[...] as ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia, propriedade, todas se proclamavam corresponder à razão, emanar da razão” (HORKHEIMER, 2002, p. 25). No entanto, a partir da influência do “princípio abstrato do interesse pessoal”, que para o autor corresponde ao núcleo da ideologia oficial do liberalismo, a razão passa a inverter de posição, ou seja, os valores os quais era fundamento passaram a ser os “fundamentos” da razão. Assim, a razão, concebida como “[...] um conjunto de percepções intelectuais fundamentais, inatas ou desenvolvidas pela especulação [...]” (HORKHEIMER, 2002, p. 24) se converte em instrumento, “seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (HORKHEIMER, 2002, p. 26). Na perspectiva deste autor, a razão transfigurou-se, paulatinamente, por conta da dominação das ideias liberais e do princípio subjetivista do interesse pessoal, em um mero instrumento técnico da reprodução da economia, portanto, sem possibilidade de romper sua lógica:

Quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamento com significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas. [...] O significado é suplantado pela função ou efeito no mundo das coisas e eventos. [...] A verdade e as ideias foram radicalmente funcionalizadas e a linguagem é considerada como um mero instrumento, seja para a estocagem e comunicação dos elementos intelectuais da produção, seja para a orientação das massas (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

Horkheimer compreende este eclipse da razão com muito temor. Nesta situação, em que a razão se torna técnica, os valores fundamentais à dignidade humana, por não serem cientificamente comprovados seguindo uma operação matemática validada pela sociedade, tendem a perder qualquer valor social, e, desta forma, “quanto mais emasculado se torna o conceito de razão, mais facilmente se presta à manipulação ideológica e à propagação das mais clamorosas mentiras” (2002, p. 29). Conforme o autor, a democracia, sem seu fundamento racional, pode ser violada por interesses econômicos sem que haja qualquer possibilidade de contestação. Com o fundamento da democracia em ruína, sem as possibilidades críticas que a razão poderia prover, um poder político momentâneo pode propor uma reforma social, que avilta os direitos mais básicos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que estes últimos incentivam a reforma e comemoram sua implementação. Aliás, quanto mais dominadas estiverem as massas, servindo como instrumento de forças obscuras, maior será sua evocação enquanto instrumento científico de critério entre o que se busca e o que se deve evitar, de tal forma que o julgamento do povo incapacitado de refletir substitua a própria razão.

De Horkheimer conseguimos extrair a compreensão do motivo pelo qual o processo escolar se constitui cada vez mais como uma formação técnica, sem possibilidade real de compreender o mundo. Ora, se o pensamento só é válido a partir de sua aplicação prática, quando a razão perde seu potencial especulativo e se torna um “cálculo” da reprodução econômica da vida, a formação escolar proporcionará a adequação ideal para a adaptação ao mundo, sem questionamentos da realidade a qual está inserida. Conforme Penna (2017) a concepção de escolarização, e não de educação, se adequa melhor ao que é defendido pelo MESP, visto que para o movimento o professor não deve ser um educador. Para o MESP, o ato de educar é dever exclusivo da família e da religião, limitando o professor a mero instrutor, apenas com a função de “[...] transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno” (PENNA, 2017, p. 36). Para o MESP,

por mais impossível que pareça independente de orientação político-ideológica, o papel da escola e dos professores seria ensinar conteúdos de maneira neutra sem que estes dialoguem com a realidade do aluno, sem mobilizar quaisquer valores, em especial aqueles que defrontem as concepções de mundo imperantes, como o capitalismo e da “família tradicional”. A escola é concebida como um espaço de treinamento para uma sociedade que não apresenta necessidade de mudança. Aqui, a proposta do MESP, à luz da reflexão pretendida, desnuda os objetivos de uma educação compromissada com os valores dominantes.

Desta forma, aprofunda-se o abismo que as massas, que os oprimidos precisam superar na busca pela conscientização, o que para Freire seria a tomada da consciência da realidade e o princípio da possibilidade de superação das mazelas sociais (FREIRE, 1987, 1981). A força dominante, neste sentido, suplantou a condição da razão como forma de superar sua posição dominante, ao relegá-la como mero instrumento da reprodução do capital.

Seguindo este raciocínio, em *A educação para além do capital*, Mészáros (2008, p. 25) aponta que “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. Para Mészáros (2008, p.35), nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu “[...] ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar a transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]”. Para isso, a classe dominante deturpa a interpretação da realidade, distorcendo a história a favor da racionalização e legitimação da ordem social estabelecida, práticas que se aplicam “[...] não só nos órgãos que em larga escala formam a opinião política, desde os jornais de grande tiragem às emissoras de rádio e de televisão, mas até nas supostamente objetivas teorias acadêmicas” (2008, p. 37).

Segundo Mészáros (2008), qualquer mudança que não considere o modo de reprodução da sociedade, isto é, caso se pense uma proposta educacional sem perspectivar sua relação com a vida material, tenderá a alguns ajustes pontuais, conformando-se com a regra geral e, portanto, sem alterá-la. Mészáros não considera surpreendente que as utopias educacionais formuladas no âmbito do capital, por mais progressistas e utópicas que pareçam, tendam a manter intocáveis os interesses da classe dominante. Há, assim, a constatação de que o capital possui uma lógica educativa desumanizadora, que preconiza

como valores inalienáveis aqueles oriundos do individualismo, sem oferecer elementos para abordagens que questionem a reprodução do mundo social. O próprio acesso à escola é a condição de exclusão social, que reifica a vida e o viver enquanto engrenagem da vida mercantil. No prefácio à obra de Mészáros, Emir Sader (2008, p. 17) afirma que “vivemos o que alguns chamam de ‘novo analfabetismo’ – porque é capaz de explicar, mas não de entender [...]”. Talvez esta seja uma frase que explique, de certa maneira, a dominação pela classe dominante, não apenas da educação institucional, mas também, como aponta Horkheimer, da própria razão.

Neste contexto, na perspectiva do Estado como instituição que reproduz o espírito da classe dominante, e a razão como um instrumento do capital, como compreender, hoje, a possibilidade de entender a democracia como uma forma de governo que representa plenamente a soberania popular? Seria fundamentalmente a partir deste princípio a possibilidade de busca por uma educação que tenha relação com as necessidades dos dominados. Todavia, as pistas de sua insuficiência já foram apresentadas por Horkheimer (2002), quando mostra a ilusão da democracia ao entender como seu triunfo do processo democrático um veredito popular impregnado, em detrimento da razão, pela vontade dominante.

Não obstante, Jaques Rancière em *O ódio à democracia* traz pertinentes reflexões a respeito. Rancière (2014, p. 09) traça dois modelos de democracia que parte para elaborar seu pensamento. Primeiramente, demonstra que Marx, a partir de sua análise sobre o fundamento da constituição republicana, estabeleceu uma forma de entender os rumos da democracia, em que suas leis e instituições “[...] são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa”. Certo desse princípio, tornou-se prioridade, a partir de outra visão e para a plenitude da democracia “real”, lutar contra tal configuração que privilegia os dominantes como um caminho a ser trilhado. Assim seria possível uma democracia que estivesse atrelada às vontades do povo.

No entanto, como demonstra o título de sua obra, Rancière fala de um ódio à democracia. Para este autor, nenhum porta-voz da democracia reivindica uma democracia mais real, pois já a consideram plena. Não se queixam da maneira como as instituições se situam na esfera democrática em relação ao poder do povo e não propõem medidas para

restringi-lo⁸. O problema é outro, “para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela”, pois “é do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições de seu poder” (RANCIÈRE, 2014, p. 10). Ainda que pareça dúvida, o novo sentimento antidemocrático que Rancière fala, ao mesmo tempo que critica a democracia quanto esta se postula como promotora da igualdade e defensora das diferenças, é apoiada quando instrumento de expansão dos “valores da civilização”. Assim, segundo Rancière (2014, p. 11), o novo ódio à democracia se define da seguinte forma: “só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática”.

Se pensarmos o caso do Brasil, quando das manifestações de rua mais recentes que pediram ditadura militar, podemos compreender do que Rancière está tratando. Para ele, importa indagar por que nas democracias existem discursos que tendem a culpabilizar a própria democracia como o mal do mundo. Para tentar compreender tal situação, Rancière (2014) parte de uma visão da democracia realmente praticada, que mais se refere a uma forma de poder que atende aos interesses oligárquicos. Na apropriação da coisa pública por interesses de um pequeno grupo, algumas liberdades são garantidas a muito custo, mas se trata de garantias individuais, prazeres privados que distancia cada vez mais a paixão democrática do bem comum. Desta maneira, a democracia se torna um processo, uma forma de resolver questões pontuais sem criar um horizonte de mudança, e com isso “o resultado é que os ‘candidatos de protesto’ ganham mais votos do que os ‘candidatos de governo’” (2014, p. 96). O interesse da democracia se torna o interesse das soluções tangíveis ao momento que se enfrenta individualmente. Rancière demonstra que essa forma de conceber a democracia não produz abstenção participativa, pelo contrário, cada vez mais há mobilização popular em prol de candidatos medíocres.

8 Aqui tendemos a problematizar a afirmação de Rancière (2014). Caso tenhamos entendido apropriadamente seu raciocínio a respeito de não existir desejo por partes dos porta-vozes da democracia em restringir o poder do povo, uma afirmação que parece bem definida em seu texto, podemos citar algumas experiências recentes que podem contradizer sua afirmação. Se tomarmos como base o governo do presidente Jair Bolsonaro, veremos que, embora não seja transparente suas intenções, há sim propostas em fazer com que o povo tenha menos voz nas instituições. Este presidente excluiu vários conselhos, em diferentes níveis de atuação, que poderiam oferecer maior participação social, além disso, são graves as intervenções que Bolsonaro está promovendo nas Universidades Federais do país, desconsiderando consultas prévias nestes espaços e nomeando pessoas que ou tiveram uma votação inexpressiva ou que sequer participaram da consulta pela comunidade acadêmica. Tais formas de agir também estão presentes em outros países, como na Hungria, com Viktor Orbán, e na Turquia de Recep Tayyip Erdogan. Assim, nos parece que ocorre uma excitação antidemocrática que apenas não rejeita a vontade popular, como também pretende alterar as próprias instituições a favor da concentração de poder. Contudo, mesmo com essas observações do que ocorre em algumas democracias, parece-nos que a afirmação de Rancière ainda se mantém correta se tomada como abordagem geral.

No entanto, este esquema da democracia que permite a oligarquia governar sem oposição e com apoio popular tende a paralisar quando ocorre a contradição entre dois princípios de legitimidade. Resumidamente, os estados oligárquicos conseguem governar a partir da legitimidade da suposta soberania popular, isto é, governam porque foram eleitos para exercer tal função, o que permite a eles constituir uma visão de que há apenas uma realidade cujas ideias se circunscrevem. Quando esta realidade entra em crise, as oligarquias e a sua ciência, que basicamente é a concepção de economia que reivindica a ilimitação do poder econômico, é tido como o único fundamento para as questões de governo. Entretanto, a oligarquia necessita da legitimidade da vontade popular, e não de sua ciência puramente. Cria-se aí uma situação de tensão entre a vontade popular e a vontade oligárquica travestida de ciência. Como a oligarquia, no poder, ignora os anseios populares e os limita a todo custo, o fruto dessa limitação tende a ser o retorno da vontade popular sob diferentes formas de extremismo e reinvenções que se caracterizam por fundamentar seus anseios em outras bases que não as democráticas. Entendendo a oligarquia que sua ciência não possui legitimidade, esta procura justificá-la por conta da ignorância do povo, isto é, para a oligarquia seu projeto de governo é o ideal, e só é rejeitado por aqueles que são “retardatários”, e quaisquer outras formas de governo que concebiam a vontade popular é taxado de populismo. Desta forma, para Rancière mostra que

Populismo é o nome cômodo com que se dissimula a contradição entre legitimidade popular e científica, a dificuldade do governo da ciência para aceitar as manifestações da democracia e mesmo a forma mista do sistema representativo. Esse nome mascara e ao mesmo tempo revela a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política (RANCIÈRE, 2014, p. 101-102).

Rancière (2014) aponta que, na visão dos detentores do poder democrático, seus especialistas e sua ciência bastam para o progresso da humanidade, uma visão de mundo que “deve” ser compartilhada pelo povo apenas a partir da fé deste projeto. É neste imbróglio que se produz as vozes antidemocráticas contemporâneas, que culpam a vontade popular pelos equívocos da democracia, mas que, em última instância, nunca tendeu a operar em prol desta vontade popular. Assim:

Em certo sentido, portanto, o novo ódio à democracia é apenas uma das formas da confusão que afeta o termo. [...] fazendo da palavra “democracia” um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em fenômenos da sociedade, ao mesmo

tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 116).

Em suma, a partir de Rancière compreendemos que a democracia não passa de uma forma de camuflar os interesses oligárquicos travestidos de vontade política geral. Em qualquer momento que a democracia possa “correr o risco” de ser governada por “qualquer um”, esta tende a ser combatida e entendida como a destruição da civilização democrática. O ódio se manifesta quando a democracia se pretende plenamente democrática.

Com os autores mobilizados até aqui, nosso interesse é demonstrar que uma educação operada pela via do Estado não pode oferecer, em grande medida, as condições para a superação das contradições do mundo, seja pelo poder da classe dominante, seja pela instrumentalização da razão, seja pelo factoide da democracia.

Voltamos aqui a tratar do que Frigotto (2017) e Saviani (2017) nos têm a dizer sobre o MESP. Para o primeiro, é muito evidente compreender o cinismo que o nome “Escola sem Partido” carrega ao entender sua associação com as classes dominantes no Brasil. Ao manipular a semântica dos conceitos, tenta imprimir uma visão de neutralidade de suas preocupações, ao passo que reitera enfaticamente uma perspectiva de educação que procura legitimar ao naturalizar a configuração do mundo a partir dos valores capitalistas. Assim, “[...] as teses [do MESP] se disseminam no processo de um renovado culto ao mercado e correlato ataque à esfera pública e aos trabalhadores de setor público, em especial, da educação e da saúde” (FRIGOTTO, 2017, p. 18). Sem a condição da classe trabalhadora de fugir da dominação no plano cultural, a força da classe dominante em tornar suas ideias como ideias de todos ocupa todos os espaços para a manipulação ideológica, desde a imprensa até o que interessa mais objetivamente ao MESP: a educação pública.

No mesmo sentido de análise, Saviani (2017) entende o MESP como uma ofensiva de direita que apresenta um duplo componente. O primeiro refere-se ao caráter global e está ligado as implicações que a crise do capitalismo enfrenta. Para tentar criar condições da superação desta crise socializando as perdas somente para a classe dominada, precisa recorrer a coerção política para implementar políticas educacionais que consigam fornecer os instrumentos de persuasão da massa, para que assim os rumos do governo, amplamente dispostos aos interesses dos dominantes, sejam compreendidos como corretos e inquestionáveis. O segundo componente se refere a especificidade da formação social brasileira, em que a classe dominante, ao pressentir riscos a sua hegemonia por conta da

participação popular, tende a tramar golpes à democracia. Nesta última circunstância, os dominantes precisam estimular grupos raivosos de extrema-direita para fazer valer suas ofensivas ao Estado Democrático de Direito. É por isso que para Saviani (2017, p. 231), o MESP deseja que a educação seja vinculada ao ideário de partidos que representam hoje vozes de direita e visões reacionárias, grupos que “[...] visam manter o estado de coisas com todas as injustiças e desigualdades que caracterizam a forma da sociedade dominante no mundo de hoje”.

Neste sentido, o MESP se encaixa como uma forma de compreendermos os interesses da classe dominante pelas políticas e gestão da educação para além do espaço propriamente educacional. Como visto, o movimento apresenta uma relação com os interesses de grandes empresários e setores conservadores da sociedade, ao mesmo tempo em que possui como uma de suas principais bandeiras o combate às interpretações do mundo que questionam a dramática desigualdade entre dominantes e dominados. Não é sem razão que o próprio Marx, sua vasta obra e aqueles que dela embasam sua prática são perseguidos pelo movimento. Assim, o MESP se configura como entidade da sociedade civil que extrapola os muros da escola – os quais nunca entrou efetivamente e nem precisou entrar para fazer valer sua vontade – e defende os valores da classe dominante como valores universais, de tal modo como se aludissem ao interesse de toda a humanidade. Neste sentido, a aparente indistinção das ideias entre dominante e dominado subtrai ao dominado a condição de compreender sua situação. O MESP consegue, na sua atuação política, convencer a classe dominada que as ideias “revolucionárias” são ruins e legitimar a perspectiva de mundo dominante ao mesmo tempo que justifica sua atuação a partir dos “valores” democráticos.

Nos parece, desta maneira, que mesmo não racional ou intencionalmente, o MESP se apresenta como um movimento que busca um acirramento das formas de dominação da classe dominada, sobremaneira num contexto histórico que exige do capital toda sua força hegemônica como condição para superar uma crise que passa pela dinâmica que lhe é tácita. Como momentos de crise podem, ainda que minimamente, permitir um desvelamento das contradições sociais com força transformadora, torna-se nodal os enfrentamentos a quaisquer perspectivas que potencializem as condições de conscientização dos oprimidos. Assim, as proposituras, abrangência de atuação e alianças sinérgicas do MESP revelam o

que consiste seus “reais” objetivos: mitigar o pensamento transformador que pode vir a germinar no terreno já quase infecundo da educação pública.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi compreender os intentos do MESP para além dos seus interesses claramente estipulados naquilo que julgam sua razão de existir. Para isso, percorremos algumas reflexões teóricas que nos proporcionaram uma leitura mais abrangente do MESP que não apenas seus efeitos no cenário educacional. Sem a pretensão de esgotar o debate sobre a atuação do MESP e tampouco buscando contemplar de modo exaustivo os autores mobilizados, pudemos indagar seus possíveis efeitos na sociedade, compreendendo os “reais” objetivos deste movimento.

Importa considerar que os autores aqui tratados nos permitiram abordagens que se limitam às próprias perspectivas que consideram na análise da sociedade. Assim, outras mobilizações teóricas podem permitir outras formas de compreender os efeitos do MESP na sociedade e no âmbito educacional.

É a partir do olhar criterioso das relações sociais e de seus efeitos políticos que podemos compreender mais eficazmente as condições de dominação impostas à maioria explorada do mundo. E só a partir do desvelamento dos lobos em pele de carneiro é que se pode criar as condições de superação da realidade aviltante à dignidade humana.

Referências

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro'. *O Globo*: Sociedade – Educação. Matéria publicada em 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2MKh0eq>>. Acesso em 20 ago. 2019. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis F.. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther S. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

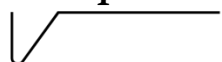
RANCIÈRE, Jaques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana & LUCENA, Lurdes. *A crise da democracia brasileira – Volume I*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

Entre utopias, aporias e governos: um experimento de (re)leitura do conceito de utopia¹



Michelli de Souza Ribeiro²

Resumo

Se os sentidos da palavra *Utopia*, em sua pretensa positividade, emergiram com a publicação da Utopia de Thomas More, em 1516, que ao cunhá-la nomeou um conjunto de instituições sociais e políticas que, aparentemente, instituiriam a república ideal, sugiro uma (re)leitura historicamente situada do referido livro à luz da violência “etnocida” (Pierre Clastres) subjacente à descrição literária da fundação de tal república ideal, desestabilizando, assim, os sentidos éticos de sua constituição. Em seguida, desloco-me por entre as relações da sociedade utopiana, propriamente ditas, interrogando-as quanto às possíveis sujeições, que, produzidas pela articulação de diferentes modalidades de governo possibilitariam a apreensão de fragmentos de uma certa racionalidade política cujos primeiros contornos, segundo Michel Foucault, remontariam ao século XVI.

Palavras-chave: Utopias; Violência e poder; Racionalidade Política; “Governamentalidade”.

Abstract

If the senses of the word Utopia, in their alleged positivity, emerged with the publication of Thomas More's Utopia in 1516, which the coinage named a set of social and political institutions that apparently instituted the ideal republic, I suggest a historically situated (re) reading of this book in the light of the "ethnocidal" violence (Pierre Clastres) underlying the literary description of the foundation of such an ideal republic, thus destabilizing the ethical senses of its constitution. I then move between the relations of utopian "society", properly speaking, asking them questions about possible "subjections", which, produced by the articulation of different modes of government, would allow the apprehension of fragments of a certain political rationality whose first contours, according to Michel Foucault, date back to the sixteenth century.

Keywords: Utopias; Violence and power; “Governmentality”; Political rationality.

¹ Este artigo decorre das atividades da pesquisa intitulada “Ética, emoções e política: os (des)caminhos da pesquisa antropológica em situações de violência, dor e sofrimento”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/19357-0, sob a forma de bolsa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e orientada por Cynthia Andersen Sarti.

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP (2020). Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP (2017).

Introdução

Em outubro de 2018, enquanto lia *Utopia* de Thomas More como recomendado no programa de leituras de um curso de extensão que então fazia³ e acompanhava os desdobramentos dos resultados do primeiro turno das eleições presidenciais noticiados em jornais, causou-me perplexidade uma manchete que trazia em destaque duas palavras que até aquele momento me pareciam inconciliáveis: ditadura e utopia.

A frase que tentava dar alguma inteligibilidade à “nostalgia pela ditadura” declarada por alguns manifestantes em muitas das manifestações públicas que antecederam as eleições, havia sido proferida pela antropóloga e historiadora Lília Schwarcz em entrevista ao jornal *El País Brasil*, publicada em 07/10/2018, uma voz respeitada no campo intelectual e acadêmico em que atua.

Para a antropóloga essas expressões de apreço à ditadura militar no Brasil (1964-1985) se relacionam a

[...] um desejo de ver a ditadura como uma utopia que melhoraria a segurança, a economia, a estabilidade... Tudo o que vai mal agora. O brasileiro tem essa mania, de projetar a responsabilidade por suas desgraças. E não há nada como se projetar em um governo militar. É distante, autoritário e recebe todas as suas responsabilidades como cidadão. No Brasil, tudo é sempre culpa do outro.⁴

Considerando que, cito Marilena Chauí (2008, p. 7), “[...] a utopia nasce como um gênero literário – é a narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz – e um discurso político – é a exposição sobre a cidade justa [...]”, soava-me estranho uma aproximação entre um regime de governo que tinha por política de Estado a violação sistemática de direitos humanos e aquilo que fora descrito como a república ideal, mediada por princípios como justiça e felicidade coletiva, tal qual a imaginada por More (2009[1516]) em oposição ao que ele julgava ser as vicissitudes da sociedade londrina que lhe era contemporânea. O

³ Uma versão anterior deste texto foi apresentada como trabalho final do curso de extensão *Utopia e Realismo na Leitura das Relações Humanas*, organizado pelo Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ministrado pelo Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, a quem agradeço pelas reflexões ensejadas pelos conteúdos debatidos em aula, assim como, pelos apontamentos, a um tempo, instigantes e encorajadores feitos ao texto que lhe foi entregue.

⁴ AVEDAÑO, Tom C. Lília Schwarcz, historiadora: “Há um desejo de ver a ditadura como utopia”. *El País Brasil* [Online]. São Paulo, 07/10/2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/politica/1538519470_639395.html. Acesso em 12/03/2020.

estranhamento decorria do que parecia ser uma incompatibilidade entre os sentidos éticos das relações políticas e sociais utopianas e a violência perpetrada pelo regime militar brasileiro (1969-1985)⁵.

As indagações que emergiam da contradição entre os sentidos das palavras utopia e ditadura sintetizam-se pela seguinte questão: como é possível associar um imaginário social que vislumbra o fim de todos os males ao retorno e consolidação de um regime político autoritário? Assim, se interroga o texto não a partir dos possíveis traços de totalitarismo que comumente se atribui a certos elementos do discurso e da narrativa utópicos, cujos aspectos são vislumbrados e articulados em diversas distopias literárias, onde espaços de dilaceramento e infelicidade são descritos (CHAUI, 2008), mas de questionar se seria possível encontrar traços de sujeição e violência em meio à justiça e felicidade pressupostas nas utopias.

A isso soma-se o desconforto produzido pela leitura da descrição da ocupação e conquista dos territórios que viriam a constituir os territórios da civilização utopiana. Trata-se de um texto produzido em 1516 em pleno período da expansão colonial no qual o imaginário dos homens e mulheres europeus(ias) ditos civilizados estava povoado com os relatos dos viajantes. A associação com a empresa colonizadora era inevitável.

Essa experimentação de leitura é permeada ainda por questões que remetem a um outro acontecimento da história política recente do Brasil, a votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016. Cito outra manchete do jornal El País Brasil que sintetiza o inusitado das motivações alegadas pelos congressistas que votaram a favor de seu impedimento, cujo título foi “Deus derruba a presidenta do Brasil” seguido do subtítulo “Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e a família: o motivo real da votação é esquecido”⁶. Nessa votação também ecoaram os discursos nostálgicos à ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Daí decorrem as indagações sobre quais seriam os nexos entre moralidade, família e religião na constituição de uma dada racionalidade política.

A essa altura faz-se necessário assinalar que a ideia de racionalidade que mobilizo acompanha a conceitualização de Foucault (2006b), segundo a qual:

⁵ Sobre as características da ditadura militar no Brasil (1964-1985), ver a coletânea, em dois volumes, organizada por Cecília Macdowell Santos; Edson Teles e Janaina de Almeida Teles (SANTOS, TELES e TELES, 2009).

⁶ MARTÍN, María. Deus derruba a presidenta do Brasil. El País Brasil [Online]. São Paulo, 19/04/2016. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html. Acesso em 03/03/2020.

A racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas. Há uma racionalidade mesmo nas formas as mais violentas. O mais perigoso, na violência, é sua racionalidade. É claro que a violência é, nela mesma, terrível. Mas a violência encontra sua ancoragem mais profunda e extrai sua permanência da forma de racionalidade que utilizamos. Pretendeu-se que, se vivêssemos em um mundo de razão, poderíamos nos livrar da Violência. Isso é inteiramente falso. Entre a violência e a racionalidade não há incompatibilidade. Meu problema não é fazer o processo da razão, mas determinar a natureza dessa racionalidade que é tão compatível com a violência. Não é a razão em geral que combate. Não poderia combater a razão. (Idem, 2006b, p. 319).

O autor acrescenta que seu interesse se funda na possibilidade de apreender os mecanismos da racionalização da gestão de pessoas, sob a forma como ela se imiscui nas instituições e atua modelando a conduta das pessoas (Foucault, 2006b).

Não há como dizer se foram esses acontecimentos políticos que me fizeram interrogar a ideia de Utopia, a partir de More (2009[1516]), ou, se foi a leitura desse autor que despertou a necessidade de compreender a perplexidade suscitada por esses acontecimentos. No entanto, a engenhosidade da forma narrativa mobilizada pelo autor, de descrever em pormenores a organização social e política de uma república ideal com todos os mecanismos de regulação e controle de sua população, que permite ao(à) leitor(a) inferir com vivacidade o funcionamento das instituições utopianas, e atribuindo o relato a um viajante português, parecia bastante sugestiva à imaginação antropológica.

Nesse sentido, as reflexões que seguem são um convite à perplexidade e à indagação e tomam por objeto as relações sociais e políticas que se supõe estejam subjacentes à descrição literária da ilha de Utopia, e foram formuladas partindo do pressuposto de que questões e sobretudo relações delineadas em textos literários de qualquer época, guardadas as devidas ressalvas, podem ser úteis para pensarmos questões contemporâneas.

E, se a palavra Utopia se constituiu conceitualmente com a publicação do livro de Thomas More, em 1516, que ao cunhá-la nomeou um conjunto de instituições sociais e políticas que aparentemente instituiriam a república ideal, sugiro alguns deslocamentos semânticos em torno desse conceito a fim de produzirmos significações outras.

Pois a despeito da perenidade e intensidade dos sentidos que foram construídos em torno do termo ao longo do tempo, questões como as que seguem parecem se impor à sua leitura contemporânea: Como pensar o Humano em Utopia? Como questionar a virtude

dos costumes e das instituições utopianas, tal como apresentadas no relato do viajante português Rafael de Hitlodeu? Não seria um contrassenso supor que subjacente à presumível perfeição do modo de vida dos habitantes da Ilha de Utopia haveria relações de sujeição? Proponho então uma experimentação, com toda a instabilidade e provisoriedade implicadas em uma experiência sobre o humano que me parecem adequadas para pensarmos os deslocamentos sugeridos por tais questões.

Desestabilizar os sentidos de verdadeiro e falso contidos no conceito de ficção será o primeiro movimento desta experimentação. Proponho que pensemos as relações utopianas sob o signo da verossimilhança e da plausibilidade, produzindo distensões e encurtamentos temporais entre o enunciado, o sujeito da enunciação e o(a) leitor(a) que as apreende séculos depois de sua aparição no mundo enquanto possível textualização de um certo *ethos* e visão de mundo. A fim de não incorrer em um anacronismo fácil, sinalizo para o caráter historicamente situado dessa leitura experimental⁷.

Apreenderíamos, assim, o “relato” de Rafael de Hitlodeu, inscrito no texto de More (2009[1516]), como o de muitos outros relatos de viajantes que chegaram até nós, em que o vivido e o imaginado se confundem na descrição do Outro exotizado pelo olhar europeu e que, de algum modo, demarca a cisão entre natureza e cultura, ou pensando a dicotomia de outra forma, de uma natureza que deve ser conquistada, dominada pela cultura. O segundo momento dessa experimentação pretende pensar, a partir do funcionamento das instituições utopianas e no modo como essas se implicam nas relações sociais e políticas locais, possíveis nexos entre moralidade, religião e família.

De modo que as questões acima serão o fio que nos orientará na apreensão do que penso serem os rastros, os fragmentos de uma forma específica de racionalidade política

⁷ Quanto à transcendência ou não de uma possível mentalidade utópica que se expressa por meio da nostalgia à ditadura militar no Brasil (1964-1985) no que concerne à realidade histórico-social contemporânea e à existência social concreta dos sujeitos nela implicados, mobilizo a noção de utopia relativa tal como conceituada por Mannhein (2016), que pensa a transcendência das mentalidades utópicas situacionalmente, ou seja, em sua relação com a ordem social vigente. Também amparada nas reflexões do autor opto por não nomear aprioristicamente tais manifestações como ideológicas, pois “[...] as utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções. Ao observador que delas tenha uma visão relativamente externa, esta distinção teórica e completamente formal entre utopias e ideologias parece oferecer pouca dificuldade. Contudo, determinar concretamente o que em um dado caso seja ideológico e o que seja utópico é extremamente difícil. Aqui nos defrontamos com a aplicação de um conceito que envolve valores e padrões. Para que tal aplicação se efetue, deve-se necessariamente partilhar dos sentimentos e das motivações das partes em luta pelo assenhoreamento da realidade histórica.” (Idem, 2016, p. 52).

cujos primeiros contornos teriam emergido entre os séculos XVI e XVII, e que poderiam ser identificados na Utopia de More (FOUCAULT, 2006; GINZBURG, 2007).

1. Utopias e “etnocídios”: a violência como ato fundador

A espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo.
Pierre Clastres

Conquista e colonização são marcos fundadores de Utopia, nomeá-los é o que se pretende nesta seção, a partir dos indícios inscritos no texto de More (2009[1516]) por meio do relato de Rafael de Hitlodeu, matizando-os com o auxílio do conceito de etnocídio tal como formulado por Clastres (2014).

A constituição da ilha de Utopia, narrada em tom de exaltação a feitos do rei Utopos, traz-nos alguns elementos sobre os quais gostaria de refletir mais detidamente. As poucas linhas dedicadas ao tema são, em certa medida, representativas do tipo de violência que se instaurou no novo mundo com a chegada do europeu conquistador e de sua missão civilizadora.

Por imposição do conquistador recém-chegado, os contornos físicos da outrora península de Abraxá foram radicalmente modificados dando origem aos territórios de Utopia, empreendimento que segundo se supõe demarca, simbolicamente, o controle não apenas sobre esses territórios, mas sobretudo, sobre os homens e mulheres que ali viviam. Sua chegada, diz o texto, “[...] transformou um amontoado de selvagens ignorantes naquilo que hoje talvez seja a nação mais civilizada do mundo e até mudou sua geografia. [...]” (MORE, 2009[1516], p. 81). Se, nesse contexto, substituirmos a sutil opacidade do termo transformação pela nitidez do termo dominação, compreendemos em seu sentido mais profundo a violência etnocida largamente empreendida pelos conquistadores no Novo Mundo.

A ética e a justiça⁸ subjacentes à tomada de territórios ditos inexplorados impressas na mentalidade colonizadora também podem ser apreendidas mais adiante no texto, quando

⁸ Saliento que não se trata de uma oposição, ou, disputa entre valores universais e locais/particulares. Tampouco de afirmar a existência/inexistência do bem ou do mal e/ou sua natureza. Trata-se, antes, de um movimento analítico que pretende refletir sobre certas categorias contextualmente a fim de não essencializá-las, não classificando *a priori* qualquer paradigma teórico sobre tais categorias como adequado ou inadequado, mas, mobilizando-os de forma a fazer emergir as peculiaridades socioantropológicas do contexto estudado, neste caso a Utopia de Thomas More, em seus diferentes matizes. Não se trata, ainda, de um “relativismo moral”, sim, de um “relativismo sociológico”, à medida que se pretende

o relato se remete às normas legais de Utopia para a resolução de eventuais problemas demográficos. Os casos de excedentes populacionais que comprometessem a pressuposta excelência na administração dos recursos e/ou a estabilidade das relações sociais e políticas utopianas, seriam resolvidos com o deslocamento de um determinado número de habitantes a quem caberia a fundação de novas colônias nos arredores da ilha.

Quanto às relações que se estabeleceriam entre os colonos e os nativos dessas novas colônias convêm, parece-me, citar literalmente o que diz Rafael de Hitlodeu:

[...] Essas colônias são governadas pelos utopianos, mas permite-se que os nativos venham juntar-se a eles, caso assim o desejem. Quando isso acontece, nativos e colonizadores logo formam uma comunidade única, com um estilo de vida comum, e disso advêm vantagens para ambos os lados – pois, sob o controle e a gerência das leis utopianas, uma terra que se considerava estéril e incapaz de produzir para um único povo acaba por tornar-se produtiva para dois povos ao mesmo tempo. Mas, se os nativos não se conformam às leis de Utopia, são expulsos da região que se pretende colonizar. Aos que resistem, os utopianos declaram guerra, pois consideram perfeitamente justificável sempre que um país nega a outro o direito natural de extrair alimentos de um solo que os proprietários originais deixam em desuso, conservando-o apenas como uma propriedade inútil. (MORE, 2009[1516], p. 103).

Vê-se pelo trecho acima que aos nativos submetidos ao controle e à dominação da empresa colonizadora, as opções se reduziam a duas, ambas igualmente violentas e destrutivas: o genocídio, supressão radical e imediata de seus corpos por meio da guerra; ou, o etnocídio, supressão lenta e contínua de seu modo de vida e cultura por meio da conformação imposta a modos de vida alheios, em suma, pela morte de seus espíritos.

A percepção do Outro como a má diferença, diz Clastres (2014), constitui as bases tanto do genocídio quanto de etnocídio, no entanto, enquanto no primeiro a diferença é apreendida como um mau absoluto a ser exterminado; no segundo, o mal na diferença é relativizado, ou seja, “[...] os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto. A negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si [...]”. (Idem, 2014, p. 79).

Ainda segundo Clastres (2014), a hierarquização das culturas entre superiores e inferiores, bem como, a afirmação da absoluta superioridade da cultura Ocidental sobre

pensar sobre os princípios éticos, políticos e morais inscritos no texto de More, não prescritiva ou normativamente, mas descritiva e analiticamente à maneira de cientista sociais (SARTI, 2014; FASSIN, 2015).

todas as outras pressuposta à lógica etnocida somente poderia ensejar uma relação de negação entre essa e as demais culturas, sobretudo com as ditas primitivas. Essa negação, contudo, desde a perspectiva daqueles que a concebem, seria positivada no sentido de que a supressão dessa inferioridade beneficiaria o Outro inferior pois o elevaria a um modo de vida superior ao seu. Assim, “[...] o etnocídio [foi, e] é praticado para o bem do selvagem [...]”. (Idem, 2014, p. 80).

Penso que tais pressupostos podem ser assimilados para pensarmos a visão de mundo e de relação com a diferença que medeia as duas situações aqui descritas, a saber, a constituição de Utopia e a formação de novas colônias decorrentes de excedentes populacionais na ilha, posto que, nelas, a ingerência de Utopos ou dos utopianos que o sucederam em relação a outros povos e culturas justifica-se pela superioridade e excelência das leis e instituições utopianas, e pela suposta justiça e felicidade que elas trariam a esses territórios conquistados.

O curioso, contudo, é que a despeito de toda a violência e destruição etnocidas implícitas na constituição desta que seria a descrição literária da república perfeita, o conceito próprio de utopia, em sua pretensa positividade, derive de séculos de recepção e legitimação pelo público leitor do texto de More. Isso porque, segundo suponho, se considerarmos o etnocídio como ato fundador da república de Utopia, a relação entre justiça e felicidade que seria constitutiva de sociedades utópicas, tal como a imaginada por More, constitui uma aporia, insolúvel.

1.1 Diferentes racionalidades políticas, diferentes modalidades de poder: conexões entre Estado e violência

Mas as palavras de Rafael de Hitlodeu, escritas por More (2009[1516]) sugerem outros desencontros entre o *ethos* dos povos originários do Novo Mundo e a visão de mundo dos exploradores recém-chegados com relação ao manejo e a utilidade da terra, que também são iluminadas pelas reflexões de Clastres (2013a, b). Refiro-me às peculiaridades do imaginário construído em torno dos modos de viver das sociedades ditas primitivas, tentarei discorrer mais sobre outros elementos que operam desestabilizando o olhar diante da presumida perfeição das instituições utopianas.

Como vimos no trecho citado acima, a violência genocida ou etnocida, a depender da reatividade ou passividade dos nativos, justifica-se pela conservação do que se julga uma propriedade inútil ou em desuso. Isso é claro na percepção do conquistador que pretendia estabelecer arbitrariamente a sua forma de governo sobre os territórios que seriam colonizados. No entanto, como escreve Clastres (2013b), esse argumento expressa um juízo de valor equivocado sobre os hábitos e costumes das sociedades ditas primitivas, cujos contornos iniciais podem ser encontrados já nos primeiros relatos dos viajantes.

Segundo o autor, implicitamente a essas narrativas e discursos há uma percepção de

[...] que as sociedades primitivas estão *privadas* de alguma coisa – o Estado – que lhes é, tal como a qualquer sociedade – a nossa, por exemplo – necessária. Essas sociedades são, portanto, *incompletas*. Não são exatamente verdadeiras sociedades – não são policiadas – e subsistem na experiência talvez dolorosa de uma *falta* – falta do Estado – que elas tentariam, sempre em vão suprir. De um modo mais ou menos confuso, é isso mesmo o que dizem as crônicas dos viajantes [...]: não se pode imaginar a sociedade sem o Estado, o Estado é o destino de toda a sociedade [...]. (Idem, 2013b, p. 201, grifos do autor).

Na retórica do texto de More (2009[1516]) o que faltaria aos nativos para que suas terras fossem adequadamente produtivas seria justamente a gerência e o controle das leis utopianas sobre o seu cotidiano, a chegada e presença do conquistador traria, nesse sentido, inúmeros benefícios a esses territórios e aos povos que ali residiam, pois os livraria de sua vida de privações. Retornamos aqui ao mesmo ponto da seção anterior, embora surpreendente, do ponto de vista do conquistador a integração entre nativos e colonizadores em uma única comunidade seria benfeitoria a todos – conquistadores e conquistados.

Argumento que quando associado à descrição e à análise de um conjunto de aspectos do texto de More feitas por Chauí (2008), torna-se mais evidente o tipo de racionalidade que conforma o pensamento colonizador. A autora destaca a centralidade da figura do legislador e/ou do Estado na estrutura organizacional de Utopia por meio do qual a justiça e a excelência das relações econômicas, políticas e sociais utopianas seriam garantidas.

Chauí (2008, p. 9) assinala que “[...] a utopia instaura a identificação de cada indivíduo com a lei ou com o Estado, ou seja, o consenso perfeito, a unanimidade das vontades dirigidas para um mesmo fim, de maneira que não há conflitos nem sedições.”

Eis, a meu ver, as condições que prefiguram as relações em sociedades com poder coercitivo, isto é, sociedades com Estado.

Ocorre que, conforme argumenta Clastres (2013a), as sociedades ditas primitivas não são propriamente sociedades sem Estado, são em realidade sociedades contra o Estado, o que significa que nessas sociedades existe um conjunto de relações políticas que impedem que o poder se estabeleça sob a forma do um – como o é em sociedades com Estado. Diferentemente das concepções ocidentais sobre o poder, entendido como “relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência”, nelas o poder político não se realiza como coerção. Essas são sociedades nas quais o poder se apresenta sob a forma do múltiplo, ou seja, está situado nas mãos da sociedade.

Nos termos de Clastres (2008), as noções pré-concebidas de que sociedades ditas primitivas não desenvolvem todo o potencial produtivo da terra subsistindo penosamente em privação associa-se ao modo como as culturas do Ocidente pensam as questões em torno do poder e do político. Essas pré-noções, afirma o autor, nos são familiares

[...] porque sempre o encontro entre o Ocidente e os selvagens serviu para repetir sobre eles o mesmo discurso. Como testemunho, citemos por exemplo o que diziam os primeiros descobridores do Brasil a respeito dos índios Tupinambá: ‘gentes sem fé, sem lei, sem rei’. Seus *mburwichava*, seus chefes, não possuíam com efeito nenhum ‘poder’. O que haveria de mais estranho, para pessoas saídas de sociedades onde a autoridade culminava nas monarquias absolutas da França, de Portugal ou da Espanha? Tratava-se de bárbaros que não viviam em sociedade policiada. A inquietude e a irritação de se encontrar em presença do anormal desapareciam, ao contrário, no México de Montezuma ou no Peru dos Incas. Ali os conquistadores respiravam um ar habitual, para eles o mais tônico dos ares, o das hierarquias, da coerção, em uma palavra, do verdadeiro poder. (Idem, 2013a, p. 34, grifos do autor).

Essa breve comparação entre sociedades com poder coercitivo e com poder não-coercitivo, não visa sugerir que as formas com que se lida com o poder nesses diferentes contextos sejam intercambiáveis, até porque, como escreve Clastres (2013b), não há notícias de que o modo de funcionamento do poder não-coercitivo tenha ocorrido em sociedades com maior densidade populacional, se o faço é porque me parece que tal comparação nos coloca diante de um espelho que nos permite enxergar melhor como diferentes modos de funcionamento do poder relacionam-se com diferentes modalidades de racionalidade política.

Um parêntese necessário: as reflexões de Clastres (2013b) associam Estado ao poder de polícia, o que merece que nos detenhamos um momento sobre o modo como Foucault (2006c) pensa essa relação para assinalar que a coerção pressuposta a ela não necessariamente se apresenta visivelmente aos olhos dos indivíduos, mas, no mais das vezes, o policiamento do Estado intervém de forma tácita nas relações humanas. A análise do autor faz ver o paradoxo constitutivo do poder de polícia, nomeadamente, ao mesmo tempo que este amplifica e potencializa o alcance do Estado, deve assegurar às pessoas uma vida boa, uma vida feliz.

De modo que no contexto das reflexões que trago o termo polícia não remete a uma “[...] instituição ou um mecanismo funcionando no seio de Estado, mas [a] uma técnica de governo própria ao Estado; domínios, técnicas, objetivos que apelam a intervenção do Estado.” (Idem, 2006c, p. 377).

Na próxima seção, com a ajuda da vivaz descrição que More faz de sua república ideal, pretendo trazer alguns rastros sobre como o poder opera em sociedades em que ele se estabelece sob a forma do um – o Estado.

2. Estado, família e religião: nexos e racionalidades

Nesse segundo momento desta experimentação proponho que nos concentremos em identificar e compreender, a partir do texto de More, alguns traços de uma racionalidade política que se expressa por meio da relação entre experiências individuais e certas tecnologias de poder em suas diferentes formas: políticas, sociais ou culturais. Embora a comunidade dos bens e das riquezas e a existência, ou não, da propriedade privada tenham certa centralidade para a constituição da tessitura semântica em torno do conceito de utopia, sugiro que nos desloquemos desses temas e atentemos para as diferentes modalidades de governo que se inscrevem no modo de vida utópico e que nos remetem a algumas das características do processo de “governamentalização” do Estado proposto por Foucault (2006a) e que remontariam aos séculos XVI e XVII.⁹

⁹Observo que este texto não pretende afirmar que a perspectiva de More era prospectiva quanto à formação daquilo que foi nomeado por Foucault como Estado administrativo; parece-me, contudo, que ao lançar um olhar retrospectivo sobre o texto é possível apreender algumas de suas características, sobretudo no que refere-se à normatização sobre a moralidade e os costumes utópicos.

A república de Utopia distingue-se pela extrema regulação de todos os aspectos da vida de seus habitantes, os mais ínfimos detalhes do cotidiano utopiano são submetidos à gerência e ao controle de seus administradores. A alimentação, os ofícios, o tempo livre, a educação, as viagens, o casamento, o divórcio, a religião, a doença, a morte, enfim, nada escapa à administração do governo.

Mas, como pensar os nexos entre processos estatais que a um só tempo incidem sobre os corpos e subjetividades individuais performando-os e conformando-os às finalidades da república, e por outro lado, sua vinculação total às estruturas administrativas da ilha?

Uma das entradas para refletir sobre questões de tal ordem, é, parece-me, apreender, tal como nos sugere Foucault (2006a) os enredamentos entre Estado, religião e família, estas últimas, pensadas como instituições sociais perpassadas pelo político, e que como tal, dinamizam e potencializam o poder do Estado capilarizando-o por meio da socialização de suas normas e valores.

Nesse sentido, aqueles que governam não seriam representados apenas pelas figuras do príncipe, do traníhora e do sifogrante, mas também pelas figuras dos pais de família e dos sacerdotes que, de acordo com o texto de More, são fundamentais para manutenção das estruturas de coerção e hierarquias estabelecidas nas relações utopianas, bem como, pelo policiamento das condutas dos habitantes da ilha. A partir disso supõe-se que seria possível pensar o governo dos homens e mulheres utopianos em suas relações com essas coisas que denominamos hábitos, costumes e maneiras de fazer e, a partir de Foucault (2006a), pensar em como esses estão implicados na gestão dos recursos e da vida dos habitantes da Ilha.

A seguir farei uma breve descrição¹⁰ da composição das cidades de Utopia suas leis e instituições a fim elucidar os nexos entre família, religião e Estado presentes na escritura de More e que, tal como sugerido acima, remetem aos contornos de uma certa racionalidade política que, segundo Foucault (2006a,b,c), começava a delinear-se à época da publicação do texto. Isso porque, se prosperidade, felicidade e justiça são as finalidades da administração da ilha de Utopia, interrogo-me sobre os meios ou instrumentos utilizados pelo Estado utopiano a fim de alcançá-los.

¹⁰ Todos os dados e elementos da descrição da República ideal de Utopia derivam do texto e são, evidentemente, subsidiados por ele, em sua edição brasileira de 2009 publicada pela Editora WMF Martins Fontes.

2.1 As cidades e seus oficiais

A descrição sobre as cidades que compõem a República utópica refere-se à configuração organizacional e relacional da cidade de Amaurot, entretanto, conforme explicitado pelo “relato” de Rafael de Hitlodeu, embora a ilha tenha cinquenta e quatro cidades, o grau de homogeneização produzido por sua administração é tal que ao conhecer uma delas, é possível conhecer a todas as demais, visto que, “[...] nelas todos falam a mesma língua, têm os mesmos hábitos e vivem sob as mesmas leis e instituições [...]”.(More, (2009[1516]), p. 82).

No que tange aos mecanismos eleitorais empregados para escolha dos oficiais de cada uma dessas cidades, procede-se da seguinte forma:

A população é dividida em grupos de trinta famílias; cada um dos quais elege, anualmente, um funcionário denominado sifogrante. Este é o nome antigo, pois hoje em dia quem exerce esse posto é chamado de filarca. Para cada dez sifograntes e as famílias que representam existe um traníboro, ou protofilarca. Cada cidade tem duzentos sifograntes responsáveis pela eleição do governador, o qual é escolhido pelo voto secreto depois de os sifograntes terem feito o juramento solene de eleger o homem que consideram mais qualificado para o cargo. É preciso que esse homem seja um dos quatro candidatos indicados ao senado por todo o eleitorado – pois cada quarto da cidade escolhe o seu próprio candidato e submete o seu nome ao Conselho dos traníboros. O governador conserva o cargo por toda a vida, a menos que se suspeite de tirania. Os traníboros são eleitos anualmente, mas em geral não são substituídos. Todos os outros cargos municipais são ocupados somente por um ano. (Idem, 2009[1516], p. 90-91).

Contudo, conforme se verá mais adiante, a administração das cidades alcança um nível de capilarização infinitamente mais intenso do que tal organização eleitoral dá a supor. Ainda que, por meio dela, seja possível apreender alguns indícios sobre como o olhar desses oficiais adentra nas relações familiares, e mesmo, como essas seriam possivelmente implicadas na escolha desses oficiais.

2.2 Agricultura e demais ofícios

Todos os ofícios em Utopia são regulados pela estrutura administrativa das cidades, a população é distribuída em ofícios previamente estabelecidos de forma a suprir todas as

eventuais necessidades dos cidadãos. Os utopianos serão, inescapavelmente, alocados em um desses ofícios, salvo os oficiais, os sacerdotes e, eventualmente, aqueles cujas habilidades para os estudos seja ostensiva e precocemente perceptível, o que será avaliado pelas considerações dos sacerdotes que são os responsáveis pela educação das crianças.

Há ainda em Utopia as atividades agrícolas das quais nenhum habitante da ilha não importa se homem ou mulher, independente de seus outros ofícios, poderá desobrigar-se. Todos aprendem as primeiras noções sobre plantio e colheita ainda crianças nas escolas.

O fluxo de trabalhadores para os campos, sua permanência, periodicidade e as atividades por eles desenvolvidas durante esses períodos de deslocamento obrigatório, são estruturadas conforme o organograma que estabelece regras estritas de gerenciamento que devem ser obedecidas por todos a fim de otimizar a produção de viveres e alimentos, minorando os riscos de sua escassez. Nos campos, “[...] todos sob a supervisão de um casal idoso e confiável que, por sua vez, deve satisfazer a um filarca, responsável por trinta de cada uma dessas casas.” (Idem, 2009[1516], p. 83-84).

Quando tal mão de obra não está empenhada em trabalhos relativos à produção de alimentos, é realocada aos demais ofícios que são desenvolvidos em Utopia, a saber, para a tecelagem da lã ou do linho, a construção civil, a carpintaria ou para a atividade de ferreiro, que são, aliás, as únicas profissões que podem ser aprendidas, e, portanto, exercidas pela grande maioria dos cidadãos utopianos. Assim, diz-nos Rafael de Hitlodeu,

[...] todos aprendem uma das profissões que mencionei, e, ao dizer todos, refiro-me tanto às mulheres quanto aos homens; a estes cabem os trabalhos mais pesados, enquanto as mulheres, devido à sua natureza mais frágil, se encarregam da tecelagem da lã e do linho. Em sua maior parte, as crianças são iniciadas na profissão de seus pais, já que desenvolvem uma predisposição natural para ela. Contudo, se alguma criança demonstrar mais aptidão por outro ofício, será adotada por outra família cujos membros o exercem. Tanto o pai quanto as autoridades locais tomarão o cuidado de enviá-la para uma família decente e respeitável. Quando alguém já tem uma profissão, mas deseja aprender outra, nada o impede de fazê-lo; quem tem duas profissões pode exercer a que melhor lhe aprouver, a menos que uma delas seja imprescindível para a cidade. (Idem, 2009[1516], p. 94).

Uma das peculiaridades do processo de “governamentalização” do Estado fundamenta-se segundo Foucault (2006a) na percepção de que aquilo com que

[...] o governo deve encarregar-se são os homens, mas em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos com essas coisas que são as riquezas, os

recursos, as substâncias, o território, com certeza, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua aridez, sua fertilidade; são os homens em suas relações com essas coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar e, enfim, são os homens em suas relações com outras coisas ainda, que podem ser os acidentes ou as desgraças, como a fome, as epidemias, a morte. (Idem, 2006a, p. 290).

Gerir essa pluralidade de coisas e conduzi-las a um fim conveniente será o objetivo do governo. Para tanto, estabelecer-se-á toda uma série de finalidades específicas que permitirá ao Estado dispor delas de modo a maximizar os seus usos. Tal gestão não estruturar-se-á a partir da imposição de leis aos homens, em vez disso, as leis e instituições serão estrategicamente mobilizadas à maneira de instrumentos por meio dos quais tais finalidades podem ser alcançadas (FOUCAULT, 2006a).

A descrição da gestão dos ofícios em Utopia permite-nos apreender concretamente como as diferentes faces de uma moral sexual e em torno dos vínculos de parentesco que regulam a experiência produtiva estão emaranhados no governo da vida dos seus habitantes em sua relação com a gestão dos recursos, territórios e moralidades que compreendem as relações de trabalho na ilha, tornando perceptível como o controle dessa pluralidade de relações remetem ao Estado a fim de que esses homens, mulheres e coisas sejam conduzidos a um fim conveniente.

Posto que, além da evidente divisão sexual do trabalho e da relevância dada à decência e à respeitabilidade das famílias utopianas, subjaz à descrição acima uma clara naturalização das aptidões profissionais já que os ofícios são transmitidos dos pais aos filhos sob o signo de uma herança familiar, e ainda que haja a possibilidade de não ser automaticamente conduzida à atividade produtiva familiar, a criança cujas aptidões a conduzam para tal alternativa seria iniciada por outra família que a receberá por meio de adoção.

Em ambas situações, as profissões são vividas e experimentadas como um legado-encargo familiar, e mesmo que seja facultado aos habitantes da ilha depois de crescidos optarem por exercer uma profissão diferente daquela aprendida no lar paterno, tal opção somente será possível se não implicar em prejuízos ao abastecimento e/ou às necessidades de suprimentos para as cidades, ou seja, a definição do exercício profissional de um modo ou outro passa pelas necessidades da população tal com concebidas pelo governo das cidades.

Tais relações clarificam uma profunda normalização exercida pela administração da ilha sobre a mão de obra local por meio de um dispositivo de controle profissional que se efetiva fazendo uso das relações familiares. Quanto a outros aspectos dessa normalização, vale ressaltar também a aversão utopiana ao ócio, sendo, então, “a função principal dos sifograntes – na verdade, praticamente a única – [...] cuidar para que ninguém fique entregue ao ócio e para que todos exerçam com empenho suas respectivas profissões [...]”. (More, 2009[1516], p. 94).¹¹

2.3 Distribuição de alimentos e refeições

Já a descrição da distribuição dos alimentos e das refeições dá-nos mostras de como o poder de polícia (Foucault, 2006c), tal como conceituado acima, estabelece a sua vigilância eficaz sobre as relações utopianas, fornecendo de forma peculiar e silenciosa um modelo para o comportamento que se estende às práticas mais ordinárias e cotidianas, como as práticas alimentares. Se na seção anterior a vigilância sobre o processo produtivo cabia aos anciãos, e as profissões remetiam a legados-encargos familiares, aqui, família e Estado conectam-se e desdobram-se em relações ainda mais capilarizadas.

As cidades são planificadas de modo a garantir um pleno controle na logística de armazenamento e distribuição da produção local. O espaço territorial dessas cidades subdivide-se em quatro bairros de igual extensão, no centro dos quais são mantidos mercados onde tudo o que é produzido pelas famílias, tanto no campo como nas cidades, e é remanejado e armazenado de acordo com sua especificidade. A redistribuição dos produtos armazenados à população é feita por intermédio dos chefes das famílias a quem cabe a responsabilidade de dirigir-se a esses mercados e solicitar o que sua família necessita. Ou seja, a figura do pai de família que se espalha pelas mais diferentes dimensões organizacionais da ilha é, também, essencial para a gestão e redistribuição da produção local.

Há um refeitório situado na casa de cada um dos sifograntes e é nele que as trinta famílias que estão sob sua guarda tomam as refeições em comum. “[...] Os ecônomos

¹¹ Ainda que diante das vicissitudes de uma minoria nobre e ociosa ou cujos ofícios não contribuiriam para o bem da comunidade como um todo, e que, vivendo às expensas da pobreza da maioria da população a conduziria às contravenções legais, como descrito no livro I do texto de More, tal aversão ao ócio seja plenamente justificável parece-me excessiva e totalizadora a regulação sobre as atividades produtivas em Utopia, além disso, tal regulação extrapola o âmbito das profissões limitando inclusive o uso do tempo livre e as viagens de seus habitantes.

dirigem-se ao mercado de alimentos a uma certa hora do dia, dizem quantas pessoas vão comer e recebem todos os víveres de que necessitam.” (More, 2009[1516], p. 106). Priorizando-se, entretanto, às necessidades dos doentes internados nos hospitais.

[...] O almoço e a ceia são anunciados por um toque de corneta, quando então toda a sifograntia se reúne no refeitório comum, com exceção dos que estão hospitalizados ou doentes em casa. A todos é concedido o direito de buscar alimentos no mercado para prepará-los em suas próprias casas, desde que os refeitórios já tenham sido abastecidos. Todos sabem, porém, que tal procedimento só será adotado quando alguém tiver sérios motivos para tanto. Ninguém gosta de comer em casa, ainda que nenhuma lei o proíba; em primeiro lugar, não é um gesto visto com bons olhos, e, em segundo lugar, parece muito tolo dar-se ao trabalho de preparar uma refeição inferior quando, no refeitório a uma pequena distância de onde se vive, pode-se comer bem e com elegância. (Idem, 2009[1516], p. 106-107).

Em meio a toda essa perfeição logística das cidades em Utopia chamo a atenção para dois aspectos – a raridade na frequência de estrangeiros nas cidades e a sanção moral, sob a forma de inadequação, impingida a quem opta por tomar as refeições em particular –, pois parecem-me reveladores dos mecanismos de homogeneização dos costumes em Utopia e, portanto, da diminuição das margens para a existência de qualquer comportamento idiossincrático entre os seus habitantes.

O cardápio e o preparo das refeições são feitos pelas mulheres das famílias, revezando-se diariamente, já os trabalhos menos limpos e mais árduos são realizados por escravos. A separação por gênero é o critério utilizado para a disposição das pessoas à mesa, com os homens sentados alinhados à parede e as mulheres à frente deles, sob a justificativa de que se lhes ocorrer um mal súbito, situação aparentemente usual entre elas, podem ausentar-se sem produzir incômodos a ninguém.

Os sifrograntes, isto é, aqueles a quem é confiado a administração de um agrupamento de trinta famílias, ocupam um lugar de honra nos refeitórios junto aos dois cidadãos mais idosos ou ao sacerdote, contudo, tal disposição dos lugares à mesa não se refere apenas à distinção etária ou do cargo, indica além disso, um lugar de monitoramento, de olhar ininterrupto sobre as pessoas que ali estão, posto que de tal localização se tem uma visão geral do refeitório e de todos os presentes. O que se repete nas demais mesas nas quais os mais jovens estão sob os olhares constantes dos mais velhos, e as mulheres sob a guarda dos homens. É importante não perder de vista essas relações e hierarquias etárias e

de gênero que se reproduzem durante as refeições, pois elas estão diretamente relacionadas às hierarquias implicadas nas punições das transgressões, conforme se verá mais adiante.

2.4 Parentesco e organização social

Adentrando um tanto mais nas especificidade da racionalidade política característica ao processo de “governamentalização” do Estado, conforme delimitadas por Foucault (2006a), vemos que a racionalidade se caracteriza pela multiplicidade de práticas de governo, que não se centrando mais na figura do príncipe como governante, capilarizam-se e são exercidas por diferentes figuras de autoridade, como a dos pais de família, dos professores ou dos superiores de uma ordem religiosa; por outro lado, essas múltiplas formas de governo se estruturam em relação a uma sociedade ou Estado, isto é, embora plurais, enredam-se no interior de um Estado, e suscitam, por sua vez, uma forma específica de governo, a saber, a do Estado por inteiro.

Foucault (2006a) circunscreve três formas específicas e contínuas de governo – um de ordem moral, o governo de si mesmo, outro de ordem econômica associado à arte de governar uma família e um terceiro, propriamente político, referido ao governo de um Estado –, inter-relacionados continuamente de forma ascendente e descendente cuja centralidade incide sobre o governo das famílias.

A continuidade ascendente, consiste na proposição de que para bem governar um Estado seria necessário antes dominar a arte de governar-se, assim como, a uma família e a seus bens, e a continuidade descendente, que à época foi nomeada “polícia”, consiste na proposição de que o bom governo repercute na gestão das famílias e nas condutas individuais, posto que, em um Estado bem governado, os pais de família sabem bem governar as suas famílias e os indivíduos são versados na arte de bem conduzir-se (FOUCAULT, 2006a).

As relações utópicas descritas até o momento remeteram reincidentemente à família como o eixo central das relações sociais utópicas, constituindo no principal foco de incidências das práticas de governamentalidade da república utópica, mas a regulação das regras de casamento e divórcio as iluminam de forma mais evidente, acentuando a centralidade dos normas e valores familiares sobre os negócios públicos utópicos.

Surpreende o modo como a estrutura jurídico-política da ilha enfatiza o casamento e o divórcio na estruturação das punições às transgressões.

Como dito acima, as cidades são constituídas pelas diferentes famílias que nelas vivem, sendo essas caracterizadas pelo agrupamento de pessoas que mantêm algum grau de parentesco entre si; embora não esteja claro, aparentemente, tal parentesco estabelecer-se-ia tanto por consanguinidade quanto por afinidade. “[...] Cada família vive sob a autoridade de seu membro mais velho. As mulheres são subordinadas aos maridos, os filhos aos pais, os mais jovens aos mais velhos” (Idem, 2009[1516], p. 104), assim, performam-se as hierarquias intrafamiliares.

Os deslocamentos de indivíduos entres esses diferentes agrupamentos familiares ocorre por meio de casamentos, cuja idade ideal também é regulamentada por lei, sendo permitido às mulheres casarem-se apenas após os dezoito anos e aos homens somente após completarem vinte e dois anos. As jovens depois de casadas deixam a casa dos pais e passam a viver com os familiares do marido, “[...] o mesmo não acontece com os varões, filhos e netos, que não abandonam a casa paterna e têm por chefe o membro mais velho da família. Se o chefe se tornar senil, será substituído pelo que dele se aproximar em idade. [...]” (MORE, 2009[1516], p. 102).

Os utopianos são estritamente monogâmicos e o intercuro sexual anterior ao casamento é vedado aos jovens, que caso incorram em tal ato ilegal são punidos com a desqualificação permanente ao casamento, sanção que somente pode ser revogada pelo governador; a punição se estende aos pais cuja casa abrigou essa ilegalidade, esses caem em desgraça por não terem cumprido convenientemente a sua função de bons educadores. A rigorosidade da norma decorre da crença de que se as relações sexuais fossem permitidas antes do casamento poucos desejariam casar-se e/ou suportar os dissabores da vida cotidiana de um casamento.

A indissolubilidade do casamento marca os códigos morais-legais em Utopia. A menos que se constate adultério ou comportamento intolerável de um dos cônjuges, a admissibilidade da dissolução das uniões matrimoniais dar-se-á apenas pela morte. A pena prevista para o cônjuge que der causa à separação é o celibato pelo resto da vida, já ao cônjuge inocente é facultado o direito de pleitear junto ao Conselho casar-se novamente, se assim desejar.

Às vezes, o divórcio amigável é permitido com base na incompatibilidade de gênios, o que só ocorre quando ambos, marido e mulher, encontraram uma nova companhia que lhes prometa uma vida mais feliz do que a que levaram no primeiro casamento. Para casar-se de novo, porém, é preciso conseguir uma autorização especial, e esta só é concedida depois que os traníboros e suas esposas examinam escrupulosamente a questão. Mesmo assim, as autoridades relutam em conceder o divórcio, pois sabem que a melhor maneira de enfraquecer os laços conjugais é facilitar a separação dos casais. (Idem, 2009[1516], p. 152).

A família enquanto instituição ocupa tal centralidade nas relações sociais, políticas e institucionais da ilha que a punição para as violações sobre os liames do casamento é o trabalho forçado, ou seja, a escravidão. Às partes ultrajadas é permitido divorciarem-se e casarem-se entre si, contudo se desejarem manter-se unidos aos cônjuges transgressores, poderão fazê-lo apenas sob a condição de compartilharem com eles a pena de trabalhos forçados, o que, aparentemente, seria prova de sua afeição. Em alguns casos, se comprovado o arrependimento da parte culpada o governador concede a liberdade a ambos, no entanto, a reincidência é punida com a pena de morte.

Cabe ressaltar que esse grau de detalhamento é uma especificidade das penalizações sobre as transgressões matrimoniais e não se repete em outras situações de violações legais, sinalizando, uma vez mais, a centralidade da família na gestão da vida dos habitantes de Utopia e, portanto, dos mecanismos de controle sobre o casamento. Como diz o texto:

Nos demais casos de transgressões não existem penas determinadas pela lei – de acordo com a gravidade do crime, o Conselho determina as penas que lhe pareçam mais justas. Os maridos são responsáveis pela punição das esposas, e os pais pela punição dos filhos, a menos que o delito seja tão grave que, no interesse da moralidade pública, exija intervenção das autoridades [...]. (Idem, 2009[1516], p. 153).

O sistema jurídico-político utopiano inclui, além das leis penais que desestimulam as transgressões, o incentivo ao bom comportamento sob a forma de honrarias públicas pelos serviços prestados à comunidade. “[...] Fazem isto em parte para perpetuar suas realizações, e em parte, através da glorificação dos antepassados, para estimular as gerações futuras à prática de feitos ainda mais grandiosos.” (Idem, 2009[1516], p.155). Entretanto,

Quem quer que tente, deliberadamente, ser nomeado para um cargo público, será para sempre desqualificado para o exercício de qualquer cargo do gênero. As relações sociais reproduzem o amor e a fraternidade de uma família, e os funcionários do governo nunca são arrogantes ou intimidadores. São chamados de *pais*, e é exatamente como tais que se

comportam. Todos os tratam com o devido respeito, mas ninguém é coagido a fazê-lo [...]. (Idem, 2009[1516], p. 155, grifos do autor).

Vê-se, portanto, que mesmo as relações entre corpo político-administrativo e os demais habitantes das cidades são mediadas pela metáfora da família reproduzindo suas relações e hierarquias, e, estabelecendo uma normatividade moral que incide direta e incisivamente sobre os hábitos e os costumes dos cidadãos utopianos.

As diferentes modalidades de governo implicadas na racionalidade política que constituem as bases jurídico-políticas da estrutura social e institucional que balizam a perfeição e a idealidade presentes na descrição literária da sociedade utopiana, além de iluminar os liames entre certas tecnologias de poder e experiências individuais, mostra-nos como família, religião e Estado imiscuem-se na gestão da vida. Mas, aproximemo-nos um tanto mais das bases racionais desse empreendimento administrativo-governamental.

2.5 Ética e religião ou a base racional virtuosa utopiana

A investigação ética dos utopianos gravita em torno dos debates sobre a natureza dos bens da alma, dos bens do corpo e dos bens exteriores, interrogando-se, sobretudo se a palavra bem é aplicável a essas três instâncias ou se é cabível apenas aplicá-la à alma. Discussões sobre a virtude e o prazer constituem-se, também, como objeto de suas preocupações e tomam lugar em suas discussões sobre eticidade.

[...] Mas o principal tema de suas controvérsias diz respeito à natureza da felicidade humana – consiste ela numa só coisa, ou em mais de uma? Neste ponto, eles parecem bastante inclinados a favorecer a doutrina do prazer, que, concluem, representa o todo ou, pelo menos, a parte mais importante da felicidade humana. De modo surpreendente, defendem essa doutrina com argumentos extraídos da sua religião, a qual é séria e rígida, grave e rigorosa. Em todas as suas discussões sobre a felicidade, eles invocam certos princípios religiosos para complementar as operações racionais da filosofia, pois acham que a identificação da verdadeira felicidade não pode prescindir desses princípios. (Idem, 2009[1516], p. 124-125).

Depois da exposição dos hábitos e costumes utopianos feita acima, bem como, das mediações morais e das modalidades de governo que a constituem, seria, de fato, curioso o lugar reservado à doutrina do prazer nas discussões sobre a natureza da felicidade humana nesta civilização, não fosse a religião – lida aqui como mais uma modalidade de governo

– a fornecer os princípios dessa doutrina. Mas, quais seriam esses princípios? Em que consistem? A imortalidade da alma como efeito da bondade divina que a criou para a felicidade é o primeiro deles; o segundo se sustenta no pressuposto de que os homens, a depender do bem ou do mal que pratiquem enquanto vivam, seriam recompensados ou punidos depois de morrerem.

[...] Ainda que se trate de princípios religiosos, os utopianos encontram bases racionais para a sua aceitação. Pois o que aconteceria se não fossem aceitos e observados? Neste caso, dizem eles, as pessoas procurariam o prazer de todas as maneiras possíveis, fossem elas boas ou más. Seria preciso apenas cuidar para que os prazeres menores não se tornassem obstáculos para a fruição dos grandes prazeres e evitar todo o tipo de prazer que é inevitavelmente seguido pela dor. Pois, sem princípios religiosos, de que adiantaria empenhar-se em ser virtuoso e negar a si próprio tudo o que existe de mais agradável na vida, transformando-a num permanente desconforto, se não haveria nada a ganhar com isso? E que proveito se poderia esperar de tal comportamento se, depois da morte, não existisse compensação para uma vida sem prazeres, ou seja, miserável? (Idem, 2009[1516], p. 125-126).

Se na constituição das estruturas familiares da sociedade utopiana é possível vislumbrar a capilarização das engrenagens morais e normativas que caracterizam àquilo que Foucault nomeou de Estado administrativo, cujas característica ou, ao menos, parte delas, conforme sugiro ao longo deste texto, podem ser reconhecidas na descrição literária de Utopia, paradoxalmente, os princípios religiosos descritos acima, dão sustentação ideológica à sua racionalidade política e social.

Isso porque, quando argumentam em favor da doutrina do prazer como base para a felicidade humana, não a estão associando a todo e qualquer prazer, mas somente aos bons e honestos. A questão que disso advém é simples e evidente: quem e o que os define como bons e honestos?

Para os utopianos, tanto o discernimento sobre o que é o bem e o mal quanto a opção pelos prazeres bons e honestos são constitutivos de uma vida virtuosa, que é definida

[...] como sendo o viver de acordo com a natureza, e é este, dizem, o fim para que Deus nos criou. Quanto ao homem, ao escolher entre uma coisa e outra, obedece aos ditames da razão. A razão nos ensina, acima de tudo, o amor e a reverência diante de Deus todo poderoso, a Quem devemos a existência e a possibilidade de alcançar a felicidade [...]. (Idem, 2009[1516], p.127).

Eis a medida para a licitude dos prazeres, que eles estejam em conformidade com a natureza; é virtuoso aquele que experimenta os prazeres sem contrariá-la, ou, de acordo com a finalidade da criação divina. “Com base nesse princípio, os utopianos acham que esse modo de vida deve ser observado não só na vida privada, mas que também é preciso obedecer às leis públicas que regem a distribuição de bens, ou seja, a matéria-prima do prazer [...]” (Idem, 2009[1516], p. 129).

Embora a diversidade religiosa seja consentida em Utopia, e a intolerância religiosa seja punida com o exílio ou a escravidão, todas essas configurações religiosas creem na existência de um ser Supremo, criador e senhor do universo, que deve ser reverenciado pelos homens. E, apesar de toda essa liberdade religiosa os utopianos condenam a todos que não acreditam na imortalidade da alma, o que é perfeitamente inteligível, posto que, conforme descrição acima, todo o seu sistema jurídico-político está atado à crença em uma entidade Suprema anterior aos homens e que a ele subsiste e no sistema de punições e recompensas após a morte segundo suas ações neste mundo, este, regido por tal entidade.

[...] Todo homem que pensa diferentemente é visto por eles como um ser que não pertence à espécie humana, alguém que degradou sua alma imortal e nivelou-se à condição de mero corpo animal. E, acima tudo, tal indivíduo jamais será visto como cidadão de Utopia [...]. (MORE, 2009[1516], p.182)

Com a descrição dos princípios éticos-filosóficos que regem, ou melhor, governam a experiência dos utopianos pretendi esclarecer, a partir dos rastros inscritos no texto de More, a atuação dos princípios religiosos nas suas escolhas e ações individuais, e sua ligação com os sistemas jurídico, político e administrativo da ilha, que, por sua vez, atam-se aos propósitos da gestão da vida em sua relação com os negócios públicos pela república utopiana.

De forma que me parece possível depreender, então, dessa leitura experimental do texto de More (2009[1516]) que família e religião apreendidas enquanto instituições sociais podem, simultaneamente, ser identificadas como formas de governo que se estruturam em um nível distinto daquele exercido pelo Estado, mas que também podem ser, estrategicamente, capturadas por ele e mobilizadas como meios para alcançar os seus objetivos específicos.

3. Últimas linhas...

Os caminhos incertos, ou, (des)caminhos percorridos pelas reflexões que ora apresentei, foram mediados pelo imperativo intelectual de recuperar a perplexidade diante da estabilidade dos sentidos éticos, morais e políticos suscitados pelo conceito de Utopia, assim como, da idealidade das relações e instituições sociais e políticas que ele nomeia no texto de More (2009[1516]), atuante nos dias de hoje.

A forma narrativa mobilizada durante todo o texto visou situar o(a) leitor(a) desses pensamentos nos limiares entre o real e o ficcional, por meio dos diferentes deslocamentos espaço-temporais que a conexão desses diferentes textos – literários, jornalísticos e teóricos – nos proporciona. Donde justifica-se o uso reincidente de palavras que evocavam sentidos incertos à leitura das relações utopianas, tais como aquelas que indicam aparência, suposição e possibilidade.

Isso posto, esclareço que deixei-me conduzir pelos fios da narrativa de Rafael de Hitlodeu, e escolhi a imprevisibilidade de uma (re)leitura experimental com toda instabilidade e circunstancialidade que um percurso analítico como esse sugere, à normatividade semântica dos conceitos.

Um terreno movediço atravessado por aporias e tentativas de tecer novas relações por meio de outras relações (STRATHERN, 2014) há muito dadas, naturalizadas, no qual espero, no entanto, o(a) leitor(a) se sinta tentado(a) a adentrar.

Referências

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Utopia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 60, n. spe1, p. 7-12, Julho/2008.

CLASTRES, Pierre. Copérnico e os selvagens. In: _____. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013a, p. 25-45.

_____. *A sociedade contra o Estado*. In: _____. *A sociedade contra o Estado –*

pesquisas de antropologia política. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013b, p. 201-231.

_____. Do etnocídio. In: _____. *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 75-87.

FASSIN, Didier. Troubled waters. At the confluence of ethics and politics. In:

LAMBECK, Michel *et. al.*. Four lectures on ethics: Anthropological perspectives. Chicago: Hau Books, 2015, p. 175-210.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: MOTA, Manuel de Barros da (Org.). *Estratégia poder-saber/Michel Foucault*. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2. ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 281-305.

_____. Foucault estuda a razão de Estado. In: MOTA, Manuel de Barros da (Org.). *Estratégia poder-saber/Michel Foucault*. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2. ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 317-322.

_____. “*Omnes et Singulatim*”: uma Crítica da Razão Política. In: MOTA, Manuel de Barros da (Org.). *Estratégia poder-saber/Michel Foucault*. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2. ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 355-385.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MANNHEIN, Karl. A mentalidade utópica. In: SOUSA, C. M., org. Um

convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, 398 pp. 47-134. Disponível em <http://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880.pdf>. Acesso em 02/03/2020.

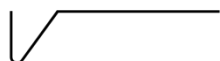
MORE, Sir Thomas, Santo. *Utopia*; organização George M. Logan, Robert M. Adams; tradução Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla. – 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. – (Clássicos Cambridge de filosofia política).

SANTOS, Cecilia Macdowell ; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (organizadores). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, Volumes I e II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 21-47, jul./dez. 2014.

STRATHERN, Marilyn. A relação: acerca da complexidade e da escala. In: _____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Tradução: Jamille Pinheiro. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 263-294.

Ação política e pensamento político de Golbery do Couto e Silva



Andressa Patacho Cafarelli¹

Resumo

Este trabalho analisa o pensamento político e ação política de Golbery do Couto e Silva por meio da análise de obras secundárias, além de utilizar como fontes documentos oficiais e jornais da época. O objetivo é entender e analisar a trajetória política de Golbery e sistematizar as ideias formuladas por ele a partir de uma pesquisa bibliográfica. Tal estudo busca compreender a atuação do ator político nos preparativos do golpe militar de 1964 – através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais- e durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), principalmente sua forte atuação nos governos do General Castelo Branco, do general Ernesto Geisel e do general João Baptista Figueiredo.

Palavras-chave: Pensamento Político Brasileiro; Golbery do Couto e Silva; Pensamento Militar; Regime Militar.

Abstract

This paper analyzes the political thinking and political action of Golbery do Couto e Silva through the analysis of secondary works, as well as using official documents and newspapers from that time. The objective is to understand and analyze Golbery's political trajectory and to systematize the ideas formulated by Golbery from a bibliographical research. This study seeks to understand the role of the political actor in the preparations for the 1964 military coup - through the Institute for Research and Social Studies - and during the period of the Military Dictatorship (1964-1985), mainly it's strong role in the governments of General Castelo Branco, General Ernesto Geisel and General João Baptista Figueiredo.

Keywords: Brazilian Political Thought; Golbery do Couto e Silva; Military Thinking; Military Regime.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: andressa.cafarelli@gmail.com

Introdução

A figura de Golbery do Couto e Silva sempre foi cercada de uma aura enigmática. Não à toa era visto como “eminência parda” do governo Geisel, onde teve forte atuação. Golbery atuava nos bastidores do poder, fazendo parte do corpo burocrático. Luiz Alves afirma que algumas figuras, como a do nosso ator,

Forneceram o estofo ideológico às ações de quem efetivamente está ocupando o poder, sem, no entanto, tornar isso tão evidente. Apesar de procederem em circunspeção na vida pública procuravam registrar suas reflexões em livros, artigos, ensaios, etc.; a fim de consubstanciar suas teses e eventualmente lançá-las ao debate (ALVES; 2011)

Golbery atuou no interior da “máquina pública”, e nesse contexto, agia como um orientador político de seu respectivo mandatário. Esse fato lhe permitiu uma maior efetividade na participação dos rumos das políticas implantadas no Brasil durante o período. O “Bruxo”, como se refere a ele Elio Gaspari em suas obras sobre a Ditadura Militar (GASPARI, 2002 e 2009), foi figura central na montagem do regime e de sua estrutura. Nesse contexto:

A escolha do objeto – o pensamento de Golbery do Couto e Silva - permite uma reflexão sobre as bases teóricas do regime militar brasileiro. Nesse sentido, justifica-se tanto em termos mais amplos – a necessidade de se estudar um período da história brasileira que até hoje impacta a sociedade e a política do país – como em termos mais estritos: investigar os pressupostos teóricos que sustentavam o regime militar, em que ideais se ancorava e propagava (CAFARELLI; 2017)

1. Golbery do Couto e Silva: ator político pré-1964

O general nasceu em 21 de agosto de 1911, ingressou na Escola Militar de Realengo em 1927. Participou da Revolução de 30 e combateu a revolução constitucionalista de 1932. No ano de 1937, Golbery passou pela diretoria de material bélico e pela secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, em 1941 participou do curso de Estado-maior e, em 1944 participou do curso intensivo do Estado-Maior norte americano, depois

foi para a Itália integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e, em 1947, foi designado para a Comissão Militar do Paraguai.

Golbery foi promovido a tenente-coronel e alocado na Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (EME) em 1951; apenas em 1952 ele entra na Escola Superior de Guerra (criada em 1949). Em 1954 escreve o “Manifesto dos Generais”, no qual se pede a renúncia de Vargas – e foi preso em 1955 por conta da conspiração. Em 1956 é promovido a coronel e vai para a seção de operações do EME. Continuando sua trajetória, em 1959 oferece apoio à campanha de Jânio Quadros, que acaba vitorioso. Em 1960, com a posse do novo presidente, assume a chefia da Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), e no mesmo ano recusa o convite para a Secretaria de Segurança do Rio.

No entanto, a renúncia do mandatário também abala a carreira de Golbery que participa novamente da redação de um manifesto – dos ministros militares – que oferecem um veto ao retorno e posse do vice João Goulart. A derrota no projeto de impedimento do vice torna a vida de Golbery mais difícil no Exército e, em 1961, Golbery perde o cargo que possuía no Conselho de Segurança Nacional – que tem sob suas ordens o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) – abandonando o projeto de criação de um sistema de segurança interna que unificaria os aparelhos policiais civis e militares. Em setembro foi exonerado do Conselho de Segurança Nacional e transferido para a Paraíba, em função obscura, pedindo para passar à reserva logo depois.

Retomando a vida civil trabalha no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) – organização fundamental no que diz respeito à articulação civil que levou ao golpe de 1964. No IPÊS contribui para a montagem de uma “máquina de informações”, organizando um fichário que acabou servindo de base de dados para o futuro Serviço Nacional de Informações (SNI) – fichário esse que, por sua vez, tem por base os dados coletados ainda em 1961, quando Golbery tinha sob sua tutela o SFICI.

1.1 A Escola Superior de Guerra

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada através de um decreto em 1948. Inspirou-se na National War College, localizada em Washington, EUA, porém precisava levar em conta as particularidades da sua nação, a qual deveria ter como prioritária a

formação de uma elite que fosse capaz de resolver os problemas nacionais também em tempos de paz. Surgiu a partir de uma preocupação da alta hierarquia militar brasileira com relação à questão da segurança nacional. A ESG possuía uma visão econômica que tinha elementos liberais, valorizando a iniciativa privada, e também um posicionamento pró-americanista diante do mundo bipolar, além de defender o fortalecimento do Executivo e a centralização do poder. Sendo assim, ela era produto do interesse da cúpula militar em aprimorar intelectualmente os oficiais superiores, e também dos ministros, de manter afastados dos importantes cargos do Estado-maior e do comando da tropa os oficiais considerados pouco confiáveis.

O corpo permanente da escola era composto através de nomeações do Presidente da República. Entre os generais que apresentaram grande relevância e influência na constituição da ESG estão Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Os militares produziram importantes escritos e reflexões acerca das questões de ordem política, social, econômica e militar; além de terem elaborado a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A Escola Superior de Guerra foi responsável pela atualização dos conceitos gerais de estratégia no Brasil, substituindo o antigo conceito de defesa pelo de segurança nacional; nesse contexto, a escola produziu conceitos como planejamento de segurança nacional e conceito estratégico nacional. A ESG se propunha a realizar a sistematização de debates dos problemas do país e oferecia-se também como centro de estudos para uma crise universal, ela partia da mesma premissa de que o subdesenvolvimento brasileiro era produto da falta de articulação e competência de sua elite (BONFADA, 2010).

1.2 A Doutrina de Segurança Nacional

Golbery do Couto e foi um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, a qual é considerada a base ideológica do regime militar (1964-1985)². No período havia uma grande incerteza com relação a quem poderia estabelecer a segurança nacional, sendo colocado o Estado como a única força hegemônica capaz de fazer isso. Nesse contexto, a DSN equivale a uma doutrina de segurança do Estado.

² Já para Elio Gaspari (2002), a DSN ou “ideologia de segurança nacional” não chegou a ter o status de doutrina, foi antes uma ideia que contribuiu para racionalizar a brutalização da política ao longo dos regimes militares.

No período designado, os países da América Latina estavam substituindo o princípio de defesa coletiva do hemisfério pelo princípio de segurança interna. E é esse princípio que vai nortear as ditaduras civil-militares espalhadas pelo continente americano durante as décadas de 1960 e 1970, que tiveram como base de suas diretrizes a questão da necessidade da segurança nacional. No Brasil é formulada a Doutrina de Segurança Nacional, seus principais conceitos são a ideia de inimigo interno e a ideia de fronteiras ideológicas. Nesse contexto, a segurança nacional une a política interna e a política externa, não existe mais a separação. (FERNANDES, 2009).

1.3 Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Golpe de 1964

Segundo Oliveiros Ferreira (1988), os militares apresentavam-se, no contexto dos anos 60, como um grupo coeso e organizado, daí tendo certa proeminência na ação política. A liderança militar contou com apoio civil e internacional – direto dos EUA. A relação EUA/Brasil de certa maneira “esfriou” no governo João Goulart, mas se manteve “quente” com os militares e setores civis. Durante muitos anos duvidou-se da participação direta dos norte-americanos, mas recentemente documentos abertos nos EUA mostraram que a cooperação direta de fato ocorreu (a famosa *Operação Brother Sam*, por exemplo). Comprovou-se então que no que diz respeito ao golpe de 1964, a ação seria brasileira, porém o apoio logístico e diplomático ficaria a cargo dos EUA – o qual exigia um golpe de Estado com “ar de legalidade” (FICO, 2008).

Entre algumas parcelas civis houve um apoio explícito e direto no que se refere à ditadura civil militar³. Além de associações, empresários, religiosos (grande parte da cúpula da Igreja Católica), algumas instituições apresentam extrema importância no contexto, como o complexo IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Segundo Napolitano (2014) tal complexo dava o tom das críticas ao governo através da grande produção de materiais de propaganda negativa e da articulação dos diversos setores da sociedade que eram contra o trabalhismo e

³ Existe uma ampla discussão acerca de qual seria a melhor definição para o período: Ditadura Militar ou Ditadura Civil-Militar. Abordarei na presente pesquisa como Ditadura Civil-Militar, seguindo a linha de alguns autores como Carlos Fico e René Dreifuss, uma vez que se comprovou a participação de civis na construção do golpe de 1964.

anticomunistas: é importante enfatizar que tanto o IPÊS quanto o IBAD eram financiados pela Central Intelligence Agency (CIA) ⁴.

Criado em 29 de novembro de 1961 e registrado em dezembro do mesmo ano, o IPÊS tem como data oficial de fundação apenas fevereiro de 1962. É importante notar que as “sementes” para sua construção são colocadas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek e a presidência de Jânio Quadros. Foi formado por militares da Escola Superior de Guerra, empresários e profissionais liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro. O grupo apresentava como objetivo fazer oposição ao governo nacional-reformista de João Goulart, era contrário ao alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração, além disso, afirmava buscar soluções democráticas para os problemas do Brasil.

O IPÊS tinha uma “dupla vida” política, de um lado apoiava a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes, e de outro coordenava uma campanha política/ideológica e militar.

Golbery do Couto e Silva trabalhou no IPÊS em 1962, quando monta uma máquina de informações e organiza o fichário visando ampliar o acervo que levou da época em que trabalhou no Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). Era responsável pelo Grupo de Levantamento de Conjuntura sobre as atividades de militantes da esquerda, ou seja, pelo monitoramento e controle das ações deles. O material possuía um levantamento de cerca de 4.000 brasileiros, o qual serviu mais tarde para o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado por ele durante o governo Castello Branco. No IPÊS, Golbery fazia parte da estrutura formal de autoridades do Rio de Janeiro, apresentando funções no Grupo de Estudos e Ação (GEA), no Comitê Diretor (CD), no Comitê Executivo (CE)⁵, e no Conselho Orientador Nacional (CON).

O Grupo de Estudo e Ação (GEA), no qual Golbery apresentava funções, desenvolveu atividades de influência parlamentar que buscavam: a persuasão de legisladores; a manipulação da opinião pública; a montagem de uma frente antigoverno – composta por frações econômicas e frações políticas da burguesia; uma tentativa de romper e penetrar ideologicamente organizações de classes trabalhadoras e movimento estudantil; uma tentativa de influenciar a Igreja e as Forças Armadas; a montagem de um corpo de

⁴ A CIA é uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos, responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional para os senadores de seu país.

⁵ Entre as funções do Comitê Executivo estão à tomada de decisão e programação das linhas gerais de ação dos objetivos do Ipês, a discussão e aprovação de projetos e orçamentos, e o controle das diretrizes políticas.

doutrina e recomendações políticas, com a intenção de vir a se tornar um programa para o governo. A operação era realizada em dez principais áreas de ação política e ideológica: Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, igreja, partidos políticos, mídia, camadas intermediárias.

Segundo Dreifuss (1981), o Grupo de Opinião Pública (GOP) era responsável pela manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis – imprensa falada e escrita. Esse programa teve o esquema preparado por Golbery, que era Chefe Geral de Opinião Pública. A campanha do GOP girava em torno de desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, postergar a organização política das classes trabalhadoras industriais, impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, além de incentivar formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias.

O Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC), também denominado Grupo de Pesquisa, era do Rio de Janeiro. Apresentava como líder nacional até junho de 1964, o general Golbery do Couto e Silva. Tal grupo possuía como tarefas: acompanhar os acontecimentos políticos em todas as áreas e setores; avaliar/apurar e fazer estimativas com relação ao impacto político dos acontecimentos; esboçar/construir mudanças táticas para acompanhar a evolução de qualquer situação/acontecimento e influenciar seu processo; realizar o planejamento estratégico e de informações; preparar a elite orgânica para a ação; estabelecer os objetivos do Ipês de longo e curto alcance. A equipe de Golbery produzia os trabalhos táticos e estratégicos e fornecia as diretrizes, doutrina e projetos. (Dreifuss, 1981)

Existia uma ligação estrita entre a Escola Superior de Guerra e o Ipês, uma vez que havia ali uma contribuição para desenvolver uma interpretação civil-militar necessária à campanha do golpe.

2. Golbery do Couto e Silva: ator político pós-1964

Golbery teve um papel de destaque em dois governos pós-golpe de 1964, o governo do General Castello Branco (1964-1967) e do General Ernesto Geisel (1974-1979), nesse contexto, o mesmo encontra-se na construção e no desmonte da ditadura militar. O ator político criou e assumiu a chefia do referido SNI no governo Castello Branco. Após o término desse governo, retorna à vida civil e assume o cargo de presidente da empresa

norte-americana Dow Química, instalada no Brasil. Tempos depois se desliga da empresa para retornar a vida pública e ao governo ao lado de Ernesto Geisel, onde é colocado para desenvolver funções puramente políticas, nesse contexto ele assume a posição de chefe do Gabinete Civil. Assume a Casa Civil também no governo Figueiredo, mas abandona o cargo em 1981.

2.1. Governo Castelo Branco e o Serviço Nacional de Informações

Após a vitória do movimento que instalou a ditadura civil militar no Brasil, em 1964, o marechal Castello Branco ascende e é colocado como Presidente da República. Nos dias que se seguiram ao golpe ficou explícito que os militares não possuíam um projeto político articulado para o médio/longo prazo. Nesse contexto não existia uma agenda consistente de reformas, apenas um consenso que os uniu para dar encaminhamento à intervenção: “o combate ao comunismo e a corrupção”.

Porém o que se obteve foi o descumprimento da promessa de Castello no que diz respeito à breve permanência dos militares no poder, já que governaram por 20 anos. É importante notar que apesar de sua permanência, o regime militar não se colocava como definitivo, uma vez que assumir tal posição implicaria na abdicação do mínimo de legitimidade institucional, colocando-se cada vez mais como uma ditadura de fato. O autoritarismo que foi implantado em 1964 possuía dois objetivos, o primeiro era destruir uma elite política e intelectual reformista que estava cada vez mais fortificada no Estado; o segundo era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite política intelectual e os movimentos sociais de base popular. O que temos entre os anos de 1964 a 1968 é uma combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem autoritária e centralista, uma vez que:

Até que uma nova ameaça pudesse servir de justificativa ao endurecimento da repressão, o governo militar tinha que equilibrar o frágil consenso golpista e a unidade militar, além de acalmar os cidadãos que não aderiram ao golpe, permitindo-lhes certa liberdade de expressão (NAPOLITANO, 2014, pp.71)

Alguns estudiosos da época (como Elio Gaspari) denominam o período do governo de Castello Branco como uma “ditabranda” – ou seja, uma ditadura amena ou não consolidada de fato. Porém, apesar de ser colocado como uma forte representação da

“ditabranda” foi o construtor institucional do regime autoritário, uma vez que nele foram editados quatro Atos Institucionais⁶, foi decretada a Lei da Imprensa⁷ e a Nova Constituição⁸. Além disso, nesse período também instituíram 17 atos principais, 104 atos complementares e vários “decretos secretos”. Ainda durante seu governo, em 1967 novos passos eram dados rumo à institucionalização do regime militar com a criação do Conselho de Segurança Nacional, o qual era amparado por uma nova Lei de Segurança Nacional – substituindo a Lei de 1953. Nesse contexto, o governo de Castello foi o que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares, além de ter estruturado as bases jurídicas do regime autoritário, visando uma ação política institucional e de longo prazo. Contrapondo a denominação de “ditabranda” houve inúmeras denúncias de torturas em instalações militares.

Golbery foi um dos conspiradores e ganhou notoriedade nacional no primeiro governo pós-golpe, sendo encarregado de criar o Serviço Nacional de Informações (SNI), em junho de 1964 – um dos órgãos mais importantes de informação e segurança do governo brasileiro durante o período da ditadura civil militar.

O SNI foi criado com a finalidade de organizar e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessam à Segurança Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 1990). O órgão era subordinado e respondia apenas ao Presidente da República, e suas principais competências incluíam o planejamento de informações estratégicas, o planejamento de informações de segurança interna e o planejamento da contrainformação.

Nesse contexto, o Serviço Nacional de Informações foi criado em 1964 com o propósito de ser um produtor de informações visando apoiar as decisões do Presidente da República, sofreu modificações em 1967, quando passa a ser usado como uma ampla rede de espionagem. Sendo assim, ele nunca se dispôs a ser um organismo politicamente neutro, o qual tinha como função apenas informar o presidente; mas funcionava como uma

⁶ O principal objetivo dos Atos Institucionais era garantir um reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político. Nesse contexto, segundo Napolitano, os mesmos garantiam uma rotina de decisões autocráticas ao mesmo tempo em que fornecia um amparo jurídico na tutela da sociedade civil e do sistema político.

⁷ A Lei da Imprensa, nesse contexto, foi utilizada para institucionalizar e regular a liberdade de expressão, servindo para impor limites aos profissionais da área. Além de consolidar o regime autoritário.

⁸ A Constituição de 1967 torna as eleições indiretas, além de facultar ao próprio Presidente da República a possibilidade de propor emendas constitucionais.

assessoria política, partidária no que se refere à defesa do regime e pessoal com relação à defesa das manobras do mandatário.

2.2 Atuação no Governo Geisel (“A Eminência Parda”)

Golbery se tornou o primeiro e principal colaborador de Ernesto Geisel durante seu governo. Foi o chefe do Gabinete Civil durante seu mandato e por decorrência disso praticamente todas as decisões e negociações passavam por ele. Foi considerado a eminência parda⁹ desse governo. Luiz Alves (2011) associa à figura e postura de Golbery a definição de intelectual de Bobbio, afirmando que ele é um pensador que circula pelos chamados “corredores do poder”, ou seja, pelo governo e dessa forma participa da vida pública. Alguns estudiosos (como Marcos Napolitano) trazem à tona a discussão sobre uma possível classificação do governo de Geisel como sendo uma “democracia relativa”¹⁰.

Muitos intérpretes – como Elio Gaspari¹¹ – apontam para o papel central que Golbery desempenhou no processo de distensão do regime militar, construindo de certa maneira uma saída “suave” do regime, o que acabou desencadeando na chamada abertura. Geisel, nessa visão, também é considerado o presidente que se colocou – junto com Golbery – de maneira frontalmente contrária à chamada linha-dura¹², derrotando-a. Segundo essa interpretação, o regime havia se desviado de suas intenções maiores, da manutenção da ordem, para produzir uma verdadeira anarquia comandada pelos insubordinados dos quartéis. Seria preciso reconstruir a institucionalidade política brasileira, eliminando os exageros do regime. É importante notar que o governo de Ernesto Geisel é

⁹ Eminência parda é um assessor ou conselheiro e que atua nos “bastidores” de um governo, numa condição não pública ou não oficial – o que não era o caso dele, diga-se de passagem, já que era o chefe da Casa Civil.

¹⁰ O termo “democracia relativa” refere-se grosso modo ao fato de que o Brasil caminhava a passos largos rumo a uma abertura política, além de derrubar alguns atos e decretos os quais retiravam direitos civis essenciais para a vida política – porém, é importante observar que a derrubada desses atos não significou a extinção de tais atividades, sendo assim, por muito tempo ficou-se apenas na esfera institucional.

¹¹ Muitos autores enquadram Gaspari no posicionamento revisionista. O mesmo possui uma explicação baseada nos argumentos utilizados pelos próprios golpistas/ditadores, reproduzindo falas do aparato repressivo que colocavam a repressão como uma resposta à luta armada. Além disso, Elio Gaspari possui uma proposta interpretativa de um encurtamento da ditadura, a qual passa de 24 anos para 11. Essa análise desconsidera os períodos de 1964 a 1968 alegando que não se havia uma ditadura de forma plena, e o período de 1979 a 1988, argumentando que tal época é atravessada pelo processo de transição, desconsiderando um regime plenamente ditatorial.

¹² Durante o período da ditadura civil-militar, os militares eram classificados entre “moderados” ou “linha-dura”, na segunda classificação estavam os considerados mais radicais. Porém, tal classificação perdeu o sentido após a comprovação de que todos os governos desse período praticavam atrocidades – tortura, censura, etc -, inclusive, comprovou-se que do começo ao fim as práticas foram as mesmas, e que mesmo no processo de “abertura” política, tais abusos continuavam acontecendo.

composto de inúmeras contradições, as quais segundo Napolitano seriam definidas como uma “estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição para o governo civil com mão de ferro” (NAPOLITANO, 2014, p.231).

A princípio o processo de distensão – o qual por inúmeros motivos que serão tratados a seguir, culminou num processo de abertura política – foi um projeto de institucionalização do regime militar. Segundo Lamounier (2005), subtendia-se a necessidade de superar a rigidez para se chegar a uma estabilidade fundamentada mais na política e na aquiescência social do que na força das armas e dos aparelhos repressivos. Além disso, o autor analisa que no lado político reconhecia-se a necessidade de mudanças, porém essas mudanças deveriam ser controladas e graduais, segundo uma agenda e dentro dos limites definidos pelo governo. Nesse sentido, não era uma reforma, mas uma autorreforma do regime militar. O governo de Geisel tinha como objetivo preparar o terreno para a revogação do AI-5 e avançar no projeto de institucionalização. A distensão possuía como objetivo afastar o risco de superisolamento, uma vez que a rigidez autoritária não estava mais sendo aceitável e nem sustentável. A autorreforma do regime seria realizada através de três medidas: revitalização da política, liberalização da imprensa e, contenção dos excessos cometidos por órgãos de segurança e repressão.

O governo de Geisel não foi ameno no que diz respeito à censura e repressão, Napolitano em seu livro contabiliza 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. Além disso, a censura à imprensa, artes e diversões foi amplamente utilizada, amenizando apenas em meados de 1976. O Congresso Nacional ficou fechado por cerca de 15 dias.

Contrariando o que se era falado sobre o desconhecimento em relação aos crimes cometidos, documentos recentes expostos pelos arquivos da CIA/ Estados Unidos, demonstram uma forte conexão entre os presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo e a execução de opositores do regime militar no período da chamada abertura gradual. O historiador Marcos Napolitano, em uma entrevista ao *Jornal da USP* (2018), afirma que se deve realizar uma revisão do lugar que Geisel ocupou da história do Brasil, para que assim se consolide outra memória – mais concreta e verdadeira - desse jogo entre distensão e abertura democrática. Além disso, o historiador comenta o quão problemático é ter que recorrer a documentos de outros países, mesmo depois de tanto tempo, para que

se possa realizar uma revisão e uma reabertura sobre o que foi consolidado no passado acerca desse período. O jornal *El País – Brasil* afirma que o documento revelado pelo *Bureau of Public Affairs* do Departamento de Estado dos EUA demonstra que a cúpula do governo militar brasileiro sabia sobre as ações realizadas, ou seja, sobre as execuções dos adversários. O documento foi colocado na íntegra pelo portal *G1-Globo*, e afirma que o presidente brasileiro Ernesto Geisel decidiu que em determinadas situações devia-se continuar a execução sumária de subversivos perigosos. Essa decisão foi tomada conjuntamente com o último presidente militar, João Baptista Figueiredo, que era na época chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), com os Generais Milton Tavares de Souza, e Confúcio Danton de Paula Avelino, chefes do Centro de Informações do Exército (CIE).

2.3 Atuação e renúncia no Governo Figueiredo

Golbery do Couto e Silva continuou assumindo seu cargo de chefe da Casa Civil durante o governo de João Baptista Figueiredo, com quem possuía uma relação conturbada no que diz respeito à ação/posicionamento político. Tal governo iniciou seu mandato com a ilustre e árdua tarefa de reorganizar os suportes políticos para a autorreforma do regime militar, já iniciada durante o governo de seu antecessor, o general Ernesto Geisel. Nesse contexto, era necessária a formação de um novo partido capaz de manter uma efetiva interlocução com o governo e quiçá encerrar a ação dos aparelhos repressivos. Porém o que se obteve com a sucessão do general Geisel pelo general Figueiredo foi uma inconclusão no que diz respeito aos caminhos seguidos pelos governantes do Brasil no que se refere ao processo de distensão/abertura¹³ e recondução do país a uma plenitude democrática. Segundo os pesquisadores do Projeto *Brasil: Nunca Mais*¹⁴,

A posse do general Figueiredo – escolhida como data-limite do período pesquisado no Projeto BNM – ocorre em 15 de março de 1979, num quadro em que a crise econômica se agrava e as modificações constitucionais legadas por Geisel criam brechas para o crescimento das pressões democráticas (PROJETO BNM, 1985, p.68).

¹³ É durante o governo de João Baptista Figueiredo que a distensão recebe o nome de “abertura”. Essa mudança é consequência de uma forte pressão das ruas e de diversas instituições contrárias aos acontecimentos e ao governo.

¹⁴ O Projeto *Brasil: Nunca Mais* estudou a repressão exercida pelo Regime Militar a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades, apresentando como fontes as cópias de quase todos os processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979.

Como dito anteriormente, tal projeto de distensão – pensado durante o governo de Ernesto Geisel, e tendo como importante colaborador o Golbery do Couto e Silva – não foi bem-sucedido na prática e se transformou posteriormente em uma agenda de transição democrática – a longo prazo – e que acabaria culminando na chamada abertura democrática. Essa mudança não foi fruto (como defendem alguns pesquisadores como Elio Gaspari) exclusivo e prioritário das intenções e conduções do palácio, ou seja, do governo. Muito pelo contrário, os militares não tinham intenção de sair dos postos ocupados, mas como dito anteriormente, realizar uma autorreforma. Nesse contexto, tal mudança na condução dos rumos políticos do Brasil apresenta como atores políticos importantes a pressão das ruas e dos movimentos sociais, o próprio sistema político, a Ordem dos Advogados do Brasil

Segundo Lamounier (2005) as demandas da oposição – as quais apresentavam fortes impactos nesse período – exigiam a anistia a todos os cidadãos punidos com cassação ou perda de direitos políticos e aos exilados por terem participado de ações armadas, além de exigir o reestabelecimento praticamente total da liberdade de imprensa. A parcial “adoção” dessas demandas ocorre entre os anos de 1978 e 1979, o que acaba reforçando a expectativa da população brasileira de que o país estaria caminhando para um rápido e inequívoco restabelecimento da democracia. Porém o que se obteve foi uma lenta e gradual “abertura controlada” sob a tutela dos militares, além de uma agenda política voltada à transição democrática. O debate colocado em questão no período era a retirada dos militares do chamado “coração do Estado”, por esse motivo foi necessária a agenda política que construiria um processo gradual da normalização da vida pública.

Além disso, Napolitano (2014) trata da questão de como foi tratada a luta pela democracia, uma vez que foi consagrada a imagem de que os movimentos sociais voltaram a ser atores na luta pela democracia apenas após a abertura ser desencadeada, tal imagem supõe que a abertura foi uma decisão inequívoca do governo, um projeto uniforme de movimento histórico retilíneo, o qual teria permitido a expressão da contestação política e social. Essas questões errôneas que foram colocadas sobre o período da ditadura militar são consequências da falta de acesso a documentos do período – pelos mesmos serem colocados como inexistentes ou sigilosos-, além da anistia ser colocada como uma anistia universal e irrestrita – inviabilizando a responsabilização dos militares pelos crimes cometidos, somando-se a essas duas questões está à reconstrução tardia do período através

de uma Comissão Nacional da Verdade implantada após aproximadamente 20 anos do final da ditadura militar, o que a tornou de certa modo “ineficiente”.

A relação entre Golbery e o general Figueiredo começou a definhar após surtos de terrorismo serem atribuídos a grupos da extrema-direita e a remanescentes ativos dos aparelhos repressivos, e culmina na renúncia do mesmo ao cargo em 1981. Jornais da época demonstram que Golbery – ministro do Gabinete Civil da Presidência – enviou no dia 04 de julho de 1981 uma nota confidencial ao então presidente, que afirma não ter recebido a carta. O conteúdo do documento demonstra uma acusação de que os chamados DOI-CODIs estavam infiltrados de terroristas, e cobra do Planalto o seu desmanche. Trechos do documento demonstram:

Tudo indica que o IPM, não divulgado ainda, mas do qual a nota dada à imprensa pelo encarregado – bem lançada, aliás – parece dar ideia satisfatória, substanciará as conclusões finais de ter havido crime na área de competência da Justiça Militar, mas de não existirem elementos suficientes à indicação dos culpados (...). Verdade indiscutível é que um grupo radical, minoritário apenas, irresponsável e adepto de práticas terroristas – (...) - se não dominou ou controla, pelo menos infiltra os órgãos “vulgarmente chamados DOI-CODI”, e, desde aí, acoberto dessas organizações e valendo-se, assim, de grandes facilidades e larga soma de poder, desencadeou ações terroristas múltiplas obedecendo a linhas hierárquicas distintas das legais e legítimas e que se estendem não se sabe até que níveis superiores dos escalões governamentais. (Silva *apud* JORNAL ZERO HORA – Segunda-feira, 21.09.87, p. 18).

Golbery termina sua nota confidencial afirmando que medidas devem ser tomadas a partir de tais acontecimentos, enfatizando que a autoridade do governo, além de sua credibilidade estava em jogo. O presidente Figueiredo parece ter ignorado tais questões e se mostrou negligente ao não exigir uma investigação mais rigorosa sobre o atentado, essa atitude ao que tudo indica acarretou na renúncia de Golbery – decisão formalizada em agosto de 1981, o que, segundo alguns intérpretes, gerou uma certa insegurança, já que “a ausência de Golbery, substituído pelo jurista gaúcho Leitão de Abreu, produziu um hiato na coordenação política do governo e criou apreensões sobre uma eventual reorientação da política de abertura” (LAMOUNIER, 2005, pp. 172).

Conclusão

Golbery do Couto e Silva foi um ator/ importante no contexto dos preparativos do golpe de 1964 e durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Após a análise de sua influência na posição ativa de ator político, mas também como civil e intelectual, com escritos relevantes e que se difundiram pelo mundo, em especial pela América Latina. Constatou-se que investigar o pensamento desse autor permitiu uma análise sobre as bases teóricas do regime militar. Além de seu pensamento, investigar a ação desse ator político permitiu também perceber os pressupostos teóricos em que o Regime Militar se apoiou, se ancorou e se propagou.

Golbery iniciou sua carreira no âmbito militar em 1927, ao ingressar na Escola Militar de Realengo e, ao longo de sua trajetória construiu uma carreira notória. Ascendeu rapidamente na patente militar, indo de Tenente-Coronel em 1951, a Coronel em 1956 e finalmente a General em 1962. Sua participação em órgãos importantes, somados a sua grande influência no âmbito intelectual o colocou como um dos ideólogos do golpe. Sua atuação no período ditatorial de 1964 não se restringiu aos preparativos e ideologia, como foi visto ao longo deste trabalho, Golbery teve feitos importantes durante três governos: Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo.

Referências

Fontes documentais

ARQUIVO NACIONAL. *Criação do Serviço Nacional de Informações e de seus órgãos: leis, decretos, decretos-lei e portarias*. 10.janeiro.1990

JORNAL CP. *Figueiredo não recebeu carta*, Porto Alegre/RS, 22.setembro.1987. (Documento retirado do Arquivo Nacional).

JORNAL DA USP. *Documento da CIA realoca Geisel na história brasileira*, São Paulo, 17.maio.2018. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/atualidades/documento-da-cia-realoca-geisel-na-historia-brasileira/>>. Acesso em: 17.maio.2018.

JORNAL EL PAÍS. *Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções*, São Paulo, 10.maio.2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675975787.html>. Acesso em: 10.maio.2018.

JORNAL OPINIÃO. (1974). *As ideias políticas de Golbery do Couto e Silva*; nº70.

JORNAL ZERO HORA. *Golbery denunciou terrorismo do DOI-CODI a Figueiredo*, Porto Alegre/RS, 21.setembro.1987, pp. 18. (Documento retirado do Arquivo Nacional).

PORTAL G1-GLOBO. *Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura*, 10.maio.2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghml>.> Acesso em: 10.maio.2018.

Referências bibliográficas

ALVES, Luiz Felipe Nunes de. *O bruxo e o feiticeiro: José López Rega e Golbery do Couto e Silva e o nacionalismo conservador no cone sul*. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia – número 03, 2011.

BONFADA, Thiago. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CAFARELLI, Andressa Patacho. *O pensamento político de Golbery do Couto e Silva*. Projeto de Iniciação Científica – PIBIC. Unifesp. São Paulo. 2017.

CALIL, Gilberto Grassi. “Revisionismo e embates em torno da memória: a abordagem de Elio Gaspari sobre a repressão e a resistência à ditadura brasileira”. In: *Violência política no século XX: Um Balanço*” (coord. FERREIRA, A.S; MADEIRA, J; CASANELLAS, P). Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1981.

FAVERZANI, Alex. *Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual*. Vitória: Revista Ágora, 2005.

FERNANDES, Amanda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. Revista Antíteses, vol.2, n.4, jul-dez de 2009; 2009.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *Forças Armadas para quê?* Rio de Janeiro: Editora GRD, 1988.

FICO, Carlos; *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol.24, n.47; 2004.

FICO, Carlos; *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras 2003.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e o início dos anos 1960*. Santa Catarina: UFSC, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. *O processo político durante o regime militar (1964-1985)*. In: *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Editora Augurium, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PROJETO BNM. *O sistema repressivo*. In: Brasil: nunca mais. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1985.

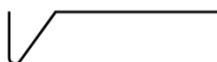
SÁ DE COSTA, Frederico Carlos de. (s/d). *Repensando Golbery*. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa. Universidade Federal de Juiz de Fora. Documento acessado em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Golbery.pdf>

SILVA, Golbery do Couto e; *Planejamento Estratégico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e; *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1981.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. *O discurso anticomunista nos boletins mensais do Ipês entre 1963-1966*. Dissertação de Mestrado defendida no PPG em Ciências Sociais da Unifesp. São Paulo, 2016.

O conceito de aristocracia operária em Lênin e Hobsbawm e os trabalhadores gráficos brasileiros nas décadas de 20 e 30.



Lucas Alexandre Andreto¹

Resumo

O presente artigo busca evidenciar as diferenças entre o conceito de “aristocracia operária” em Vladimir Lênin e em Eric Hobsbawm com o objetivo definir de que maneira, em que sentido e/ou em que medida o conceito de “aristocracia operária” é viável para analisar os trabalhadores gráficos brasileiros na década de 20 e 30. Edney dos Santos Gualberto, fundamentado em Hobsbawm e Lênin defende que os gráficos não constituíam uma “aristocracia operária”. De nossa parte, buscamos mostrar que sob o ponto de vista de Hobsbawm, os gráficos constituíam uma “aristocracia operária” e, justamente por isso, tinham condições de desempenhar um papel de vanguarda no movimento operário brasileiro.

Palavras-chave: Aristocracia Operária - Trabalhadores Gráficos - Movimento Operário - Lênin.

Abstract

This article seeks to highlight the differences between the concept of “worker aristocracy” in Vladimir Lenin and Eric Hobsbawm in order to define how, in what sense and / or to what extent the concept of “worker aristocracy” is viable to analyze workers Brazilian graphics in the 1920s and 1930s. Edney dos Santos Gualberto, based on Hobsbawm and Lenin, argues that the graphics were not a “workers aristocracy”. For our part, we seek to show that from Hobsbawm's point of view, the graphics constituted a “workers aristocracy” and, precisely for this reason, were able to play a leading role in the Brazilian labor movement.

Keywords: Workers Aristocracy - Graphic Workers - Labor Movement – Lênin

¹ Graduado e mestre em História pela Unesp – Assis. Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp – Marília.

Introdução

O conceito de “aristocracia operária” foi usado por Lênin e por Eric Hobsbawm em ocasiões diferentes e procurando responder questões bastante diversas, ainda que nos dois casos houvesse como plano de fundo um debate político. No Brasil levantou-se o questionamento da pertinência do conceito de “aristocracia operária” para pesquisar os trabalhadores gráficos na Primeira República. Categoria organizada e atuante, os trabalhadores gráficos foram fundamentais para a organização política dos anarquistas, comunistas e trotskistas durante o citado período e atuou para a formação da consciência de classe do proletariado principalmente no movimento operário de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, definir se os gráficos eram vanguarda operária ou aristocracia torna-se importante para as pesquisas do movimento operário que abordam esse período. O presente artigo tem como problemática definir de que maneira, em que sentido e/ou em que medida o conceito de “aristocracia operária”, tratadas por Lênin e Hobsbawm, é viável e útil para analisar os trabalhadores gráficos brasileiros da Primeira República (podendo servir também como ponto de partida para a mesma discussão sobre outras categorias de trabalhadores e/ou em outros períodos da história)

A classe operária europeia passou a organizar-se em partidos políticos a partir da década de 70 do século XIX, fundando os partidos socialdemocratas (ou socialistas e trabalhistas), cujo primeiro e mais emblemático foi o Partido Social Democrata Alemão. Unidos mundialmente através da II Internacional, os partidos socialdemocratas conservavam o objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que seria organizar o proletariado como classe, conquistar o poder do Estado e socializar os meios de produção, ou seja, fazer a passagem da sociedade capitalista para o socialismo (PZEWSKI, 1984.p. 104). Contudo, paulatinamente a II Internacional opera uma mudança em sua política que rumo em direção à conformação para com a sociedade capitalista. O ápice desse movimento de distanciamento de seus princípios originais se dá quando os partidos associados a II Internacional decidem apoiar a Primeira Guerra Mundial, em 1914, defendendo cada um seu próprio país perante os países inimigos e mandando suas bases operárias para a morte, ocorre uma cisão no movimento, pois uma parte dos socialdemocratas (incluindo Lênin e Rosa Luxemburgo) denunciam o

acontecimento como uma clara traição ao internacionalismo proletário e os princípios do socialismo em geral. Os operários deveriam unir-se internacionalmente para lutar contra os interesses homicidas de seus patrões, ao invés de irem para o front matarem-se uns aos outros em prol desses interesses. Depois, em proposta para a Conferência de Zimmerwald, Lênin sintetizou a ideia: transformar a guerra em guerra civil revolucionária (CARONE, 2000.).

Os líderes da II Internacional foram criticados pelo caráter reformista de suas propostas, como, por exemplo, a passagem gradual ao socialismo, geralmente através das eleições parlamentares e com o menor número de conflitos de classe, o que trazia, como pressuposto, um radical revisionismo das teses marxistas. É a partir da crise da II Internacional que Lênin passa a estudar as bases materiais da mesma, buscando responder o que significava aquilo que ele chamava de social-chauvinismo da II Internacional e em quais fenômenos sociais ele se assentava.

A resposta forjada por Lênin veio em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* onde, analisando a monopolização das empresas capitalistas, a exportação de capitais dessas empresas e dos Estados nacionais a elas associados, assim como a partilha do mundo entre as nações europeias (para Lênin, a razão da Primeira Guerra Mundial), identifica o surgimento nos países europeus de uma camada da classe operária que se beneficia da riqueza obtida através dos métodos imperialistas, estando nos postos de mão-de-obra especializada das empresas imperialistas, ligada a produção de manufaturas e bens de capital, ganhando altos salários e tendo melhores condições de trabalho.

Essa “aristocracia operária” ainda se beneficiaria da riqueza obtida pelo imperialismo através da participação nos grandes sindicatos estatais que lhe forneciam uma série de benefícios e viam que quanto menor o salário dos operários que produzem os bens de primeira necessidade, mais baratas eram as mercadorias e, portanto, maior o seu poder de compra. Por esses meios, se estabelece uma ponte entre os interesses da aristocracia operária e da burguesia imperialista de seu respectivo país pela manutenção de um lugar de vantagem na concorrência imperialista mundial e na manutenção do baixo valor da força de trabalho dos trabalhadores produtores de bens de primeira necessidade, tanto em países imperialistas, quanto nas colônias. Assim, para Lênin, a aristocracia operária seria a base de classe da II Internacional e dos partidos socialdemocratas, socialistas ou trabalhistas da Europa, sendo o pensamento dos intelectuais socialdemocratas como Edward Bernstein e

Karl Kautsky a expressão teórico-ideológica da aristocracia operária associada a burguesia imperialista.

Vemos, portanto, que o conceito de “aristocracia operária” surge para Lênin como uma expressão de um fenômeno social gerado pelo desenvolvimento da etapa imperialista do capitalismo que, por sua vez, teve graves consequências para o movimento revolucionário da classe operária de todos os países. Era, dessa forma, uma abordagem de fundamento militante e tinha como ponto de chegada os rumos a serem tomados para a concretização da revolução proletária na Rússia e na Europa.

Hobsbawm, por sua vez, produziu um artigo em 1954 chamado *A Aristocracia do Trabalho na Inglaterra do Século Dezenove* em que buscava delinear as características de tal camada do proletariado no século XIX, bem como o tamanho da “aristocracia do trabalho” e seu lugar na estratificação social. Seu artigo, posteriormente publicado no livro *Os Trabalhadores: ensaios sobre a História do Operariado*, objetivava provar a validade da teoria da aristocracia operária, isto é, que a tese de que existia, nas palavras do autor: “certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada mais respeitável e politicamente moderada que a massa do proletariado”, era válida, útil e bem fundamentada para estudar a história da classe trabalhadora no século XIX.

Hobsbawm retorna ao assunto, primeiro com o texto *Lênin e a aristocracia operária*, em 1970, e depois, ao fim da década, com os textos *A aristocracia operária reexaminada* e *O debate sobre a aristocracia operária*, respectivamente de 1978 e 1979, publicados depois nos livros *Revolucionários* e *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Desta vez, buscava se inserir no debate dos historiadores britânicos sobre o tema, que segundo o autor, comumente referenciavam-se em seu texto de 1954, e que agora apresentava uma vertente de intelectuais da “nova esquerda” da década de 60 que consideravam a aristocracia operária “uma obra de mitologia política”, ou seja, que ela simplesmente não existia. Hobsbawm busca então mostrar que esse questionamento sequer deveria fazer parte do debate, e sim que a questão era a grandeza, a data do fenômeno da aristocracia operária, sua relação com a especialização da mão-de-obra, assim como se este fator engendrava uma cultura específica desta camada de classe que, por sua vez, poderia criar concepções políticas reformistas.

Assim, ainda que houvesse como plano de fundo um debate político, em Hobsbawm a questão é em primeiro plano acadêmica, buscando provar a existência de uma aristocracia operária na história (principalmente da Inglaterra) e que o conceito era útil, senão necessário, para entender o processo do “fazer-se” da classe operária britânica.

No Brasil, o debate sobre a aristocracia operária foi importante no que diz respeito aos trabalhadores gráficos na década de 20 e 30. O período da história brasileira conhecido como Primeira República foi o momento em que ficou claro que o país se modernizava, começava sua industrialização, suas cidades, principalmente as capitais, adaptavam-se aos padrões das grandes cidades burguesas como Londres e Paris. Dentre todas as vertiginosas mudanças que tornavam o Brasil um país cada vez mais inserido nos padrões do capitalismo mundial estava a expansão da máquina do funcionalismo público, dos pequenos comércios e, portanto, das classes médias. Enfim, nossa sociedade tomava os contornos da sociedade burguesa: ao lado das antigas oligarquias agrárias (e não raro nascida delas) surgia uma burguesia industrial, a indústria demandava um largo contingente de mão-de-obra que era trazida principalmente pelos imigrantes europeus e assim surgia a classe operária. A vida cultural também se diversificava, e um dos principais ramos que nascia e crescia com muita velocidade, encontrando nas classes médias seus principais consumidores, era a imprensa e o mercado editorial. Na cidade de São Paulo, existiam 16 jornais em 1901, ao final do período abordado neste artigo (1930), eram 74 jornais. A capital paulista expandia sua indústria de jornais e livros com maior intensidade e velocidade que os outros estados brasileiros (GUALBERTO, p. 21).

Ainda que raras vezes sejam vistas dessa maneira, a fabricação de jornais e livros pressupõe um processo fabril e, logicamente, de força de trabalho operária. Dentro de uma empresa gráfica trabalhavam tipógrafos, encadernadores, litógrafos, linotipistas, impressores e tantas outras categorias de trabalhadores, o que fazia deste ramo bastante diversificado internamente e demandando um número considerável de pessoas.

A historiografia que trata dos trabalhadores gráficos demonstrou o caráter vanguardista desta categoria. Como mostrou o trabalho de Vitorino, os gráficos se organizavam desde pelo menos a metade do século XIX, quando a própria indústria gráfica ainda era muito pequena no país, de maneira que em 1858 os gráficos do Rio de Janeiro lançavam-se em greve e buscavam fundas suas primeiras associações de classe. A luta pela fundação de um sindicato dos gráficos ou organização semelhante se arrastou por muito

tempo, pelo menos toda a segunda metade do século XIX e início do XX e só conseguiu vitória mais duradoura com a fundação da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) em 1904, que ainda assim, teve um hiato de existência entre 1912 e 1919. Os gráficos também desempenharam importante papel em fazer de seu sindicato um difusor de material revolucionário e de formação de consciência de classe para outras categorias de trabalhadores, através de eventos culturais, palestras e debates ocorridos na sede do sindicato bem como por meio do jornal sindical *O Trabalhador Graphico* (VITORINO, 1995). Os trabalhadores gráficos brasileiros foram no começo do século uma categoria que se sobressaiu devido a sua organização, pelo seu ativo sindicato, sendo de grande importância tanto para os anarquistas na década de 10, quanto para os comunistas na década de 20. Os gráficos ficaram marcados positivamente pelas greves de 1923 (onde sua vitória logrou o aparecimento do Dia do Trabalhador Gráfico) e de 1929. Ganhavam melhores salários e tinham condições de vida levemente melhores que a dos demais operários.

Entretanto, um detalhe importante a respeito dos trabalhadores gráficos levantou questionamentos sobre a sua definição como “vanguarda da classe operária” na Primeira República. Seria o fato de que os gráficos ganhavam salários acima da média das demais categorias de trabalhadores, desfrutavam de melhores condições de vida, seu sindicato era mais forte e estável, tinham maior acesso a cultura e eram intelectualizados acima da média. Não era raro que outros operários considerassem os gráficos como trabalhadores elitizados, não exatamente no mesmo patamar de classe social que eles. Assim, levantou-se a problemática de que os trabalhadores gráficos poderiam ser uma “aristocracia operária”, com todas as implicações que isso poderia ter, incluindo a conhecida tendência ao conservadorismo, o que entrava em nítida contradição com a conhecida militância revolucionária dos gráficos. Uma vez que os gráficos foram base e sustentáculo para várias organizações políticas que fizeram história no movimento operário, incluindo os anarquistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os trotskistas, definir o caráter dos trabalhadores gráficos acabaria tendo consequências que iam para além do que se pode saber sobre eles mesmos.

O debate a respeito de os trabalhadores gráficos brasileiros da década de 20 e 30 pertencerem a aristocracia operária ou não foi feito por Edney dos Santos Gualberto, em sua dissertação *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*, onde concluiu, apoiando-se em Lênin e Hobsbawm, que os gráficos não faziam parte de

uma aristocracia operária pois o conceito só seria aplicável à Inglaterra, no contexto em que Lênin abordava, de forma que “ não poderia servir como argumento metodológico para explicar o desenvolvimento da classe operária em outros países, nem mesmo os mais desenvolvidos”. Além disso, para Gualberto, o conceito seria ainda mais inexato quando pensado para a classe operária brasileira, visto que nosso modelo de desenvolvimento agroexportador foi um empecilho para o desenvolvimento da indústria e impediu o crescimento de uma burguesia industrial e financeira exportadora de capitais no Brasil.

A conclusão de que os gráficos não eram aristocracia operária deixa livre o caminho para defini-los como “vanguarda”, tal como ocorre no título da dissertação de Gualberto. Assim, a abordagem sobre o conteúdo de classe dos operários gráficos se passa como a busca por responder se eram “aristocracia operária ou vanguarda?” deixando um pressuposto não dito de que as duas classificações ao mesmo tempo seriam excludentes (o que seria uma decorrência lógica visto que a aristocracia operária é teoricamente reformista). Derrubada a possibilidade de classificá-los como aristocracia operária, bastou Gualberto demonstrar que os gráficos reconheciam-se como proletariado, isto é, que tinham uma consciência de classe, e não uma consciência corporativa ou individualista, etc; que buscavam repassar para as demais categorias da classe trabalhadora essa mesma consciência e que eram uma categoria ativamente militante para concluir que eram uma “vanguarda” do movimento operário.

No entanto, estamos convencidos de que há alguns pontos nesse debate que devem ser explorados. A nosso ver, na análise de Gualberto não fica claro a relação do conceito de “aristocracia operária” com a teoria leninista do imperialismo, o que leva o autor a restringir o fenômeno apenas para a Inglaterra do começo do século XX, quando na verdade ele poderia existir em qualquer país desde que fosse imperialista em termos leninistas. Esta questão fica em conexão com o fato de que, justamente a teoria do imperialismo marca a diferença ou mesmo divergência do conceito de aristocracia operária para Lênin e para Eric Hobsbawm, enquanto que Gualberto serve-se dos dois autores como se estivessem falando estritamente da mesma coisa nos mesmos termos, quando não estão.

Assim, buscamos evidenciar nesse artigo que Lênin e Hobsbawm não compartilham do mesmo entendimento a respeito do que foi a aristocracia operária, de forma que ainda que em termos leninistas os gráficos brasileiros das décadas de 20 e 30 não possam ser considerados aristocracia operária, eles podem ser considerados como tais sob a perspectiva

de Eric Hobsbawm, de modo que isto não é fator sem importância, visto que era justamente as condições desta categoria de trabalhadores como “aristocratas do trabalho” em termos de Hobsbawm que os possibilitava materialmente exercer o papel vanguardista no movimento operário brasileiro das primeiras décadas da República que é apontado por Gualberto e demais autores.

1. A Aristocracia Operária

O termo “aristocracia operária” fora usado por Engels em um artigo publicado nas revistas *Commonweal* da Inglaterra e *Die Neue Zeit* da Alemanha no ano de 1885 e cujo título era “*A Inglaterra em 1845 e em 1885*”. O artigo foi citado quase inteiramente no prefácio feito por Engels à edição alemã de 1892 de seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, onde encontramos a seguinte afirmação de Engels, que discorria sobre a situação da classe operária inglesa em 1885:

Somente em dois setores protegidos da classe operária verificamos a existência de melhorias permanentes. O primeiro é o dos operários fabris. [...]

Em segundo lugar, o dos grandes sindicatos (trade unions). Trata-se das organizações daqueles ramos de produção em que se empregam exclusiva ou predominantemente homens adultos. Até hoje, sua força organizada não foi vulnerabilizada pela concorrência com o trabalho feminino e infantil nem pela utilização de máquinas. Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção são tão fortes que podem até, como fizeram estes últimos, impedir o emprego de máquinas em suas atividades. É indiscutível que sua situação melhorou muito desde 1848; prova-o o fato de, há quinze anos, seus patrões estarem satisfeitos com eles e eles, com seus patrões. Constituem uma aristocracia na classe operária [grifo nosso] – conquistaram uma posição relativamente cômoda e consideram-na definitiva. São os operários-modelo dos srs. Leone Levi e Giffen (assim como dos bons burgueses tipo Lujo Brentano) e, na verdade, são pessoas tratáveis, gentis para com qualquer capitalista razoável e mesmo para o conjunto da classe capitalista (ENGELS, 2008. P. 354).

Lênin, em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* parte das considerações de Engels para tratar daquilo que, para ele, seria um dos fenômenos que a fase imperialista do capitalismo trazia como consequência, ou seja, a formação de camadas privilegiadas entre os operários, “a fim de separá-las das grandes massas do proletariado” (LÊNIN, 2012. P. 145). Esta divisão dos operários em camadas distintas - possibilitada pelo imenso

rendimento que os países imperialistas conseguiam através da submissão de outros países à dívida financeira, dependência econômica e também pela conquista colonial – visava acentuar o oportunismo e a decomposição temporária do movimento operário.

O “aburguesamento” de camadas da classe operária inglesa já havia sido notado por Engels em 1858 em carta para Marx, que é citada por Lênin, mas o argumento do líder bolchevique para mostrar como a aristocracia operária é fruto do processo imperialista, do monopólio inglês do mercado mundial e da exploração colonial, baseia-se principalmente numa carta de Engels para Karl Kautsky, onde este diz

Você me pergunta o que os operários ingleses pensam sobre a política colonial. Ora, justamente o mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas conservadores e liberais-radicais, e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial (LÊNIN, 2012. 146).

Dessa maneira, para Lênin, da exploração de outros países levada a cabo pela Inglaterra e seu monopólio no mercado mundial e seu monopólio colonial, decorria o aburguesamento de parte da classe operária inglesa e essa “aristocracia operária” compartilhava com a burguesia alguns interesses de classe que os levavam a constituir, através do domínio que exerciam sobre os sindicatos ingleses, a base do reformismo e do oportunismo no movimento operário. A questão é definida de forma sintética por Vladimir Ulianov no prefácio do livro, onde afirma ser a aristocracia operária o principal apoio da Segunda Internacional.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus altos salários e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia, porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes, operários da classe capitalista (labour lieutenants of the capitalist class), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos versaillais contra os comunards (LÊNIN, 2012. P. 34).

É importante lembrar, como fez Eric Hobsbawm, que o que preocupava Lênin ao trazer o conceito de “aristocracia operária” era uma questão concreta do movimento

operário europeu: explicar as raízes sociais e históricas do reformismo e o colapso da Segunda Internacional (HOBSBAWM, 1985. P. 130).

Hobsbawm debateu de forma considerável a questão da aristocracia operária. Para o historiador, os fatores que definem a “aristocracia operária” são o nível e regularidade dos ganhos do trabalhador, a seguridade social, as condições de trabalho, incluindo o tratamento recebido pelos patrões e capatazes, as relações com as camadas sociais acima e abaixo, as condições gerais de vida e também sua perspectiva de futuro (HOBSBAWM, 1985. P. 130). Em outras palavras, “certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada” (HOBSBAWM, 1981. P. 276). Partindo dessa definição, o historiador britânico analisa o desenvolvimento da aristocracia operária na Inglaterra desde 1790 até 1914, e em todo esse período destaca como fazendo parte dela categorias como tipógrafos, litográficos e encadernadores de livros.

Algumas características dos trabalhadores gráficos brasileiros pareciam coincidir com as descritas principalmente por Hobsbawm.

A questão, contudo, só pode ser respondida mediante um panorama mais completo sobre os trabalhadores gráficos paulistas e que, acreditamos, em boa parte nos é oferecido pelo trabalho de Edney dos Santos Gualberto. Encontramos ali a imagem ideal de uma São Paulo da Primeira República, em pleno processo de industrialização e urbanização, onde a imprensa é um setor de grande importância e que cresce a olhos vistos. Segundo tabela preparada pelo autor, a cidade de São Paulo continha em 1901 um contingente de 16 jornais e em 1929, eram 74 jornais circulando pela metrópole. Apesar de a imprensa ser um ramo crescente no país inteiro, em São Paulo ela avançava com maior tamanho e velocidade. Como Gualberto não poderia deixar de notar, a expansão da indústria gráfica era expressão do desenvolvimento urbano e cultural da cidade e encontrava seu principal público consumidor nas classes médias.

A indústria gráfica e toda a cadeia produtiva no qual estava inserida cresceu em ritmo acentuado nas primeiras décadas do século XX. A demanda pelos produtos da empresa gráfica nutria as expectativas de ganho no setor. A racionalização dos investimentos gerava lucros maiores no desenrolar dos anos. A sociedade republicana apoiava o setor através da procura por modernidade. Porém, a mão-de-obra necessitava de conhecimento e especialização, talvez o único e maior obstáculo para o

processo de mais-valia não ocorrer da forma almejada pelo patronato (GUALBERTO, 2008. P. 31).

Nesse quadro, cabia ao operário gráfico a confecção dos materiais, estando entre as profissões que faziam parte desse trabalho o linotipista, o tipógrafo, o impressor e o encadernador. A mão-de-obra desses ofícios exigia especialização e, não raro, a habilidade de saber ler, escrever e contar. Essa característica, juntamente com a necessidade crescente da sociedade consumir produção gráfica, ler jornais, entrar em contato com material da imprensa, garantia ao operário gráfico um salário razoável para a época.

Gualberto traça um quadro comparativo do salário dos gráficos com o de outras categorias de operários, com o propósito de se obter uma média da situação econômica dessa categoria. Os operários mais qualificados da época eram ligados com o setor essencial da economia brasileira da República Velha, à saber, o agroexportador. Dessa maneira, os trabalhadores ligados a trabalhos de exportação de mercadorias, como ferroviários e portuários, tinham grande poder de barganha com a burguesia quando entravam em greve e seu salário era o mais alto. Em contrapartida, o setor têxtil, que não exigia mão-de-obra especializada e encontrava grande oferta de força de trabalho, tinha os piores salários e as piores condições de vida. Os gráficos ficam entre os dois, mas acima da média geral das categorias de operários, ganhando no ano de 1929 por volta de 450 mil réis mensais (GUALBERTO, 2008. P. 36). Essa média geral, segundo Maria Auxiliadora Guzzo Decca era de 200 mil réis (DECCA, 1987. P. 21).

Os autores que trabalharam, tendo os operários gráficos como objeto de pesquisa são unânimes em dizer que eles gozavam de melhores condições de vida e salários mais altos, o que proporcionava acesso à cultura e a bens intelectuais (FERREIRA, 1978. P. 109). Como destacou Hobsbawm, somente homens que pudessem esperar certo nível de salários podiam gozar de estilos de vida característicos da aristocracia operária (HOBSBAWM, 1985. P. 306). De fato, os operários gráficos paulistas da década de 20 tinham maior facilidade material para adquirir livros, jornais e outros materiais que lhes possibilitavam instrução acima da média dos trabalhadores dos demais ofícios, possibilitando também que mantivessem seus filhos nas escolas, uma oportunidade que estava abolida para a maioria da classe trabalhadora paulista do período (GUALBERTO, 2008. P. 40).

Dito isto, fica evidente que pelo menos em três dos itens apontados por Hobsbawm para se entrar na categoria de “aristocracia operária” (nível e regularidade de salários,

seguridade social e perspectiva de futuro) estão presentes na situação dos gráficos paulistas da década de 20. Resta, porém, analisar outros três itens.

As condições de trabalho dos gráficos nessa época são descritas por Maria Hadler como “bastante precárias”. Os compositores, devido ao longo período diário em que permaneciam de pé, frequentemente adquiriam edemas, varizes, úlceras varicosas e pé chato. Os acidentes de trabalho eram comuns, os operários gráficos tinham de lidar com ácidos minerais e orgânicos, anilinas, xilol, benzinas, bicarbonatos, o que faziam das intoxicações, queimaduras e dermatoses problemas constantes. A exposição a raios ultravioletas e infravermelhos provenientes de lâmpadas não protegidas devidamente causavam conjuntivite e catarata. O calor das caldeiras dos linotipos e da fusão do chumbo dava origem as termoses, os vapores desprendidos aumentavam a umidade do ambiente e causavam mal-estar (HEDLER, 1982. P. 71). Gualberto, em complemento a exposição de Hadler, nos informa que “a condição dos gráficos não podia ser considerada confortável”, estando mais ou menos nas mesmas condições gerais que o restante dos trabalhadores de São Paulo (GUALBERTO, 2008. P. 39).

A relação dos operários gráficos com os patrões (e com o Estado) fora de conflito por toda a década de 20 e basta lembrar que seu sindicato (a União dos Trabalhadores Gráficos) era um dos mais organizados dentre todas as categorias de trabalhadores, contava com um estatuto de nítido caráter revolucionário, fora base de apoio de anarquistas e comunistas e fizeram grandes greves como as de 1923 e 1929 para demonstrar isso. Por outro lado a relação dos gráficos com as outras categorias de operários parece corroborar a hipótese dos mesmos como uma “aristocracia operária”.

Na ocasião da greve dos gráficos de 1929, os gráficos dos jornais não aderiram a parede argumentando que se o fizessem a greve perderia o apoio propagandístico dos jornais liberais de São Paulo como o *Diário Nacional* e *O Combate*; a esse respeito Astrojildo Pereira, jornalista então Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) comentou que “o apoio moral e mesmo financeiro desses aristocratas [grifo nosso] era uma irrisão [e o seu argumento exposto acima] era aqui oportunistas, digno somente de aristocratas traidores e fura-greves” (LEDO, 1929).

Os gráficos também apresentavam uma espécie de consciência “aburguesada” que é atestada por Octávio Brandão, dirigente comunista da década de 20, em entrevista,

quando perguntado sobre quais eram os setores mais ativos do operariado durante a década de 20

Havia alfaiates artesãos, que não eram bem operários, eram alfaiates artesãos; havia a construção civil; havia um ou outro tecelão; havia empregados no comércio, que eram muito ativos; havia gráficos, mas estes não se diziam operários: “Eu sou artista”. [risos] Eu achava uma graça enorme e perguntava a eles: “Por que você não é operário?”. Eles me respondiam: “Não; operário é uma categoria inferior. Eu sou artista” [risos] (BRANDÃO, 1993, p. 16).

O depoimento de Brandão sobre como os operários gráficos se compreendiam em relação as outras categorias de operários se assemelha em demasia com uma ilustração que Hobsbawm deu em seu estudo sobre como a aristocracia operária compreendia a si mesma: “o credo do artesão em relação ao dos trabalhadores é que os últimos são uma classe inferior e que devem fazê-los conhecer e ficarem no seu lugar” (HOBSBAWM, 1981, p. 279).

Por fim, podemos afirmar que dos seis itens que Hobsbawm elenca para caracterizar a aristocracia operária, os operários gráficos de São Paulo apenas não se encaixam em um: as condições de trabalho, pois a relação conflituosa com os patrões ou o reformismo não são critérios para se pertencer a aristocracia operária na concepção de Eric Hobsbawm.

Para resolver a questão, todavia, é necessário notar que o conceito de “aristocracia operária” em Lênin e em Hobsbawm difere num ponto essencial: em Lênin, “aristocracia operária” é uma camada da classe operária que é decorrência do imperialismo, tendo, portanto, uma ligação orgânica com este, sendo esta a raiz de seu conservadorismo. Seguindo Lênin, não se poderia, portanto, falar em “aristocracia operária” fora da época do imperialismo e fora de um país imperialista, pois é apenas com o imperialismo que se cria as condições materiais para o surgimento de uma “aristocracia operária”. O conceito de Hobsbawm, por outro lado, não implica em uma ligação orgânica da aristocracia operária com o imperialismo, tendo como critério apenas os seis pontos já mencionados acima, de forma que este autor pode encontrar uma aristocracia operária já em 1790, apontá-la uma hora nos artesãos e outra nos metalúrgicos, maquinistas e operários da construção naval.

Em Eric Hobsbawm,

O tipo ideal, ou modelo do aristocrata do trabalho, como o termo ‘artífice’ indica, era o do artífice especializado pré-industrial, que aprendera seu

ofício através de estágio como aprendiz, em contraste com o operário que não tinha ofício nem treinamento (HOBSBAWM, 1985, p.305).

Em Lênin, por outro lado, são apontados como aristocracia operária “a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas” (LÊNIN, 2012, p. 144). Como Lênin se fundamentava em Engels, podemos aceitar que ele tinha em mente as categorias que Engels apontou: Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção. De toda forma, no estudo de Hobsbawm, parte dessas profissões coincidem com as profissões apontadas como fazendo parte da aristocracia operária na Inglaterra durante o mesmo período (HOBSBAWM, 1981, p. 291). Isso nos permite definir que essas profissões eram de fato as mais abastadas no âmbito da classe operária inglesa e que faz sentido que fosse a elas que Lênin se referia principalmente, mas não se pode perder de vista que o critério de Lênin e de Hobsbawm para definir o que era a “aristocracia operária” diverge e isso tem consequências importantes.

Hobsbawm, apesar de conhecer bem a tese de Lênin sobre a aristocracia operária, não concorda com ela e diz declaradamente, bem como a decorrência que tem a análise da aristocracia operária sob seu conceito

[...] contrariamente ao que alguns supuseram, meus próprios escritos sobre o assunto [a aristocracia operária] jamais endossaram o argumento leninista, fosse como a principal “explicação” para o caráter “reformista” do trabalhismo britânico, fosse sequer no que diz respeito ao século XX. O que era defendido em meu ensaio, a partir do qual surgiu muito debate, era a visão clássica, e de modo algum exclusivamente marxista, de que existiu na Grã-Bretanha do século XIX uma aristocracia operária, e de que ela era politicamente moderada (HOBSBAWM, 1985, p. 301).

A decorrência dos dois critérios de aristocracia operária é: em Lênin a tendência da aristocracia operária ao reformismo é muito forte, devido a sua ligação orgânica com o imperialismo do país a qual pertence. Em Hobsbawm, como inexistente essa ligação orgânica com o imperialismo, a aristocracia operária pode, ou não, ser reformista. E de fato, Hobsbawm afirma em crítica ao conceito leninista de aristocracia operária que

[...] o artífice especializado foi o núcleo dos movimentos operários organizados, e, sob este aspecto, eles poderiam corretamente ser considerados mais radicais do que o restante das classes trabalhadoras, e não menos. Isto se aplica não só a Grã-Bretanha, mas talvez ainda mais a países em que setores não-aristocráticos da classe operária, como os mineiros, fossem predominantes nos movimentos operários. Hoje em dia,

já é aceito que o quadro político dos movimentos de massa no continente europeu, com frequência abertamente social-revolucionários, especializados em sua maioria com aprendizagem, como os marceneiros, tipógrafos, fabricantes de charutos e, de forma cada vez maior, metalúrgicos. Esta composição é também notoriamente verdadeira quanto a muitos partidos comunistas (HOBSEAWM, 1985, p.308.).

Fica evidente, dessa forma, que não há nenhum aspecto suficientemente forte para não considerar, segundo os critérios de Hobsbawm, os operários gráficos paulistas da década de 20 e 30 como uma aristocracia operária. Entretanto, estamos de acordo com Gualberto em considerar que sob a perspectiva de Lênin é impossível considera-los dessa forma, visto que o Brasil da Primeira e Segunda República não era um país imperialista e o Estado brasileiro não tinha a mesma relação com os sindicatos que tinha o Estado britânico. Seria, como disse Gualberto, um “equívoco histórico”, visto que criar uma camada de operários com nível superior de vida em consequência de sindicatos estatais financiados pela exploração de outros países é uma característica específica da Inglaterra e demais países imperialistas e sua classe operária na época em que tratavam Engels e depois Lênin (GUALBERTO, 2008, p. 43).

Dessa forma, definido que o conceito leninista de aristocracia operária não serve aos gráficos paulistas, frisamos que ao mesmo tempo são justamente suas condições materiais que fazem deles “aristocratas do trabalho” sob a perspectiva de Hobsbawm que possibilitaram que essa categoria se apresentasse como uma “vanguarda” do movimento operário, no sentido de que era politicamente mais ativa e que se esforçava em demasia pela criação de uma consciência de classe revolucionária no proletariado paulista². Atestam esse fato, não apenas o estatuto da UTG formulado em 1919, que como mostra Gualberto, tinha a pretensão de se tornar uma entidade representante dos anseios de todo o operariado paulista, não restringindo as suas ações apenas a própria corporação de ofício e englobando neles as principais reivindicações da classe proletária, mas também toda a vida ativa do sindicato até o fim da década de 30, que englobou um projeto de educação e organização revolucionária dos trabalhadores através da realização de palestras, debates, atividades recreativas e artísticas, como o uso de narrativas fictícias que dialogavam com o cotidiano operário, poemas, músicas, bailes, piqueniques e esportes, sempre recheados de cunho

² Para autores como Sérgio Lessa e Armando Boito Jr. o Brasil chegou a desenvolver uma relação imperialista para com outros países e, consequentemente, deu luz a uma aristocracia operária no sentido leninista do termo. Porém, esse fenômeno só veio a ocorrer a partir da década de 70 (BOITO Jr., 1999; LESSA, 2014).

político. Como bem notou Nazareth Ferreira, foi também devido a um trabalho de longo prazo que era exercido nas fábricas pela UTG por toda década de 20 através de órgãos como os Conselhos de Oficinas, que atuavam com o objetivo de manter contato constante entre o sindicato e os operários que possibilitou uma greve de alto nível organizativo como a de 1929 (FERREIRA, 1986, p. 74).

Conclusão

Do exposto acima devemos reforçar que o caráter vanguardista dos operários gráficos no movimento operário brasileiro durante a Primeira e Segunda República se assenta materialmente no fato de que, sob a perspectiva teórica de Hobsbawm, eles eram uma “aristocracia do trabalho”. Hobsbawm e Lênin divergem a respeito do significado do conceito de “aristocracia operária”. Uma vez que em Hobsbawm a teoria do imperialismo é suprimida, restando apenas outras questões ligadas as condições de trabalho, salário e cultura dos operários para corresponderem ao conceito, não há maiores problemas em encontrar no Brasil do início do século XX a “aristocracia do trabalho” nos gráficos. Para resumir a questão, devemos dizer que o que separa a “aristocracia operária” para Lênin e para Hobsbawm é a teoria do imperialismo, de maneira que seria melhor, para evitar um *quid pro quo* conceitual na história da classe operária, dizer que em Lênin existe a “aristocracia operária” e em Hobsbawm a “aristocracia do trabalho”, ou então, para eliminar de vez a confusão, chamar a perspectiva do historiador britânico de “elite do trabalho” (sugestão do autor deste artigo).

É preciso salientar que a diferença entre uma “aristocracia operária” e uma “elite do trabalho”, não é de se ignorar. O historiador que usar o primeiro conceito estará necessariamente tratando de uma camada da classe operária que tem interesses de classe associados ao de uma burguesia de um país imperialista e, por isso, com fortes tendências conservadoras da ordem, enquanto que se usar o segundo dirá respeito a categorias de operários com melhores condições de vida, salário e cultura que a média das demais categorias da classe operária, mas sem implicar necessariamente interesses em comum com a burguesia, de maneira que sua condição material pode implicar um caráter vanguardista revolucionário tanto quanto uma posição política reformista e conservadora.

Referências

- BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.
- CARONE, E. *As Origens da III Internacional Comunista*. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, Vol. 5, n. 08. 2000.
- DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERREIRA, N. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008.
- HEDLER, M. S. D. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada a Unicamp, 1982.
- HOBBSBAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEDO, A. *Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] para Saulo [Paulo de Lacerda]*. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).
- LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LESSA, S. *Cadê os operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- PZEWORSKI, A. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista Lua Nova, São Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. Julho/setembro. 1984.
- VITORINO, A.J.R. *Processo de trabalho, sindicalismo e reforma técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada a Unicamp, 1995.

Beiradeiros: viver à beira no extremo sul da Bahia



Ananda da Luz Ferreira¹

Herbert Toledo Martins²

*No relento é cada farol que alumia, energia não tinha
“não tinha teto, não tinha nada!”
É a arquitetura do madeirite e do papelão, ou a lona que escapa do caminhão
a cobrir os sonhos nessa beira, quanta provação!
“Ninguém podia fazer pipi, por que banheiro...” o mato é logo ali
Canta o pneu, o farol pisca, reluz, alumia
Viajantes passam, todo mundo olha, mas ninguém vê o Beiradeiro e sua cria
E seus sonhos de melhores dias espremidos entre a cerca e a rodovia
(Oneide Andrade da Costa)*

À beira da BR-101, entre as cercas das grandes fazendas e a estrada moram famílias em condições peculiares, numa situação de invisibilidade perante a sociedade e ao Estado. São moradores da cidade de Teixeira de Freitas, Extremo Sul da Bahia, que ocupam irregularmente as faixas de terras públicas geridas pelo Departamento Nacional Infraestrutura e Transporte (DNIT). Essa população, denominada pela pesquisa de Beiradeiros, são dissimulados por quem atravessa essa estrada diariamente e pelo Estado, mesmo que componha um número significativo de famílias moradoras da beira do asfalto, são 68 nos 26 km de estrada que fazem parte do município onde a pesquisa é realizada. A

1 Fotógrafa da pesquisa. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais pelo PPGER/UFSB. Pedagoga e membro do Grupo de Pesquisa em Criminalidade e Segurança Social (GPECS/CNPQ) e do PIPEC – Janaina Aparecida. E-mail: anandaluzananda@gmail.com

2 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade PPGES/UFSB, coordenador do Grupo de Pesquisa em Criminalidade e Segurança Social (GPECS/CNPQ). E-mail: herbert.ufrb@gmail.com

invisibilidade atravessa os modos de vidas dessas pessoas, pois vivem de forma adversa no que diz respeito aos seus direitos e acesso aos serviços públicos.

O presente ensaio fotográfico é fruto da pesquisa de campo “Beiradeiros: conflitos, vulnerabilidade e exclusão social no Extremo Sul da Bahia” que iniciou em setembro de 2018 e se encontra em andamento. A investigação, que tem como objetivo visibilizar a população Beiradeira, foi dividida em duas etapas: a primeira de natureza quantitativa na qual foram aplicados questionários sociodemográficos que apontou dados sobre o perfil dos moradores da faixa de terra ao longo da BR-101 no município de Teixeira de Freitas e, concomitantemente, realizou-se os registros fotográficos com câmera digital; a segunda etapa, que está em andamento, aborda qualitativamente dados sobre os modos de vida dos Beiradeiros por intermédio da pesquisa etnográfica e de caráter interdisciplinar, o projeto conta com pesquisadores das áreas da saúde, da educação, do direito e das ciências sociais. Diante desse contexto emerge a investigação sobre os Beiradeiros, na qual a nomeação da categoria reflete aos dados da pesquisa, pois foi uma constante se autodenominarem “moradores da beira” porque se localizam à beira da estrada e à beira das grandes fazendas de agropecuária e eucalipto do município.

Nessa perspectiva, dados apontaram que essa categoria se unifica pelas condições que estão sujeitos no que tange as suas moradias, pois não tem direito a posse de suas casas porque suas terras pertencem ao Estado. Por não serem residências regularizadas não há acesso as condições básicas de sobrevivência como energia elétrica e saneamento básico. Durante a entrevista foi constatado que 25 casas não possuem energia elétrica e 23 casas acessam energia por concessão de fazendeiros vizinhos que recebem dinheiro pelo fornecimento, as outras 20 residências possuem energia por intermédio do vizinho, placa fotovoltaica ou geradores. Ao recolhermos dados sobre saneamento básico foi constatado que nenhuma residência possui coleta de lixo, tratamento de água e rede de esgoto. Das casas entrevistadas 41,3% não possuem sanitários ou buracos para dejeções, sendo que “o banheiro é o mato” como disseram alguns entrevistados. O acesso a água ocorre por armazenamento que recolhem dos rios e lagos existentes no local, uma pequena porcentagem tem poços artesianos ou coletam água da chuva. Economicamente, os Beiradeiros, vivem de políticas públicas governamentais e/ou da comercialização do que produzem em suas terras como mandioca, urucum, pimenta do reino, entre outros produtos sazonais (FERREIRA e MARTINS, 2019 e COSTA, 2020).

A pesquisa e o ensaio fotográfico vêm descortinando as condições e o modo de vida Beiradeiro a partir de questões como: Quem são essas pessoas? Como elas satisfazem as suas necessidades básicas de sobrevivência? Como é viver na beira da estrada? De acordo com Cândido (1964, p. 31), cada sociedade, cada agrupamento humano enfrenta, em algum momento de sua existência, a equação entre o ajuste ao meio e a organização social necessária à subsistência. Assim, há dois ajustamentos essenciais ao equilíbrio entre necessidades e recursos, a saber: “1) a descoberta de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; 2) o estabelecimento de uma organização social compatível com elas”.

As imagens ilustram os dados que anunciam quem são os Beiradeiros e contribui como narrativa para além dos números que evidenciam seus modos de vida, ou seja, como provoca Oliveira e Júnior (2019), a fotografia tem caráter narrativo e pode ser utilizada para além de uma apêndice de texto escrito e sim como uma seleção do campo realizada pela fotógrafa que faz um recorte do real (MONTEIRO, 2006). Portanto, o presente ensaio fotográfico pretende apresentar os Beiradeiros e suas formas de viver e, dessa maneira, compreender como que eles se organizam para garantir a suas sobrevivências. A pesquisa tem como principal preocupação as relações entre o desenvolvimento econômico do Extremo Sul da Bahia e a produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais cujas externalidades negativas podem ser visualizadas nas fotos a seguir, que expressam o caráter interdisciplinares da pesquisa que tem investigações sobre saúde, infância, o acesso dessa população às políticas sociais de proteção, promoção e inclusão social.



Residência Beiradeira. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Residência Beiradeira. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Residência Beiradeira. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Na beira da fazenda de eucalipto. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Armazenamento de água. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Acesso a água. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Armazenamento de água da chuva. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Poço artesiano dentro da residência. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Banheiro a céu aberto. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Banheiro do lado de fora da casa. Foto Digital. FERREIRA, 2019



Ausência de coleta de lixo. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Modo de preparar o alimento. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Armazenamento do alimento. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



A porta da casa é a BR-101. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Crianças à beira. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Brincar na beira da BR-101. Foto Digital. FERREIRA, 2019



Plantar na beira. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



À beira da estrada o urucum é preparado. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Plantação de mandioca. Foto Digital. FERREIRA, 2019.



Preparo do urucum. Foto Digital. FERREIRA, 2019.

Referências

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

COSTA, Oneide Andrade da. À beira da vida: vulnerabilidade social dos Beiradeiros no Extremo Sul da Bahia. 2020. 137 fls. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade). Universidade Federal do Sul da Bahia. Porto Seguro-BA, 2020.

FERREIRA, Ananda da Luz e MARTINS, Herbert Toledo. Infâncias Beiraderias: como é ser criança à beira da BR-101? *In*: Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, de 21 a 25 de outubro de 2019, em Caxambu-MG. ISSN 2177-3092. Disponível por: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st16-8/11724-infancias-beiradeiras-como-e-ser-crianca-a-beira-da-br-101>, Acesso em 09 fev. 2020.

MARTINS, Herbert Toledo e CASTRO, Dhanyane Alves. O perfil dos agricultores de beira de estrada do Sul da Bahia. Rio de Janeiro: VII Coniter, 2018.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. *MÉTIS: história e cultura*, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita e JÚNIOR, Magno Vila Castro. Possibilidades do uso da fotografia e da filmagem na pesquisa social qualitativa. *In*: Revista Ciência e Cultura. Volume 71. Número 4. São Paulo: out/dez2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000400017. Acesso em: 10jul2020